

*Peipe de Bonis*  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO**



# **Tropas e o Poder Local:**

**A GENTE DE GUERRA NA COMARCA DE ALAGOAS (C. 1750-C. 1817)**

**EVERTON ROSENDO DOS SANTOS**

**RECIFE, 2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

EVERTON ROSENDO DOS SANTOS

**TROPAS E O PODER LOCAL:**  
A GENTE DE GUERRA NA COMARCA DE ALAGOAS (C. 1750-C. 1817)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kalina Vanderlei Silva.

RECIFE, 2018

Capa: Everton Rosendo dos Santos

Imagem da capa: Planta e explicação das enseadas de Jaraguá e Pajuçara, [Por] Lemos. 1757. 1 carta ms.: colo., desenho a tinta ferrogálica; 65,7 x 97,8mm. Arquivo Histórico Ultramarino, CARTm, 015, Doc. 0905.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S237t Santos, Everton Rosendo dos  
Tropas e o Poder Local: a gente de guerra na Comarca de Alagoas (c. 1750-c.  
1817) / Everton Rosendo dos Santos. – 2018.  
158 f. : il.

Orientadora: Kalina Vanderlei Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa  
de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, BR-PE, 2018.

Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Alagoas – História 2. História social – Brasil, Nordeste – Sec. XVIII  
3. Pernambuco – História 4. Militares – Brasil, Nordeste – História 5. Forças armadas  
– Brasil, Nordeste – História I. Silva, Kalina Vanderlei, orient. II. Título

CDD 981.3

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TROPAS E O PODER LOCAL:  
A GENTE DE GUERRA NA COMARCA DE ALAGOAS (C. 1750-C. 1817)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

**EVERTON ROSENDO DOS SANTOS**

APROVADA EM 30/11/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kalina Vanderlei Paiva da Silva (Orientadora)**

Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jeannie da Silva Menezes (avaliadora interna)**

Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

---

**Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano (avaliador externo)**

Programa de Pós-Graduação em História – UFAL

**RECIFE, 2018**

*Aos meus pais,  
Thiago, Anthony e à memória de Dil.*

## AGRADECIMENTOS

Não imaginei que seria difícil escrever esta parte do trabalho, afinal, a esta altura do campeonato, o que mais poderia ser difícil? Mas desde já retifico estas palavras, pois só agora a memória me dá uma rasteira e me coloca de cara com a experiência que é recordar, e agradecer, aos que comigo construíram estas linhas. Sendo na presença, ou na costumeira ausência de quem teima em ser um pesquisador, este trabalho é fruto de inúmeras sugestões, intervenções e do apoio de muitos.

Em primeiro lugar agradeço a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kalina Vanderlei Silva, minha orientadora e querida amiga, por ter acreditado no meu trabalho e me apoiado de forma magnífica nessa caminhada, com apontamentos, críticas e reflexões sempre perspicazes sobre o tema. Considero-me privilegiado por ter conhecido mais do Pernambuco colonial sob sua orientação; além de ter me apresentado à cor octarina da magia literária. O carinho e a admiração por sua pessoa são imensos.

Ao meu ex-orientador e amigo, Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano, por ter me guiado ao caminho da pesquisa, com as oportunidades na graduação por meio dos projetos de Iniciação Científica, publicações e pelas diversas reuniões de orientação, sempre acompanhadas de sua sagacidade. Suas sugestões e encaminhamentos foram extremamente valiosos pra mim. Muito obrigado!

A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jeannie da Silva Menezes, membro de minha banca, agradeço pelas valiosas contribuições a esta pesquisa com o seu conhecimento sobre a justiça colonial. Mas além disso, pelo exemplo de docente que me passou, e que levarei como inspiração. À sua gentileza e responsabilidade profissional, o meu agradecimento.

Agradeço as instituições que tornaram palpáveis o desejo de realizar este trabalho. À Universidade Federal Rural de Pernambuco, agradeço pela estrutura sempre acolhedora durante os meses em que residi em Recife. Especialmente pela (r)existência de um Restaurante Universitário (R.U.) de qualidade, que reduziu meus gastos e o tempo com as tarefas de casa, flexibilizando ainda mais a elaboração da Dissertação. Sem esquecer das pessoas que estavam por trás daquela comida deliciosa que rolava às quintas no fast grill. A eles e elas o meu agradecimento. Obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Aos professores da Pós-Graduação e, especialmente, aos Professores Doutores Giselda Brito Silva, Wellington Barbosa da Silva, Suely Creusa Cordeiro de Almeida, Jeannie da Silva Menezes e a Kalina Vanderlei Silva. Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa, com

os 18 meses de bolsa. A Rafael, secretário da Pós-Graduação em História da UFRPE, que mesmo em momentos de burocracia, trazia tranquilidade aos discentes. Muito obrigado!

As fontes que utilizei no trabalho, especialmente os livros de matrículas, ofícios e registros de patentes, estão todas resguardadas em arquivos, por isso registro a minha gratidão a Emerson e Nildo, funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, que lá atenderam a demanda da pesquisa gentilmente fornecendo material da pesquisa. Também agradeço a Elísia e Letícia, funcionárias do Arquivo Público de Alagoas, solícitas quanto ao atendimento na pesquisa sobre os registros de matrícula e ofícios em 2015.

No Grupo de Estudos América Colonial (GEAC) teçi os primeiros passos para esse projeto, o qual foi acompanhado por troca de ideias e discussões em volta de um interesse em comum de seus membros pela história de Alagoas colonial. Portanto, deixo aqui o meu apreço a Arthur, Alex, Lanuza, Karol, Dimas, Everaldo, Fernando, Felipe, Jorge, Demerval, Ademir, Altina e a Filipe, líder do grupo, pelo apoio e pela nossa rede de sociabilidade. Assim como mais tarde foi com o Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL), coordenado por Kalina, onde conheci novos pesquisadores e participei de suas reuniões sobre o poder político e cultura no mundo Atlântico. Grato!

No processo de escrita desta Dissertação muitas pessoas me ajudaram, informando ou sugerindo livros e fontes que eu pouco ou nada conhecia. Certamente foram sugestões úteis para a construção do trabalho que apresento, assim como para as futuras empreitadas na pesquisa historiográfica: Yan Bezerra de Moraes, Giovane Albino Silva, Renata Gusmão, Arthur Curvelo, Dimas Marques, Alex Rolim e Camila Correa. A cada momento de atenção dedicado para uma conversa ou leitura de parte do texto sou grato!

Aos amigos que fiz na Pós-Graduação em Recife: Elisiane Cordeiro, Rafaela Franklin, Suzana Veiga, Anderson Guimarães, Ronaldo Manoel, Emelly Facundes, Mirella Lopes, Sílvio Cadena, Rebeca Fernanda, Wilson Roberto, Maria Alice, Jesanias Lima e Humberto Rafael. Sempre que nos encontrávamos pela Universidade, compartilhavam comigo as expectativas, dificuldades e alegrias do mestrado. Alguns amigos também foram responsáveis por longos e interessantes diálogos sobre o trabalho historiográfico e sobre a vida como um todo, com vários momentos de devaneios incertos entre uma conversa e outra, sem as quais teria sido difícil escrever e pesquisar, e eu os agradeço por isso! Renata Gusmão leu e fez comentários em todas as versões do trabalho, assim como Giovane Albino e Yan Moraes leram e fizeram sugestões dos esboços dos Capítulos 1 e 2.

Ao professor Hendrik Kraay, pelo livro e pela conversa no Marco Zero. E a Emelly Facundes, por ter proporcionado esse encontro.

Não imaginava que a mudança para o Recife promoveria tantos contatos felizes e interestaduais, especialmente com as pessoas que dividi apartamento. Bruno e Yan, companheiros de república, aos diversos momentos de solidariedade, lazer e troca de ideias. A Johnson, Julianna e Leonardo, amigos que demonstraram que o companheirismo, o respeito e apoio podem existir em mais de um lugar.

Ao meu grande amigo Fabiano, pela amizade que já transpõe o tempo. E por entender a minha ausência no processo de escrita desse trabalho.

Deixo aqui uma atenção especial a Yan Moraes, meu querido amigo de turma e de apartamento, com quem além de dividir a experiência da nova moradia, compartilhei as expectativas e incertezas desse processo e a felicidade de ganhar um novo irmão!

Agradeço também a Giovane Albino, presente em todas as fases desse percurso, pela serenidade e amizade compartilhada, camarada de temática, cujo olhar sobre minhas questões foi enriquecedor para o desenvolvimento do projeto. Parceria que transplanta os ditames acadêmicos. Obrigado meu irmão!

Nos amigos de graduação reside todo o carinho cativado por nossas experiências. A Julio, Allan, Karol, Filipe, Everton e Bia, pelo constante apoio e carinho.

Agradeço imensamente a minha companheira de jornada, no trabalho e no amor, Renata. Cuja solidariedade, apoio e respeito foram essenciais para mim. Meu suporte de sempre, que nos momentos de apherio segurou a barra, me aconselhando e me colocando no rumo com seu afeto que me é tão valioso.

Por fim, agradeço a minha família. Atenção especial vão aos meus pais e irmãos, por todo incentivo e carinho e por compreenderem, e perdoarem, minha ausência.

Aos meus primos e tios pelo respeito e apoio a minha profissão.

Muito obrigado!



*A melhor morte, é na barriga do inimigo.*  
**Dizer popular Tupi**

*Senhor: deste meu Sobrinho  
afirmou um Padre tolo,  
que é furado do miolo,  
sendo o tal Padre o tolinho:  
não é doudo, nem doudinho,  
falando na realidade,  
mas se hei de dizer verdade,  
e nada hei de encobrir,  
anda morto por servir  
aqui Sua Majestade.*

*Pode Vossa Senhoria,  
se nisto acertar deseja,  
permitir, que o Moço seja  
soldado de Infantaria:  
e se alcançar algum dia,  
que falei afeiçoado,  
eu me dou por condenado,  
e sem recurso nenhum  
a servir sem soldo algum  
em lugar deste Soldado.*

**Gregório de Matos**  
*(Outro memorial por hum seu sobrinho, que desejava sentar praça de soldado)*

Figura 1: *Alagoa ad Austrum* (1671)



Fonte: MONTANUS, Arnoldus. **De Nieuwe en Onbekende wereld**. Amsterdã, 1671. The John Carter Brown Library, Providence, p. 438, gravura em metal, realçada com aquearela, s/ papel, s/ass. (1671), 28,5 x 35,5cm.

SANTOS, Everton Rosendo dos. **Tropas e o Poder Local**: A gente de guerra na Comarca de Alagoas (c. 1750-c. 1817). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. 158f.

## **RESUMO**

---

Este trabalho consiste em compreender a estrutura das organizações de defesa instauradas na parte meridional da Capitania de Pernambuco, isto é, a Comarca de Alagoas, entre 1750 e 1817. Dadas as circunstâncias que permeavam as malhas administrativas a partir da segunda metade do século XVIII na América Portuguesa, com o crescimento populacional acompanhado da intensificação do recrutamento militar, procuramos, assim, discutir como tal tessitura teve influência nas tropas locais, e, por meio de uma análise comparativa com outros contingentes militares buscamos, entender qual o peso do efetivo militar da Comarca de Alagoas no quadro mais amplo da Capitania por meio de sua pauta bélica. Além disso, através da caracterização do perfil social de homens das milícias, procuramos investigar a inserção desses sujeitos na sociedade em questão, discutindo a sua integração por meio de mecanismos de promoção social dentro e fora das tropas.

**Palavras-Chave:** Comarca de Alagoas; Tropas Locais; Governança.

SANTOS, Everton Rosendo dos. **Troops and Local Power**: the people of war in the Comarca of Alagoas (c. 1750-c.1817). Dissertation (Master in History) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. 158f.

## **ABSTRACT**

---

This work consists on understanding the structure of the defense organizations established in the southern part of the Captaincy of Pernambuco, that is, in the Comarca of Alagoas, between 1750 and 1817. Given the circumstances that permeated the administrative networks on the second half of the eighteenth century in Portuguese America, with the population increasing, and the intensification of military recruitment, we aim to discuss how this context influenced the local troops, and, through a comparative analysis with other military contingents, we also seek to understand the importance of the military of the Comarca of Alagoas in the Captaincy through its military agenda. In addition, by the characterization of the social profile of militia men, we investigate the insertion of these individuals in this society, discussing their integration through mechanisms of social promotion inside and outside the troops.

**Keywords:** Comarca of Alagoas; Local Troops; Governance.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	28
ABREVIATURAS .....	29
FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS.....	30
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>32</b>
<b>O MEIO SOCIAL: COMARCA DE ALAGOAS (SÉCULO XVIII) .....</b>	<b>32</b>
1.1 Na Comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco .....	32
1.2 O território .....	32
1.3 Uma visão demográfica da Comarca.....	40
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>64</b>
<b>AS TROPAS LOCAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA .....</b>	<b>64</b>
2.1 Tropas auxiliares e de ordenança: atribuições (Pernambuco e Alagoas, c. XVIII).....	64
2.2 A organização militar na Comarca de Alagoas .....	76
2.3 “As graças de Sua Majestade”: as patentes .....	81
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>106</b>
<b>FRAGMENTOS DE PERFIS MILICIANOS: O COTIDIANO, A ORIGEM FAMILIAR (DUVIDOSA) E AS OCUPAÇÕES (MACULADAS).....</b>	<b>106</b>
3.1 O cotidiano .....	106
3.2 A origem social.....	113
3.3 O matrimônio.....	120
3.4 As ocupações .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
ANEXOS .....	128
APÊNDICE .....	133
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>144</b>

## ABREVIATURAS

APA		Arquivo Público de Alagoas
AHU		Arquivo Histórico Ultramarino
BNRJ		Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
APEJE		Arquivo Público Jordão Emerenciano

<b>Cx.</b>		Caixa
<b>Cód.</b>		Códice
<b>Doc.</b>		Documento
<b>v.</b>		Verso
<b>vol.</b>		Volume

## FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1: <i>Alagoa ad Austrum</i> (1671).....	25
Figura 2: Ênfase da costa da Comarca de Alagoas no mapa “portos e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco” (1776).....	61
Gráfico 1: Informações gerais das comarcas de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará, 1762-1763 .....	46
Gráfico 2: População feminina da comarca de Alagoas, 1775, 1782 e 1788 .....	52
Gráfico 3: População masculina da comarca de Alagoas, 1775, 1782 e 1788 .....	52
Gráfico 4: Frequência anual das mercês-patentes distribuídas entre as vilas da Comarca de Alagoas, 1775-1801.....	98
Mapa 1: Localização dos principais núcleos urbanos das Capitânicas do Norte com ênfase na Comarca de Alagoas, século XVIII.....	34
Mapa 2: Capitaniarum de Pernambuco, finais do século XVII .....	55
Quadro 1: Relação das vilas e freguesias da Comarca de Alagoas e número de capelas, clérigos, pessoas e fogos, 1749: .....	41
Quadro 2: Tropas Locais das cidades e vilas da Capitania de Pernambuco (1746) .....	77
Quadro 3: Resumo de todas as tropas pertencentes a vila de Penedo (1759).....	80
Quadro 4: Resumo de todas as tropas pertencentes a vila de Alagoas (1759) .....	80
Quadro 5: Resumo de todas as tropas pertencentes a vila de Porto Calvo (1759) .....	80
Tabela 1: Percentual por períodos dos registros de mercês-patentes na Capitania de Pernambuco e anexas (1775-1801).....	86
Tabela 2: membros do regimento de milícia com filiação em “Igreja”.....	117
Tabela 3: condição matrimonial dos milicianos .....	120
Tabela 4: Ocupações dos milicianos da repartição Sul do regimento, 1819.....	123

## INTRODUÇÃO

Em março de 1806 o governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, enviava ao visconde de Anadia uma proposta ainda carente da aprovação real para que pudesse organizar e recompôr os regimentos milicianos da Capitania. À medida que discorria sobre a disposição das tropas, revelava o posicionamento que a administração das armas iria tomar a partir daquele ponto em seu governo. O tom de seu discurso, norteado pelo que entendia da mestiçagem local, e em consequência as qualidades desses habitantes, tinha como fio condutor o fato de que os corpos militares estavam repletos de pretos e pardos e com pouca participação de brancos. Justificando essa característica na composição da população, o governador iniciava escrevendo:

Não sei a proporção em que estão umas para as outras, porque não achei mapas da população, e agora é que vou recebendo os que mandei tirar das Setenta Freguesias desta capitania [...] Pode contudo dizer-se em geral, que os Mestiços excedem já, ou hão de vir a exceder a cada uma das outras espécies, porque todas as primitivas concorrem para o seu aumento, além da sua própria multiplicação: e ajuntando-se os Pardos aos Pretos, virão a fazer o duplo, o triplo, ou o quadruplo dos Brancos [...]<sup>1</sup>.

Dando continuidade à proposta de Montenegro, em seu argumento é visível que a matéria que buscava reparar na reorganização das tropas não era exatamente a desordem estrutural em que se encontravam, mas sim podar o acesso aos altos postos, “até mesmo superiores”, que grupos sociais egressos do cativo “tirados dos ofícios mecânicos” vinham ocupando:

[...] amontoaram-se corpos [militares], e alguns para existirem, foi preciso que ficassem com os membros espalhados pelos distritos de diferentes vilas: nomeando-se oficiais, até mesmo superiores, tirados dos ofícios mecânicos, e sem poderem manter a decência, e independência dos postos: e com o favor destas e outras irregularidades apareceram dezenove Regimentos Milicianos [...]<sup>2</sup>.

O plano que pretendia executar para os regimentos, incluindo os de cavalaria, tinha inspiração em Ordens Régias antigas, que enquadravam as camadas sociais inferiores nas questões de “qualidade” de nascimento e de “cor” em uma política mais rígida de controle. Nessa direção, cita a Ordem de 14 de janeiro de 1731, que proibia a existência de corpos

<sup>1</sup> Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre a distribuição racial da população da capitania de Pernambuco, prevalecendo o número de pardos e pretos e a desorganização em que se encontram os diversos Regimentos de milícias, precisando de autorização real para compor e reorganizar os ditos regimentos. AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 259, D. 17405. Recife, 24 de março de 1806.

<sup>2</sup> Idem, Ibidem, fl. 1v.



separados de pardos e brancos, tal qual a Provisão de 12 de janeiro de 1733 que dispunha o mesmo para os pretos. Mas para a infelicidade do governador, a partir da segunda metade do século XVIII se adotou uma política que tendeu a flexibilizar o preenchimento de postos por Pretos e Pardos, a partir da Carta Régia de 22 de março de 1766. Permitindo a criação de um novo “sistema de execução arbitrária”, que Montenegro via com bastante antipatia. Especialmente porque as medidas que priorizavam a ocupação dos postos de comando por brancos não estavam sendo adotadas em nenhum artigo, “passando-se ao outro de se criarem muitos corpos sem escolha alguma de indivíduos, de sorte que hoje há seis Regimentos, dois de Henriques, e quatro de Pardos”<sup>3</sup>. Já expressando os ares de sua política de diminuição das tropas e de controle sobre elas, nesse mesmo trecho finalizava informando um pedido que moradores de Goiana fizeram: requeriam a criação de um novo Regimento de homens pardos, “cuja súplica não deferi”<sup>4</sup>.

Anos antes de Caetano Pinto Montenegro, José Cesar de Menezes, que governou Pernambuco de 1774 a 1787, expressou com similar desgosto o fato da multiplicidade de regimentos e postos comandados por pretos e pardos na Capitania em um ofício com Martinho de Melo e Castro, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar<sup>5</sup>. Ele sugeria a diminuição das tropas em favor de não onerar mais a Real Fazenda com os ordenados que eram pagos aos oficiais dos terços auxiliares<sup>6</sup>.

A tônica do discurso de Menezes é um pouco diferente do que Montenegro apresentou anos depois, em 1806, pois não propunha diretamente uma reorganização na estrutura militar fundamentada em uma preocupação com a multiplicação da “população de cor”. Por sua vez, o argumento que guiou a sua crítica à ascensão de pardos e pretos na hierarquia militar foi a alegação de que era “diminuta a gente que acode os exercícios” militares, a “desordem”, a “falta de merecimento e utilidade”, e a “despreparação” dos homens que vinham ocupando os postos de comando, em especial os de mestre de campo, sargento-mor e ajudantes<sup>7</sup>. As maiores

---

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 2.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 2.

<sup>5</sup> Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o alistamento dos praças para os Terços Auxiliares dos Homens Pardos e Pretos, dos Brancos e da Cavalaria. AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 144, D. 10544. Recife, 13 de abril de 1782.

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que o posto de “mestre de campo”, após 1796, terá uma mudança em sua nomenclatura, passando a ser conhecido como “coronel”, mas sem alteração significativa em suas atribuições. Outra mudança que ocorre nos terços auxiliares a partir desse mesmo ano é a alteração da nomenclatura para “regimento de milícia”. Havendo pouca mudança em sua estrutura, se torna obrigatória a constituição de uma nona companhia de caçadores.

patentes possíveis de alcançar nos terços auxiliares em todos seus segmentos étnicos da época, além de serem as únicas que acompanhavam soldo.

Na continuidade do ofício com Martinho de Melo e Castro, José Cesar de Menezes informava de sua diligência em relação a disciplina que tentava aplicar aos corpos militares, mas com os insucessos causados pela má conduta da gente que servia neles. Pontuava:

[...] Cada Terço no seu dia de sorte que sem gravame vem cada um deles de quarenta em quarenta dias afim de receberem estes corpos a disciplina militar que os pode fazer uteis a diferença desta Capitania. Não tenho perdoado a diligência alguma, que pudesse tender a este fim, mas esta gente sabe frustrar tudo pela desordem, com que foi alistada, vendo-se nestes corpos pessoas de três, quatro, dez e mais léguas de distância desta praça<sup>8</sup>.

Ao fim da narrativa de José Cesar, o desfecho que buscava junto aos seus superiores no reino tinha linhas similares ao que fora formulado mais tarde, em 1806, por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Para o primeiro governador, bastavam só um “terço de brancos, outro de pardos e outro de Henriques: porém, para serem bem disciplinados, e úteis ao Real Serviço, devem os seus oficiais maiores [...] ser brancos”<sup>9</sup>. Argumentos mantidos pelo sucessor de José Cesar, que em sua proposta defendia a diminuição dos terços, pois ela traria mais “ordem” e “organização” às tropas. Além disso, enfatizava, assim como o governo posterior, que a composição dos postos superiores de mestres de campo, sargento-mor e ajudante deveriam ser remodelados, afirmando que:

Um corpo de cada qualidade na capital do Governo, e nas outras vilas, e povoações algumas companhias incorporadas nas ordenanças e milícias dos Brancos, seria talvez o meio mais prudente e moderado que se devia adotar<sup>10</sup>.

Apesar da longa discussão, Montenegro não chegou a aplicar tão cedo sua proposta às tropas locais de Pernambuco, pois temia que as medidas não fossem recebidas com “ânimo” pela gente preta e parda já sedimentada em postos de relevância das tropas. A fim de evitar complicações afirmava ser:

[...] mais fácil evitar abusos, do que arrancá-los depois de introduzidos. Agora os pobres Pretos, e Pardos, a pesar de que largando a Espada vão pegar na agulha, no picão, e na Soveia, de boamente não se viram privados do acesso dos postos, e das honras de oficiais pagos, que a sobredita Carta Régia lhes concedeu; sendo necessário contemporizar, e lançar mão de meios indiretos; porque uma reforma direta, e muito austera, poderia fazer grande concussão em ânimos, acostumados a diversa ordem de coisas<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 144, D. 10544, fl. 4. Recife, 13 de abril de 1782.

<sup>9</sup> Idem, Ibidem, fl. 4.

<sup>10</sup> AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 259, D. 17405. fl.1v-2. Recife, 24 de março de 1806.

<sup>11</sup> Idem, Ibidem, fl. 2v.

Por fim, propunha uma medida mais podada para a composição e organização dos regimentos, começando pela cavalaria, depois seguiria com os planos para os outros segmentos da infantaria. Desse modo, para efetivar as medidas que formulou em 1806, Montenegro tinha em mente que este seria um processo gradativo e com a provável relutância daquelas pessoas incluídas em sua reforma.

Na exposição das ações de dois governos, vimos elementos que se complementam e que expressam as particularidades da administração das armas em Pernambuco em um período circunscrito. Um foi mais claro ao explicitar a preocupação quanto aos lugares que os homens de “cor” vinham ocupando na Capitania de Pernambuco por meio da ascensão nos terços auxiliares, que para ele só aumentaria, uma vez que a população de pretos e pardos crescia e se “misturava” entre si. Quanto ao outro, recorrendo a um discurso que exaltava a sua experiência militar nas diversas paragens do Império, descreditava dos homens de “cor” a capacidade e a utilidade para exercerem as atribuições no Real Serviço sem o devido controle, que deveria ser atribuído a oficiais brancos. Assim, buscavam cercear a mesma ascensão dessa gente que, ironicamente, só cresceu à revelia dos governos posteriores.

Nestes termos, ações que no plano geral estavam revestidas de uma “reforma” para todas as tropas locais, visavam atingir diretamente pretos e pardos. Os objetivos eram ampliar as formas de controle com a introdução de oficiais brancos, como iniciar a redução dos outros nos postos de relevância, levando a pouca participação de homens de “cor” no quadro de oficiais.

Mas, apesar dos obstáculos impostos aos grupos descritos, a dinâmica social da América portuguesa impunha às autoridades coloniais a redefinição dos valores jurídicos e estamentais herdados do Antigo Regime das sociedades ibéricas. De modo que a dinâmica colonial desses lugares, se sobrepunha em alguns aspectos ao sistema de normas legais ibérico. Neste sentido, esta pesquisa segue pelo caminho que demonstra esta tessitura social na Capitania de Pernambuco com ênfase na sua Comarca de Alagoas.

Com a investigação histórica aqui construída, percebemos no Setecentos que as mercês régias concedidas através das patentes para a ocupação de lugares nos corpos de ordenanças e de auxiliares continuaram a crescer. Diagnóstico efetuado tanto para os terços auxiliares de brancos, como para os de pretos e pardos, emersos na estrutura de defesa da Comarca de Alagoas. Essa intensificação na militarização, como demonstraremos, esteve ligada tanto ao jogo de forças entre as monarquias em ascensão, como à própria condição de ser colonial. Portanto, sem mais demora iniciemos essa análise.

\* \* \*

Ao analisar a documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino relativa à Alagoas encontramos um universo desconhecido, cujos esforços para entendê-lo, mesmo amparado na literatura produzida, davam poucos indícios de seu funcionamento e informações sistemáticas e praticamente inexistentes. Na continuidade da pesquisa e o diálogo com a historiografia nos deparamos com a falta de um padrão na estrutura das forças militares, bem como de suas atribuições nas comunidades da América portuguesa. Percebemos que assim como outras organizações lusitanas levadas aos territórios conquistados, o estudo sobre os corpos de ordenanças e auxiliares introduzia o pesquisador em uma realidade particular, que poderia variar de um espaço para o outro. Tipicamente um fenômeno ocasionado pela própria condição colonial. Além disso, nas investigações de pesquisadores alagoanos e pernambucanos, esta era uma área inexplorada, carente de uma investigação afim de fornecer dados sobre a estrutura defensiva que possuiu a localidade. Mas como parte da Capitania de Pernambuco, até que ponto esta estrutura defensiva e o perfil dos sujeitos envolvidos tinham de parecido com outras regiões da Capitania? Este fora um dos questionamentos seminais da pesquisa.

Dessa forma, não só a distância que existe no tempo dificulta a compreensão da estrutura militar colonial na investigação histórica, especialmente a que caminha para projetos maiores. Mas também as mudanças ocasionadas pelas reformas militares e as especificidades regionais de cada localidade, levando em conta a época em que são abordadas, e a composição populacional. De região para região esses são elementos que interferiam diretamente nos tipos sociais que compunham essas organizações. Portanto, é coerente o que pontua a historiografia sobre a falta de homogeneidade e de produções acadêmicas sobre a temática. Nas palavras de Vitor Izeckson:

Essa falta de padronização, confundiu frequentemente colonos e autoridades, da mesma forma que ainda confunde pesquisadores que lidam com esse objeto, tornado a produção historiográfica sobre milícias quantitativamente menor e menos específica do que aquela ligada a outros temas coloniais<sup>12</sup>.

Em suma, as organizações de defesa na América portuguesa estavam divididas em três: tropa regular, tropa auxiliar e as ordenanças. Mas na Comarca de Alagoas existiam apenas as

---

<sup>12</sup> IZECKSON, Vitor. “Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**. vol. 3 (c. 1720-c. 1821), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 484.

duas últimas organizações, às quais nos deteremos neste trabalho. As auxiliares (milícias, a partir de 1796) constituíam-se dos indivíduos que não estavam no serviço das tropas regulares, o exército oficial português. Essa força era terrestre e composta por terços comandados por um mestre de campo, no caso da infantaria, ou um coronel, no caso da cavalaria<sup>13</sup>. Aos auxiliares era designado o dever de acudir as fronteiras e os portos do mar. Enquanto estivessem prestando serviços que exigissem o deslocamento de oficiais e seus subordinados deveriam receber soldo igual aos membros das tropas regulares<sup>14</sup>.

Já as ordenanças, constituíam-se em uma força de reserva, onde todos os homens isentos das outras tropas ficavam alistados. Eram comandadas por um capitão-mor e organizavam-se em terços, divididas em companhias que abrigavam um número de homens que dependia da densidade populacional das freguesias, vilas ou cidades<sup>15</sup>.

Neste trabalho busca-se tecer uma narrativa sobre as especificidades das tropas presentes no Sul da Capitania de Pernambuco, investigando a sua dispersão pelo território e as suas formas de atuação. A guerra viva foi um elemento inconstante para os moradores dela<sup>16</sup>, caracterizando os serviços de guerra prestados pelos súditos por meio da *conquista, defesa e manutenção*, propriamente contra inimigos internos. Isso não exclui o fato que assolava os

---

<sup>13</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. “Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos corpos de ordenanças em Minas colonial”. In: *Revista de História Regional*, 11 (2): 109-162, 2006.

<sup>14</sup> Por meio de uma literatura que abordou as vidas de grupos inseridos no meio militar da América portuguesa é possível compreender a estrutura dessas organizações e conhecer as particularidades das regiões abordadas pelos pesquisadores. A saber: COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. COTTA, Francis Albert. **Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010. GOMES, José Eudes. **As Milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. JESUS, Nauk Maria de. “Com capacidade e suficiência para exercer a dita ocupação”: notas de pesquisa sobre os capitães-do-mato na Capitania de Mato Grosso?. In: *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime Português: séculos XVI-XVIII*, Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014, pp. 198-210. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra: a vida na colônia do Sacramento (1715-1735)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010. SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalização na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2001.

<sup>15</sup> Nas vilas e freguesias da Comarca de Alagoas este número estava em torno de 100 praças por companhia, como demonstramos ao longo do trabalho.

<sup>16</sup> MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/ Editora da Universidade de São Paulo, 1975. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Leiden, Leiden (Holanda), 2011. SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010.

terços coloniais, quando boa parte das companhias em distritos próximos ao mar eram mobilizados para guarnecer possíveis pontos de desembarque para naus das monarquias rivais, especialmente espanhóis e franceses. Essas atividades e outras se relacionavam diretamente com a prestação de serviços da época e faziam parte obrigatória de um arcabouço maior de estratégias lançadas por súditos que visavam garantir a permanência ou o aumento das qualidades a partir daquele contexto.

No cotidiano administrativo colonial, não era raro encontrar os mesmos grupos que monopolizavam os principais postos dessas organizações ocupando outros lugares de maior proeminência na governança local (Senado da Câmara, Fazenda). Era com esses personagens, também conceituados como *elites locais*, que a Coroa portuguesa mantinha uma comunicação e negociava a prestação de serviços em troca de privilégios e honrarias, por meio do que a historiografia caracterizou de *sistema de mercês*<sup>17</sup>.

Por seu turno, cabe enfatizar sobre os significados das patentes concedidas para as tropas locais, mercês que não traziam nenhuma riqueza material imediata, pois com exceção de alguns oficiais advindos das tropas pagas para disciplinar os terços (sargento-mor e ajudante), os outros postos não acompanhavam soldo. Mas, o que estava em jogo eram as remunerações que os serviços prestados à monarquia rendiam. A concessão de novas patentes significava mais prestígio e distinção no nível local, e ainda concediam alguns privilégios e isenções. Além disso, poderiam ser fatores positivos no pleito a outros cargos da administração ultramarina (fazendários, camarários)<sup>18</sup>.

Dentre os estudos mais relevantes sobre a temática, os trabalhos de Kalina Vanderlei Silva, com o objetivo de investigar o processo de conquista dos sertões das Capitâneas do Norte, reconheceu naquele fenômeno, como os homens à disposição da Coroa e de particulares foram utilizados nas tropas, e na investigação dos perfis dos militares envolvidos, identificou as camadas sociais residentes nos núcleos urbanos açucareiros. Esses colonos foram utilizados em massa pelos interesses régios na expansão da economia colonial para os interiores das Capitâneas do Norte. José Eudes Gomes também aponta para a importância que o serviço das armas teve na conquista, colonização e manutenção das elites locais da Capitania do Ceará. Assim como Ana Paula Pereira Costa, que enfatizando a comarca de Vila Rica buscou

---

<sup>17</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e governabilidade no Império. In: *Penélope*, nº 23, 2000, pp.68-88.

<sup>18</sup> Podemos incluir a pesquisa de Dimas Marques como seminal em traçar algumas características da distribuição de mercês concedidas aos súditos da parte Sul de Pernambuco. MARQUES, Dimas Bezerra. "Por meus méritos às minhas mercês: elites locais e a distribuição de cargos (Comarca das Alagoas - século XVIII). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Alagoas Colonial**: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, pp. 87-126.

reconstituir os perfis sociais dos homens investidos nos mais altos postos das ordenanças e como estes viabilizavam a governabilidade régia. Já Christiane Figueiredo Pagano de Mello, ao pesquisar os corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII no Rio de Janeiro, forneceu importantes informações sobre as políticas adotadas pelo Império português no tocante ao seu sistema defensivo. Em grande medida, a autora demonstra como o conjunto de normas emitidas ao longo do século XVIII alterou a dinâmica das relações entre as tropas locais (corpos de ordenanças e auxiliares), a Coroa e a sociedade.

Além desses trabalhos, podemos mencionar as pesquisas desenvolvidas por Bruno Miranda sobre o cotidiano dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais enviados ao Brasil. Este autor construiu uma narrativa sobre o cotidiano dos soldados da WIC em terras brasílicas, fornecendo mais uma análise com base na história social sobre homens de guerra. Tal como fez Paulo César Possamai ao estudar a condição de vida de civis e militares do pequeno povoado português de Sacramento, em meio a disputa entre portugueses e espanhóis pelo território da Colônia, desenrolado por boa parte do século XVIII por um cotidiano de guerra, ocasionado pelas hostilidades entre as monarquias católicas<sup>19</sup>.

São nesses estudos que buscamos entender as especificidades dos agentes analisados e as instituições onde eles se inseriam. Como homogeneidade é uma categoria com a qual não se pode trabalhar as tropas da América portuguesa, as comparações regionais são ferramentas importantes no trabalho historiográfico.

As fontes documentais utilizadas foram diversas, e se distinguem tipologicamente entre si. Na documentação avulsa referente às capitanias de Alagoas e Pernambuco resguardadas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) privilegiou-se a consulta nos documentos em que os

---

<sup>19</sup> De igual importância são as pesquisas que não foram utilizadas para a construção do trabalho em função do tempo disponível, mas assim como fontes que na ocasião também foram descartadas ou pouco utilizadas, esperamos que em outro momento possamos utilizá-las no sentido de enriquecer o trabalho: VIANA, Wania Alexandrino. **A gente de guerra na Amazônia colonial**. Composição e mobilidade de tropas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. MOREIRA, Luiz Guilherme Scadaferri. **Os oficiais superiores e inferiores da tropa paga (ou 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652**: Lógica social, circulação e a *governança* da terra. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. MIRANDA, Bruno. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da Capitania de Pernambuco – 1654-1701)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. MOREIRA, Luiz Guilherme S. **Navegar, Lutar e Pedir e... receber** (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. ROCHA, Rafael Ale. **A elite militar no Estado do Maranhão**: Poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. NOGUEIRA, Shiley Maria Silva. **“A soldadesca desenfreada”**: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola**: Patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

assuntos correspondiam ao caráter administrativo e político aplicado às organizações de defesa. Ademais, buscou-se contemplar no levantamento realizado nesse acervo as cartas, bandos, provisões, requerimentos, listas, mapas, entre outros tipos registros concernentes à administração das vilas da Comarca de Alagoas e que contribuíssem para compreender melhor o cenário político e social onde atuavam as organizações analisadas e os agentes que as compunham.

A cartas patentes puderam ser percebidas não apenas como mecanismos de promoção hierárquica, mas também como mecanismos de promoções sociais dos investidos. As demais informações sobre a estrutura dos corpos militares, das relações das companhias espalhadas pelos distritos da capitania e as utilidades que as autoridades régias delegavam às tropas locais passaram a ser analisadas de forma mais eficaz na medida em que as fontes desse arquivo foram processadas sistematicamente.

No conjunto das leis, cartas, provisões e instruções régias encontrados nessa mesma massa documental ainda foi possível identificar os discursos construídos sobre os projetos concernentes às tropas da América Portuguesa, e assim, perceber os encaminhamentos para a Capitania de Pernambuco como um todo tornou-se mais exequível. Isso permitiu a compreensão da influência dos aparatos reguladores da monarquia para as organizações bélicas, aspecto na pesquisa que só se tornou viável mediante as reflexões teóricas e conceituais trabalhadas, a princípio, por Eric Hobsbawm, Carlo Ginzburg, Stuart Schwartz, John Russell-Wood, Antônio Manuel Hespanha, Kalina Vanderlei Silva, Antonio Filipe Pereira Caetano, dentre outros de igual relevância para o entendimento da conjuntura histórica abordada e os agentes sociais que nela viviam.

Os mapas populacionais e militares encontrados no AHU, em sua maioria nos avulsos do estado de Pernambuco, foram de igual importância para construir a nossa narrativa sobre os cenários das vilas.

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a cartografia e a iconografia disponíveis, foram de grande importância para situar localizações específicas e entender melhor os espaços da Comarca de Alagoas. Assim como os manuscritos distribuídos pelos Anais da BNRJ, compilações dos originais, dos quais alguns não estão mais disponíveis à consulta. No amplo conjunto de manuscritos pesquisados do Arquivo Público de Alagoas, encontramos a inspiração inicial para a formulação dos objetivos pré-traçados para investigar as organizações militares não remuneradas e seus membros. Embora diante dos diálogos estabelecidos com a historiografia e com a reformulação do recorte da pesquisa, esses documentos tenham se integrado à narrativa somente a partir do segundo capítulo, em razão da temporalidade a que se



referem e do receio de que as discrepâncias no recorte trouxessem análises forçosas, uma vez que se tratam manuscritos da primeira e segunda década do século XIX<sup>20</sup>.

Estes manuscritos forneceram ricas informações para a compreensão das ações dos comandantes militares, principalmente no que diz respeito à atuação de policiamento realizado pelas milícias na região estudada. Por vezes encontramos a ação de milicianos no que se referia a perseguição a “criminosos”, a prisão de pessoas, captura de escravizados em fuga ou mesmo correções aos desacatos cometidos por soldados aos seus oficiais<sup>21</sup>. Desse modo, foi possível encontrar tais práticas a partir dos *Ofícios dos comandantes das ordenanças* e dos *Ofícios e propostas do Regimento de Milícia* derivados da comunicação feita entre os próprios comandantes locais (capitães distritais e seus superiores) ou em observância das ordens dos governadores. Alguns contém relatos de experiências pessoais e percepções do cotidiano nessas instituições, como foi o caso do coronel do regimento dos homens pardos de Penedo, Francisco Manuel Martins Ramos, que elaborou um grande volume de relatos<sup>22</sup>.

Os *Livros de Matrículas* confeccionados pelos capitães de companhias das milícias, produzidos entre 1817 e 1819, encontrados no mesmo arquivo, compuseram as fontes com as informações mais relevantes sobre as características da origem e perfil social, e às vezes econômico, dos praças em cada companhia milicianiana (de homens brancos e pardos), ao mesmo tempo em que parecem ser inexistentes para os corpos de ordenanças desse período (para estes existiam os relatórios e ofícios).

Todavia, nos arquivos alagoanos encontramos empecilhos à pesquisa, a grande carência de fontes para o século XVIII. Toda a documentação produzida pelas organizações nesse período era encaminhada à Secretaria-Geral do Governo em Recife, onde as informações recebidas das diversas partes da Capitania deveriam ser processadas por um ou dois funcionários para a confecção de informações mais uniformes. Esses dados eram utilizados tanto internamente pelo governador e capitão-general como na inserção aos dados coletados pela Coroa portuguesa para nutrir o conhecimento acerca do funcionamento político e administrativo das suas conquistas. Por isso, não é estranha a ausência de documentação primária que corresponda ao século XVIII nos arquivos alagoanos. É por esse e outros motivos que conhecer no íntimo o funcionamento dessas organizações e a dinâmica de seus membros nessas

---

<sup>20</sup> Não obstante o acervo possuir ementas que elucidam os conteúdos disponíveis nas caixas, há muitos dados que foram catalogados de forma equivocada neste arquivo, problemas que a atual gestão busca resolver, mas que no período de construção desta pesquisa, foram um empecilho na busca por documentos.

<sup>21</sup> Dados presentes em diversos documentos do Arquivo Público de Alagoas, caixas 1.511 (1817-1819), 967 (1826), 1.438 (1820).

<sup>22</sup> APA, Cx. 1.511.

instituições através de documentação presente nos acervos alagoanos é quase impossível, salvo raras exceções.

No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), em Recife, as fontes que melhor abarcaram a temática da pesquisa foram os diversos volumes da *Coleção de Patentes Provinciais*. Apesar do registro de patentes ser uma prática que remonta o próprio estabelecimento de corpos militares em determinados locais, os únicos livros remanescentes dessa atividade estão datados de 1773-1803. Eles são importantes em função das informações que disponibilizam acerca das *patentes* concedidas pelos governadores e autorizadas pelo rei que eram registradas na Secretaria-Geral do Governo. Como se tratam de registros sobre os serviços prestados pelos súditos, conseguimos encontrar muitas informações sobre o perfil dos homens, dados sobre seus serviços e também mapear a trajetória de alguns sujeitos pertencentes às famílias mais “nobres” da Comarca, além de disponibilizarem informações sobre o grau de rotatividade e as promoções nos cargos das tropas locais.

No entanto, pelo que conseguimos recolher nas pesquisas realizadas nos acervos de Pernambuco e Alagoas, é quase certo que os *Livros de Matrículas* só existem no acervo do Arquivo Público de Alagoas, pois nada semelhante foi visto no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Mas a partir disso, respostas para algumas questões abertas surgiram e desse modo, formulamos uma hipótese. A constatação de que os *Livros de Matrículas* não eram enviados ao Recife, pois se tratavam de registros feitos para a administração interna das companhias. Na verdade, era um rito administrativo bem simples. Cada capitão de companhia possuía um livro, onde nele eram anotados os dados de todos os praças de seu distrito, como o nome, a filiação, a idade, o estado matrimonial, as licenças, baixas, etc. Após completar e atualizar as listas, com uma certa frequência, esses livros, ou cópias deles, eram remetidos ao capitão-mor da ordenança ou mestre de campo (coronel, após 1796) no caso dos auxiliares (milícias, após 1796), onde os oficiais responsáveis, normalmente o sargento-mor, tabularia as informações de modo a organizá-las de acordo com a estrutura exigida para finalmente encaminhá-las ao governador e capitão general. Com isso, pretendíamos construir uma narrativa sobre as vidas dos homens em condições subalternas nas tropas da Comarca, e uma vez que estes constituem boa partes dos civis em condições para o serviço militar não remunerado, contemplá-los no estudo significava dar voz a atores desconhecidos<sup>23</sup>. Perfis que a

---

<sup>23</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. BURKE, Peter. **História e teoria social**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

historiografia buscou abordar com restrições causadas em grande medida pelas fontes, e que praticamente são desconhecidos em âmbito regional<sup>24</sup>.

Entre os demais manuscritos consultados no APEJE, estão algumas instruções dos governadores, provisões, e a *Coleção de Patentes Reais*, ambos não foram processados na escrita em função do tempo disponível, mas sabemos que reservam várias referências à Comarca de Alagoas.

Na análise de como os súditos a serviço da monarquia se relacionavam nos distritos onde residiam e, por ventura, também atuavam, buscamos construir uma narrativa sobre o lugar social ocupado por eles. No momento em que realizamos esse exercício, o fizemos sob o prisma de uma descrição do social, por meio do cruzamento das listas de matrículas com os registros feitos por oficiais de milícia, aporte documental já descrito.

É importante destacar que a utilização no trabalho desse *corpus* documental promoveu a elaboração de fragmentos de histórias. Nos dois capítulos que encerram a dissertação, o caminho proposto foi reconstituir a forma como estavam organizadas as tropas e as dinâmicas sociais em que se inseriam. Para compor esse quadro social, fizemos uso não só de correspondências administrativas de cunho quantitativo, mas não deixamos de lado trajetórias individuais e uma grande quantidade de informações seriais.

Desse modo, com base em poucos vestígios que apresentavam, além disso, grandes lacunas temporais entre si, a constituição de um cotidiano e os elementos atrelados às origens sociais, condições matrimoniais e às ocupações dos soldados foram caracterizados por uma descrição parcial dos perfis, mas que, apesar disso, conseguimos tecer uma linha, que envolvia as diferenças entre os que lutavam por benesses, horarias e *status* daqueles, subordinados, que lutavam para sobreviver.

Do ponto de vista metodológico, a tarefa de realizar uma história social sobre sujeitos retirados de diferentes camadas para contemplar os postos da hierarquia militar, tem respaldo em uma historiografia especializada no tema, que enfatiza os sujeitos enquanto personagens históricos, relacionando-os à realidade de seu meio, buscando compreender o seu papel social na dinâmica local.

Nesse sentido, um grande referencial dessa perspectiva foi a obra *Nova História Militar de Portugal*. Os textos que integram essa coletânea surgiram em um contexto de renovação historiográfica que emergiu a partir da virada do século XX para o XXI, onde houve uma

---

<sup>24</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., 2010. MIRANDA, Bruno. Op. Cit., 2011.

guinada nas abordagens e investigações sobre as categorias da *guerra* e da *administração ultramarina*<sup>25</sup>, duas dimensões em que enquadrámos nossos sujeitos. O marco dessa revisão foi orientado pela crítica de que a historiografia lusa, tal qual a brasileira, não apresentava um ponto de vista pautado na problematização analítica ou reflexão sobre os temas e fenômenos abordados dentro dessas categorias. Nos estudos específicos sobre a guerra e as forças militares da época Moderna, buscou-se retomar o enfoque da figura do homem, enquanto sujeito social, vinculando-o à dinâmica do meio em que se inseria como parte do complexo tecido social que permeava e orientava os valores de sua época<sup>26</sup>, desse modo, negligenciando a matriz tradicional, que tendia a neutralizar o comportamento humano e as instituições em prol de uma narrativa memorialista, com base, quase que exclusivamente, na descrição densa de batalhas e figuras heroicas<sup>27</sup>.

Portanto, não é pelo caminho “tradicional” que seguimos, visto que ele ignora os sujeitos históricos e não esclarece as dinâmicas sociais da América portuguesa, enrijecendo o cotidiano vivenciado por homens e mulheres. Nessas condições, buscamos uma aproximação com os conceitos de *papel social*, *status*, *mobilidade*, *dinâmica*, *interações sociais*, *estratégias* e *negociação*, como são definidos e utilizados por Jean Baechler, Mohamed Cherkaoui e Fredrik Barth<sup>28</sup>. À realidade colonial, a introdução de conceitos que frisaram a interação social e dinâmica da sociedade colonial deve-se muito aos estudos realizados por Charles R. Boxer, Stuart Schwartz e A. John R. Russell-Wood e pelas revisões de António Manuel Hespanha<sup>29</sup>. Ambos aprofundaram as interpretações sobre os poderes locais, destacando a importância das instituições e dos agentes que as geriam nas possessões do Império Ultramarino português da época Moderna.

Inspirada por esses autores, a historiografia vem recebendo a contribuição de diversos pesquisadores empenhados nestas novas interpretações acerca da América portuguesa e do Império Ultramarino Português. Tais como os historiadores brasileiros: Laura de Mello e

<sup>25</sup> Ver: MOREIRA, Luiz G. S.; LOUREIRO, Marcello José Gomes. “A nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico”. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudo de História Militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 13-31.

<sup>26</sup> Idem, Ibidem.

<sup>27</sup> BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

<sup>28</sup> BOUDON, Raymond (dir.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995. BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

<sup>29</sup> BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. SCHWARTZ: Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. RUSSELL-WOOD, A. John R. “Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808”. In: Revista Brasileira de História, v. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_arttext). **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. \_\_\_\_\_. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Souza, Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, Maria Fernanda Bicalho, Ronald Raminelli. E estrangeiros, entre eles: Nuno Gonçalo Monteiro, Mafalda Soares da Cunha, Stuart Schwartz, John Russell-Wood, estes e outros pesquisadores tem explorado novos e velhos temas sob perspectivas e abordagens renovadas. Seguindo esta senda, a Capitania de Pernambuco também tem sido um importante espaço para a observação dos pesquisadores.

Desse modo, tem-se como base para a interpretação analítica dos vocabulários sociais da época colonial, e para o entendimento das conjunturas históricas vivenciadas pelos grupos sociais livres que compunham as tropas auxiliares e de ordenanças, as reflexões elaboradas por vários pesquisadores. Sendo eles, Kalina Vanderlei Silva, Christiane Figueiredo Pagano de Mello, Ana Paula Pereira Costa, José Eudes Gomes, Paulo César Possamai, Bruno Miranda, Francis Albert Cotta, Luiz Geraldo Silva e Giovane Albino Silva. A pesquisa que nos propomos a elaborar, deve ser, portanto, resultado do diálogo que pretendemos estabelecer com estes autores<sup>30</sup>.

Como ferramenta metodológica para interpretar quem produziu as fontes reunidas na pesquisa, utilizamos a análise semântica e semiótica do discurso, propostas por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas<sup>31</sup>. De acordo com os autores, todo texto é portador de algum discurso, que lhe dota de significados. Com as fontes manuscritas do século XVIII isso não só acontece como há atenuantes. A sua interpretação requer a intermediação com o contexto em que foram produzidas. Desse modo, ao lidar com vários requerimentos e cartas produzidas por grupos privilegiados (ou não) das vilas de Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo, aliamos a análise do texto com o contexto, atentando para os discursos e práticas do período.

Como são poucos os estudos sobre os corpos militares de Pernambuco, buscaremos um diálogo com uma produção historiográfica especializada na compreensão das relações mantidas entre os agentes nas periferias do império com seu centro. Intermediar as interpretações analíticas com produções que não tiveram como enfoque direto a questão das tropas e os homens que as compunham, se apresenta como outro mecanismo capaz de viabilizar o

---

<sup>30</sup> As interpretações destes pesquisadores aprofundaram e continuam fornecendo novos olhares sobre as hierarquias e os poderes locais dentro e fora da Capitania de Pernambuco, especialmente sobre as temáticas das tropas militares. É pela senda desenvolvida por eles, que entendemos os poderes locais e as instituições portuguesas dos domínios ultramarinos.

<sup>31</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

entendimento das estruturas do exercício de poder políticos e econômicos de forma mais ampla no meio social em que estaremos analisando.

Oferecendo suporte no exercício analítico empregado às fontes Setecentistas, acreditamos que os procedimentos sugeridos no *paradigma indiciário* propostos por Carlo Ginzburg são essenciais para a fabricação de uma história social com base em um pluralismo de fontes como as que utilizaremos<sup>32</sup>. Como um detetive que busca rastros e sinais a fim de reconstituir um crime, o historiador que se depara com fontes fragmentadas e séries nem sempre completas, deve, sempre que possível, tecer sua narrativa atento aos sinais e vestígios dispersos pelo conjunto documental, com o objetivo de costurar o máximo do tecido social, tentando tecer os fios das tramas, movimentos e atuações do atores que investiga.

Como pretendemos fazer uma história baseada no social, é, também, imprescindível o uso de algumas fontes *iconográficas*. Evidências para a história social desde o século XX, as *imagens* auxiliam o historiador a construir uma história com vestígios do cotidiano e das experiências de pessoas<sup>33</sup>. Ainda que utilizemos poucas fontes desse tipo, ao uso da *iconografia*, empregaremos uma percepção de que essas imagens nos permitem testemunhar antigas formas de conhecimento, crenças e os valores da época Moderna, uma vez que quem as produziu eram estrangeiros viajantes ou mesmo nunca pisaram nos locais que retrataram. Desse modo, em *Testemunha Ocular: história e imagem*, Peter Burke fornece uma base em termos teórico-metodológicos sobre essas representações do passado. Segundo o autor, “imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida”<sup>34</sup>.

Dividimos o trabalho em três capítulos. O **primeiro capítulo** intitulado *O meio social: Comarca de Alagoas (século XVIII)*, foi construído a partir da análise de um amplo conjunto de fontes com aporte nos historiadores consultados. Trata-se da apreciação do cenário trabalhado, a Comarca de Alagoas, de modo que a análise da composição das vilas e freguesias e a estrutura social são abordados nele. A estrutura bélica montada a partir de civis empregados em organizações não remuneradas foram demonstradas no **segundo capítulo**, intitulado *Tropas locais na América Portuguesa*. E no **terceiro capítulo**, intitulado *Fragmentos de perfis milicianos: o cotidiano, a origem familiar (duvidosa) e as ocupações (maculadas)*, apresentamos o perfil social de alguns integrantes do regimento de milícia de Penedo. Esta parte do trabalho é a que concentra um maior detalhamento do perfil social e do cotidiano dos homens

---

<sup>32</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>33</sup> BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*, p. 17.

que ocupavam os postos inferiores na tropa, desse modo, fazemos uma investida sobre as vidas dos soldados.

## **CAPÍTULO 1**

### **O MEIO SOCIAL: COMARCA DE ALAGOAS (SÉCULO XVIII)**

#### **1.1 Na Comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco**

O conjunto de tropas coloniais, as patentes emitidas e as informações sobre os serviços prestados cotidianamente pelos indivíduos imbuídos do serviço das armas na Comarca de Alagoas, distribuídas ao longo da segunda metade do século XVIII e início do século seguinte, permitem compreender as peculiaridades de uma dinâmica social, administrativa e do sistema defensivo que existiu na localidade ao Sul da Capitania de Pernambuco<sup>35</sup>.

Todavia, para compreender o funcionamento desses elementos em parte da capitania Duarte, especificamente no recorte proposto, é necessário caracterizar o espaço que serviu de base para as interações dos agentes sociais pesquisados (os integrantes das forças coloniais não remuneradas), situando-os dentro do contexto onde eles foram vividos, assim como ter em vista as noções que permearam vocabulários e práticas sociais da época (por meio das hierarquias locais, a estratificação social e os modos de vida produzidos naquele contexto).

Ao executar a pesquisa sob tais parâmetros, buscamos, neste capítulo, analisar o espaço onde atuavam e residia a maioria dos sujeitos, subsequentemente, alvos desta investigação. Além disso, como nesta seção do trabalho busca-se a caracterização das freguesias e de seus habitantes, as informações contidas aqui podem, em termos gerais, ser interpretadas de outras maneiras. O conteúdo fornecido não se restringe a servir apenas de baliza para situar o leitor das estruturas e dos grupos sociais, mas fornece alguns subsídios para entender o lugar ocupado pelas vilas de Penedo, Alagoas do Sul e de Porto Calvo dentro da Capitania. Para tanto, precisamos analisar nestas primeiras linhas o meio social no qual esses agentes sociais operavam.

#### **1.2 O território**

Tendo a Capitania de Pernambuco como seu centro administrativo a vila de Recife a partir de 1711, essa função lhe resultou ao longo dos séculos seguintes uma maior preferência para que articulações que envolviam as esferas comerciais e políticas lá transcorressem, destacando-se, em uma maior proporção em relação às outras áreas da mesma Capitania. Tal

---

<sup>35</sup> CAETANO, Antonio Filipe Pereira. “Poder, administração e construções de identidades coloniais em Alagoas (séculos XVII-XVIII)” *In: Revista Ultramares*, nº 2, vol. 1, ago-dez, 2012, p. 35.



como do ponto de vista da quantidade de indivíduos inseridos nas tropas coloniais e na população de um modo geral, este foi um espaço que apresentou na segunda metade do século XVIII, uma diversificação étnica, que disputou por quase todo o Setecentos com os centros das capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Figurando, talvez, como o de maior concentração, junto à Salvador<sup>36</sup>.

Todavia, se o principal núcleo urbano de Pernambuco ao longo do Setecentos esteve presente nas estimativas que o caracterizavam como local de *mor* importância para o Estado do Brasil, teve esse título pois enquanto escoadouro urbano e local de grande concentração de pessoas, dependia das relações que mantinha com as vilas vizinhas. Estas forneciam gêneros e outros elementos, como o funcionamento do setor agrícola, rural e até certo ponto de uma estrutura regular para o gerenciamento dos portos e de seus recursos humanos<sup>37</sup>.

Muito embora Recife e Olinda fossem pontos centrais da capitania, as terras se estendiam muito além da jurisdição do ouvidor da Comarca de Pernambuco, pois, por grande parte do período que abarca o século XVIII, a região compreendida pela Capitania de Pernambuco representada pelo eixo Olinda e Recife, exerceu influência política e econômica sobre as Capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, historicamente conhecidas como *capitanias anexas*<sup>38</sup>. Sob a influência desse modelo de governo marcado pela presença do Governador e Capitão General no comando, é que também se incluía a região da Comarca de Alagoas.

Este último espaço obteve seu contorno geográfico e se organizou como um terreno dotado de controle político e jurídico com o processo de institucionalização de uma ouvidoria que se deu na vila de Alagoas do Sul. O trâmite para a sua instalação perdurou por quase uma década (1706-1712), provocando uma mudança na dinâmica local, e trazendo implicações em várias esferas das comunidades até então ali instaladas. O resultado foi a nomeação de José da Cunha Soares, primeiro magistrado a ocupar o cargo de ouvidor das “Alagoas”, no qual os

---

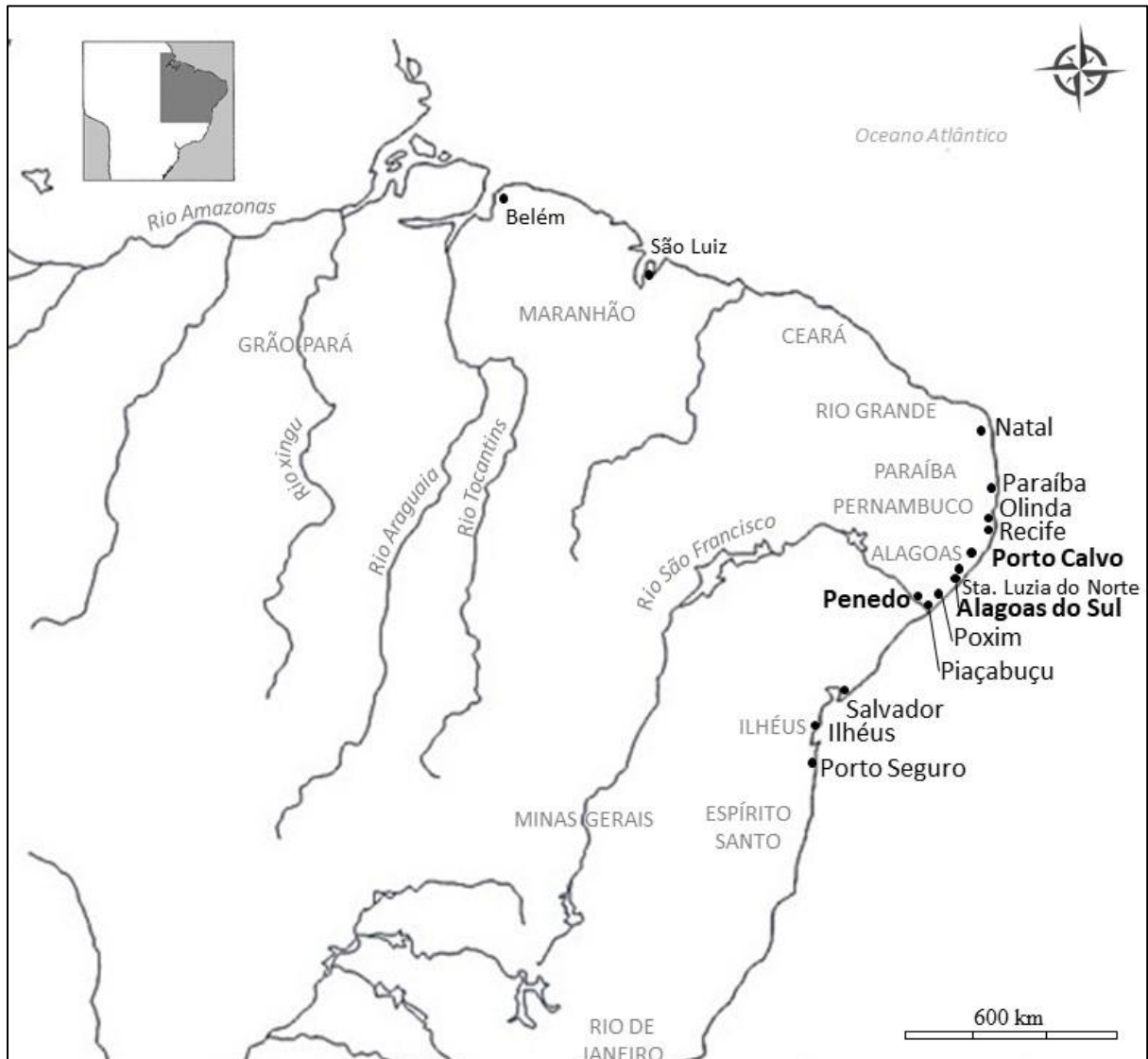
<sup>36</sup> BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina Colonial. vol. II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo: novos umbrais, 1977.

<sup>37</sup> Conforme demonstram Schwartz e Matoso para o caso de Salvador e sua *hinterland*. MATOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal e Educação e Cultura, 1978. SCHWARTZ, Stuart, B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>38</sup> JÚNIOR, José Inaldo Chaves. **As Capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos**: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997. SILVA, Kalina Vanderlei. “A plebe do açúcar: a população livre na retomada da jurisdição portuguesa na Capitania de Pernambuco (séc. XVII-XVIII)”. *História*, São Paulo, 28 (1), 2009, pp. 218-220.

primeiros anos de sua atuação se pautavam de funções para além de impor a ordem. De acordo com Antonio Filipe Caetano, o primeiro ouvidor deveria zelar pela justiça e controle social, gerenciar a produção de tabaco, conter o surgimento de novos quilombos, e tendo em vista a conjuntura de revoltas pela qual passava a capitania, perseguir os envolvidos na Guerra dos

Mapa 1: Localização dos principais núcleos urbanos das Capitânicas do Norte com ênfase na Comarca de Alagoas, século XVIII



Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base em: AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 120, Doc. 9.193; Cx. 145, Doc. 10.638. MARTINHO, Nicolao. **Mappa tipografico dos portos, e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco.** [S.l.: s.n.], 1776. 1 mapa ms, col., tinta ferrogálica e nanguim, 51 x 1,59. E em: BETHELL, 1999, pp. 339-421 e SILVA, 2010.

Mascates na época em que vivia o seu auge<sup>39</sup>. No tocante a esfera militar e de comunicação política da Coroa com essa região, percebemos um incremento significativo, se comparado aos anos finais do século XVII, isto é, com o período anterior a criação da ouvidoria em “Alagoas”.

<sup>39</sup> CAETANO, Filipe. “Poder, administração e construção...” p. 44.

No entanto, o período que antecede a nomeação do primeiro ouvidor para “Alagoas” já foi tema de estudo, demonstrando um cenário bastante dinamizado, pois em meados da segunda metade do século XVII a região já apresentava três câmaras municipais instaladas em Penedo, Alagoas do Sul e em Porto Calvo. Até finais do Setecentos, eram estas três localidades que funcionavam como centros administrativos responsáveis por abarcar toda a região ao Sul da capitania. Desse modo, muito antes da nomeação de seu primeiro ouvidor, a partir das três vilas, a região já contava com Câmaras Municipais, cuja função fulcral era atender às comunidades em quase tudo que dizia respeito ao cotidiano dos moradores<sup>40</sup>. De acordo com o que aponta a historiografia, a presença camarária em si representa um forte indício de um cenário onde a dinâmica social podia ser intensa, e por isso carente de alguma administração em nome do bem comum da *república*<sup>41</sup>. Em termos gerais, à frente do governo desse órgão, estava o juiz ordinário, ou juiz de fora, os vereadores e os procuradores, considerados os oficiais superiores. Além desses, a vereança indicava pessoas aos cargos de almotacéis, escrivães, meirinho, porteiros e o carcereiro<sup>42</sup>.

Segundo as investigações de Arthur Curvelo, a região que deu lugar a “cabeça da comarca” (Alagoas do Sul) após a guerra contra os holandeses (*post bellum*), mesmo antes de receber a Ouvidoria, em 1712, já contava com uma câmara municipal e com todos os desdobramentos de poder que a existência desse órgão implicava para uma comunidade ultramarina. Permitindo a nobilitação de grupos e a negociação entre os representantes de uma elite local detentora dos meios de governação com o poder central<sup>43</sup>. Desse modo, propiciando que uma parcela privilegiada se estabelecesse criando vínculos estratégicos com a Coroa portuguesa. Em outras palavras, antes mesmo da condição jurídica da Comarca de Alagoas existir, um cenário bem típico das conquistas Ultramarinas já era vivido na comunidade.

Contudo, em meados do XVII o que se tinha era um espaço onde os limites entre as zonas rurais e urbanas não eram bem definidos e a atuação das instituições portuguesas eram

---

<sup>40</sup> SILVA, Ana Cristina Nogueira da. “Tradição e reforma na organização política-administrativa do espaço, Portugal, finais do século XVIII”. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Huncitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 299.

<sup>41</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e governabilidade no Império”. In: *Penélope*, nº 23, 2000, pp.67-88. BICALHO, Maira Fernanda; FRAGOSO, João & GOUVEIA, Maira de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>42</sup> JESUS, Nauk Maria de. “Com capacidade e suficiência para exercer a dita ocupação”: notas de pesquisa sobre os capitães-do-mato na Capitania de Mato Grosso’. In: *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime Português: séculos XVI-XVIII*, Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014, p. 199.

<sup>43</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma leitura do Brasil colonial...” Op. Cit., p. 76.

elementos que só de forma gradual vieram a ressaltar a nova contextura do local. Nessa época, os moradores formados pela aristocracia açucareira e os grupos sociais (escravizados, trabalhadores livres, fossem brancos pretos ou pardos) que de uma forma ou de outra estavam ligados à esfera socioeconômica dos engenhos<sup>44</sup>, tinham como referência uma das três localidades para atender as demandas locais. Que funcionavam como canais de diálogos diretos entre os súditos com o monarca e seus representantes em outros órgãos administrativos no Ultramar. Além de portarem os meios para o escoamento do açúcar e do tabaco, gêneros conhecidos da região<sup>45</sup>.

Em termos de representatividade militar, tanto a literatura quanto a documentação possibilitam localizar os números dos corpos militares instaurados nas vilas de Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo já após a reconquista do território perante o domínio neerlandês, quando as três localidades, juntamente com Olinda, Recife, Igarassu, Goiana, Itamaracá e Sirinhaém<sup>46</sup> passaram a encabeçar a categoria de capitânias-mores, e se constituiriam nesses locais com a presença de grandes terços de ordenanças liderados por capitães-mores ainda no século XVII, isso por conta da atuação que desempenharam na guerra de Restauração<sup>47</sup>.

Desse modo, para que se possa compreender melhor as organizações dispostas pelo território e estudá-las em suas especificidades no século XVIII, também se faz necessário que conheçamos por onde circulavam e os espaços que abrigavam as interações cotidianas dos homens nos serviços das armas na Comarca de Alagoas, homens que não se restringiam unicamente ao espaço militar.

O quadro apresentado pelas fontes Setecentistas é bem animador no que diz respeito ao século estudado, permitindo, por um lado, constatar as freguesias sob a tutela das principais vilas e estabelecer os seus limites. De outro lado, para essa discussão temos o conhecimento de cinco fontes de extrema importância para a compreensão da Comarca de Alagoas ao longo dos séculos XVII e XVIII. São registros que contêm, *grosso modo*, dados sobre as freguesias e os habitantes da Comarca de Olinda que em alguns momentos traçam informações referentes a outros aspectos, tanto com objetivos ligados a esfera militar, nomeadamente para

---

<sup>44</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>45</sup> CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Op. Cit., 2012. CURVELO, Arthur. “Os conselhos da Comarca: constituição e especificidades administrativas das câmaras municipais da Comarca de Alagoas (século XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas e o Império Colonial Português**: Ensaios sobre Poder e Administração (Séculos XVII-XVIII). Maceió: Cepal, 2010, p. 59.

<sup>46</sup> “Informação Geral da Capitania de Pernambuco”, 1749. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII, pp. 407-413. JÚNIOR, José Inaldo Chaves. Op. Cit., p. 83.

<sup>47</sup> Idem, Ibidem; Idem, Ibidem.

recrutamentos, como para questões de ordem tributária, e ainda para projetos de povoamento, ocupação de terras e serviços litúrgicos. Destacam-se, assim, diversas pautas de ordem administrativa do Império português<sup>48</sup>.

Inicialmente, uma questão comparativa entre as principais localidades pode ser destacada. A depender do recorte vislumbrando, a vila de Penedo, local em que a representatividade militar foi identificada como a maior (ver capítulo 2, 3), sempre apresentou uma quantidade de freguesias inferior às das outras duas (Alagoas do Sul e Porto Calvo), sem que isso tivessem no entanto, implicações quanto ao seu contingente populacional e militar, que ao longo dos anos esteve em pé de igualdade ou superior (em termos bélicos) até mesmo ao da vila de Alagoas, centro político da Comarca a partir de 1712.

As informações compiladas dos manuscritos do governador Luiz Correia de Sá em 1749, apontam que a única localidade que estava no termo de Penedo era o Curato do Poxim, informação que provavelmente não se preocupou em destacar os “lugares” e povoados menores existentes. A partir de 1774 o quadro se altera, ao ponto que todos os outros levantamentos que tivemos acesso produzidos no governo de José César de Menezes até o ano de 1788 apontam para a consolidação de mais dois núcleos para além de Poxim, que foram as freguesias de Nossa Senhora do Ó (1718) e de Porto Real (1763)<sup>49</sup>.

O mesmo pode se verificar para a distribuição das tropas em toda a região que cobria a vila, cujo aumento condiz com a expansão da jurisdição da mesma. Por exemplo, recorrendo a um relato de 1819, mas que contribui para entender os finais do século anterior, o coronel do regimento de milícias dos homens pardos de Penedo, Francisco Manuel Martins Ramos, encaminhava à Secretaria do Governo de Alagoas várias relações que indicam para uma ampla cobertura das milícias, guarneecendo vários pontos de portos do mar e barras de rios, locais de vulnerabilidade onde era possível e constante a ameaça de incursões estrangeiras, e que, como veremos adiante, a situação era bem diferente em décadas passadas, antes da ampliação dos terços auxiliares por meio das instruções régias<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> SMITH, Roberto. “A presença do componente populacional indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII”. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, 2002, p. 6.

<sup>49</sup> “Informação Geral da Capitania de Pernambuco”, 1749. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVIII, pp. 407-413. Ver também: “Ideia da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reais, augmento que estes tem tido [...]. [...] desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XL, 1918, pp. 59-61.

<sup>50</sup> Cabe lembrar que nosso recorte, vez ou outra, trafega por duas unidades políticas, sendo assim, no texto encontram-se mudanças estruturais nas organizações militares estudadas, bem como no espaço onde eles atuavam.

O quadro desenhado pelo oficial miliciano também serve para visualizar um contingente militar que ocupou toda a costa de Piaçabuçu e o termo de Penedo, que se estendia ainda pela foz do São Francisco em direção ao Norte, findando no ponto estratégico da Barra de Jequiá. Seguindo pelo rio São Francisco adentro, de Leste a Oeste, o termo daquela vila alcançava as 54 léguas, sendo o seu limite a Barra do Moxotó e Tacaratú na parte Oeste, onde dali em diante era território baiano.

Assim, essa situação se difere da que foi encontrada em 1759, onde o mesmo corpo militar de homens pardos que nos finais do XVIII apresentava 889 praças, quando comandado pelo sargento-mor Manoel Coelho de Sousa, ou seja, antes da lei de 1766 que aumentou a cobertura feita pelos auxiliares no território (também chamados por milicianos nos finais do Setecentos), constatamos que o mesmo corpo militar se restringia a duas companhias lotadas uma na própria vila e a segunda no rio Boasica, provavelmente para guarnecer a sua barra contra os invasores que viessem da foz do rio de São Francisco.

A vila de Alagoas do Sul, por sua vez, era o centro político da Comarca, onde instituída a ouvidoria em 1712, passou a deter o controle judicial e, na teoria, também o controle sobre outros aspectos administrativos das freguesias, o que não lhe concedeu o comando militar<sup>51</sup>. De acordo com Caetano, após ter conquistado o título de “cabeça da comarca”, “arregimentou as demais conquistas como seu termo e isso implicou em uma melhor definição territorial em seu desenho geográfico, ao mesmo tempo que o nome da ‘cabeça’” passava a denominar o do território<sup>52</sup>.

Além do título de “cabeça da comarca”, Alagoas do Sul foi o local que no início do Setecentos apresentou o maior número de freguesias, o segundo maior em engenhos, e o maior número de pessoas onde, subsequentemente, captava-se da população masculina os recursos

---

Desse modo, os corpos auxiliares podem ser mencionados como milícias, ou regimento miliciano. Tal como Alagoas é tratada por Comarca e depois também como Capitania/Província. Inclusive, a partir de sua emancipação, a localidade passa a ter os órgãos responsáveis pela administração, como uma Secretária de Governo, mencionado no parágrafo supracitado.

<sup>51</sup> Isso porque, sendo em Alagoas do Sul a sede da ouvidoria, ficam as outras vilas sujeitas a fiscalização desse oficial, porém, isso não implica em dizer a manutenção da ordem e nem de uma visita constantes por esses povoados. CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio sobre Poder e Administração (Séculos XVII-XVIII)**. Maceió: Cepal, 2010. CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Alagoas Colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. Militarmente não existiam sobreposições de jurisdições na Comarca, muito embora, houvesse a tentativa por parte da “cabeça”. Ver: Carta do capitão-mor da vila do Penedo Leandro Dantas Barbosa ao rei [D. José] sobre a criação da dita vila e colocação nela de capitão-mor face aos invasores estrangeiros, pelo que solicita não ter atendimento a carta do ouvidor-geral de Alagoas Antônio José Pereira Barroso acerca da conveniência em criar o posto de Capitão-mor de Alagoas ficando os outros capitães-mores da comarca a ele sujeitos. Vila de Penedo, 15 de janeiro de 1751. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 136.

<sup>52</sup> CAETANO, Antonio Filipe Pereira. “Poder, administração e construções de identidades coloniais em Alagoas (séculos XVII-XVIII)” In: *Revista Ultramares*, nº 2, vol. 1, ago-dez, 2012, p. 44.

necessários para suprir as companhias de ordenanças e auxiliares, tornando-a o maior contingente da Comarca. O crescimento dessa localidade foi o maior, visto que em 1749 a sua câmara possuía sob influência três freguesias, que em 1774 se multiplicaram para onze, como visível no quadro 1.

À medida que recuamos para o centro da Comarca, as povoações encurtavam as distâncias geográficas e políticas que haviam entre elas e o seu centro administrativo representado por Recife.

Se por um lado Penedo estava à mais de 80 léguas de Recife, Alagoas do Sul estava a 59 léguas da vila de Santo Antonio do Recife, com uma costa que apresentava 45 léguas de extensão<sup>53</sup>. Portanto, não é um erro supor que esta costa careceu do empenho de muitos súditos à serviço das tropas locais para a sua proteção. Questão tratada mais à frente.

A última vila que existira na segunda metade do século XVIII nos limites entre as comarcas de Alagoas e de Pernambuco era a vila de Porto Calvo e suas cercanias.

Embora não constituísse um efetivo militar considerável, esta localidade esteve tanto quanto as outras freguesias do Sul imiscuída na tessitura de poder da Capitania. Fazendo divisa com a vila de Alagoas do Sul de um lado e do outro com vila de Sirinhaém, inserida na Comarca de Pernambuco, era a câmara da Comarca localizada mais próxima de Recife e Olinda, aproximadamente 33 léguas separavam esta vila desses centros administrativos<sup>54</sup>. De acordo com Caetano, ao discorrer que a vila poderia ter abrigado a ouvidoria local, aponta que ela

[...] sempre se mostrou mais afinada com o norte da Capitania do que com o sul. Sua câmara, dentre as primeiras “alagoanas”, é a que se tem menor informação, bem como registros documentais. Mas, por outro lado, é nela que se encontra menção inicial da existência de casa da câmara e cadeia, através de uma carta do ouvidor José da Cunha Soares, em 9 de setembro de 1712, a D. João V informando a existência de uma planta para execução da obra. Inseridos no circuito açucareiro, certamente os súditos de Porto Calvo constantemente transitavam entre Olinda/Recife e sua vila, quando não eram os mesmos súditos de Olinda e de Recife que possuíam engenhos na parte sul, mas viviam o seu cotidiano político e social na parte norte da Capitania<sup>55</sup>.

Não obstante o termo da vila compreender três freguesias completas e duas divididas com outras (a própria vila, a de Camaragibe, de São Bento e parte das freguesias do Una e de Meirim), que se encontravam relativamente perto da costa, seguindo rumo ao Oeste, ou seja,

<sup>53</sup> “Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas...” Op. Cit., Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XL, 1918, p. 55.

<sup>54</sup> “Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas...” Op. Cit., p. 50.

<sup>55</sup> CAETANO, Antonio Filipe Pereira. “Poder, administração e construções de identidades...” Op. Cit., 2012, p. 38, aspas no original.

em direção ao sertão, ela ainda se estendia por mais de 40 léguas, onde partes eram mais povoadas e outras menos<sup>56</sup>. Nesse rumo se chegava ao presídio de Jacuípe (Palmar de Jacuípe). Mas, peculiar era a sua situação em relação a sua parte fluvial, que malgrado não possuir nenhum grande rio como o de São Francisco, ou um grande canal como as duas lagoas vizinhas à vila de Alagoas do Sul, era cercada por afluentes. Alguns deles foram retratados por Nicolao Martinho, do qual dedicamos algumas observações.

Desse modo, com o passar do tempo, o crescimento do território exigiu que outros elementos da sociedade acompanhassem a sua expansão. Com a proliferação no número de freguesias pertencentes às vilas, o número de homens para ingressar no serviço das armas também crescia. Sendo por essas mesmas freguesias e povoados que os homens das forças não remuneradas da Comarca aplicavam as suas diligências em nome do real serviço. Contudo, só com uma base sólida de recrutamento é que se formavam corpos militares baseados em uma estrutura padrão de terços e regimentos, pois, de outra maneira, somente pequenas companhias incompletas eram constituídas sob o comando de um capitão comandante<sup>57</sup>.

Para compreender a base de recrutamento, se torna importante investir em uma breve análise sobre a composição social das freguesias e vilas dentro da Comarca de Alagoas, de modo que possamos entender a repercussão desses elementos na formação social dos corpos militares locais e da sociedade em questão.

### **1.3 Uma visão demográfica da Comarca**

O primeiro quadro que dispomos para essa análise se refere a informação geral da Capitania de Pernambuco, datado de 1749, mas possivelmente construído ao longo do último decênio da primeira metade daquele século. Certamente se trata de um período em que a Comarca de Alagoas já se encontrava com espaços um pouco mais delineados em contraste com o que décadas passadas a configuração territorial poderia apresentar. Em grande medida por já se ter transcorrido algumas décadas desde a criação da ouvidoria, que propiciou uma nova dinâmica populacional local e facilitou a propagação de companhias militares.

---

<sup>56</sup> “Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas...” Op. Cit.

<sup>57</sup> CITAR APEJE, FONTES DO LIVROS PROVINCIAIS.



Quadro 1: Relação das vilas e freguesias da Comarca de Alagoas e número de capelas, clérigos, pessoas e fogos, 1749:

<b>Freguesias</b>	<b>Capelas</b>	<b>Clérigos</b>	<b>Pessoas</b>	<b>Fogos</b>
Freguesia da vila de Porto Calvo	10	6	3.030	420
São Bento	5	4	1.712	411
Camaragibe	10	8	-	-
Freguesia da vila de Alagoas do Sul	9	11	-	-
Santa Luzia Alagoas do Norte	15	7	-	-
São Miguel	8	5	2.590	635
Nossa Sra. do Ô de Santo Antonio Meirim	0	2	643	176
Freguesia da vila de Penedo	10	11	3.568	931
Curato do Poxim	1	2	884	248
<b>Soma</b>	<b>68</b>	<b>56</b>	<b>12.427</b>	<b>2.821</b>

Fonte: "Informação Geral da Capitania de Pernambuco", 1749. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII, pp. 407-413.

O Quadro 1 detalha sem a separação por sexo a quantidade de pessoas, o número de fogos, capelas e de clérigos, todas estas categorias pertencentes a jurisdição eclesiástica do bispado de Pernambuco. E antes que detalhemos mais enfaticamente os dados demográficos, é importante não esquecer de mencionar os sentidos que os outros elementos que constituem essas informações para além da população que compunham as freguesias de Alagoas possuíam. Especialmente os dois primeiros itens listados e enumerados (capelas e clérigos), também assumem outros significados, visto que não feitos apenas para simplesmente enumerar. Esses dados também podem contribuir para suprir as lacunas visíveis acerca das pessoas e fogos nas freguesias de Camaragibe, de Santa Luzia do Norte (antiga Alagoas do Norte) e da freguesia da vila de Alagoas do Sul.

Observando o quadro 1, vê-se que os principais núcleos urbanos de Alagoas em 1749 eram aqueles que continham os maiores contingentes.

Assim, excetuando-se a vila de Alagoas, cabeça da Comarca, cuja fonte não forneceu informações, era a freguesia da vila de Penedo, nos limites da capitania, que detinha a maior densidade demográfica, com 3.568 pessoas na vila. Em seguida, estava acompanhada da freguesia da vila de Porto Calvo, com 3.030 pessoas. Todavia, nota-se que as freguesias em que as vilas se inseriam eram acompanhadas de outras freguesias circunvizinhas, e estas eram pertencentes ao termo da freguesia principal, onde era a sede da câmara municipal, e se encontrava a vila. Levando em conta essas considerações, observamos que tanto Porto Calvo, que possuía em seu termo as freguesias de São Bento (1.712) e Camaragibe, como Alagoas do Sul, com as freguesias de Santa Luzia do Norte, São Miguel (2.590), Nossa Senhora do Ó de Santo Antônio Meirim (643) dentro da jurisdição da câmara, de longe já ultrapassam Penedo e

as cercanias de sua jurisdição, na época, somente com o curato de Poxim no registro, quadro que se iguala somente a partir da década de 1770.

Portanto, de um modo geral, em meados da primeira metade do século XVIII, a distribuição espacial dos efetivos populacionais em Alagoas se apresentavam da seguinte forma: dos registros de Porto Calvo somente Camaragibe não foi listado, sendo assim, a sede da vila com a freguesia de São Bento perfaz o total de 4.742 habitantes; para Alagoas do Sul somente São Miguel e Nossa Senhora do Ó de Santo Antonio Meirim foram listados, perfazendo o total de 3.233, como dissemos, sem conter as informações da vila; e Penedo junto ao curato do Poxim perfaziam as 4.452 pessoas. Desse modo, o que se entendia por Comarca de Alagoas em meados de 1749, era um território constituído por cinco freguesias e um curato, ambos sob a influência dos termos de uma das três câmaras locais. Todos esses lugares juntos abarcavam 12.427 habitantes, entre eles pessoas de cor, brancos, indígenas e mestiços, em condições sociais bastante diferenciadas, e todo esse público disperso pelas freguesias e vilas, eram atendidos por 56 clérigos responsáveis pelos sacramentos de batismo, casamento, óbito e desobrigas.

Estes núcleos, se comparados aos termos de Recife e Olinda, os mais populosos em termos demográficos e no contingente de tropas da época, ficando atrás somente de Salvador, apresentam uma considerável distância. As freguesias de Recife e Santo António possuíam 12.536 almas, já a Sé de Olinda, com a freguesia de Boa Vista e de São Pedro somavam 7.098 almas em 1749. Contudo, embora a grande discrepância entre os números dos habitantes do Norte em prol dos do Sul da capitania, essas acentuadas diferenças diminuía consideravelmente se comparadas as distribuições militares de cada um, pois Olinda (7.098) e Recife (12.536) possuíam cada uma 1.254 e 2.086 praças guarnecendo as respectivas vilas na soma total de suas forças militares. Já Porto Calvo, Alagoas do sul e Penedo, possuíam juntas os valores de 727, 516 e 931 praças, isso excetuando as cercanias da freguesia onde se encontrava a câmara.

Mesmo com um relativo detalhamento, ainda paira uma grande incógnita acerca dos números relativos à Alagoas do Sul, pois mesmo que existam os registros das tropas para a região, tanto o número de habitantes da própria vila como a freguesia de Santa Luzia do Norte não foram registrados ou desconhecemos fonte que os apresente. De qualquer forma, demonstramos no tópico anterior quais as circunstâncias que levariam a não inclusão de alguns dados, que poderiam ser tanto as grandes distâncias que eram necessárias percorrer até atingir todos os locais habitados, como o atraso das listas nominais por parte de um ou outro agente

envolvido na contagem das almas e fogos<sup>58</sup>. Porém, acreditamos que a segunda explicação seja mais plausível, levando em conta a conjuntura daquela localidade, visto que como cabeça da Comarca, deveria existir uma estrutura administrativa eficiente para os padrões da época, e também não podemos esquecer que era em Alagoas do Sul onde se abrigava a ouvidoria. Esse elemento poderia ser o indício de que a dispersão dos povos pelo vasto território provocou a lacuna, dessa forma acumulando mais trabalho para párocos e capitães de companhias envolvidos nesse tipo de diligência. Mas voltando a observar o quadro 1, percebemos que as categorias “capelas”, “clérigos” e “fogos”, trazem números que, se incluídos na análise, poderiam contribuir para sanar algumas das lagunas de forma positiva. Será mesmo?

Não se pode tomar como parâmetro os números de “capelas”, “clérigos” e “fogos” sem que isso implique incorrer em graves erros. Observando que não existe uma padronização entre eles, esse já é um argumento suficiente para anular as tentativas de estimar a população na vila de Alagoas, em Camaragibe e em Santa Luzia do Norte para meados da primeira metade do século XVIII por meio outros vestígios. Isso porque o número de capelas e clérigos não era determinado para corresponder ao tamanho das freguesias, mas poderiam ter influência, como ocorria na maioria das vezes, de acordo com o número de engenhos e de aldeamentos. Ou edificadas por meio de demandas locais, construídas a partir de iniciativas particulares<sup>59</sup>.

Um relato de 19 de fevereiro de 1777 do Bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima, declarava em uma relação encaminhada ao rei, o número de clérigos existentes e os que se faziam necessários para suprir a administração dos sacramentos em diversas localidades da Capitania. O que é interessante nessa informação, é que de certa forma ela nos alerta para que não interpretemos os dados das categorias “capelas” e “clérigos” contidas no quadro 1 – e isso se aplica aos manuscritos do período colonial – de forma equivocada e talvez forçosa, mal do qual alguns historiadores já provaram, tanto de forma proposital, bem como podem ter sido induzidos a isso, talvez por uma visão pouco crítica ao documento e aos interesses da época. No relato do bispo, ele informava que ao remeter as relações inclusas, declarava

[...] que todas estas capelas, ou são de engenhos necessárias para a celebração do Santo Sacrifício da Missa e administração dos Sacramentos aos trabalhadores dos mesmos, ou são edificadas pelos povos circunvizinhos com patrimônio competente, nas distâncias grandes das suas Matrizes, para o referido fim dos sacramentos, e Santo Sacrifício, conservando-se nelas hum sacerdote [...]<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> Cf. BACELLAR, Carlos Almeida. “Para conhecer os súditos d’El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil”. In: *Revista Estudos Amazônicos*, vol. IX, 2013, pp. 32-57.

<sup>59</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, cx. 126, D. 9545.

<sup>60</sup> Idem, Ibidem.

Deste modo, cai por terra a tentativa de estimar um contingente por meio das duas categorias supracitadas. Como é visível, Penedo possuía em 1749 a quantidade de 10 capelas e 11 clérigos com um número de pessoas listadas em torno de 3.568. Já Porto Calvo, tinha o mesmo número de capelas (10) e apenas 6 clérigos, mas com uma população que correspondia a 3.030 pessoas, quantidade inferior à de Penedo, assim, como ocorre em Santa Luzia do Norte, que o número de capelas ultrapassa todos os principais núcleos urbanos, e é maior até mesmo que a vila de seu termo (Alagoas do Sul com 9 capelas e 1 clérigos).

Outro fator que se torna obsoleto quanto a tentativa de estimar o contingente da vila de Alagoas do Sul e seu termo se refere ao número de fogos. Capistrano de Abreu utilizou como parâmetro para cada fogo (domicílio) a quantidade de quatro indivíduos, já para o historiador Manuel Diégues Júnior, o ideal seria levar em conta 6 indivíduos por fogo, entre outras avaliações<sup>61</sup>. Desse modo, por exemplo, percebe-se as incongruências entre São Bento, com 1.712 pessoas e 411 fogos, em relação a Porto Calvo, com 3.030 pessoas, mas com quase o mesmo número de fogos (420) que a freguesia de seu termo. Em outras palavras, para este caso a distribuição do contingente só poderia ser medida se houvesse uma maior uniformidade na relação entre pessoas e fogos.

Mas, independentemente das estimativas arroladas e o número de pessoas, fossem elas distribuídas pelo clero, militares e a população civil nos diversos estatutos jurídicos da sociedade colonial (livres, forros e cativos), esses são indicadores e, portanto, não devem ser interpretados ao pé da letra, não obstante constituem importantes dados para entender o contexto de crescimento das forças militares instauradas na Comarca de Alagoas na primeira metade do século XVIII, que, apesar do incremento nos efetivos coloniais estarem ligadas mais a determinações régias do que ao evoluir populacional, esse mesmo fator acabar por criar demandas locais, e, especialmente, parte das ações na administração da Coroa frente as conquistas na tentativa de obter o controle sobre o recrutamento aplicado aos homens hábeis para o serviço real<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 53. DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

<sup>62</sup> Ver os trabalhos de SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalização na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2001. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

Dessa forma, se nesse período, em meados de 1759 o contingente das três principais vilas arregimentava 4.591 homens para as tropas locais, com base no número de homens que devem ser pensados a partir do valor de 12.427 habitantes, ainda que não especificadas as suas subcategorias, veremos que nas próximas décadas o cenário das vilas e freguesias na Comarca apresentaram um crescimento vertical em seu efetivo, evento que está intimamente relacionado com um fenômeno geral da América portuguesa, deslocando as questões de defesa e manutenção de uma preocupação de caráter geral para o local. Isso porque os embates que envolviam a perda da Colônia de Sacramento e a região do Rio Grande ressoavam em todo o Estado do Brasil como questão a refletir o sistema defensivo português<sup>63</sup>.

Desse modo, há uma clara conexão entre as políticas adotadas nesse período em relação aos levantamentos dos povos na América portuguesa, visando sistematizar o conhecimento sobre a população e utilizando-o para avaliar a intensificação dos recrutamentos para o aumento das tropas em todos seus segmentos, isto é, tropas regulares, auxiliares e ordenanças.

De acordo com Christiane Figueiredo Pagano de Mello, nas décadas iniciais da segunda metade do *Setecentos*, aumentava a importância das tropas locais, compostas por terços auxiliares e de ordenanças. No ponto de vista da autora, isso ficava visível com as dificuldades encontradas pelo Vice-rei Antônio Álvares da Cunha (o Conde da Cunha), para recrutar homens para as tropas regulares. Nas correspondências o Vice-rei chamava atenção para existência de uma cadeia de privilégios, que protegia do recrutamento os mais abastados. Junto a isto, as inúmeras carências em torno do sistema defensivo demonstravam para as autoridades, na época acuadas pelos conflitos nas fronteiras do Sul do Estado, que o descaso das suas tropas provinha das deficiências da própria Coroa portuguesa em relação a manutenção dos regimentos pagos<sup>64</sup>. Com isso em vista, é possível perceber as conexões entre as políticas dos governos de Pernambuco com o que se passava na América portuguesa e no contexto internacional a partir da década de 1760.

Uma vez compreendida a dinâmica das tensões que envolvia o sistema defensivo e a sociedade, processamos na pesquisa outro dado que acreditamos representar parte das ações da Coroa que se direcionavam em prol de medidas econômicas, para o fortalecimento do poder real e, sobretudo, para o fortalecer a defesa territorial.

---

<sup>63</sup> PAGANO, Christiane Figueiredo Pagano de. Op. Cit., p. 133-142. POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra: a vida na colônia do Sacramento (1715-1735)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

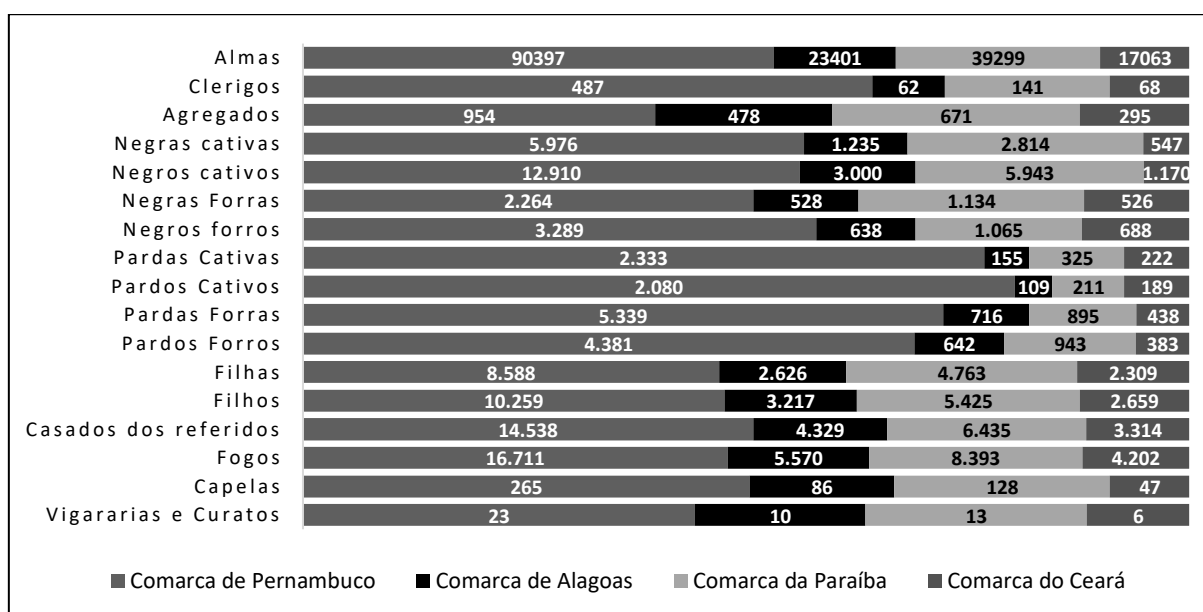
<sup>64</sup> PAGANO, Op. Cit., p. 140-141.

No entanto, quaisquer que sejam as motivações para a produção das medidas realizadas na segunda metade do Setecentos, elas fornecem mais informações para compreender a situação das vilas e freguesias da Comarca de Alagoas, permitindo um vislumbre da estrutura social.

A primeira ação impulsionada pelas instruções régias à Capitania, foi elaborada sob o governo do capitão-general Luiz Diogo Lobo da Silva. A fonte compõe um quadro detalhado com informações da Comarca de Alagoas, mas também apresenta informações sobre as Comarcas de Pernambuco, Paraíba e Ceará, que optamos por manter e, igualmente, processar na escrita para efeito de comparações. Corroboram, portanto, para perceber mudanças em contraste com o recorte analisado anteriormente.

Até aqui pontuamos que nos finais da primeira metade do Setecentos, mesmo com dados incompletos, e levando em conta as ressalvas feitas, o Sul da Capitania de Pernambuco, no ano de 1749, possuía para a visão administrativa da época 12.427 pessoas coabitando os principais núcleos populacionais (excetuando-se Camaragibe, Alagoas do Sul e Santa Luzia do Norte), acompanhadas de 2.821 fogos, 68 capelas e 56 clérigos.

Gráfico 1: Informações gerais das comarcas de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará, 1762-1763



Fonte: “Mappa Geral dos Fogos, Filhos, Filhas, Clérigos, Pardos, Forros, Agregados, Escravos, Escravas, Capelas, Almas, Freguesias, Curatos e Vigários; com declaração do que pertence a cada termo, total de cada comarca, e geral de todas as capitânicas de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande e Siará; extraído no estado em que se achava no anno de 1762 para 1763; sendo Governador e Capitam General das sobreditas capitânicas Luiz Diogo Lobo da Silva”. 8 pranchas, Mss. B.N.R.J. Cod.3.1.38

De acordo com o gráfico acima, referente ao biénio 1762-1763, é possível verificar por um rápido exame que as cifras de algumas categorias apresentam significativos aumentos. Tanto o número de capelas, clérigos e fogos parecem ter sido incrementados, como o número

de pessoas, agora referenciadas como “almas”. Em contraposição aos dados de 1749, demonstram-se as seguintes mudanças: para almas a Comarca de Alagoas apresenta 23.401, em 1749 o número incompleto existente é de 12.427; o total de fogos é de 5.570, para 2.821 de 1749; o número de capelas é de 86, para 68 em 1749; e o número de clérigos é de 62, para os 56 de 1749.

Tais informações não são acompanhadas com os resumos das tropas referente ao biênio 1762-1763 para as mesmas localidades, o que impossibilita estimar quanto do efetivo masculino era deslocado para o serviço das armas. Por outro lado, em 1759 e 1768 o governo da capitania executou levantamentos que deram origem a resumos dos terços e regimentos, que veremos mais à frente.

Em quase todos os casos, a Comarca de Alagoas possuía números inferiores de Pernambuco e Paraíba, superando somente a do Ceará na maioria dos elementos, o que indica que este último apresentava uma estrutura social das suas vilas e freguesias mais próxima no que dizia respeito aos principais núcleos urbanos contemplados na pesquisa.

Há, todavia, um aspecto que não podemos negligenciar, e que diz respeito a inclusão de novas categorias, tais como etnias e condições jurídicas e sociais, antes não listados pelas autoridades; e isto é, por outro lado, um modelo referente a forma como as comarcas foram processadas, ressaltando peculiaridades da formação histórica de cada uma. Vejamo-los.

No que diz respeito a distribuição dos efetivos populacionais pelas freguesias e demais espaços habitados da Comarca de Alagoas, escassos são os dados que permitem vincular os números às suas respectivas localidades, ora porque os mesmos dados oficiais não os apresentam, ora por quase não restar outros tipos de fontes que possibilitem esse cruzamento.

Mas quanto a dinâmica local, pode ter se alterado nas quase duas décadas desde a última informação oficial, em 1749, que demonstrou a configuração da sociedade e da população na Comarca? E que significados uma ampliação nessas duas categorias representaria? O primeiro caminho seria verificar as oscilações da população, mas como dissemos, o modelo encontrado é a forma final do mapa, já organizado na secretaria geral do governo, em Recife, preenchido com as diversas listas enviadas pelas freguesias que foram solicitadas. Em segundo lugar, o aumento de domicílios poderia ser o fio condutor de que novas demarcações surgiram, ou

mesmo a demonstração de interações na dinâmica interna da população colonial<sup>65</sup>, já que o número de 2.821 fogos no ano de 1749 se amplia para 5.570, quase o dobro, em 1762-63<sup>66</sup>.

Cabe ressaltar que nesse governo, por volta de 22 de fevereiro de 1759, os números demonstrativos das forças militares que foram arrolados a partir das nove capitânicas mores de Pernambuco, contabilizou o número total de praças que compreendiam os diferentes corpos militares, indo de regimentos de infantaria, artilharia, terços de Henriques, corpos de ordenança, regimentos de cavalaria e de homens pardos, todos de forças não remuneradas<sup>67</sup>. Estipulava que nessa época vigorava em toda a capitania um contingente de 275 companhias preenchidas com 18.026 praças. Fato importante, pois findando esse governo, uma regularidade na produção de documentação na relação “população” e “tropas” só reaparece nas fontes para a qual conhecemos a partir de meados da década de 1770, já no governo de Jozé César de Menezes<sup>68</sup>.

Neste caso, não podemos perder de vista que nos dois governos os contextos são parecidos. Após a assinatura do Tratado de Madri, em 14 de janeiro de 1750, Portugal e as suas possessões no Ultramar mergulharam em uma nova fase de sua história militar, marcadamente desde os conflitos da chamada Guerra Guaranítica (1752-1756) até a assinatura definitiva do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Dado que também pode ser acrescentado se levarmos em conta o princípio das lutas pela colônia de Sacramento, em meados do século XVII<sup>69</sup>.

Contudo, não é apenas a informação demonstrativa das tropas que nos interessa nesse momento, mas o que se verifica a partir dela acerca dos distritos de cada companhia, o que pode vir a ser útil.

O governador Luís Diogo Lobo da Silva, ao informar em 1759 ao secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o estado das forças militares de Pernambuco, descreve os distritos da Comarca de Alagoas onde diversas companhias estavam lotadas. À Porto Calvo acresce os locais de Barra Grande, Tatuamunha, Japarutuba, Cachoeira, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Barra de Santo Antônio. Por

---

<sup>65</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., 2010, p. 28.

<sup>66</sup> “Informação Geral da Capitania de Pernambuco”, 1749. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII, pp. 407-413. “Mappa Geral dos Fogos, Filhos, Filhas, Clérigos, Pardos, Forros, Agregados, Escravos, Escravas, Capelas, Almas, Freguesias, Curatos e Vigários; com declaração do que pertence a cada termo, total de cada comarca, e geral de todas as capitânicas de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande e Siará; extraído no estado em que se achava no anno de 1762 para 1763; sendo Governador e Capitam General das sobreditas capitânicas Luiz Diogo Lobo da Silva”. 8 pranchas, Mss. B.N.R.J. Cod.3.1.38

<sup>67</sup> Essas guarnições estavam distribuídas pelas nove capitânicas mores de Pernambuco, nomeadamente, as capitânicas mores de Olinda, Recife, Igarassu, Goiana, Itamaracá, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo.

<sup>68</sup> AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 88, Doc. 7184.

<sup>69</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 307-316. POSSAMAI, Paulo César. Op. Cit., 2001.



consequente, para Penedo, São João e Nossa Senhora Mãe de Deus, Jequiá e Boasica são acrescentados.

Visto esse novo quadro, do qual novas áreas para as vilas de Porto Calvo e de Penedo parecem ter emergido entre aproximadamente uma década desde o último levantamento em 1749, podem elas ser incluídas? Se sim, por qual motivo teriam sido negligenciadas pelos recenseadores, já que não são mencionadas em documentos anteriores?

A resposta para essa problemática é negativa, embora tais localidades – pontos estratégicos na época, como barras na costa do mar ou de rios – formem uma só unidade com os termos de suas vilas. Entretanto, ainda que muitas delas, atualmente, sejam municípios como Jequiá da Praia, Barra de Santo Antônio e São Miguel dos Milagres, na época foram registradas como locais de passagem, de rios e estuários para o mar, que poderiam servir como porta de entrada para embarcações ou estradas hídras para homens de caminho e as tropas<sup>70</sup>. Portanto, de forma concisa, nem todos os locais supracitados podem ser levados em consideração, pois somente Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Barra de Santo Antônio ascenderam décadas posteriores com autonomias municipais, antes disso estavam dentro dos termos de Porto Calvo e de Alagoas do Sul.

Apesar disso, não podemos conceber o aparecimento de novos “lugares” como algo ditado por decisões aleatórias a mercê da disposição dos agentes locais para esse tipo de serviço. Uma hipótese para esse aparecimento vez ou outra registrado nos manuscritos (e visivelmente diferenciados entre eles) é que as jurisdições eclesiásticas, utilizada pela justiça, se apresentava de forma diferente do modo como os militares atuavam. Uma paróquia poderia atender os sacramentos de uma ou mais freguesias e pequenos “lugares” que estavam em seus limites, e assim suprimir os dados da outra freguesia. Já o registro feito por militares era mais circunscrito, uma vez que em uma localidade com mais de cem moradores era admitido que um indivíduo fosse patenteado como capitão de distrito e por isso esses dados poderiam ser mais detalhados, algo que durante as investigações acabamos constatando na tipologia dos manuscritos<sup>71</sup>.

O gráfico 1 ainda aponta para as categorias de “parda” e “negra”, compostas por uma divisão de gênero entre elas, e que estavam dispostas na medida em que constituíam uma população de forros pardos (as) de 1.358, e na condição de cativos de 264. Os indivíduos referenciados como negros (as) forros (as) eram de 1.116, e na condição de cativos

---

<sup>70</sup> LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000, p. 33-48. IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

<sup>71</sup> Cf. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Patentes Provinciais, 12 vols.

correspondiam a 4.235. Analisando esses números, eles refletem a escravidão que afligia a maioria das pessoas concebidas na categoria de “negros” na época<sup>72</sup>.

Kalina Vanderlei Silva, utilizou em sua tese de doutoramento os mapas censitários de 1782 e 1788, para conceber os efeitos que as diversas batalhas direcionadas ao interior das Capitanias do Norte, na chamada Guerra dos Bárbaros (1650-1720), causariam à estrutura social das vilas de Pernambuco. Com o objetivo de compreender como o processo de conquista do Sertão provocou um deslocamento de pobres livres para lá, bem como identificar o repertório militar masculino à disposição da iniciativa particular e da Coroa para empreendimentos coloniais. A autora, além disso, acaba por pontuar como a alta concentração demográfica encontrada no pós-guerra poderia favorecer o surgimento de uma economia dinâmica, não obstante afirmar o caráter secundário de outras atividades em prol da açucareira. Explora também o fato de ter sido o Recife palco para a “interação entre grupos sociais livres e a organização militar”, visto que era lá onde se concentrava o principal quantitativo de recursos humanos em idade produtiva<sup>73</sup>.

O interessante é notar que a autora, ao perceber a discrepância entre homens e mulheres nos núcleos urbanos de Recife e Olinda, associa esse fenômeno aos diversos conflitos empreendidos rumo ao interior das Capitanias do Norte e à aversão que o recrutamento militar nos tempos de guerra teria trazido às comunidades costeiras. O reflexo disso é o diagnóstico de

---

<sup>72</sup> É possível observar o sentido que a terminologia entendida por “negro(a)” possuía por meio de uma vasta literatura, mas entendemos que não basta somente referenciar o uso da expressão por meio de conceitos para compreendê-la distinguindo seus usos. A expressão em Raphael Bluteau nitidamente nos mostra os seus significados, não precisaríamos continuar a descrever para apontar que são claramente pejorativos. Tanto no masculino (negro) como no feminino (negra), as conotações dão ênfase à cor da pele, mas refletem, também, o seu caráter de estigma na sociedade. Assim, negra em Bluteau, designa o gênero feminino e a cor preta, como logo após é sinônimo de “derradeiro”: “a negra no jogo, he o terceiro que se ganha, e desampara os dois primeiros”. No masculino, para contemplar a expressão são necessárias que duas vezes a palavra apareça no dicionário, e o mesmo sentido para o gênero oposto e a cor preta é mantido, contudo acrescenta-se aos sinônimos “comprei um homem preto”, “infausto”, “triste”, “desgraçado”. BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. v.2, p. 113. Para uma discussão conceitual recomenda-se a leitura de PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII** (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. \_\_\_\_\_. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. RUSSEL-WOOD. A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>73</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., 2010, pp. 27-41. No primeiro marco temporal de 1775, os homens em idade produtiva na vila do Recife correspondiam a 4.912 de um total de 8.623; em 1782 os homens em idade produtiva correspondiam a 4.814 de um total de 7.535; e em 1788 Recife foi dividido em duas freguesias, a de São Pedro do Recife e a freguesia do Santíssimo Sacramento do Recife. A união da população masculina em idade produtiva dessas duas freguesias estavam em 2.947 (total de 3.920 homens) para a primeira e em 3.569 (total de 6.163 homens) para a segunda, e juntas totalizavam a maior população masculina em núcleo urbano da capitania, perfazendo a soma de 10.083 homens, conforme: AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 120, Doc. 9.192; Cx. 145, Doc. 10.630; Cx. 178, Doc. 12.472.

que o número de homens em contraste com o de mulheres era perceptivelmente menor. Porém, isso ainda ocorria em meados da segunda metade do século XVIII, o que leva Vanderlei a argumentar sobre alguns fatores possíveis. Um deles é que a

[...] existência de conflitos em outras áreas da América portuguesa, como a Colônia do Sacramento, levava a Coroa a procurar recursos humanos também em Pernambuco, o que poderia provocar na população o medo do recrutamento militar e, logo, a omissão de homens nos registros populacionais<sup>74</sup>.

Outra provável justificativa para a desproporção entre homens e mulheres seria o fator da migração “interna na América portuguesa: a emigração de homens da zona do açúcar para regiões de colonização mais recente, como o sertão pecuarista ou a área mineradora”<sup>75</sup>.

É aceitável que tais ponderações se aplicassem também nas localidades de Alagoas, mas cabe lembrar que não existiam tropas regulares instaladas de forma permanente nos territórios meridionais da capitania. Logo, todo o serviço de armas era executado por grupos de auxiliares (depois conhecidos por milicianos) e ordenanças. Resta-nos conhecer como estava a estrutura demográfica das vilas e freguesias na segunda metade do século XVIII.

Os gráficos 2 e 3 relacionam pormenorizadamente os números da população feminina e masculina pertencentes a Comarca de Alagoas, privilegiando boa parte da segunda metade do Setecentos. Como era previsto, a aplicação da divisão da população em “classes” já estava em vigor a partir de 1775. E a relação integra um corpo documental muito maior, inserido nas informações da Comarca Eclesiástica de Olinda, ou seja, todas as freguesias que se dirigiam ao bispado de Pernambuco<sup>76</sup>.

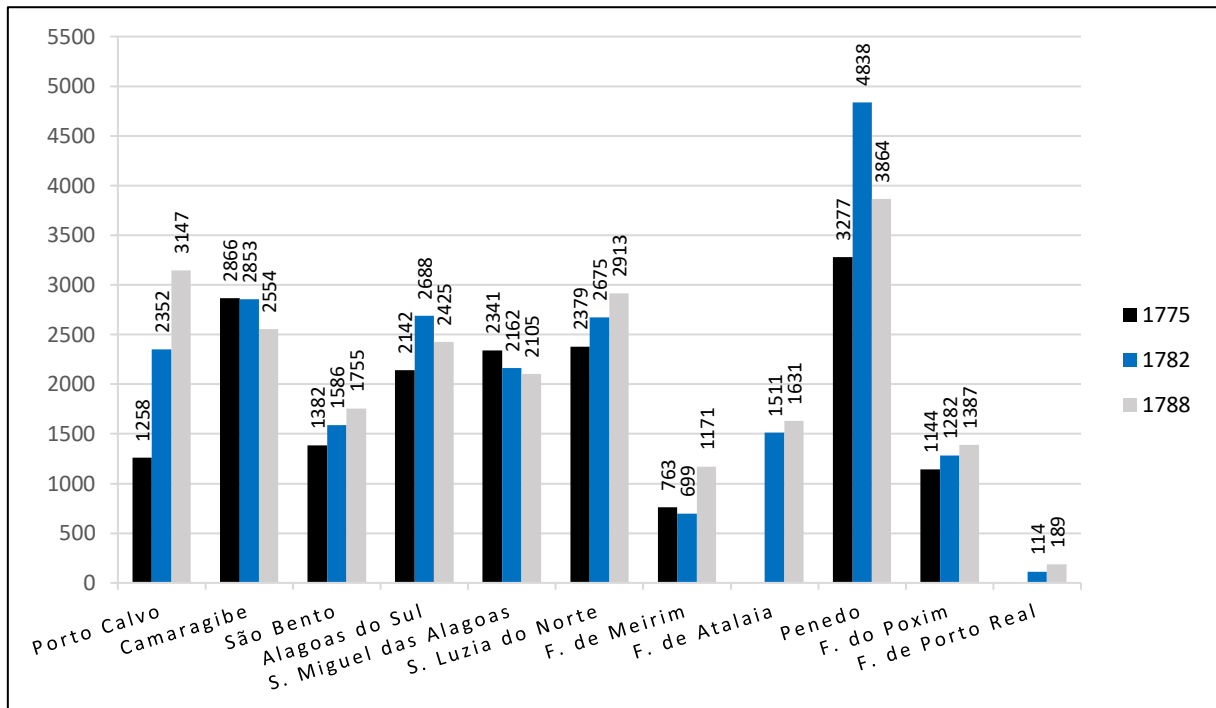
---

<sup>74</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., p. 37.

<sup>75</sup> Idem, Ibidem.

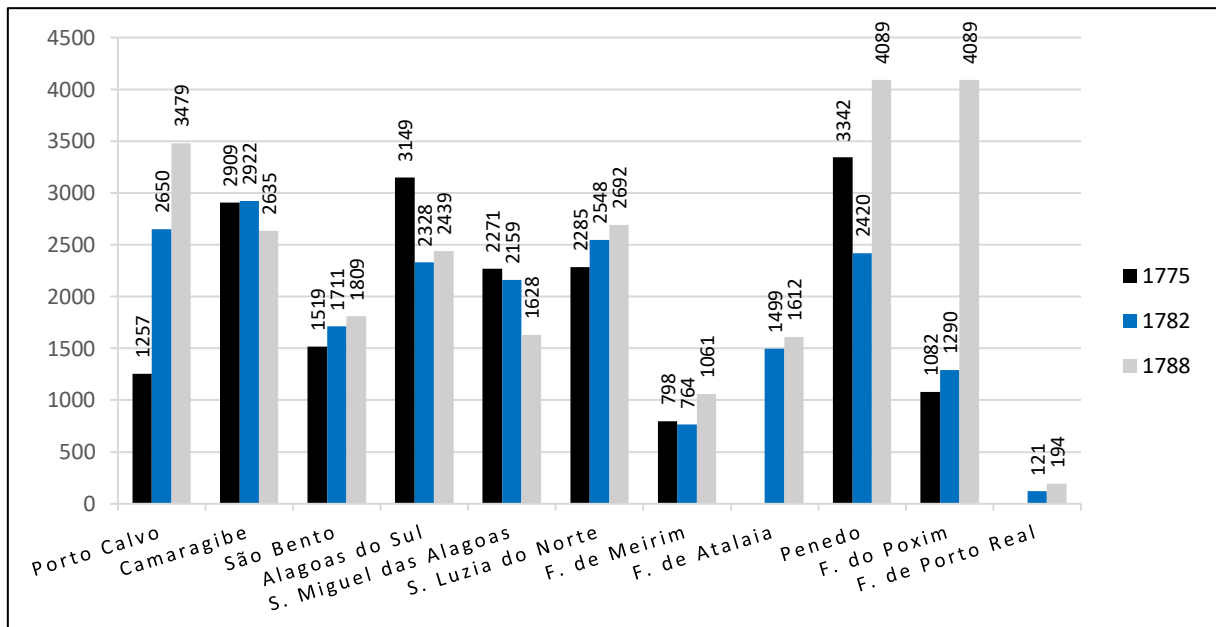
<sup>76</sup> Cf. AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 120, Doc. 9.192; Cx. 145, Doc. 10.630; Cx. 178, Doc. 12.472.

Gráfico 2: População feminina da comarca de Alagoas, 1775, 1782 e 1788



Fonte: AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 120, Doc. 9.192; Cx. 145, Doc. 10.630; Cx. 178, Doc. 12.472.

Gráfico 3: População masculina da comarca de Alagoas, 1775, 1782 e 1788



Fonte: AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 120, Doc. 9.192; Cx. 145, Doc. 10.630; Cx. 178, Doc. 12.472.

Do ano de 1775 para o de 1782 houve a criação de novas localidades, ou ao menos a efetivação de povoações como freguesias, pois muitas já existiam como povoados ou presídios. A freguesia do Meirim, por exemplo, não é mais referenciada como “curato”, bem como se

encontra na criação da freguesia de Porto Real e de Nossa Senhora do Ó, ambas vinculadas ao termo de Penedo. Contudo, não encontramos os números para essa última na documentação consultada. Para Alagoas do Sul, a freguesia de Atalaia é incorporada em sua zona, e Porto Calvo continuou com as mesmas freguesias que já estavam sob sua influência.

Devido a imprecisão nas fontes, não acrescentamos à amostra as informações sobre Una, pois parte dessa freguesia pertencia ao termo de Porto Calvo, com limite na freguesia de São Bento, e a outra parte ao termo de Recife.

Essa dúvida acerca dos seus limites ocorreu pela proximidade entre as vilas, situação que pode ter sido assunto entre as câmaras municipais devido a problemas relacionados a contagem de habitantes e relações comerciais e sacramentais informais entre os vizinhos das duas partes. Muito embora, como foi salientado anteriormente, a região do Una em 1749 apresentou em termos da distribuição geográfica e demográfica de ambas as partes, Recife e Porto Calvo, sinais de um núcleo com estrutura significativa demograficamente. Posteriormente a essa data, a freguesia reaparece em 1775 com o total de 8.613 pessoas, em 1782 com 7.517 pessoas e em 1788 com expressivos 11.048 habitantes, ou seja, número superior a qualquer freguesia ou vila na Comarca de Alagoas nesses anos.

Em 1749, ano do primeiro levantamento desde que a região de Alagoas fora elevada à condição de Comarca, a informação que temos é que ela dispunha de 12.427 pessoas habitando os seus principais núcleos populacionais, sem esquecer das lacunas pontuadas nas páginas anteriores. De 1762 para 1763 o local é informado com uma população de 23.401 habitantes. No entanto, para os anos de 1775, 1782 e 1788 é quando se percebe um incremento bastante significativo no quadro geral demográfico da Comarca. Em 1775, as mulheres e homens habitantes das localidades listadas nos gráficos 2 e 3 atingem o número 44.777, e esse crescimento continua para 1782, que chega aos 50.689. Em 1788 o território da Comarca se com o crescimento e chega aos 59.916 habitantes.

A partir da segunda metade do Setecentos, o Conselho Ultramarino orientou e incentivou a produção de mapas cartográficos e da população da América portuguesa, o que tornou o século XVIII marcado por ações de reconhecimentos do espaço que conhecemos como o Brasil, com a confecção especialmente de cartas cartográficas<sup>77</sup>. Em grande medida, tal prática coincide com o momento em que se buscava o incentivo de viagens de reconhecimento do litoral, com o intuito de mapear os portos, ou locais que poderiam abrigar a sua construção,

---

<sup>77</sup> IVO, Isnara Pereira. Op. Cit., p. 137.

bem com identificar as rotas usadas por viajantes e autoridades régias para empreendimentos de exploração<sup>78</sup>.

Desse modo, no processamento de manuscritos dos séculos XVII e XVIII, observamos que toda a Capitania de Pernambuco já se encontrava entrecortada por caminhos que ligavam os dois grandes centros políticos de Recife e Olinda às dezenas de freguesias e povoados dispersos pela vastidão do território. E apesar dos erros e incoerências encontrados nesse tipo de fontes, comuns devido às técnicas limitadas da época, percebemos que os mesmos caminhos ligavam as freguesias da Comarca com o Norte da Capitania e se estendiam para o interior da região estudada.

Como é visível no mapa 2, cujo autor é desconhecido e o período de seu processamento é incerto, mas aponta ser do final do XVII ao começo do XVIII, o grande referencial responsável por interligar as vilas e freguesias eram os caminhos naturais, como os cursos naturais de rios ou pela praia, bem como as estradas construídas. Como foi visível na fonte, o percurso responsável por guiar os viajantes das vilas do Sul até mais ou menos o Cabo de Santo Agostinho é descrito pelo autor como o “Caminho do Conde”. Desconhecemos a referência a qual se atribuiu o nome da estrada, mas é notório que tal passagem constituiu um importante meio de ligação entre Penedo, Alagoas do Sul e Porto Calvo para a comunicação com as outras partes da Capitania, por onde as tropas, comerciantes e aventureiros poderiam trafegar. Isso ainda sem falar que de acordo com trabalhos recentes, essa rota começou a ser aberta por campistas e especialmente tropas de Henriques e de Filipe Camarão após as ofensivas contra os neerlandeses<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> É importante ressaltar que um trabalho que investigou de forma interessante os “caminhos” de tráfego entre as capitanias do centro-sul, como também as rotas abertas para a exploração e/ou contrabando mercadorias foi o de IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho...** Op. Cit.,

<sup>79</sup> Cf. PEREIRA, Levy. “O Caminho do Conde: Notas e comentários baseados no georreferenciamento do mapa Brasília qua parte de Georg Marcgrave no Google Earth.” [Versão 1.0]. Disponível em: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa.

Mapa 2: Capitaniarum de Phernambuca, finais do século XVII



Fonte: Capitaniarum de Phernambuca, Itamaraca, Paraiba, et Rio Grande noua delineatio. [S.l.: s.n.], [1650?]. 1 mapa, 45 x 56cm em f. 47,6 x 58,7. Legenda: Caminho do Conde: (pontilhados) na cor vermelha; estradas menores (pontilhadas), na cor branca.

Outros caminhos, embora menores, apresentam especificidades. Se observado com atenção, a vila de Penedo é apontada com poucas rotas por onde as pessoas poderiam se locomover, e isto pode estar ligado ao fato de que essa era a última povoação antes do término da Capitania, distante da praça do Recife 80 léguas, assim, só restavam duas rotas que foram oficialmente registradas, uma que levava à beira mar dentro do distrito de Poxim, e a outra pelo Caminho do Conde, o que, ainda assim, não se pode tomar como verídico. Em segundo lugar, existia nada menos que um rio “caudaloso” como o de São Francisco, que por meio de seus afluentes que se estendiam várias léguas adentro, era possível a locomoção e a subsistência de tropas e aventureiros, uma vez que ao fornecer um caminho hídrico pelas margens dos rios menores, a alimentação também era de certa forma garantida.

Contudo, apesar de sua relativa distância, e da fonte apresentar poucas alternativas quanto aos caminhos para se chegar a vila de Penedo, deve-se questionar, primeiramente, que

o documento se tratava de um aparato oficial, e que por isso não mensura toda a complexidade social daquele período. Assim, a imagem de Penedo e de suas rotas, no quadro que se somavam à Comarca e em um quadro mais amplo referente a Capitania, aparentemente era de inferioridade em prol das outras regiões.

Já Alagoas do Sul, apresentava em seu termo no início dos Setecentos três caminhos que se desligavam do Caminho do Conde, e desembocavam um ao Norte da lagoa Mundaú, ao Sul da lagoa Manguaba e outro também ao Sul, beirando por quase todo o seu percurso o rio de São Miguel, que desaguava no oceano. Isto é, perpassava pelas três freguesias que existiam no começo do século XVIII.

A existência desses três caminhos colabora para o argumento de que eles estavam em consenso com a configuração geográfica das freguesias na época. Ainda convém destacar, que de acordo com o que nos informou o governador geral, D. Diogo de Sá e Menezes, desde 1612 existiam três portos de mor importância naquelas paragens: o de Jaraguá, o de São Miguel e o dos Franceses, pelos quais se podia entrar “grandes navios”, como visível no mapa 2<sup>80</sup>. Assim, as freguesias de São Miguel das Alagoas, a vila de Alagoas do Sul e a freguesia de Santa Luzia do Norte, se inseriam nas rotas que ora podem ter se constituído no processo de conquista do território, com o crescimento da capitania que partiu do Norte em direção ao Sul e seguido rumo ao sertão (interior), ora no interregno entre o período de dominação neerlandesa vivenciado pelas Capitânicas do Norte. Além dessas duas hipóteses, o processo de conquista dos sertões por meio da *Guerra dos Bárbaros* certamente foi o terceiro elemento decisivo que corroborou para que em meados do Setecentos todas essas povoações se encontrassem entrecortadas por estradas que as conectavam entre si, e com Recife e Olinda.

Vale lembrar que esse processo de guerra não só expandiu os domínios ultramarinos no Estado do Brasil, como provocou um deslocamento em massa de tropas com gente de todos os tipos sociais do litoral, chamados à intervir na resistência indígena encontrada pela iniciativa de particulares junto à Coroa, quando os moradores dos sertões mostraram-se um obstáculo à instalação das fazendas de gado *vacum e cavalari*<sup>81</sup>.

Com relação às rotas, as estradas não eram as únicas alternativas para se atingir a “cabeça da comarca”, como é sabido, o modelo de ocupação espacial português costumava estar

---

<sup>80</sup> CURVELO, Arthur Santos de Carvalho. **O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 41.

<sup>81</sup> Cf. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002, pp. 21-47. SILVA, Kalina. Op. Cit., pp. 111-183.



ligado ao fator estratégico de levantar seus povoados em localidades onde era possível a locomoção por água. Portanto, era uma característica (fluvial, mesopotâmica e lagunar) encontrada nos três núcleos iniciais da Comarca, de acordo com Dirceu Lindoso<sup>82</sup>.

Os relatos produzidos no governo de José Cézar de Menezes ajudam a entender melhor a situação singular de Alagoas do Sul, pois a freguesia apresentava as duas maiores lagoas da Capitania (Mundaú e Manguaba) com uma única passagem para o Atlântico (Figura 2), por onde eram fluídas as relações comerciais e as interações entre as tropas e a sociedade<sup>83</sup>. Segundo a descrição:

[...] a famosa alagoa, de que toma o nome, abundante de excelente **pescado**, que se colhe em toda a distância da sua longitude, que é de **quadro léguas**, desde a boca do riacho, ou Canal, que sai para a barra na costa do mar, que fica na frente da dita vila, e pelo lado da mesma se estende até a terra firme [...] banhado a dita alagoa os sítios que se observam de uma e outra parte, coberto de arvoredos, de espinhos, e de outras qualidades agradáveis ao gosto, e a vista é igualmente cultivados de muitas lavouras de **mandioca**, e **milhos** e arroz em seus devidos tempos, fazendo-as mais pujante os rios Parahiba, e Salgadinho que na dita **lagoa fazem barra distante três léguas da dita vila**, ambos os ditos rios navegáveis de embarcações chamadas **canoa** de um só pau, de qualidade vinhático, que transportam no seu bojo três e quatro caixas de açúcar de trinta e cinco e quarenta arrobas, cada uma, e outras mais pequenas que servem de cargas miúdas, e das armações das pescarias<sup>84</sup>.

Diferente de como vimos em Penedo, para a vila de Alagoas do Sul não restaram muitos registros acerca das companhias que tinham os seus distritos próximos às barras dos portos, a não ser dois *livros de matrícula* de companhias de 1779 que se ocuparam em registrar a parte Norte, ou seja, as localidades de Ipioca, Pratagi, Garça Torta, Jacarecica e Riacho Doce, sem ao certo especificar se os praças milicianos ficavam nas barras dos rios e do mar dessas imediações<sup>85</sup>. Mas uma coisa é certa, fossem companhias de ordenanças ou de auxiliares, estes locais eram bem guarnecidos por sua importância (enseadas, pontais, barras), pois ofereciam as condições necessárias para servirem de ancoradouros. Aspecto notável nas conquistas portuguesas que deve ser melhor observado.

<sup>82</sup> LINDOSO, Dirceu. Op. Cit., p. 41.

<sup>83</sup> **Consulta** do Conselho Ultramarino ao rei [D. José] sobre o requerimento do vigário da igreja de Alagoas, Bispado de Pernambuco, padre Veríssimo Rodrigues Rangel em que pede se lhe dê pela Fazenda Real quantia anual para poder ter canoa com remadores e um cavalo para poder com prontidão administrar os sacramentos. Lisboa, 11 de agosto de 1759. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 170. **Requerimento** do cabo de esquadra da 6ª Companhia dos Homens Pardos Auxiliares, Manuel Gonçalves Medina, morador na vila de Alagoas, ao príncipe regente [D. João] a pedir ordem para regressar livremente a sua casa e companhia dos pais devido à ordem de prisão dada pelo ouvidor-geral de Alagoas por apreensão de canoa de Inácio da Costa quando acudiu com a sua companhia à entrada de corsário francês na barra de Jaragoá. Vila de Alagoas, 2 de maio de 1800. Cx. 4, Doc. 285.

<sup>84</sup> “Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas...” Op. Cit., p. 55, grifos do autor.

<sup>85</sup> **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas** (IHGAL). Livro de Matrícula da 10ª Companhia do Regimento Miliciano. 1779. 100F. Documento 00055, Caixa 2, Pacote 1, Doc. 21.

Os portos tinham papéis determinantes nas conquistas ultramarinas, e seus significados até meados do século XVIII ressoam quase como sinônimos de cidades e vilas<sup>86</sup>. A rede constituída pelos portos não era importante apenas por suas características multifuncionais, que abrangia as esferas do comércio, defesa e administração. Eles também eram os elos entre os interiores rurais, os núcleos urbanos e o mundo. Por isso, podem ser considerados os principais canais da mundialização portuguesa e por onde os trânsitos de trocas culturais entre os sujeitos eram constantes<sup>87</sup>.

Os vários hiatos na documentação referente à Comarca de Alagoas dificultaram para que encontrássemos no levantamento casos dessa comunicação via marítima. Mas não raro, os comandantes, especialmente destinados aos locais com barras abertas, informavam aos seus superiores da entrada de naus estrangeiras, quando não já as tinham rendido. Com efeito, os ouvidores informaram várias matérias desse tipo. Tanto a apreensão de gêneros (madeiras, tabacos, açúcares), como a chegada de estrangeiros foram bem noticiadas pelos oficiais de justiça aos seus superiores (governadores, secretários de estado da Marinha e Ultramar, e o monarca)<sup>88</sup>.

Todavia, o fato de as vilas terem suas respectivas rotas fluviais que as ligavam ao Atlântico, não significa que extraíam os mesmos benefícios de sua localização<sup>89</sup>. Com isso, também queremos dizer que a própria configuração geográfica de navegação determinava a relativa importância de se instalar ou não uma estrutura bélica mais eficiente.

---

<sup>86</sup> Segundo John Russell-Wood, “O aspecto notável da América portuguesa era que, exceto por São Paulo (fundada em 1554) e por distritos mineradores surgidos no século XVIII, os portos constituíam os únicos centros urbanos da colônia [...]. Por grande parte da história brasileira, uma vila ou cidade foi sinônimo de porto [...]” RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 127.

<sup>87</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>88</sup> Cf. **Ofício** do ouvidor-geral de Alagoas bacharel Francisco Manuel de Sousa Costa ao [governador e capitão-general de Pernambuco Manuel da Cunha e Meneses] sobre o exame e devassa que fez acerca da arribada à barra de Coroípe de um navio holandês chamado Princesa do Brasil, de que é proprietário João Manuel da cidade de Amesterdão, capitão o holandês Jacob Blawn, fretado por Domingos Luís da Costa para a Costa da Mina. Barra de Coruripe, 12 de outubro de 1770. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 199. **Ofício** do ouvidor-geral de Alagoas Francisco Nunes da Costa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro] sobre a apreensão de caixas de açúcar a Diogo Francisco dos Santos proprietário do navio Novo, feito na Barra Grande, e o contrabando de caixas de açúcar da ilha de São Aleixo e de Una para a Bahia. Porto de Pedras, 28 de abril de 1778. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 220. **Ofício** do ouvidor-geral de Alagoas Francisco Nunes da Costa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro] sobre a visita e apreensão de caixas de açúcar à sumaca invocada Nossa Senhora do Rosário, Flor de São Miguel, mestre José Gonçalves, proprietário um comerciante da Bahia, entrada no porto da Barra Grande, e a outras duas com despachos da Bahia, fundeadas no porto de Santo Antônio Grande, uma de que é mestre Antônio Dias Santiago, proprietário Jácomo Rumachi D’ella Praça, outra de que é mestre Inácio Vicente Fernandes, proprietário José ou Fulano de Araújo; e o arrombamento e roubo que fizeram da casa do depósito onde se guardavam as caixas e apetrechos apreendidos. Porto de Pedras, 5 de maio de 1779. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 221.

<sup>89</sup> Parafrazeando a feliz fala de RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Op. Cit.*, p. 128.

Recorrendo mais uma vez às descrições Setecentistas sobre a vila de Alagoas do Sul, elas nos informam que a lagoa em sua margem (Manguaba) era toda navegável, com a distância de 7 léguas “até o trapiche onde recebiam as caixas” de gêneros, onde saindo de lá os produtos percorriam em carros mais uma légua por terra, até chegar ao porto ou baía de Jaraguá, o porto marítimo mais próximo da vila, onde ancoravam as sumacas “que não sobem pela lagoa acima, pelos muitos baixos que encontram até defronte a mesma vila”<sup>90</sup>.

Como é visível, não era possível fazer todo o percurso pela única saída que as lagoas tinham com o Atlântico, mas não sabemos dizer se os fatores geomorfológicos se alteraram com o decorrer do tempo, especialmente nos primeiros anos de povoamento até o Setecentos<sup>91</sup>.

Essas considerações ajudam a compreender melhor a estrutura bélica instaurada entre as vilas. Era em Penedo onde se encontravam os maiores indícios para uma estrutura belicosa superior aos demais núcleos urbanos ao longo do século XVIII, tanto pelo fator demográfico (assunto da próxima seção) como pela sua situação no extremo da Capitania, que era ainda mais acentuada por se encontrar beirando o sertão.

Em 1755, o capitão-mor da vila de Penedo, Leandro Dantas Barbosa, fazia uma descrição que, em muito, contribui para entender os fatores que diferenciavam os locais que apresentavam portos marítimos, fluviais ou lagunares, e como estas circunstâncias pesavam na representatividade militar do local:

Penedo erecta por ordem de hús dos senhores e Reis antecessores de Vossa Magestade E logo na sua criação lhe mandou por Cappitam mor que a regece, sendo esta de preito[?] e menaje com vinte e sinco soldados pagos da sua Real fazenda por rezão de defenderem a dita vila por ser de Barra aberta e ficar a dita vila distante da Barra sete léguas pello dito rio asima desde o tempo que os Olandezes forão expulzados da Praça de Pernambuco pellos moradores e naturais delle e desta mesma vila cujos soldados se tiravão pellos governadores depois que se comservou o Reyno em pax com Olanda e outras nações ficando porem sempre nella Cappitam mor com o mesmo privilegio para governança dos povos, e bem comum delles e do real serviço de vossa Magestade e tinha[?] noticia chegou em como Antonio Jozé Pereira Barrozo Ouvidor da dita vila das Alagoas cabeça da Comarca dava conta a vossa Magestade para que fosse servido por na dita vila das Alagoas Cappitam mor a imitação do Cappitam mor de Sergipe de El Rey [corroído] os mais Capitains mores das vilas da dita Comarca ficassem sугeitos tomando por pretexto talvez algúns motivos menos suficientes ao Real serviço de vossa Magestade só sim deregidos todas as suas comviniencias, por não ter o dito Ouvidor e seus sucessores cappitam mor algú dentro na sua comarca que lhes emcontrem alguã couza que queyrão obrar contra o politico, e bem comum dos povos, não sendo o Cappitam mor da dita villa das Alagoas, nem outro algú da dita comarca de preito e menjae, senão tão só neste o desta dita vila do Penedo a quem deviam todas os mais da dita comarca serem sugraganeos[sic] por ser esta dita vila de Barra aberta e poderá ser emvadida pello inimigo pois se tem apanhado flamengos no tempo dos meos antesesores que vinhão fazer aguadas

<sup>90</sup> “Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas...” Op. Cit., p. 56, grifos do autor.

<sup>91</sup> Cf. LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió, a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.

**dentro da Barra deste mesmo Rio, ainda quando fica desta vila distante sem Léguas pouco mais ou menos da Praça de Pernambuco, Remontada aos Certoins povoados dos Gentios bárbaros** que a poderá a cometer e matarem parte dos seus habitantes como o tem feito em alguns lugares dos ditos Certoins **e a varios missionários** que se lhes tem posto para a instrohir/*sic* nos misterios da nossa santa fé catholica, motivos todos estes pellos quais espero na Real grandeza de Vossa Magestade não tenho o dito ouvidor a tendencia alguá para sua narrativa quando o tenha feito a Vossa Magestade Deos Nosso Senhor [...]”<sup>92</sup>

No relato do capitão-mor Leandro Dantas Barbosa Penedo é descrito como um *locus* de todos os tipos de perigos desde tempos remotos. Por ter uma barra aberta e estar distante da vila sete léguas rio acima, se mostrava muito difícil de ser conservada e “facilmente de ser invadida pelo inimigo”<sup>93</sup>, ademais, a distância de mais ou menos cem léguas da praça de Pernambuco, o que se atenuava com a sua situação de “remontada aos sertões”, lugar “povoado pelo gentio bárbaro”, a tornava ainda mais bravia.

Esse discurso revela que o objetivo principal de seu suplicante, era para que não fosse sujeitado à atuação de um capitão-mor da vila de Alagoas do Sul. Reafirmava assim, a necessidade da autonomia e autoridade do capitão-mor local, sem que isso se confundisse com uma espécie de *autogoverno*. Outro fator que está imiscuído à fala de Dantas, é que a vila não necessitava de um capitão-mor que residisse tão longe de seu distrito, pois segundo as diretrizes da época a distância aceitável era 7 léguas, sem falar que é visível a indicação de que as diligências realizadas pelas ordenanças não seriam isentas de interesses pessoais convenientes ao ouvidor e ao oficial indicado da vila de Alagoas.

Portanto, ponderando sobre essas observações, se Alagoas do Sul passou a deter um maior controle judicial sobre as outras vilas a partir da primeira década do Setecentos, Penedo deteve majoritariamente a força bélica da Comarca (assunto salientado no capítulo 2 deste trabalho). Tal era a representatividade do local, que em 1819 o governador Sebastião Francisco de Mello e Povoas, nomeara a comandante de toda a jurisdição militar de Penedo e parte de Alagoas do Sul, com ordens expressas para que “indivíduos não se metessem nos assuntos de sua jurisdição”, o coronel de milícia dos homens pardos de Penedo, Francisco Manuel Martins Ramos, mesmo contra o desejo dos habitantes de “primeira espécie” que “olhão a mistura de sangue africano com odiosa preocupação”<sup>94</sup>.

Sem perder de vista o registrado no mapa 2, a figura 2 contribui para entender melhor a situação de Porto Calvo, além disso ilustra como a concepção da comarca estava de acordo com a visão cartográfica da época (1776).

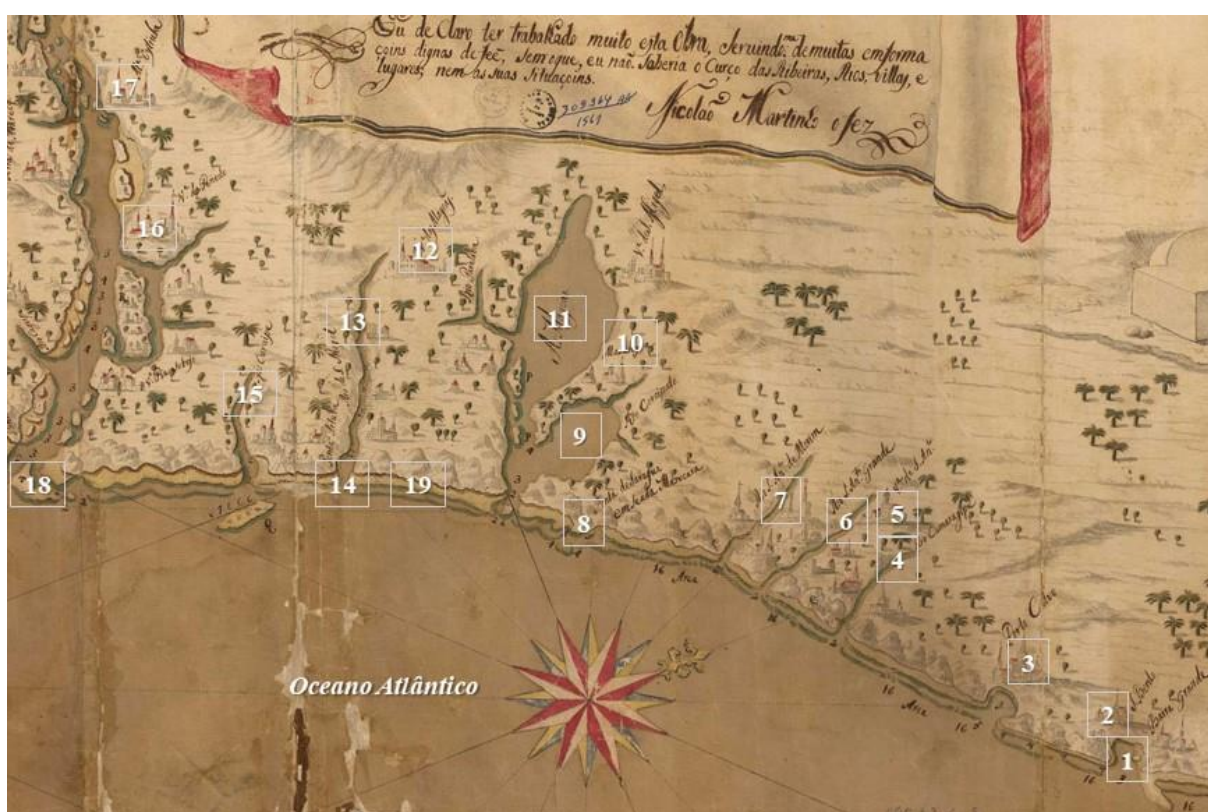
<sup>92</sup> AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 136, fl. 1.

<sup>93</sup> AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 136, fl. 1.

<sup>94</sup> APA, Cx. 1511, Doc. Relação de ofícios, julho, agosto e setembro, 1819, fl. 19-19v.

O olhar de Nicolao Martinho foi focado em elencar a costa e os portos do litoral da Bahia à Pernambuco, embora a sua concepção ao retratar “Alagoas” denuncie as imprecisões em delimitar algumas localidades, retratando-as até mesmo em locais opostos<sup>95</sup>, bem como a visível omissão a lugares importantes como as freguesias de Camaragibe, metade do Una, metade de Meirim (termo de Porto Calvo), de Santa Luzia do Norte, de Atalaia, metade de Meirim, (termo de Alagoas do Sul), Porto Real de Poxim e de Nossa Senhora do Ó (termo de Penedo), concepção que traduz a visão que as próprias autoridades régias e os viajantes tinham do território que separava as duas capitanias.

Figura 2: Ênfase da costa da Comarca de Alagoas no mapa “portos e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco” (1776)



Fonte: Martinho, Nicolao. Mappa tipografico dos portos, e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco. [S.l.: s.n.], 1776. 1 mapa ms, col., tinta ferrogálica e nanguim, 51 x 1,59.

Legenda: Marcações do autor. 1. Barra Grande; 2. São Bento; 3. Vila de Porto Calvo; 4. Rio de Camaragibe; 5. Vila de Santo António; 6. Rio de Santo António Grande; 7. Rio de Santo António Meirim; 8. Enseada de Pajuçara e Jaraguá e porto de Jaraguá; 9. Lagoa do Norte (ou Mundaú); 10. Massagueira; 11. Lagoa Manguaba (lagoa do Sul); 12. Vila de Alagoas do Sul; 13. Rio de São Miguel; 14. Pontal de Pituba; 15. Rio Coruripe; 16. Vila de Penedo; 17. Aldeamento de Oitiúba; 18. Foz do Rio São Francisco; 19. Porto dos franceses.

Porto Calvo apresentava apenas uma rota que se deslocava diretamente do Caminho do Conde para a freguesia e outras duas um pouco mais distantes. Em compensação, alguns

<sup>95</sup> Como ocorre com a freguesia de São Miguel das Alagoas, retratada do lado direito da lagoa Mundaú, ao invés do lado esquerdo da lagoa Manguaba, sua verdadeira localização.

afluentes, como o rio Manguaba, davam acesso ao lugar, fornecendo pelo menos metade do caminho para aqueles que saíam do Atlântico ao encontro da vila. Mas parte desse percurso pelo rio teria de ser feita por terra, informações que não aparecerem no registro da localidade registrado por Martinho.

De acordo com as descrições Setecentistas, Porto Calvo era o núcleo da Comarca que apresentava o maior número rios (121), embora estes não ficassem próximos à sede da vila, como veremos adiante. Então, se por um lado, ela esteve distante das outras duas, inclusive a sua comunicação militar (concebemos essa comunicação militar como as correspondências trocadas na forma de requerimentos e cartas patentes durante os anos 1690-1826, que representou 13% em termos comparativos com as outras localidades da Comarca) era de longe muito inferior a das outras (13%). Por outro lado, há indícios para afirmar que ela esteve bastante acessível, tirando pela sua densidade de caminhos fluviais. Segundo a documentação produzida por José César de Meneses, a vila tinha os seguintes rios com as especificações das suas características

O da Barra Grande que dista do rio Paracinunga duas léguas: é sua barra larga, e desembarçada, e pode receber em se embarcações de trezentas toneladas, e mais: esta [...] barra [está] sutiada na parte pertencente a freguesia de Una. Desta barra grande para o sul três léguas, está o Lagamar de Japarutuba, que só consente em si embarcações mais pequenas: deste lagamar correndo o mesmo rumo duas léguas, está o lagamar do boqueirão capaz de receber em si embarcações de quinhentas toneladas, e ambos estes portos pertencem a freguesia de São Bento, deste pelo menos rumo distância de uma légua, está o lagamar do Rateia, em cujo meio corre a Barra do Porto de Pedras, e seguindo o mesmo rumo distancia de meia légua esta outro lagamar chamado o do Paos Cahidos, e ambos esses lagamares pertencem a Freguesia da Vila dos Paos Cahidos para o sul meia légua, está a barra dos Rio Tatuamunha [...]. Toda esta Barras e Lagamares que principião do rio Tatuamunha, até o de Santo Antonio Grande, são pertencentes à Freguesia de Camaragibe da barra das cebollas uma légua ao sul fica o Lagamar do Sapucay, que reclhe embarcações que levam todo o gênero de efeitos, e pertence à Freguesia do Meirim: tem esta vila quatro rios principais, o rio Manguaba que faz barra no Porto e das Pedras, he navegavel em a distancia de sete léguas com a maré, até o Porto do Varadouro, que dista da vila cinco ou seis tiros de Arcabuzes. As embarcações que por ele naveção, são barcos de cinquenta, até seis baixas, Lanchas, Canoas e Jangadas [...]. O terceiro rio heo de Camaragibe que a todos excede no declive da sua corrente, no agradável das suas margens, na beleza dos seus arvoredos, no saudável dos seus banhos, e na pureza das suas agoas: na língua nacional significa rio roncadador, pelas muitas caixoeiras, posto que raza por onde passa, excepto a caixoeira grande, que tem de comprido mais de meia légua: he povoado por suas margens até o lugar da caxoeira, que dista da Marinha nove léguas [...].

Assim, a vila poderia ser um canal intermediário para as interações entre os atores sociais, mas pelo trecho acima, percebemos que eram pelas freguesias mais próximas do mar onde ocorriam as maiores comunicações, fator determinado pelo posicionamento geográfico

que tinham. Nesses termos, se o contato entre as povoações e o Atlântico ocorreram, o monopólio desse fluxo esteve em Camaragibe.

Por fim, a segunda metade do século XVIII, foi marcada por mudanças estruturais na América portuguesa, que por consequência, refletiu sobre a produção de mais informações (cartográficas, demográficas e militares) sobre a Capitania de Pernambuco. Nesse contexto, a Comarca de Alagoas vivenciou um crescimento exponencial de seu território, que quase todo ocupado, a consequência foi a proliferação de povoados, e o seu direcionamento cada vez mais rumo ao interior. No entanto, se em termos de território, se percebe o seu crescimento, o que dizer da sua população, que será a mesma onde os homens para as tropas locais são retirados? É sobre este assunto que se objetiva o próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### AS TROPAS LOCAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA

#### 2.1 Tropas auxiliares e de ordenança: atribuições (Pernambuco e Alagoas, c. XVIII)

Situada ao Sul de Pernambuco, a Comarca de Alagoas era um local estrategicamente importante para a Capitania. A vila de Penedo, por exemplo, enquanto último núcleo urbano, de grande porte, posicionada na margem Norte do rio de São Francisco, agia como uma divisora natural dos limites territoriais entre as capitanias de Sergipe d'El-Rei, Bahia e, mais tarde, com a do Piauí. Como uma região de fronteiras<sup>96</sup>, a Comarca foi uma zona de conflitos intensos, gerados tanto pela indefinição dos limites jurisdicionais das vilas, como pelas ameaças internas que os quilombos e os grupos indígenas hostis representavam para as autoridades portuguesas.

Mas se, por um lado, essas características contribuíram para que a demanda militar que fortificava a vila de Penedo fosse maior que as outras por todos esses fatores que a condição de fronteira lhe trazia, por outro, os portos no litoral da Comarca geravam preocupações por parte da Coroa e do governo de Pernambuco. Isso se dava pela característica dos gêneros que transitavam no sul da Capitania, e a ameaça estrangeira que poderia chegar pelo Atlântico.

A partir dos portos de Alagoas do Sul e Porto Calvo escoavam recursos para a capital do Estado do Brasil, na época Salvador. A madeira utilizada na construção de navios, cortadas preferencialmente das matas de Alagoas do Sul e Penedo, e o tabaco, considerado de primeira qualidade pelo Vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses (1720-1735), eram produtos cujas transações tinham peso tão significativo para a economia que o vice-rei pediu uma melhor administração ao Governador de Pernambuco, devido aos muitos descaminhos no transporte que se fazia dele para o Recife e a Bahia<sup>97</sup>. Apenas à exceção da vila de Goiana, o tabaco de melhor qualidade da Capitania, segundo o vice-rei, era advindo de Alagoas do Sul e Porto Calvo.

A despeito desses fatores internos, a parte meridional, assim como toda a Capitania, vivenciou um século XVIII basicamente sob a ausência de guerra viva ocasionada por elementos externos, mas a situação geográfica dessa conquista ultramarina não permitia o relaxamento das tropas locais. A condição de se situar relativamente próxima do Sertão, do

---

<sup>96</sup> Para além de fazer divisa com outras capitanias ao Sul e se encontrar com um grande Sertão ao Oeste.

<sup>97</sup> Sobre a fala do vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil Vasco Fernandes César de Meneses acerca da qualidade do tabaco produzido nos termos das vilas de Alagoas do Sul, Porto Calvo e Goiana ver: Documentos históricos, BN, vol. 85, p. 88. Sobre a madeira extraída e enviada à Salvador consultar especialmente RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 140-141.



manancial rio de São Francisco, e da longa enseada dotada de várias barras por onde facilmente poderiam atracar barcos de vários portes, propiciando as condições perfeitas para que inimigos estrangeiros adentrassem no território, eram justificativas para se organizar a estrutura de defesa disponível, pois a simples possibilidade de ameaça ao território já se constituía em um risco iminente para o domínio português.

Não foi à toa que ao longo da primeira metade do século XVIII uma série de medidas vem confirmar essa preocupação, elas se dão especialmente através do provimento de postos militares para a conservação e defesa de distritos com arraiais e portos do mar. Os primeiros serviam como quartéis, e o seu surgimento é um fenômeno que passa a ser comum na Capitania, especialmente no ínterim entre as guerras e após o derradeiro conflito com Palmares, em 1694. Assim, a existência dessas bases buscava primordialmente evitar o surgimento de novos mocambos e guerrear contra grupos hostis, que na maioria das vezes eram comunidades étnicas indígenas alocadas no interior da Capitania. Cabe mencionar que, uma vez comprovado o povoamento crescente em torno de um presídio/arraial, ele passava a ser considerado obsoleto pelas autoridades locais devido a sua inutilidade como base militar, e assim o local acabava originando pequenos povoados e alguns, mais tarde, até se tornavam freguesias ou vilas devido ao processo crescente de sua população<sup>98</sup>.

Já os portos tinham uma importância inicialmente estratégica em termos “comerciais e geopolíticos como parte do sistema mundial português”<sup>99</sup>, mas no caso das conquistas ultramarinas representavam muito mais do que os canais da integralização portuguesa. Em Rafael Bluteau, o significado de “portos do mar” está ligado aos locais por onde passavam mercadorias e o seu registro era feito, bem como é recorrente a alusão a portos do mar quando associada aos inimigos da Coroa portuguesa, especialmente nos verbetes sobre navios de guerra, ou de locais por onde se observava por antecipação a chegada de estrangeiros. Esta preocupação aumenta e se torna recorrente quando na primeira metade do século XVIII, o rei D. João V ordenava por provisão régia ao governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, que formasse companhias do terço dos auxiliares nos portos do mar por toda a Capitania. A medida se tornou ainda mais visível pela larga distribuição de patentes reais

---

<sup>98</sup> Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, acerca da inutilidade do presídio de Jaguaribe devido ao povoamento da área. Lisboa, 24 de setembro de 1706. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 22, Doc. 2024.

<sup>99</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Op. Cit., p. 126.

expedidas pelo Conselho Ultramarino às freguesias por quase todo o Setecentos<sup>100</sup>. Algumas companhias foram assim criadas e outras, já existentes, deslocadas.

Os aspectos narrados ressaltam, portanto, a emergência de se guarnecer com homens de armas os espaços que eram mais propensos a receber a visita indesejada de inimigos, fossem eles das monarquias europeias rivais ou dos grupos indígenas que ameaçavam a nova ordem e o sossego dos moradores no litoral e dos núcleos que emergiam no processo de expansão da colonização nos interiores do Brasil.

Prosseguindo com as medidas de reorganização das companhias dos terços de ordenanças e auxiliares, por meio da Provisão Régia de 1739 é possível compreender quais as estratégias da Coroa para com a organização das tropas locais em Pernambuco e a importância na defesa, explicitada pelas autoridades ao delegar tarefas aos oficiais.

O governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada visava erigir companhias de auxiliares nos portos do mar, e os resultados dessa nova organização foram visíveis especialmente no ano de 1739, quando uma intensa comunicação com o Conselho Ultramarino foi produzida nesse sentido<sup>101</sup>. Contudo, de acordo com tais ordens, a criação das novas companhias auxiliares deveria ser executada com a aplicação de medidas que se direcionavam

---

<sup>100</sup> Conforme: **Provisão** (cópia) do rei [D. João V] ordenando ao governador da Capitania de Pernambuco, [Henrique Luís Pereira Freire de Andrada], que evite a multiplicidade dos postos militares e determinando a criação de Terço de auxiliares nos postos de mar. Lisboa, 21 de abril de 1738. Pernambuco Avulsos, Cx. 53, Doc. 4657. **Portaria** do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando que se encarregue ao capitão que foi do Terço dos Moços Solteiros da freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, Manoel Lopes Santiago Correia, uma das Companhias do Terço Novo de Auxiliares do Recife, criado por ordem real nos portos do mar. Recife, 2 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4666. **Portaria** do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando que se encarregue ao capitão de granadeiros reformado da Ordenança do Recife, Domingos Ribeiro de Carvalho, uma das Companhias de Granadeiros do Terço de Auxiliares do Recife, criado por ordem real nos portos do mar. Recife, 2 de agosto de 1739. Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4668. **Portaria** do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando que se encarregue ao capitão que era da Ordenança da Olinda, Jorge Correia de Miranda, uma das Companhias do Terço dos Auxiliares do Recife, criado por ordem real nos portos do mar. Recife, 2 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4671. **Portaria** do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando ao capitão reformado das Ordenanças de Goiana, Jerônimo da Veiga, que se encarregue de uma das Companhias do Terço de Auxiliares de Itamaracá, criada por ordem real nos portos do mar. Recife, 26 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco, Cx. 54, Doc. 4676. **Ofício** do [governador da Capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, a João de Barros Braga, sobre proposta para o comando do Terço de Auxiliares, criados por ordem real nos portos do mar. Recife, 29 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4682. **Provisão** (minuta) do rei [D. José I] ordenando ao governador da Capitania de Pernambuco, [Luís José Correia de Sá], que se declare o número de oficiais e tropas auxiliares existentes naquele distrito e também os portos de mar que necessitam de assistência. Lisboa, 13 de setembro de 1753. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 75, Doc. 6262.

<sup>101</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 53, Doc. 4657. Lisboa, 21 de abril de 1738; AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4666. Recife, 2 de agosto de 1739; AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4668. Recife, 2 de agosto de 1739; AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4671. Recife, 2 de agosto de 1739; AHU, Pernambuco, Cx. 54, Doc. 4676. Recife, 26 de agosto de 1739; AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4682. Recife, 29 de agosto de 1739; AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 75, Doc. 6262. Lisboa, 13 de setembro de 1753.

às tropas de ordenança da Capitania. Assim, após um ano desde o maior número de provimentos de postos vinculados à organização dos terços, em 1740, o governo relatava ao rei o resultado do trabalho realizado em sua reforma militar<sup>102</sup>.

De acordo com as reais ordens, o governador deveria apenas erigir as companhias dos terços de auxiliares nas enseadas marítimas e não criar mais cargos de ordenança, pela exacerbada quantidade de oficiais que havia. Além disso, a ordem determinava que se reduzisse o número de oficiais já existentes naquele corpo militar a fim de se evitar a multiplicidade de seus postos. A medida teve efeito, e em agosto de 1740 o Conselho Ultramarino notificava ao rei a realização das instruções<sup>103</sup>.

O governador, por via do Conselho Ultramarino, informava então que, efetuando as reais ordens, agiu em Pernambuco e em Itamaracá “reformando nelas os coronéis e tenentes coronéis, e sargentos mores dos dois regimentos que haviam tanto da ordenança como do regimento do sipó [...]”<sup>104</sup>. Assim, após reformar os oficiais mencionados, criou um terço de auxiliares “por ser uma das capitanias com portos marítimos” e escolheria entre aqueles oficiais reformados os que “lhe pareceram mais capazes” para colocar no comando das companhias de auxiliares destinados às guarnições dos portos<sup>105</sup>. Porém, com relação à reforma dos sujeitos investidos nas patentes de coronéis e tenentes coronéis, cabe tecer algumas observações.

A medida, que já havia sido praticada na Bahia, por algum motivo parece ter sido implementada de forma lenta em Pernambuco, de modo que na década de 1740 ainda existiam coronéis e tenentes coronéis na ativa compondo o quadro de oficiais superiores de ordenança<sup>106</sup>. Embora não seja possível discutir de forma aprofundada sobre a aplicação dessa instrução por parte dos outros governos, talvez a existência tardia destes postos se explique em função dos privilégios conferidos a alguns particulares, pois, uma vez que as instruções régias eram enviadas às autoridades locais, como ao governador, apresentavam um repertório de condutas que deveriam ser implementadas na Capitania. Entretanto, essas diretrizes sofriam as influências da vida local, que acabava interferindo na ação dos governadores devido às

---

<sup>102</sup> Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João, sobre ordem ao governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, para não criar mais cargos na Ordenança e reduzir os que se achavam criados, erigindo Terços de Auxiliares nos portos do mar. Lisboa, 15 de julho de 1740. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 56, Doc. 4823.

<sup>103</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 56, Doc. 4823 (Lisboa, 15 de julho de 1740).

<sup>104</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 56, Doc. 4823, fl. 1.

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>106</sup> Carta do [governador da Capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], sobre a extinção dos postos de tenente-coronel dos Regimentos de Ordenança e de comissário-geral da Cavalaria. Recife, 17 de maio de 1729. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 38, Doc. 3428, fl. 1.

especificidades do meio colonial<sup>107</sup>. Portanto, a razão de alguns indivíduos ocuparem tais cargos, talvez se deva porque estivessem dentro da “zona de exceções” do governo. Vale mencionar que uma medida muito semelhante para extinguir os cargos de tenentes coronéis e comissários gerais de cavalaria estava prevista em uma instrução passada anteriormente.

Em 22 de junho de 1728, Duarte Sodré Pereira Tibão era instruído para que extinguisse o provimento de tais postos em toda a Capitania<sup>108</sup>. Desse modo, a existência destas patentes – que não foram encontradas durante a pesquisa nos regimentos militares e nem na literatura consultada – juntamente com a medida do rei para extingui-los, induz à hipótese de que foram criados no âmbito das conquistas ultramarinas e legitimados pelos governadores para elevar as qualidades dos oficiais superiores de ordenanças e auxiliares pelo poder e influência que exerciam no território. Com essa mercê os agentes locais aumentavam as qualidades de seu posto nas tropas, e os governadores, que de certa forma tinham suas ações políticas norteadas pelas particularidades da atmosfera colonial, conseguiam nessa negociação alguma flexibilidade junto aos “principais” da terra no processo de viabilização das diretrizes emanadas da metrópole<sup>109</sup>.

Desse modo, a Coroa reconhecia a importância das tropas coloniais, especialmente diante da necessidade de se preservar um território tão extenso e cobrir uma costa com milhares de léguas como a da América portuguesa. Além disso, colaboravam com a administração colonial em inúmeras outras tarefas, não exatamente estabelecidas na legislação e não exclusivamente direcionadas a atividades de guerra<sup>110</sup>.

Na continuidade das modificações empreendidas aos corpos militares, o governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada observou com relação às companhias de ordenanças existentes, que segundo as instruções régias, as freguesias haviam de ser subordinadas aos capitães-mores do termo, um por vila, que comumente deveriam ter seus distritos de atuação nas freguesias que davam lugar às vilas do termo, mas pelo desfecho da ordem régia, não foi aquela primeira situação que a Coroa verificou. Portanto, a ordem se direcionava no sentido de vedar que na Capitania de Pernambuco existisse a coabitação de capitães-mores em serviço no mesmo termo. Desse modo, pelo empenho em executar tal ordem, e uma vez que essa medida foi criada, é possível conjecturar que este fosse um fenômeno comum certamente a partir da

---

<sup>107</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de Mello. **Forças militares no Brasil Colonial**: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 146.

<sup>108</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 38, Doc. 3428, fl. 1.

<sup>109</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de Mello. Op. Cit., p. 146.

<sup>110</sup> Idem, Ibidem, p. 67.

década de 1740. A Coroa portuguesa enxergou que para resolver o problema do excedente de oficiais nas ordenanças da Capitania, ainda teria que resolver o problema com os outros oficiais que compunham o quadro superior das forças<sup>111</sup>. Com isso, o governador agiu de acordo como fora instruído, reformando não só capitães mores, mas os sargentos mores, seus ajudantes e, provavelmente, um ou outro posto criado no âmbito da capitania sob administrações anteriores para elevar o prestígio social de algum potentado local que já havia atingido todos os degraus na hierarquia militar. Henrique Andrada expunha que “se acomodarão a ficar por capitães da ordenança nas freguesias de que eram capitães mores, e todos os oficiais que ficarão reformados seriam acomodados como Vossa Majestade ordena”<sup>112</sup>.

No relativo à Comarca de Alagoas, Andrada apontava que “[...] Porto Calvo, Alagoas e Penedo ficando-lhe subordinadas a cada um dos ditos capitães mores todas as freguesias do seu termo”. Em linhas muito gerais, o descrito pelo governador fornece explicações, embora sejam narradas de forma implícita. O conjunto sugere que tais localidades já estavam em consenso com as novas diretrizes, e por isso ficaram isentas de remodelação no quadro das ordenanças. Portanto, nas freguesias só havia capitães de companhias, e não mais capitães mores para além daqueles que estavam nas sedes das vilas, ou seja, onde existia o Senado da Câmara<sup>113</sup>.

Todavia, com relação aos terços de auxiliares, as medidas foram bem mais incisivas, ampliando o número de companhias para que cobrissem o vasto espaço litorâneo, e os pontos específicos onde haviam portos. Enquanto que nas ordenanças o exigido pelo Rei foi para que se observasse a multiplicidade de oficiais, “reduzindo o número dos que se achavam existentes” possivelmente pelo artifício de reformar os indivíduos que serviam<sup>114</sup>.

Nota-se que Andrada, ao optar por terços auxiliares ao invés de ordenanças nos postos do mar das marinhas de Tamandaré e Itamaracá, expressava as qualidades da força formada por paisanos armados:

“[...] e para aquele posto e as suas vizinhanças, criara das ordenanças que ali havia outro terço de auxiliares por ver que podia ser de melhor serviço, pois de mil e tantos homens, de que constava a ordenança do Recife, como o tinha posto em regra, se formava sempre um bom batalhão com uma companhia de granadeiros sem diferença das pagas, escolhendo os oficiais dos reformados que lhe aparecerão mais capazes [...]”<sup>115</sup>

<sup>111</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 56, Doc. 4823.

<sup>112</sup> Idem, Ibidem, fl. 2.

<sup>113</sup> Idem, Ibidem, fl. 1v.

<sup>114</sup> Idem, Ibidem.

<sup>115</sup> Idem, Ibidem, fl. 1v.

Outro aspecto importante que contribuía para que o poder régio conferisse poder aos indivíduos que detinham os títulos de oficiais no serviço militar na esfera local<sup>116</sup> é mencionado no trecho em que trata sobre a utilidade das ordenanças. A preferência da política régia por elites no comando das tropas coloniais, especialmente as não remuneradas – ordenanças e auxiliares –, tinha como pano de fundo a ideia de que por serem escolhidos entre as “principais famílias da terra”, em “cabedais” e “honra”, essas qualidades possibilitavam beneficiar a coroa, uma vez que exerciam uma espécie de governança local onde residiam, e custeavam com seus próprios cabedais as despesas com o serviço das armas<sup>117</sup>.

Ademais, além de serem responsáveis pela defesa dos lugares e outras atribuições ligadas ao caráter militar – como a prisão e perseguição de criminosos, a escolta a autoridades régias no trânsito entre as capitanias –, colaboravam para inúmeras outras tarefas que não estavam ligadas diretamente à defesa do território, a saber: construção de pontes, estradas, fontes, igrejas e outros tipos de serviços, que como salienta José Eudes Gomes, eram efetuados em favor da concepção de “bem comum” da República, “identificada como o corpo social ou comunidade local”<sup>118</sup>. Por isso, uma das características nestas forças militares, era a de que seus comandantes (oficialato) fossem da “gente principal da terra”, ou seja, das famílias mais antigas sedimentadas localmente. Sua preeminência social e trajetórias nos cargos da governança estavam inseridas naquilo que a historiografia intitula de uma cadeia de obrigações recíprocas, a partir dos pedidos de mercês ao rei em retribuição aos serviços prestados, que no caso dos homens inseridos nas tropas da Comarca de Alagoas, se configuravam pelos serviços militares e pela ocupação a ofícios de caráter administrativos do território<sup>119</sup>.

Neste momento é interessante observar que as forças existentes na Capitania já possuíam um número significativo quando comparados com o próprio contingente populacional, especialmente se considerarmos essa análise para um período mais recuado, quando a população da parte meridional atingia em 1696 a casa dos 7.475 habitantes (isso sem

---

<sup>116</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de Mello. Op. Cit., 2009, p. 67.

<sup>117</sup> GOMES, José Eudes. **As milícias d’El Rey**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 250.

<sup>118</sup> GOMES, José Eudes. Op. Cit., p. 250.

<sup>119</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: *almanack brasiliense*, nº 02, novembro, 2005, p 23. BICALHO, Maira Fernanda; FRAGOSO, João & GOUVEIA, Maira de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos**: a Dinâmica Imperial Portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. MARQUES, Dimas Bezerra. Por meus méritos às minhas mercês: Elites locais e a distribuição de cargos (Comarca de Alagoas – século XVIII). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Alagoas Colonial**: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. universitária da UFPE, 2012, pp. 87-126.

contar com cativos e índios, ou qualquer divisão acerca dos sexos)<sup>120</sup>. Concomitantemente, percebe-se que as transformações internacionais vivenciadas nas primeiras décadas do Setecentos agiram de forma definitiva para criar cenários sociais que repercutiram diretamente nas ações militares dos governos. Tanto é que, em 1746, conseguimos obter os dados mais recuados da pesquisa que foram processados de forma relativamente organizada em equiparação a outros anos<sup>121</sup>, onde é exposto o número dos homens inseridos nas tropas locais (ordenanças e auxiliares) do governo de Pernambuco.

Como sabemos, o poder militar na Comarca de Alagoas compunha-se apenas de corpos de ordenanças e de auxiliares<sup>122</sup> (também chamados de regimentos de milícias, a partir de 1796), a quem chamamos de tropas locais. Essas duas forças militares montadas a partir das bases civis em condições de pegar em armas, constituíam-se nos principais meios para a defesa das conquistas ultramarinas portuguesas<sup>123</sup>.

Excetuando os dois presídios de Palmar nos termos de Alagoas do Sul e de Porto Calvo, onde se encontravam soldados e oficiais que recebiam soldo – mesmo considerando os valores irrisórios – homens das tropas pagas ou regulares não eram facilmente lotados no Sul da Capitania<sup>124</sup>. Em contrapartida, no quadro de oficiais dessas tropas alguns sujeitos eram advindos das fileiras regulares de outras localidades dentro das zonas de poder de Recife ou Olinda. O posto de sargento-mor é o melhor exemplo.

---

<sup>120</sup> Para uma leitura realmente completa da segunda metade do século XVII a partir dos principais núcleos de “Alagoas”, recomendamos a leitura da dissertação de CURVELO, Arthur Santos de Carvalho. **O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Especificamente, a partir das páginas 64-72.

<sup>121</sup> Assunto que será abordado mais adiante.

<sup>122</sup> Carta do [governador da Capitania de Pernambuco, conde dos Arcos], D. Marcos José de Noronha e Brito, ao rei [D. João V], remetendo a relação das Companhias de Ordenanças e de Auxiliares de todos os distritos desta capitania. Recife, 26 de abril de 1746. AHU, Pernambuco Avulso, Cx. 63, Doc. 5.373. Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo os mapas demonstrativos das forças militares daquela capitania. AHU. Recife, 22 de fevereiro de 1759. Pernambuco Avulsos, Cx. 88, Doc. 7.184. Mapa geral das tropas, constando o número de Companhias e de praças dos Regimentos de Infantaria Paga, de Artilharia, dos Terços Auxiliares, do Terço de Henriques, dos Corpos das Ordenanças, dos Regimentos de Pé e a Cavalos e do Regimento dos Homens Pardos de Olinda, Recife, Igarapé, Goiana, Itamaracá, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas, Penedo, Barra do Rio de São Francisco do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. 1800. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 222, Doc. 15.070.

<sup>123</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Op. Cit., 2009, pp. 143-157.

<sup>124</sup> Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa das Companhias que guarnecem o arraial de Palmares, as capitâneas da Paraíba, do Rio Grande e do Ceará e informando o estado decadente em que se encontra toda aquela tropa devido a falta de capitães e oficiais. Recife, 9 de dezembro de 1775. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 121, Doc. 9.238.

A este oficial era incumbida a função de vistoriar as companhias de ordenança sob sua jurisdição, além de promover a disciplina e fiscalizar o estado do armamento da tropa<sup>125</sup>. Por essas competências, o cargo exigia um conhecimento sobre a legislação militar bem como os modos de agir em batalha, ao contrário do verificado nos outros postos, que não exigiam um conhecimento prévio sobre o serviço das armas, sendo atribuídos os motivos de suas promoções muito mais às condições sociais do que a experiência nas atividades militares.

Nas forças auxiliares o posto de sargento-mor tinha funções similares, e muito importantes. Além de auxiliar o mestre de campo (comandante do terço de infantaria) e o coronel (comandante do terço de cavalaria) no disciplinamento das tropas, eram os responsáveis pelo alistamento do pessoal recrutável nos livros de matrículas que deveriam ser encaminhados às Secretarias de Governo, tendo que manter sempre estas listas atualizadas. Não era à toa que quando o posto de sargento-mor se encontrava vago por algum motivo, trazia muitos contratemplos aos outros oficiais, que em vista da ausência desse membro, tinham que fazer as suas vezes, se encarregando das atribuições do outro posto.

Havia também outros remanescentes que poderiam ser das fileiras regulares ou locais das praças do Norte, que vez ou outra recebiam patentes que proporcionavam a mudança de seus distritos para a parte meridional, embora tivessem que se reestabelecer léguas distante do litoral. Como foi o caso do soldado Ignácio da Fonseca Neves, que lotado na infantaria auxiliar de Recife, recebeu em 1784 a patente de capitão-mor das entradas de Alagoas<sup>126</sup>. Há, ainda, inúmeras outras dessas ocorrências, como os verificados nas figuras do soldado da companhia de auxiliares dos nobres de Recife, Joaquim José de Castro, que em 1781 recebeu a patente de capitão das entradas em Alagoas, e do tenente de cavalaria da guarnição do governo de Pernambuco, Felipe Ângelo Ribeiro, que recebeu em 1787 a patente de coronel das conquistas da vila de Alagoas<sup>127</sup>.

Nos casos exemplificados, consideramos que a demanda por esses postos estava diretamente atrelada ao processo de conquistas dos sertões e da expansão das fazendas de gado *vacum*, que já estavam bem estruturados na época das nomeações de Ignácio Neves, Joaquim Castro e Filipe Ribeiro. Com a expansão dessa economia sertaneja cada vez mais alargada após

---

<sup>125</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos corpos de ordenanças em Minas colonial. In: *Revista de História Regional*, 11 (2): 109-162, 2006, p. 116.

<sup>126</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Coleção Patentes Provinciais, volume 4 (1780-1784), fl. 272v.

<sup>127</sup> APEJE, Op. Cit., vol. 4, fls. 272v, 112v; vol. 5 (1784-1788), fl. 145v.



o ínterim 1680-1730<sup>128</sup>, especialmente após a diminuição dos conflitos com os indígenas que ali habitavam, a conquista do espaço possibilitou o estabelecimento no interior das terras da Capitania e o princípio de núcleos que mais tarde estreitariam as relações com as vilas da costa, responsáveis por centralizar as suas produções e a comunicação com o exterior, bem como os sertões foram responsáveis por trazer influências do meio rural derivada de sua economia para a costa. Em outras palavras, o surgimento daquele modelo de economia criou dependências recíprocas entre o sertão e os núcleos urbanos existentes na costa<sup>129</sup>.

Os significados que o envio de “homens das conquistas”, das “entradas” e dos “forasteiros” tinham para a Comarca de Alagoas podem ser discutidos por meio das imagens preservadas pelas autoridades régias com relação aos sertões e às fronteiras da região, pois se tratavam de cargos com especialidades para as regiões sertanejas, e submetidos ao comando dos chefes militares das ordenanças e dos auxiliares. Durante todo o século XVIII, o governo de Pernambuco buscou se prevenir contra o surgimento de um novo “Palmares” com a preservação de presídios e o envio de gente para aqueles terrenos, que porventura eram características das terras mais ao Norte da Comarca, ou seja: Alagoas do Sul e Porto Calvo. Todavia, o papel de Penedo foi ainda mais intenso nesse sentido: lá estavam os maiores produtores de gado da região. As fazendas se multiplicaram nas zonas de seu termo e o Rio de São Francisco tornou-se a maior via de comunicação entre as cercanias produtoras próximas a ele<sup>130</sup>. Porém, além do papel de estabelecer ligações entre diversos cenários e influenciar os traçados das redes fluviais de comércio com o resto do Atlântico<sup>131</sup>, o São Francisco ainda abrigava diversos moradores que buscavam se refugiar longe do sistema colonial implementado em toda a costa, a saber, remanescentes dos grupos indígenas, ex-escravizados ou mesmo aventureiros, que se tornavam empecilhos não só da expansão das fazendas de gado *vacum*,

---

<sup>128</sup> Esses conflitos tiveram seu auge no período 1650-1720, e as diversas peijas empreendidas nos sertões ficaram conhecidas como “Guerra dos Bárbaros”. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

<sup>129</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 125-176. MATOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal e Educação e Cultura, 1978.

<sup>130</sup> MATOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia...** Op. Cit., p. 111. LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

<sup>131</sup> IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII: Vitória da Conquista**, Edições UESB, 2012, p. 128.

mas para as empreitadas dos agentes com relação aos maiores objetos de cobiça da metrópole: o ouro e o salitre utilizado para a fabricação da pólvora<sup>132</sup>.

Neste momento é interessante observar que a compreensão isolada dos significados desses postos militares ainda é um problema, assim como a literatura inclinada a abordar o assunto, que apesar de elucidarem bem as formas de suas atuações, o faz de forma indireta e sem fornecer muitas explicações sobre os significados políticos. Como na maioria dos estudos a proposta não é lançar uma abordagem sistematizadora, ainda há muito que explorar dessa pequena peculiaridade do intrincado universo militar da América portuguesa<sup>133</sup>.

Além disso, os postos, a princípio, eram segmentos das tropas locais, uma vez que as fontes setecentistas apontam que no topo da hierarquia dos “forasteiros”, o comando era atribuído ao comandante de ordenança, assim como nos postos vinculados as “entradas” que eram subordinados ao comandante da tropa auxiliar mais próxima, caso não houvesse no próprio distrito um superior de igual atuação (capitão-mor das entradas, sargento-mor dos forasteiros, etc.).

Por seu turno, o provimento dessas patentes ainda respeitava um critério, aparentemente, diferente do encontrado nas tropas convencionais, mas, ainda assim, respaldado nos serviços prestados à Coroa por parte dos patenteados<sup>134</sup>.

Nos registros de Ignácio da Fonseca Neves e Joaquim José de Castro, percebemos que ambos se elevam na hierarquia militar de forma vertiginosa, fugindo do padrão que comumente se esperava, pois saem do posto de soldado e recebem as confirmações das patentes de capitão

---

<sup>132</sup> O governador Francisco de Castro Morais (1703-1707), emitiu Bando para que se coibisse a retirada de ouro sem licença das minas das Alagoas. Coleção do Conde dos Arcos Resguardados na Sessão de Reservados da Biblioteca Central da Universidade de Coimbra (BCUC), Tomo 2, fl. 12, n. 10.

<sup>133</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. COTTA, Francis Albert. **Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010. COTTA, Francis Albert. O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. Trabalho apresentado no Congresso Internacional “O espaço atlântico do antigo regime: poderes e sociedades”, na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2005. JESUS, Nauk Maria de. “Com capacidade e suficiência para exercer a dita ocupação”: notas de pesquisa sobre os capitães-do-mato na Capitania de Mato Grosso’. In: Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime Português: séculos XVI-XVIII, Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014, pp. 198-210. POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudo de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010. SILVA, Luiz Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII”. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 169, jul-dez, 2013, pp. 111-144.

<sup>134</sup> COTTA, Francis Albert. **Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p. 42.

das entradas e capitão-mor das entradas<sup>135</sup>. Subindo na hierarquia de forma vertical, sem os percalços de algumas patentes no interior das companhias que podem ser interpretadas como promoções horizontais.

Talvez no caso de Joaquim José de Castro, essa lógica fosse mais fácil de ser concebida, pois no posto que ocupou anteriormente ao de soldado, o exercia em uma companhia auxiliar dos nobres de Recife, cujo serviço militar prestado deveria se distinguir dos demais devido a estatura social de seus membros.

O privilégio de algumas companhias percebidos inicialmente pelos nomes que lhes eram dados – companhia dos privilegiados, dos familiares do Santo Ofício, dos nobres<sup>136</sup> – provinham do fato de terem entre os seus membros, personagens que serviram em “cargos da governança” da terra, mas também no oficialato das tropas, ou pela linhagem nobre que por serem “descendentes das principais famílias de Pernambuco”<sup>137</sup>, argumentavam para que toda a benesse recebida fossem justificadas pela distinção social e o poder de mando que lhes eram atribuídos pela antiguidade de suas famílias no meio colonial<sup>138</sup>.

Ao mesmo tempo em que desfrutavam de privilégios pela estatura social e as condições abastadas<sup>139</sup>, as autoridades régias se esforçavam para que nas forças militares os mesmos mecanismos de hierarquizações sociais se reproduzissem para a elite local. O resultado disso era que todos os postos de comando eram reservados para esses indivíduos. Assim, em 8 de setembro de 1777, José Pereira de Castro e Francisco Berenguer de Castro eram promovidos a oficiais do terço de auxiliares de “Alagoas”<sup>140</sup>, ocupando no primeiro caso o posto de mestre de campo e no segundo o de sargento-mor, não pelas trajetórias que ambos percorreram na vida militar, mas pela influência exercida pelos cargos da governança. Ambos foram juízes ordinários e descendiam das principais famílias. Desse modo, como bons e leais vassalos e por terem ocupado posições de destaque no Senado da Câmara, a promoção com a rubrica real era quase certa.

Em suma, pelo fato das prerrogativas aos homens que já transitaram nos cargos da governança, ainda eram vedadas as possibilidades de servirem nas fileiras das tropas

---

<sup>135</sup> APEJE, Op. Cit., vol. 4, fls. 272v; vol. 5, fl. 112v.

<sup>136</sup> APEJE, Op. Cit., *passim*.

<sup>137</sup> APEJE, Op. Cit., vol. 3. Fls. 38-67v.

<sup>138</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e governabilidade no Império”. In: *Penélope*, nº 23, 2000, pp.68-88.

<sup>139</sup> APEJE, Op. Cit., vol. 3. Fls. 44, 67v.

<sup>140</sup> A documentação não especifica ao certo para qual localidade da Comarca estes oficiais foram promovidos.

remuneradas (regulares), onde a mobilidade social ligada aos mecanismos de acúmulo de riquezas e títulos era mais intrincada, se realizada, pelo fato da dedicação exclusiva às armas. De acordo com Christiane Figueiredo Pagano de Mello, ao observar os privilégios dos homens bons do Rio de Janeiro em relação às ordenanças, ela afirma que “a isenção do serviço militar desfrutada pelos oficiais das Câmaras referia-se ao serviço nas tropas remuneradas e não nas de Ordenanças; nestes corpos, até os classificados como cidadãos deveriam estar agregados [...]”<sup>141</sup>.

Compreendidas essas pequenas peculiaridades encontradas nas tropas locais, aqui destacadas pelo levantamento bibliográfico e a pesquisa empírica, resta agora delimitar como estavam as forças que representavam as armas no Sul da Capitania.

## 2.1 A organização militar na Comarca de Alagoas

No primeiro ano do governo de D. Marcos de Noronha (o conde dos Arcos), empossado em 1746, e com jurisdição sobre a Capitania de Pernambuco e as chamadas capitânicas anexas, em observância das ordens de D. João V, remetia para o reino a lista de todas as guarnições das tropas locais localizadas no distrito do governo. A lista fora composta por meio da participação dos capitães-mores e mestres de campo das cidades e vilas, a quem o governador delegou a tarefa de que declarassem as informações solicitadas pelo rei<sup>142</sup>.

---

<sup>141</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 104.

<sup>142</sup> CARTA do [governador da Capitania de Pernambuco, conde dos Arcos], D. Marcos José de Noronha e Brito, ao rei [D. João V], remetendo a relação das Companhias de Ordenanças e de Auxiliares de todos os distritos desta capitania. Recife, 26 de abril de 1746. AHU, Pernambuco Avulso, Cx. 63, Doc. 5.373.

Quadro 2: Tropas Locais das cidades e vilas da Capitania de Pernambuco (1746)

<b>Localidades</b>	<b>Soldados</b>	<b>Total de Praças</b>
<b>Termos da cidade de Olinda</b>	<b>3.262</b>	<b>3.598</b>
<b>Vila do Recife</b>	<b>3.677</b>	<b>4.078</b>
Vila de Igarassu	1.479	1.620
Vila de Goiana	1.943	2.156
Vila de Sirinhaém	1.109	1.249
Vila de Icó	533	602
Cidade de Natal do Rio Grande	571	582
Vila da Fortaleza do Ceará Grande	1.923	2.111
Vila de Aquiraz	152	182
<b>Vila de Porto Calvo</b>	<b>847</b>	<b>934</b>
<b>Vila de Alagoas</b>	<b>981</b>	<b>1.096</b>
<b>Vila de Penedo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Aldeias de índios nestas capitânicas	3.478	3.700
<b>Total</b>	<b>19.955</b>	<b>21.908</b>

Fonte: AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 63, Doc. 5.373, fl. 3.

O documento que deu origem ao quadro acima demonstra que o levantamento fora realizado com a união entre as tropas de ordenança e de auxiliares da Capitania. Na verdade, as informações são apresentadas de um modo bem peculiar, até mesmo para o século XVIII, que é considerado o período mais interessante para o estudo sobre a dinâmica militar, onde é possível encontrar uma relativa organização nos manuscritos que trazem essas informações<sup>143</sup>. Nele, podemos perceber que boa parte dos distritos que prestaram contas de seus contingentes apresentam números bem inferiores aos de Recife, centro político e administrativo do governo, e onde se encontrava a secretaria que organizava as informações enviadas por cada capitão-mor e mestre de campo<sup>144</sup>.

Já que a confecção da lista contou com a mistura dos contingentes das forças locais enviadas, não estão disponíveis as condições necessárias para distinguir no número de maior relevância para as tropas que se referiam aos soldados ou quantos deles eram apresentados

<sup>143</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. "Forças militares no Brasil Colonial". In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudo de história militar na Idade Moderna.** São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 108.

<sup>144</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 63, Doc. 5.373, fl. 2.

separadamente. Entretanto, com relação ao oficialato é possível constatar separadamente a distribuição por vilas e cidades, de modo que conseguimos visualizar na lista as hierarquias de comando (capitães-mores, mestre de campo, coronéis, tenentes coronéis, sargentos mores, ajudantes tenentes, ajudantes, furriéis mores, capitães de companhias, entre outros)<sup>145</sup>. Contudo, os pontos mais relevantes do quadro ainda são os números, ou a inexistência de alguns deles, que contribuem para entender as estruturas bélicas de cada vila.

No que diz respeito às categorias que representam a Comarca de Alagoas, podemos observar que estava em Alagoas do Sul o maior contingente de tropas daquele período, com 1.096 homens das tropas locais, superior apenas aos dados da cidade de Natal, da vila de Aquiraz, da vila de Icó e da vila de Porto Calvo. Por conseguinte, a vila de Porto Calvo, na extremidade do território e a poucas léguas de Recife, superava em número as vilas já mencionadas na comparação com Alagoas do Sul. Em relação à Penedo, vê-se que o número das suas forças não foi encaminhada à Secretaria-Geral do Governo. Tal situação pode ser explicada porque os dados não chegaram a tempo de incluir no documento. Fato que não pode ser confundido com desatenção ou desleixo de quem fez os levantamentos.

Em relação a ausência de documentos para a vila de Penedo no período, alguns elementos não estão claros e as condições de leitura das fontes não permitem uma afirmação precisa. Mas no mesmo ano o governador D. Marcos de Noronha mencionou a existência de cargos vagos entre os oficiais. Informação que pode ser usada para aceitar a possibilidade de não existir gente capacitada para fazer as tarefas burocráticas dos terços<sup>146</sup>. O que também contribui para perceber que o letramento entre os homens em postos de comando era um fator crucial para o bom funcionamento das atividades administrativas dessas organizações. Assim, na ausência da primeira plaina (o quadro de militares formado pelos oficiais de patentes superiores)<sup>147</sup> dificilmente mapas, listas e outras atividades que envolviam a escrita eram executadas.

Lembremos que a estrutura militar que existiu nas vilas abordadas não era composta por profissionais graduados, e muitos deles com a exceção dos sujeitos em postos de mestre de campo, capitão-mor e sargento-mor, não eram letrados. Essa é uma dentre outras variáveis para acreditar que o número de 2.030 praças disponíveis nas localidades que englobava a Comarca estava defasado, além da inexistência de dados para Penedo.

---

<sup>145</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 3.

<sup>146</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 1-1v.

<sup>147</sup> “Primeira plaina”, ou simplesmente “plana” como redigida em alguns manuscritos, seria o mesmo que a composição do grupo de oficiais de um regimento ou terço, o que a partir das últimas décadas do século XVIII vai ser descrita com o “Estado-Maior” das tropas.

Aparentemente, a única localidade que apresentava um número inferior, se comparada às de “Alagoas”, era a comunidade com características sertanejas de Icó. Nessa situação é importante atentar para as especificidades dessas regiões, como lugares propensos para que houvesse uma administração voltada aos espaços sertanejos, cujas circunstâncias acabam sendo negligenciadas na fonte, e certamente no olhar do pesquisador desatento.

Essa pode ser outra diferença que afetou os dados, se lavarmos em conta que aqueles homens que residiam por meio do serviço das armas nos sertões das respectivas vilas, estavam submetidos às chefias das tropas locais. O que eventualmente pode não estar ali, por se tratarem de um outro assunto vinculado à comunicação da Coroa com os representantes régios, embora correspondesse a mesma atmosfera de defesa, só que no cenário sertanejo.

Nas décadas subsequentes executaram-se diversos outros levantamentos sobre o estado quantitativo das tropas da Comarca. No entanto, o seu cumprimento tendia a ser lento e irregular, destoando do que prescreviam as instruções enviadas aos governadores de Pernambuco, que deveriam submetê-los com um intervalo de tempo de apenas um ano entre um e outro, e isso se aplicava à totalidade das tropas existentes na Capitania<sup>148</sup>.

Os quadros a seguir servem para visualizar a situação das tropas em outro período, agora ampliando a separação por categorias baseadas nas especificidades de suas atuações, que acabavam tendo como reflexo os tipos sociais que as compunham, reproduzindo, assim, as estratificações sociais vigentes<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> Cf. Registro de cartas régias, avisos e provisões para o governador e mais entidades da Capitania de Pernambuco, 1756-1780. AHU, cód. 583, fls. 163v-164v; fls. 171-172. Conseguimos mapear boa parte dos mapas demonstrativos da organização militar da Capitania de Pernambuco e as chamadas anexas, que entre a segunda metade do século XVIII e o começo do XIX foram remetidos da secretaria-geral do governo para o Reino, embora não seja possível analisá-los aqui, em um aspecto comparativo é possível perceber a discrepância das informações existentes entre as tropas regulares em relação às locais, o que torna o trabalho com as segundas mais difícil e lacunar. A saber, os seguintes manuscritos referem-se as listas que anualmente era atualizadas contendo as informações sobre o estado das infantarias, cavalaria, fortalezas e presídios de Pernambuco: AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 88, Doc. 7.184; Cx. 89, Doc. 7.194; Cx. 91, Doc. 7.292; Cx. 102, Doc. 7.936; Cx. 108, Doc. 8.383, 8390; Cx. 120, Doc. 9.196; Cx. 121, Doc. 9.235, 9238; Cx. 123, Doc. 9.361, 9.362; Cx. 124, Doc. 9.440; Cx. 127, Doc. 9.647, 9.665; Cx. 129, Doc. 9.799; Cx.133, Doc. 9.970, 10.127; Cx. 138, Doc. 10.294; Cx. 143, Doc. 10.503; Cx. 144, Doc. 10.577; Cx. 150, Doc. 10.895; Cx. 155, Doc. 11.197; Cx. 157, Doc. 11.378; Cx. 167, Doc. 11.870; Cx. 172, Doc. 12.120, 12.126; Cx. 176, Doc. 12.342; Cx. 179, Doc. 12.543; Cx. 183, Doc. 12.712; Cx. 185, Doc. 12.856; Cx.188, Doc. 13.002; Cx. 192, Doc. 13.231; Cx. 197, Doc. 13.528, 13.529; Cx. 201, Doc. 13.763; Cx. 202, Doc. 13.813; Cx. 216, Doc.14.594; Cx. 222, Doc. 15.070; Cx. 237, Doc. 15.931; Cx. 240, Doc.16.134; Cx. 246, Doc. 16.487; Cx. 251, Doc. 16.819. Em comparação às tropas locais: AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 63, Doc. 5.373; Cx. 88, Doc. 7.189; Cx. 167, Doc. 11.870; Cód. 2.164, fl. 2.

<sup>149</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., 2010, pp. 79-89. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Op. Cit., 2009, pp. 133-146. MATOSO, Katia M. de Queirós. Op. Cit., 1978, pp. 151-167.

Quadro 3: Resumo de todas as tropas pertencentes a vila de Penedo (1759)<sup>150</sup>

	<b>Terços de Henriques</b>	<b>Ordenanças de pé</b>	<b>Regimento de Cavalaria</b>	<b>Regimento de homens pardos</b>	<b>Total</b>
Cias.	1	11	1	2	15
Praças	78	1.030	50	145	1.303

Quadro 4: Resumo de todas as tropas pertencentes a vila de Alagoas (1759)<sup>151</sup>

	<b>Terços de Henriques</b>	<b>Ordenanças de pé</b>	<b>Regimento de Cavalaria</b>	<b>Regimento de homens pardos</b>	<b>Total</b>
Cias.	0	14	8	4	26
Praças	0	1.072	420	200	1.692

Quadro 5: Resumo de todas as tropas pertencentes a vila de Porto Calvo (1759)<sup>152</sup>

	<b>Terço de Henriques</b>	<b>Ordenanças de pé</b>	<b>Regimento de Cavalaria</b>	<b>Total</b>
Cias.	1	14	3	18
Praças	63	1381	152	1.596

Notamos por meio de uma observação geral dos dados, que os números já diferem daqueles apresentados na administração de D. Marcos de Noronha em 1749. Essa constatação vem entonar que houve um crescimento significativo nas forças da Comarca no interregno entre 1746-1759. Tendência que só se mostrou crescente ao longo dos anos, e que reflete o crescimento da população desses núcleos, e vai ter o seu *ápice* nos governos de D. Antônio de Sousa Manuel de Menezes (1763-1768) e José César de Menezes (1774-1787), por intermédio dos mecanismos de controle régio.

Vale mais uma vez sublinhar alguns particularismos de acordo com as localidades. Todas as três vilas apresentavam uma quantidade equilibrada de ordenanças de pé, o que não é um fato fora de regra, afinal eram as ordenanças que agrupavam a grande massa de civis, especialmente por não exigir treinamentos com frequência e nem um certo grau de disciplina encontrada nas auxiliares; outro aspecto era que os homens economicamente produtivos se encontravam na ordenança, já que a mobilidade para missões não era exigida nela como ocorria em pequena escala nos corpos auxiliares e em grande medida nas tropas regulares. Desse modo, se concentrava o maior número de ordenanças de pé na vila de Porto Calvo, onde existiam 14 companhias que contemplavam o total de 1.381 praças, enquanto que em Alagoas do Sul estava

<sup>150</sup> Dados coletados a partir do AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 88, Doc. 7.184, fls. 11v-12.

<sup>151</sup> Idem, Ibidem, fls. 10v-11.

<sup>152</sup> Idem, Ibidem, fls. 9v.10.



o segundo maior número de ordenanças, com 14 companhias que somavam 1.072 praças, restando a Penedo 11 companhias com 1.030 praças.

Por outro lado, é visível que há disparidades entre as outras arregimentações, enquanto Penedo, em termos táticos, apresentava uma organização militar mais uniforme para o período, possuindo companhias de Henriques, de ordenanças de pé, e de auxiliares com uma companhia de cavalaria e outras duas companhias de homens pardos, em Alagoas do Sul não existiam companhias do terço dos Henriques. Em Porto Calvo também ocorreu algo similar, pois não encontramos registro de companhias de homens pardos para a década de 1750 na vila. Será que em ambas não existiam gente preta e parda o bastante para serem recrutados para as forças? A resposta é óbvia, existiam e certamente em número muito maior que os brancos, ao ponto que após a reforma militar de 1766 novas companhias de homens pardos e pretos foram criadas nessas localidades. Apesar da omissão, que ora poderia ser ocasionada por empecilhos no envio da documentação, ora pela real inexistência desses grupos inseridos nas tropas, mais uma vez se encontram nas circunstâncias regionais e na composição da população as questões que poderiam influenciar no resultado apresentado.

Para a administração reinól, esse conhecimento circunstanciado tinha a função de mantê-la atualizada dos números de homens empregados aos grupos de ordenanças e auxiliares, tanto para ter a noção da organização desses corpos nos territórios ultramarinos, como para executar políticas de recrutamento militar, e a aplicação de ordens régias<sup>153</sup>.

## 2.2 “As graças de Sua Majestade”: as patentes

Embora em uma situação de paz formal, a pauta militar no *Setecentos* foi uma matéria que ocupou bastante espaço nas correspondências administrativas do Conselho Ultramarino e preencheu de trabalho os governadores capitães-generais e funcionários da Secretaria Geral do Governo de Pernambuco. Após o último episódio neerlandês vivenciado nas capitânicas do Norte, especialmente por Bahia e Pernambuco, a guerra viva propriamente dita não se desenrolou no território pernambucano como antes. Mas, por outro lado, jogos de poder tecidos desde então, a partir do século XVIII, fizeram com que o reino português se visse novamente envolvido em hostilidades com outras monarquias europeias.

---

<sup>153</sup> MATOS, Paulo Teodoro de; SILVEIRA e SOUZA, Paulo. “A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820”. In: *Memorias - Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, nº. 25, enero-abril, 2015, pp. 72-103, Universidad del Norte Barranquilla, Colombia.

Esse período, em especial, é comumente apontado como de extrema relevância para a compreensão do sistema defensivo português e das atitudes da Coroa frente ao seu aparato bélico no reino e em suas possessões ultramarinas<sup>154</sup>.

No período posterior à Guerra dos Bárbaros, conflitos em grande escala que ocorreram em solo americano enfrentaram inimigos externos que se concentraram na parte meridiana da América portuguesa. Mas ao Norte as hostilidades continuavam aos indígenas e grupos quilombolas resistentes. Como destacam Ferreira e Cunha, a mudança no quadro defensivo do Império ocorre mais por interesses ou pretensões diretas sobre o território do reino, do que de suas possessões<sup>155</sup>. Desse modo, em um prisma geral, com a “Guerra de Sucessão” de Espanha (1703-1714), e a “Guerra Fantástica” no quadro geral da “Guerra dos Sete Anos” (1756-1763), esses episódios forçavam a Coroa Portuguesa a tomar medidas de organização e modernização em relação ao exército. Com o abandono de uma posição de neutralidade, em 1762, era nomeado marechal-general de todas as armadas portuguesas, o Conde Lippe-Schaumburg. Período que marca uma mudança no molde do exército português e de suas conquistas<sup>156</sup>.

Todos esses momentos foram decisivos para uma mudança no posicionamento político da Coroa em relação ao seu sistema defensivo a partir da segunda metade do século XVIII. Entretanto, para o caso de Pernambuco, sem os efeitos de “guerra viva” em seu território, os “assuntos militares” giravam em torno de matérias locais, como mercês, cargos, mapas, apetrechos militares e conflitos. O que não podemos confundir nem negar, é que com o papel da “guerra de conquista” – combate a grupos indígenas hostis e a quilombos –, responsável pelo extermínio autóctone e expansão da colonização esteve presente. Era essa a dimensão de “guerra” que impactava na vida cotidiana dos habitantes de Pernambuco, e produzia discursos carregados com os interesses das elites locais.

Conforme uma série de estudos realizados nos últimos dez anos aponta, foi essencial o papel desempenhado pela guerra para a configuração social da América portuguesa<sup>157</sup>. Tais

<sup>154</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

<sup>155</sup> CUNHA, Mafalda Soares; FERREIRA, Roberto Guedes. “Guerra e assuntos militares”. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 239.

<sup>156</sup> Cf. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “Forças militares no Brasil Colonial”. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e Defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudo de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 105-117. COSTA, Fernando Dóres. “A lei de recrutamento militar de 1764 era aplicada em 1791? Uma observação dos mapas do regimento de infantaria de Lippe”. In: POSSAMAI, Paula César. Op. Cit., 2012, pp. 59-66. COTTA, Francis Albert. “A fabricação do soldado português no século XVIII”. In: POSSAMAI, Paula César. Op. Cit., 2012, pp. 59-66

<sup>157</sup> CRUZ, Miguel Dantas. “A militarização do território no Brasil meridional (c. 1766-1800)”. In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em terras lusas**: conflitos e fronteiras no Império

ideias persistem na afirmação de que o “projeto” colonizador entre a metrópole e os colonos se constituiu por uma intrígada teia de interdependência, onde uma trajetória de serviços prestados à Coroa tornava-se uma estratégia infalível para pleitear, e quase sempre conquistar mercês e privilégios.

Não obstante, importa frisar que na segunda metade do século XVIII não era a guerra de modelo ocidental que mais importava para atribuir o reconhecimento por serviços militares, elemento bastante diferente da conjuntura belicosa vivenciada anteriormente – no XVI a guerra aos índios e no XVII aos holandeses. Nas capitanias da América portuguesa, antes, mais valia uma lista recheada de serviços variados do que a atuação em um único campo de batalha, experiência que nenhum dos indivíduos encontrados na pesquisa vivenciou. Porém, quando atribuída essa afirmação à Capitania de Pernambuco, é necessário direcioná-la à especificidade da administração cotidiana, esta, por sua vez, marcada pelas características da estrutura administrativa da monarquia nas suas terras ultramarinas, cujo serviço militar mais significativo caracterizava-se pelo protagonismo dos oficiais de ordenanças e dos auxiliares, ou seja, tropas que não usufruíam de qualquer auxílio régio, muitas vezes mantidas pelos próprios comandantes locais.

Essas duas organizações, inseridas no campo de influência da monarquia, apresentavam os valores implementados pela dinâmica das relações imperiais, onde uma de suas características era propiciar a expansão dos interesses metropolitanos (conquista, povoamento e a defesa). Esses vínculos eram estabelecidos por meio de relações estratégicas com os colonos<sup>158</sup>, que, através da distribuição de mercês – moeda de troca pelos serviços prestados –, forjavam nos indivíduos que as recebiam um sentimento de reconhecimento perante o rei. E como súditos agraciados pelo rei em uma configuração marcada por hierarquias sociais, as honras e os prestígios concebidos pela intervenção real lhes permitiam um enriquecimento simbólico significativo no seu meio social. Prestígio e poder.

Em resumo, tratava-se de um *pacto político* no qual a Coroa remunerava com mercês, postos militares e políticos de relevância local os súditos que prestavam serviços<sup>159</sup>, que permitiam a garantia de uma governabilidade portuguesa em terras ultramarinas. Estes, por sua

---

Português. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 109. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Op. Cit., 2019. GOMES, José Eudes. Op. Cit., 2010. SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., 2010.

<sup>158</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e governabilidade no Império”. In: *Penélope*, nº 23, 2000, p. 75.

<sup>159</sup> CRUZ, Miguel Dantas. “A militarização do território no Brasil meridional (c. 1766-1800)”. In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 111.

vez, conquistavam a permanência em posições privilegiadas nas hierarquias econômicas, administrativas e militares de suas comunidades, bem como detinham uma margem de influência sobre os moradores, derivada da notoriedade que adquiriam localmente. Assim, conseguiam elevar cada vez mais os laços com a Coroa, e ter instrumentos – seu poder de mando perante as comunidades, reconhecimento e influência local – para barganhar o acesso a um conjunto de privilégios no governo político local e do Império<sup>160</sup>.

Por isso, no que se refere à capacidade de atuação dos corpos de ordenanças e de auxiliares nos territórios da Coroa, há muito tais impressões se tornaram consenso na historiografia<sup>161</sup>. Como analisou Pagano de Mello, as tropas não-remuneradas se tornaram um importante canal de colaboração entre o poder local e o governo central. Em outras palavras, foram importantes vias para a garantia de uma governabilidade régia continuada nas possessões ultramarinas mais distantes, bem como utilizados pelos súditos para o seu enriquecimento material e simbólico.

No quadro em que se insere uma *economia de mercês*<sup>162</sup>, as patentes tinham um caráter remuneratório que concediam aos agraciados “honras”, “prestígio” e “isenções”. Com o requerimento feito em 1774 por José António Ferreira, podemos entender melhor como funcionava a nomeação por meio de uma patente<sup>163</sup>.

O processo se iniciava quando três sujeitos eram indicados como candidatos para concorrer ao posto vago. A eleição ocorria na câmara municipal de cada vila ou cidade, e teria de ser testemunhada sob a presença do ouvidor ou provedor da Comarca, além dos camaristas presentes. Normalmente, para os postos acima de capitães de companhia em diante (oficiais de patentes superiores), sempre concorriam três pessoas “da melhor nobreza, cristandade e interesse”<sup>164</sup>. Já a promoção para as vagas de postos como os de alferes e sargentos, que também reproduziam as hierarquias sociais, sendo reservados às “pessoas mais dignas e capazes das

<sup>160</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. Op. Cit., p. 76.

<sup>161</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. vol. 1. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 61. GOMES, José Eudes. **As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cir., 2010.,

<sup>162</sup> OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. “Cor da pele, distinção e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”. In: *Tempo*, 30, julho, 2010, pp. 115-145.

<sup>163</sup> Requerimento de José António Ferreira da Costa à rainha [D. Maria I] a pedir confirmação da carta patente do posto de Mestre de Campo do novo Terço de Infantaria Auxiliar formado na vila do Penedo. 8 de julho de 1778. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 218.

<sup>164</sup> Cf. COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade**. Vila Rica (1735-1777). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 34.

companhias”<sup>165</sup>, eram feitas pelos capitães de companhias, que após indicar o nomeado, deveria encaminhar o nome ao capitão-mor e aprovava e enviava o pedido para o governador que confirmava a promoção<sup>166</sup>.

No trecho que vemos abaixo, José António Ferreira já estava provido ao posto que pleiteou e, conseqüentemente, já o exercia mesmo sem a confirmação real, pois uma vez nos livros de registros locais, já tinha o aval para assumir o cargo<sup>167</sup>. Desse modo, o conteúdo presente se trata da segunda fase do processo para adquirir uma patente, em que o provido ao posto, tinha de um a dois anos para solicitar junto ao Conselho de Guerra a sua confirmação. Mas a comunicação entre os súditos patenteados e essa entidade ficava a encargo do Conselho Ultramarino.

Faço saber aos que esta Carta Patente virem que havendo respeito a Jozé Antonio Ferreira da Costa, ser pessoa nobre, abastado de bens e de honrado procedimento; e haver servido a Sua Magestade com boa satisfação, e zelo no posto de Capitão e Sargento Mor das Ordenanças da vila do Penedo; e por esperar d'elle que daqui em diante no mais do que for encarregado do Real Serviço, se haverá muito como se deve a boa confiança que faço de sua pessoa. Hey por bem na conformidade da Carta Régia de 22 de Março de 1766 nomear /como por esta nomeyo/ ao dito Jozé Antonio Ferreira da Costa, no posto de Mestre de Campo do Novo Terço de Infantaria Auxiliar, que em virtude da dita carta crio na vila do Penedo, e seu Termo, com o qual não haverá soldo algum mas servindo como deve, gozará de todas as honras, despachos, graças, franquezas, privilégios, liberdades e isenções de que logram os coronéis das tropas pagas, como determina [...]”<sup>168</sup>

O governador de Pernambuco, Manoel da Cunha de Menezes, inicia a carta patente com um modelo de discurso padronizado nesse tipo de documento e prossegue em bom tom alegando o conhecimento que tinha da pessoa nomeada, elencando os postos anteriores em que serviu José Ferreira, que fez com “boa satisfação e zelo”, agindo com a “boa confiança” esperada por ser “pessoa nobre, abastado de bens e de honrado procedimento”<sup>169</sup>. No final, o documento concedia, como de costume, os benefícios do posto, que apesar da inexistência de soldo, transferia ao nomeado os privilégios repassados pelo rei: “gozará de todas as honras, despachos, graças, franquezas, privilégios, liberdades e isenções de que logram os coronéis das tropas pagas”<sup>170</sup>.

Portanto, nos servimos para essa investigação de dados sobre registros de patentes que foram concedidas pela Coroa a homens de Pernambuco e suas capitanias anexas, incluindo aí a

---

<sup>165</sup> Idem, Ibidem.

<sup>166</sup> Idem, Ibidem.

<sup>167</sup> AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 218.

<sup>168</sup> Idem, Ibidem.

<sup>169</sup> Idem, Ibidem.

<sup>170</sup> Idem, Ibidem.

Comarca de Alagoas. Desses dados, nos debruçaremos sobre informações contidas em 13 livros utilizados para o controle diário das cartas patentes confirmadas pelos governadores durante um período de 30 anos.

Entretanto, diante dos dados disponíveis, alguns cortes foram realizados, o que nos levou a trabalhar na ocasião com 10 livros utilizados para aqueles registros, que juntos cobriram os anos de 1775 até inícios de 1801, ou seja, 26 anos. Escolha que fora realizada pelas condições dos manuscritos, nem sempre acessíveis no período de consulta, mas ainda, pelo tempo já despendido no processamento das informações.

Sendo assim, restringimos a análise das distribuições de patentes a três vilas sediadas na Comarca de Alagoas, englobando suas cercanias, na época entendidas como seus termos, a saber, a vila de Alagoas do Sul, vila de Penedo e a vila de Porto Calvo. Entretanto, a pesquisa permitiu estabelecer um quadro mais amplo no qual foram distribuídas ao todo 6.141 patentes para as vilas, freguesias, lugares e aldeias da capitania.

Para a Comarca de Alagoas, entre 1775 e inícios de 1801, processamos que do total de 6.141, 703 foram registradas pelos funcionários da Secretaria de Governo em Recife, as quais se destinavam às promoções nos corpos de ordenanças e de auxiliares. A Tabela 1 apresenta esses dados e também as especificidades regionais distribuídas nas temporalidades utilizadas.

Tabela 1: Percentual por períodos dos registros de mercês-patentes na Capitania de Pernambuco e anexas (1775-1801)

Recortes	Anos										Total
	1775-1777	1777-1780	1780-1784	1784-1788	1788-1789	1791-1794	1794-1797	1797-1798	1799	1799-1801	1775-1801
<b>Pernambuco e Anexas</b>	638	621	577	760	463	670	561	543	618	690	<b>6.141</b>
<b>Comarca de Alagoas</b>	63	168	52	64	35	59	57	47	47	111	<b>703</b>
<b>%</b>	9,87	27,0	9,01	8,42	7,56	8,81	10,16	8,66	7,61	16,09	<b>11,45</b>

Fonte: APEJE, Coleção Patentes Provinciais, 10 vols., 1775-1801.

A Tabela 1 vemos nuances evidentes entre os recortes, ressaltando diferentes momentos em que foram concedidas àquelas mercês. Por outro lado, sabemos que as concessões reais aos vassallos ultramarinos não se mantinham uniformes por longos períodos de tempo, pois não havia uma regra para as concessões, e sim uma demanda implantada pelos próprios súditos.

Sendo assim, o peso nas oscilações presentes na Tabela 1 recai sobre o período em que fora elaborado. Majoritariamente, os dados foram criados nos governos de José Cezar de Menezes (1774-1787), sob a administração do governador D. Tomás José de Melo (1787-1798) e o seu restante produzido nos governos interinos que sucederam D. Tomás.

Como é visível, separando os provimentos por pequenas temporalidades, percebe-se que o incremento mais significativo das concessões ocorreu em dois momentos distintos, o primeiro no recorte 1777-1780 (27%), e o segundo em 1799-1801 (16%).

Assim, se há picos na distribuição de patentes entre o ínterim 1777-1780, os valores ressaltam a conjuntura mais propícia para tal, levando em conta que no Brasil meridional ainda ocorria o conflito armado e diplomático em volta da posse da Colônia de Sacramento. Elemento que reforçava os argumentos já presentes na historiografia de que, por boa parte da segunda metade do século XVIII, as correspondências trocadas entre as autoridades coloniais e a metrópole expressavam a preocupação com a manutenção de uma praça mantida sob bloqueio contínuo<sup>171</sup>. E Pernambuco, como um dos maiores centros populacionais da América portuguesa, foi uma das capitanias que auxiliou as tropas instauradas na parte meridional do Brasil. Junto com outras capitanias, forneceu recursos humanos para a defesa de Sacramento.

De acordo com Paulo César Possamai, de 1737 a 1777, o cotidiano existente no Sul do Brasil foi marcado pelo bloqueio constante a que espanhóis submetiam ao povoado da Colônia. Essa situação de perigo, sempre presente para os governadores das capitanias próximas ao centro do conflito, não apenas uma vez necessitou que reforços provenientes da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, e Pernambuco fossem enviados para socorrer a praça sitiada<sup>172</sup>.

Contudo, mesmo com uma grande quantidade de moradores em meados da segunda metade do século XVIII, a constatação não significava que as tropas estivessem equivalentes nessa proporção. O território “dilatado” de Pernambuco, não só era prejudicial porque as companhias dos terços ficavam muito fragmentadas, mas porque aquela fragmentação tornava difícil a sua organização. Um bom exemplo disso ocorria nos momentos de mostras perante o oficialato.

Nessa conjuntura, em Pernambuco, há em 1775 um movimento para arregimentar uma grande quantidade de homens pardos das tropas auxiliares e do terço dos Henriques. Certamente, o episódio que ocorreu no governo de José César de Menezes serviu de alerta para as autoridades coloniais, que outra vez encontravam seus terços desorganizados, bem como se

---

<sup>171</sup> POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra**: a vida na colônia do Sacramento (1715-1735). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 260.

<sup>172</sup> POSSAMAI, Paulo César. Op. Cit., p. 138.

viram encurraladas com o prazo para estabelecer um grande contingente de homens que deveriam ser enviados ao Rio de Janeiro, onde seriam utilizados para socorrer a Colônia de Sacramento.

Segundo a Ordem Régia de 30 de junho de 1775, o governador deveria expedir com a maior brevidade “para o Rio de Janeiro, a entregar ao Marques de Lavradio, vice-rei e capitão general deste Estado, um Batalhão de Henriques e outro de Pardos, composto cada um de seiscentos homens, os mais escolhidos que achar nos seus respectivos terços”<sup>173</sup>.

José César de Menezes informava dos procedimentos que havia tomado, e em tom de resposta avisava das dificuldades encontradas na execução da Ordem Régia. Segundo o governador, ele se reuniu com os oficiais dos terços em sua casa para colocar em prática a instrução. Determinou que no dia 21 de agosto eles deveriam reunir todos os homens que tinham em seus terços, para que pudesse passar a revista, e então escolher entre os que se achavam mais aptos para o real serviço<sup>174</sup>. Assim, o governador relatava que

Como estes terços de Henriques e pardos, não tem nesta praça todas as companhias da gente de que se compõem, mas estas se acham divididas pela grande extensão desta dilatada capitania, segundo vi na revista que passei em outubro do ano passado dos dois terços de Henriques; Foi preciso; em primeiro lugar: dar-lhes este prazo de tempo para os comandantes mandarem vir o maior número de gente que pudessem; tanto para prefazer o número das praças que Sua Magestade ordena, como para ter onde fazer a escolha<sup>175</sup>.

De acordo com o relato, era importante que os oficiais dos terços e companhias tivessem tempo para organizar seus soldados, levando em conta a extensão da capitania e a fragmentação dos terços por ela, o prazo concedido pelo governador foi de 92 dias para que os comandantes reunissem seus subordinados<sup>176</sup>.

Para situar o governador antes que as amostras ocorressem, cada oficial apresentou os mapas de suas tropas. Os pardos somavam um total de 557 homens, já os pretos dos terços de Henriques somavam 484 indivíduos<sup>177</sup>. No entanto, iniciada a vistoria dos dois terços de pardos

---

<sup>173</sup> Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre se remeter ao Rio de Janeiro um batalhão de Henriques e outro de Pardos com seiscentos homens cada, a serem entregues ao vice-rei e capitão general do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas]. Recife, 20 de julho de 1775. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 120, Doc. 9177.

<sup>174</sup> Idem, Ibidem.

<sup>175</sup> Idem, Ibidem, fl. 1v. A ortografia utilizada foi adaptada. Dessa forma, optamos por não manter as abreviações e redigir as palavras corrigindo alguns erros gramaticais que prejudicavam a fluidez do texto.

<sup>176</sup> Idem, Ibidem.

<sup>177</sup> BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca**: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial Pernambucana (XVIII). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016, p. 91



e de Henriques, constatou José César de Menezes que nem os números de 1200 homens estava completo, bem como os dados apresentados pelos oficiais em seus mapas não correspondia ao que presenciava no dia da revista.

Seguindo um resumo da análise realizada por Janaína Bezerra acerca do estado das tropas no dia em que houve a amostra, a autora demonstra que “o mesmo só conseguiu reunir um total de 382 homens, dos dois terços dos Henriques, e 415 dos três terços dos pardos, tendo incluído nessa soma também os oficiais, ou seja, o governador só conseguiu o contingente de 797 homens”<sup>178</sup>. De forma numérica, aquele quantitativo correspondia a um percentual de 66,41% do que havia sido solicitado na Ordem Régia de 30 de junho daquele ano<sup>179</sup>.

Assim, acerca da questão dos efetivos presentes no dito momento, a justificativa encontrada por Bezerra para a defasagem de gente nas tropas de pardos e de Henriques eram as grandes distâncias em que muitos dos praças se encontravam de Recife, local indicado para a realização das amostras, tal como o temor ao recrutamento militar que muitos tinham, com especial pavor à ideia de serem enviados ao presídio de Fernando de Noronha ou para outras possessões ultramarinas<sup>180</sup>.

O efeito da Ordem informada aos oficiais e outros membros das tropas, pode ter causado uma grande agitação, inclusive, junto aos moradores da capitania como possíveis alvos a serem acionados, tendo em vista a necessidade de acumular mantimentos para a expedição. Por outro lado, os batalhões que deveriam partir no dia 12 de setembro de 1775, devem ter se sentido agraciados com a notícia que chegara prestes a seguir rumo ao Rio de Janeiro. Em uma carta do rei enviada à José César de Menezes em 24 de julho, o monarca comunicava o cancelamento da expedição até segunda ordem<sup>181</sup>.

Em meio a mudança de planos, uma preocupação emergente era a da preservação dos mantimentos que tinham sido produzidos em excesso para serem consumidos no transporte e na praça do Rio de Janeiro. Gêneros como carnes, farinhas de guerra, arroz e feijões tinham sido os mais acumulados. Para não perder a carga de mantimentos, o governador julgou que deveria agir deslocando os suprimentos para regiões necessitadas. Desse modo, conduziu em duas sumacas que foram render o destacamento da ilha de Fernando de Noronha com parte dos gêneros. Com o resto da carga, fez passar para o Rio de Janeiro a mando do Marquês de

---

<sup>178</sup> BEZERRA, Janaína Santos. Op. Cit., p. 92.

<sup>179</sup> Idem, Ibidem, p. 92.

<sup>180</sup> Idem, Ibidem, p. 92.

<sup>181</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 120, Doc. 9200; Cx. 122, Doc. 9291; Cx. 122. Doc. 9301.

Lavrado, em uma corveta recém-chegada de Angola carregada com escravos, que fretou e encaminhou àquela praça<sup>182</sup>.

Já para os soldados das tropas de Henriques e de homens pardos, quando recebida a notícia que a expedição havia sido cancelada, era esperado que este fosse motivo para festejos, como o foi<sup>183</sup>.

Desse modo, os festejos ocorridos sinalizam que mesmo aqueles que se colocavam à serviço da monarquia para a execução da real tarefa, não o faziam com grande satisfação<sup>184</sup>. Além disso, o recrutamento compulsório junto ao miserável estado das tropas não as tornava mais atrativas, e certamente, os elementos de aversão ao serviço de armas se multiplicavam quando se tratavam das camadas mais pobres da sociedade<sup>185</sup>. Sem soldo e sem as honras e privilégios que as altas patentes transferiam aos contemplados, os postos de subordinados das tropas não podiam ser vistos de outra forma.

Concordamos com a interpretação da historiadora Janaína Bezerra de que a defasagem presente, e causada pelas grandes distâncias, serviu como um elemento decisivo naquele episódio, talvez, um dos mais emblemáticos em relação a arregimentação de homens pardos dos terços auxiliares e dos Henriques na história da capitania. Porém, há outro elemento que diz respeito às lacunas encontradas nas tropas da época, a saber, o grande número de companhias incompletas, assim como a própria inexistência de algumas dentro das tropas. No Brasil colonial, o número de 250 membros por companhias foi basicamente uma realidade inexistente entre os terços e depois nos regimentos. Na investigação, percebemos que nem a metade daquele número poderia ser encontrado nas companhias das tropas não remuneradas da capitania. Ora, se os termos de uma vila como Recife e a cidade de Olinda não foram suficientes suprir a necessidade do governador, o que dizer das regiões mais periféricas como a Comarca de Alagoas?

Por meio da Tabela 1, observa-se que o recorte em que ocorre a Ordem Régia e os dois anos posteriores a ela (1775-1777) se diferem em relação à próxima temporalidade utilizada (1777-1780). Além disso, verificou-se que os números desse aumento para a Comarca de

---

<sup>182</sup> AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 122, Doc. 9291.

<sup>183</sup> Segundo Janaína Bezerra: “A notícia foi recebida com festa pelos soldados reclusos, que ‘corriam para suas casas, com tanta pressa que se atropelavam uma aos outros, soando por todas as ruas as festivas aclamações de viva El Rei Nosso Senhor’. A noite era possível ver luminárias por muitas partes do Recife, ‘acompanhadas de repiques, e seguidas de festas, que se fazem em ação de graças’”. BEZERRA, Janaína Santos. Op. Cit., 2016, p. 95.

<sup>184</sup> BEZERRA, Janaína Santos. Op. Cit., 2016, pp. 94-95.

<sup>185</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**: militarização e marginalização na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2001.

Alagoas são três vezes maiores do que o aumento para o restante da capitania. Assim, é válido na análise que comparemos essas duas informações.

O rápido aumento nas distribuições de patentes, como é visível entre o recorte 1777-1780 da Tabela 1, pode ocorrer devido a demanda que surgiu em prol dos socorros prestados às praças do Brasil meridional, mas também há de considerar as instruções com que se deparam os governadores na segunda metade do século XVIII. Cabe lembrar que as ações da Coroa nesse período consistiram, como já destacamos, no aumento das tropas não remuneradas em toda a América portuguesa, a partir da criação de terços auxiliares, especialmente de homens pardos. Ação que foi executada juntamente ao início de uma política racionalista de acúmulo de conhecimento por parte da metrópole sobre suas possessões ultramarinas, com a aplicação de diversos censos sobre as populações e as tropas das capitanias.

Além disso, observa-se por meio dos dados da Tabela 1, que os recortes entre 1780 e 1799 são de relativa linearidade na distribuição de mercês-patentes para a Comarca de Alagoas. Mas esta continuidade é interrompida com um incremento ocorrido durante os anos de 1799-1801, o segundo maior período de concessões régias, após 1777-1800.

Esses indicadores nos levam ao exame de que após a distribuição em massa ocorrida no interim de 1777-1780, fruto das diretrizes defensivas expedidas para a defesa das fronteiras sulistas (mas com impactos para as capitanias que abrigavam grandes contingentes de auxiliares na América portuguesa, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, incluído ao Norte, Pernambuco), junto às normativas emanadas para o setor bélico, outros elementos motivavam aqueles resultados.

As ordens para que se criassem novos terços ou companhias, conseqüentemente, provocaram aumentos significativos nos corpos militares de Pernambuco, apesar de não serem os únicos que influenciam nos resultados, são percebidos nos dados (Tabela 1). Entre os terços que mais cresceram nesse período para o caso específico de Alagoas, estão o do mestre de campo José Pereira de Castro, comandante da tropa auxiliar de homens brancos da vila de Alagoas, assim como o do mestre de campo José Antonio Ferreira Costa, comandante do terço de homens pardos de Penedo. O aumento dessas tropas foi tanto que as localidades onde estavam registraram concessões de 44% para a primeira e de 52% para a segunda. A vila de Porto Calvo deteve no período (1777-1780) apenas 3% das concessões régias, junto ao 1% da emergente vila de Atalaia<sup>186</sup>.

---

<sup>186</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais, 10 vols., 1775-1801.

O segundo *boom* nas distribuições de patentes para a capitania ocorre entre 1784-1788, onde o total de patenteados em Pernambuco e em suas capitanias anexas somaram 760. Porém, não verificamos equivalências entre os resultados das capitanias em relação aos da Comarca. Se no período o recorte foi o maior para Pernambuco, o número de concessões para a Comarca foi um dos mais discrepantes dentre os anos analisados, sendo concedidas 64 patentes para as localidades dentro da Comarca.

Assim, talvez a hipótese mais coerente ao avaliar tais dados, seja que o aumento das tropas auxiliares não acompanhou o mesmo ritmo dentro das capitanias. Uma vez que eram emitidas ordens direcionadas aos setores bélicos das capitanias do Norte, é evidente que as instruções não eram colocadas em prática ao mesmo tempo.

O segundo momento de maior distribuição de mercês-patentes, inicia-se em 1799-1801. Mas cabem ressalvas aos dados desse biênio. Como sabemos, o recorte feito surge a partir de uma escolha metodológica, que neste caso, foi utilizado como baliza a própria documentação. Neste recorte, tivemos um total de 690 concessões para a Capitania de Pernambuco e suas anexas, enquanto que para a Comarca de Alagoas foram destinadas 111 concessões, o que significou 16,09% do total de patentes, o segundo maior número registrado nesta pesquisa. Mas, se agora é possível comparar esses dados, a não continuidade das informações limita o campo de visão da investigação, sendo, de certa forma, impossível de avançar com o entendimento de uma progressão ou decréscimo que haveria após 1801.

Se tratando de um indício, ainda que precário dentre um rastro que poderia conduzir a um aumento das concessões na capitania, mesmo assim nos permite visualizar que outra vez uma norma régia provocou o crescimento nas promoções de homens a postos das tropas locais, porém, um crescimento que se mostrou restrito aos terços auxiliares. Desse modo, vejamos o que está por trás das nomeações referentes ao recorte 1799-1801 (tabela 1).

Lembremos que, a partir da Lei de 1796, os terços auxiliares passam a denominar-se regimentos de milícia, havendo assim algumas alterações quanto a estrutura tática no conjunto das companhias. De acordo com Francis Albert Cotta, a “infantaria de homens pardos ou de pretos libertos passaria da denominação “terço” para a de “regimento” [...]”<sup>187</sup>. Em outras palavras, as antigas expressões como “terço” (para se referir ao aglomerado de companhias em uma determinada tropa auxiliar) e de “auxiliares” (utilizada para se referir ao tipo específico de tropa, ou seja, corpo de ordenança, de auxiliares e de linha ou também chamado de regular)

---

<sup>187</sup> COTTA, Francis Albert. Op. Cit., 2010, p. 70, grifos no original.

foram substituídos por “regimento” (mantendo-se a formação por companhias) e “milícias”, para designar o tipo da tropa.

Os desdobramentos da mudança na estrutura ainda incidiram na transfiguração de alguns postos, não obstante as suas funções continuassem com as mesmas características. Sendo assim, o posto de “mestre-de-campo” dos auxiliares foi substituído pelo de “coronel”<sup>188</sup> quando se passou à milícia<sup>189</sup>. Apesar dessas mudanças, ela significou mais um novo arranjo para a estrutura interna da tropa auxiliar, modificando alguns postos e companhias, assim como a sua nomenclatura, do que uma mudança no modelo das forças militares coloniais do período, e mais especificamente uma mudança nas milícias.

Para além disso, nos regimentos milicianos de toda a América portuguesa, a partir da Lei de 1796, tornou-se obrigatório a presença de companhias de caçadores. Segundo os apontamentos que encontramos na historiografia, essas companhias foram frequentemente associadas à escravidão africana no Brasil, como respostas às fugas de escravizados<sup>190</sup>. Os seus membros eram responsáveis por vigiar as localidades onde habitavam, mas também eram especialistas na captura de cativos fugidos<sup>191</sup>. Hierarquicamente a sua estrutura interna não se diferenciava das demais companhias. Em Pernambuco, tal estrutura apresentava capitão, alferes e tenente e os demais postos que existiam em um regimento miliciano. Mas em outros lugares da América portuguesa, a estrutura utilizada poderia se diferenciar da que encontramos na pesquisa, similar em quase todos os cantos das capitânicas do Norte<sup>192</sup>.

A tradição e os costumes locais provocavam diferenças e especificidades nas organizações e instituições implantadas nas comunidades ultramarinas, afetando, inclusive, os corpos militares. Mesmo que se baseassem nos modelos hierárquicos das forças coloniais e nas diretrizes lusas, as especificidades de cada localidade tinham enorme peso na constituição das tropas locais. Em Minas Gerais, de acordo com Priscila Crispin, havia uma companhia de caçadores agregada ao regimento de cavalaria de linha, assim como as do próprio regimento miliciano de pardos e pretos de vila Rica e de Mariana. Ao observar a estrutura interna da

---

<sup>188</sup> Idem, *Ibidem*, p. 70.

<sup>189</sup> Convém ressaltar que essa análise mostra o quanto é complexo fazer uma interpretação sistemática da estrutura bélica na América portuguesa, pois a explicação que fornecemos não seria de um todo válida para as configurações encontradas nos séculos XVIII, XVII e assim por diante.

<sup>190</sup> JESUS, Nauk Maria de. “Com capacidade e suficiência para exercer a dita ocupação”: notas de pesquisa sobre os capitães-do-mato na Capitania de Mato Grosso’. *In: Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime Português: séculos XVI-XVIII*, Belém: Editora Açai, volume 6, 2014, p. 199.

<sup>191</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. *In: Estudos Ibero-Americanos*, vol. 42, núm. 2, mayo-agosto, 2016, p. 573.

<sup>192</sup> APEJE, *Coleção Patentes Provinciais*, 10 vols.

companhia, a autora afirma que nelas não havia oficiais, mas sim 1 sargento, 1 porta-bandeira, 5 cabos de esquadras, 2 tambores, 103 anspesantes e soldados, respectivamente<sup>193</sup>.

Evidentemente, os espaços coloniais de Minas e Pernambuco apresentaram formações históricas distintas, e a historiografia produzida no centro-sul do Brasil assinala que os capitães do mato, assim como os caçadores, foram tão requisitados lá quanto em Pernambuco<sup>194</sup>. De acordo com o que nos informa Ana Paula Pereira Costa, as tropas de capitães do mato eram presenças constantes no dia a dia da região, amplamente solicitados pelos membros da elite e por autoridades régias para lidar com os problemas de roubo, quilombolas, contrabando, mineração ilegal entre outras demandas da circunstância mineira. Mas uma característica no perfil dos homens utilizados nesse serviço, era a necessidade do uso de pardos e pretos em variadas situações<sup>195</sup>, como recursos bélicos corriqueiros, colocados como fundamentais para lidar com os problemas do “desassossego público”<sup>196</sup>. Como a função muito se assimilava a dos capitães do mato, os membros das companhias de caçadores também recebiam recompensas quando retornavam cativos fugidos aos senhores.

Como a implementação das diretrizes contidas na Lei de 1796 ocorre ainda no último decênio do século XVIII, encontramos nos dados trabalhados alguns de seus desdobramentos. Com a criação de companhias de caçadores nos regimentos milicianos da capitania, a demanda por patentes também cresceu, ação que foi necessária para nomear os seus novos membros.

Com efeito, somente para os períodos posteriores a 1796 é que encontramos uma demanda por confirmações de cartas patentes para os postos nas companhias de caçadores. Tanto no Conselho Ultramarino, bem como nos registros locais, promoções para o grupo passam a ser comuns depois de 1799 e não precisamente no ano de 1796. Por meio dessa documentação, percebemos que aproximadamente a partir do tempo de três anos, é que as primeiras promoções ocorreram. Assim, foi comum encontrar nos dados que correspondem ao biênio 1799-1801 (Tabela 1), a criação das companhias de caçadores nos termos da Comarca de Alagoas. Alguns exemplos podem elucidar essa situação.

O primeiro registro de que tivemos conhecimento, ocorreu em 1799, quando Manoel Felix foi promovido a sargento da companhia de regimento de milícia da vila de Alagoas, de

<sup>193</sup> CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. **Além do acidente pardo**: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 54.

<sup>194</sup> JESUS, Nauk Maria de. Op. Cit., pp. 199-210; CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. Op. Cit., pp. 54-55; Ana Paula Pereira COSTA, Op. Cit., 2016, pp. 560-581; DANTAS, Mariana L. R. “Em benefício do bem comum”: esquadras de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Júnia. (orgs.) **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, século XVII-XIX. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 251-272.

<sup>195</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. Op. Cit., 2016, p. 572.

<sup>196</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. Op. Cit., 2016, p. 573.

que era coronel José Pereira de Castro, para alferes da mesma<sup>197</sup>. Em 6 dezembro do mesmo ano, Jerônimo Craveiro de Barros Leite, possível familiar do coronel Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, era promovido ao posto de capitão da companhia de caçadores do regimento miliciano de Penedo<sup>198</sup>. Nesse mesmo dia, Manuel Luis das Chagas saía do posto de sargento para ocupar o de alferes na companhia de caçadores do regimento do coronel Martinho Pereira Alvares, em Penedo<sup>199</sup>.

Com a existência de regimentos milicianos somente em Penedo e Alagoas do Sul, o número de companhias de caçadores se limitava a existência de três. Os regimentos onde eles estavam distribuídos se encontravam dois em Penedo, sendo um de homens pardos e o outro de homens brancos; e o último regimento em Alagoas do Sul, constituído por homens brancos, ambos regimentos de infantaria<sup>200</sup>. Com isso, a frequência de requerimentos se tornava pouca e espaçada.

Com o início do *Oitocentos*, essas companhias já se encontravam bem organizadas e com todos os seus postos ocupados. Além disso, os requerimentos para confirmação de cartas patentes demonstram pouca rotatividade nos postos, o que é possível verificar com alguns casos. No ano de 1802, Manuel de Jesus Barbosa solicitava ao Conselho Ultramarino a confirmação do posto de capitão da 10ª companhia de caçadores do regimento de milícias dos homens pardos de Penedo<sup>201</sup>. Três anos depois, em 1805, António Francisco Neto solicitava a confirmação para o posto de alferes da 10ª companhia de caçadores do regimento miliciano de Alagoas do Sul, na ocasião, vaga que surgira por causa da morte de António Francisco Neto, seu antigo ocupante<sup>202</sup>. Mais uma vez outro requerente aparece suplicando ao Ultramarino a confirmação no posto de tenente da 10ª companhia de caçadores de Penedo que fora provido pelo governador de Pernambuco, neste caso, José Inácio de Santa, requeria, em 1806, certa

---

<sup>197</sup> APEJE, Coleção de Patentes Provinciais, vol. 10, fl. 118v.

<sup>198</sup> APEJE, Coleção de Patentes Provinciais, vol. 1, fl. 86v.

<sup>199</sup> APEJE, Coleção de Patentes Provinciais, vol. 1, fl. 117v.

<sup>200</sup> Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre a distribuição racial da população da Capitania de Pernambuco, prevalecendo o número de pardos e pretos e a desorganização em que se encontram os diversos Regimentos de milícias, precisando de autorização real para compor e reorganizar os ditos regimentos. Recife, 24 de março de 1806. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 259, Doc. 17405.

<sup>201</sup> Requerimento de Manuel de Jesus Barbosa ao príncipe regente [D. João] a pedir confirmação da carta patente do posto de Capitão da 10ª Companhia de Caçadores do Regimento de Milícias dos Homens Pardos da vila do Penedo, de que é coronel Martinho Pereira Álvares. Vila de Penedo, 15 de maio de 1802. AHU, Cx. 4, Doc. 331.

<sup>202</sup> Requerimento de António José Correia ao príncipe regente [D. João] a pedir confirmação da carta patente do posto de Alferes da 10ª Companhia de Caçadores do Regimento de Milícias da vila de Alagoas, de que é coronel José Pereira Castro, que se acha vago por morte de António Francisco Neto. Vila de Alagoas, 20 de fevereiro de 1805. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 4, Doc. 404.

urgência para a confirmação da patente, visto que o tempo desde sua promoção local até a sua confirmação junto ao Conselho estava se esgotando<sup>203</sup>. Mas o último requerimento presente nos manuscritos consultados data de 1822, quando em uma carta de Filipe José Stockler, que servia de Secretário do Ultramarino, trazia em seu conteúdo requerimentos de três sujeitos, um deles, Caetano de Araújo promovido a alferes da companhia de caçadores da vila de Alagoas, ambos com as confirmações das patentes em que foram providos pendentes<sup>204</sup>. Ao que tudo indica, em linhas gerais, o trâmite foi mais demorado que o normal, situação que apesar de não ser clara na documentação, leva ao entendimento de que a comprovação de que os postos estavam de fato “legitimamente vagos” e os pedidos de confirmação “dentro do tempo” hábil, foram elementos que levaram à um maior prolongamento das suas confirmações<sup>205</sup>.

Desse modo, enquanto para a primeira década do século XIX encontramos três pedidos para confirmação de patentes, na década seguinte, tivemos o conhecimento de apenas uma. Com base nesses indícios, podemos afirmar que a rotatividade nos postos foi pouca, conforme o exposto nos dados levantados. Mas não podemos excluir o fato de que muitas companhias de caçadores não foram criadas, mas transladadas. Em outras palavras, com a Lei 1796, não houve apenas a criação de uma nova companhia, mas a reutilização das existentes. Tendo em vista as poucas nomeações para os cargos de oficiais das companhias de caçadores entre (1799-1801), não parece forçoso conjecturar que alguns comandantes militares optaram por substituir membros específicos por outros mais capacitados a dirigir as companhias de caçadores, mantendo assim boa parte corpo militar já constituído.

Todavia, na análise até aqui realizada, há um aspecto ainda não tocado, que diz respeito às concessões régias realizadas em menor proporção dirigidas à Comarca, assim como para os espaços de suas cercanias. A caracterização dessas concessões levará em conta identificar quais as diferenças entre elas a partir de 1775 até 1801, descrevendo em detalhes as promoções.

É preciso mencionar que a Tabela 1, serviu como ponto de partida para elaborar o Gráfico 6. Oriundo do mesmo acervo, as Patentes Provinciais, ele demonstra com mais precisão a variação entre as mercês-patentes para as três localidades, Penedo, Alagoas do Sul e Porto

---

<sup>203</sup> Requerimento de José Inácio de Santana ao príncipe regente [D. João] a pedir aviso de lapso de tempo para confirmação da carta patente do posto de Tenente da 10ª Companhia de Caçadores do Regimento de Milícias dos Homens Pardos da vila do Penedo, de que é coronel Martinho Pereira Alves. Vila de Penedo, 19 de agosto de 1806. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 6, Doc. 439.

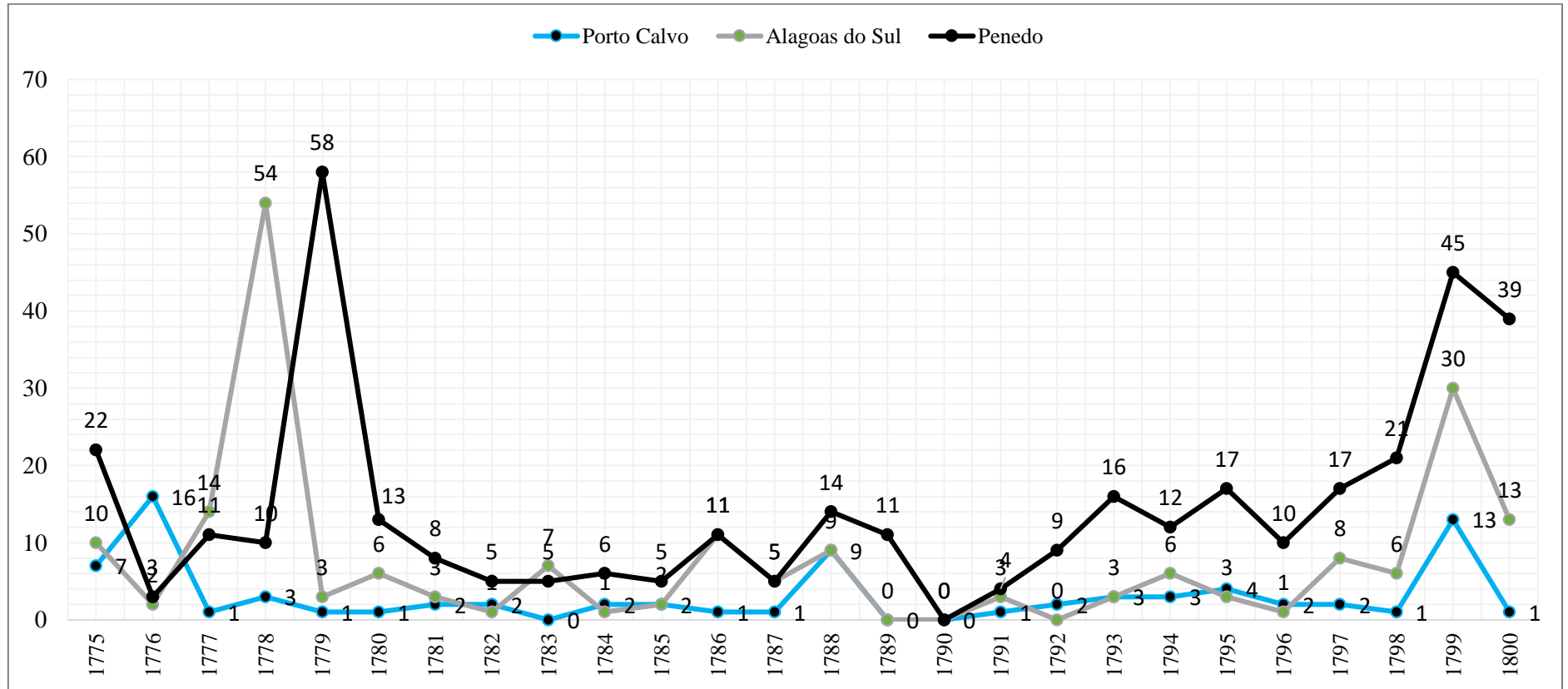
<sup>204</sup> Carta de Filipe José Stockler a servir de secretário do Conselho Ultramarino ao rei [D. João VI] sobre os requerimentos de José da Silva Lemos, Luís Gonçalves Simões e de Caetano José de Araújo, em que pedem confirmação de carta patente do posto, respectivamente, de alferes da ordenança da vila do Penedo, alferes da 1ª Companhia do Regimento de Infantaria de Milícias da mesma vila, e alferes da Companhia de Caçadores do Regimento de Infantaria de Milícias da vila de Alagoas. Lisboa, 20 de janeiro de 1822. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 5, Doc. 501.

<sup>205</sup> AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 5, Doc. 501.



Calvo. Além disso, a visualização anual unitária revela com mais detalhes as especificidades dentro da própria Comarca, uma vez que o número de providos indica os espaços mais militarizados, populosos e, talvez, onde o pleito por patentes se constitua em um mecanismo de prestígio social disputado. Vejamo-los.

Gráfico 4: Frequência anual das mercês-patentes distribuídas entre as vilas da Comarca de Alagoas, 1775-1801.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Coleção Patentes Provinciais, 10 vols., 1775-1801.

Como descrevemos anteriormente, o aumento do número de registros era sensível a oscilações à medida que normas para o sistema defensivo da América portuguesa foram produzidas. Portanto, de forma não coincidente, já era esperado que as localidades que possuíam ao menos dois tipos de corpos militares, o caso de Penedo e Alagoas do Sul, fossem aquelas que mais tivessem representatividade junto às autoridades que expediam as patentes.

Por meio do Gráfico 6, os pontos de crescimento reiteram os dois grandes momentos onde ocorreram distribuições em massa de patentes por parte dos governos. Assim, vale lembrar da repercussão que o acirrado conflito, diplomático e militar, entre Portugal e Espanha no século XVIII, teve para a política adotada ao sistema defensivo lusitano, em um primeiro momento, direcionada para atender as questões de defesa ao Sul do Estado, ligados a Colônia de Sacramento, mas que, com o desenrolar da disputa, o problema da defesa torna-se uma questão geral, perdendo o seu caráter local<sup>206</sup>. Vinculado a questão, as dificuldades em se manter uma tropa regular, bem como organizar a existente, impulsionaram a realização de planos militares, desencadeando uma série de diretrizes levadas ao nível local, visto as carências da tropa regular portuguesa.

Há, portanto, uma ligação direta entre a postura adotada pela administração portuguesa acerca da intensificação do recrutamento, com a crescente importância das tropas não remuneradas. Com os resultados obtidos na investigação, é possível estabelecer uma ligação direta com a conjuntura estudada.

Observando o Gráfico 6, com foco nos dados que apresentamos, podemos aferir de início duas constatações. A primeira diz respeito ao elevado número de patentes vinculadas a Penedo e Alagoas do Sul. Em segundo lugar, ao número de patentes para Porto Calvo que, ao contrário das outras duas, apresentou uma quantidade bem menor. Mas se tratando dessa última, por que ela se difere tanto das demais?

Outro elemento a se destacar era o fato de algumas promoções que se mostravam mais verticais do que o normal. É interessante notar que a progressão dentro das companhias nem sempre respeitava a hierarquia existente. Assim, o comum ao se inserir nas tropas auxiliares/milicianas era que o primeiro posto ocupado fosse o de soldado, depois o de cabo, sargento, alferes, tenente até chegar ao de capitão de companhia. Mas a existência de uma fratura nessa concepção hierárquica, é um indicador de que mesmo as organizações com sistemas rígidos em sua promoção, foram alvos de disputa pelos “principais da terra”. Comumente, encontra-se junto a aqueles que receberam postos no oficialato a observação de

---

<sup>206</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Op. Cit., 2009, p. 134.

que o patenteado é “pessoa nobre e abastada, proposto em primeiro lugar pelos oficiais da câmara com assistências do corregedor da comarca”, ou, “descendente das principais famílias de Pernambuco”<sup>207</sup>.

José Luiz de Albuquerque servia de soldado na praça de Penedo, quando em 6 de setembro de 1777, o mestre de campo José Antonio Pereira Costa o indicava a capitão em uma de suas companhias. O ato, visivelmente, burlava a conduta esperada e o patenteado, José L. de Albuquerque, saltava de soldado para capitão da companhia<sup>208</sup>. Promoções em uma escala menor também ocorreram. Como no caso de José Gregório de Souza, que de soldado da companhia de Henriques de Porto Calvo, comandada por Ignácio de Souza de Oliveira, assumia em 1793 o posto de alferes vago pela reforma que seu antigo ocupante, Manoel Barbosa Ignácio de Souza, tomou. A promoção concedida a José G. de Souza, lhe proporcionou ascender na hierarquia militar do terço dos Henriques, progredindo seis postos (tambor, cabo, porta bandeira, sargento supra, sargento do número e alferes)<sup>209</sup>. Também foi assim que Alexandre José de Lapenha teve acesso ao posto de capitão da 5ª companhia de auxiliares no terço de homens pardos de Penedo, em 1793. Sem dúvida o capitão patenteado economizou vários anos de serviço para alcançar o posto, visto que teve baixa na tropa (já intitulada milícia) em 1807. Assim, ele saía do posto de soldado, e em vista do falecimento de Francisco da Rocha Barbosa, era proposto pelo mestre de campo Martinho Pereira Alves ao cargo vago<sup>210</sup>.

Na ordenança esse tipo de situação também era uma constante. Encontramos outro soldado, José de Araújo Silva, que da subalternidade passava, em 1777, a alferes da companhia onde atuava, no terço do capitão-mor Francisco de Souza Caldas, em Penedo<sup>211</sup>. A promoção ao posto de alferes concedida a José de Araújo Silva significava, portanto, um avanço de quatro cargos de uma só vez. Vale lembrar que, no interior das companhias, esses postos eram igualmente cobiçados pelos seus membros, uma vez que passar por eles significava encurtar cada vez mais a escalada para o posto de capitão. Investigando os manuscritos consultados na pesquisa, identificamos que a promoção concedida pelo capitão-mor Francisco de Souza Caldas, de fato, contribuiu para alavancar José de Araújo na organização das ordenanças. 14 anos depois de sua promoção como alferes em uma companhia de ordenança de Penedo, José

---

<sup>207</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. *Passim*.

<sup>208</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 3, fl. 32v.

<sup>209</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 7, fl. 154.

<sup>210</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 7, fl. 203.

<sup>211</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 3, fl. 38.

aparecia como capitão do curato do Poxim sendo, mais uma vez, provido em outro posto, agora em comandante do Poxim<sup>212</sup>.

O posto de “comandando” é pouco mencionado nas fontes Setecentistas, e também desconhecemos na historiografia explicações mais detalhadas sobre os significados dessa patente, o que torna sua conceitualização pouco precisa. Contudo, somos levados a estimar que na hierarquia militar ela estava acima até mesmo que a patente de capitão. Observando os sinais em torno das nomeações para o cargo, que de forma moderada ocorreu durante toda a segunda metade do século XVIII, identificamos que boa parte dos sujeitos que chegaram a ocupar o posto saíram do lugar de capitães. Outro indício que pode ajudar a melhor conceituar o posto, tem a ver com o local. Como os registros indicam, existia uma relação direta entre lugar de atuação para essa patente. Analisando o quadro de localidades em que o posto existia, parece plausível afirmar que se tratavam de localidades pequenas, normalmente freguesias ou povoados, distantes das vilas que as administravam, mas que possuíam em média mais de cem habitantes, como era o caso do curato do Poxim e da freguesia de São Miguel das Alagoas. Esse pode ser o principal fio condutor para caracterizar o posto.

Em linhas gerais podemos dizer que a nomeação transferia ao patenteado o comando da localidade, que não necessariamente estava restrita ao setor bélico, uma vez que esses mesmos lugares apresentavam capitães com companhias completas. Como já apontamos, as regiões em que ocorreram as nomeações eram afastadas das câmaras municipais, portanto, a administração do cotidiano nesses espaços tendia a ser mais carente, condição diferente, por exemplo, dos povoados e freguesias que sofriam a influência direta da vila onde residia a câmara, por estarem mais próximas.

A primeira menção ao posto de que temos notícia na Comarca data de setembro de 1775, em que Manoel Barreiros da Fonseca tonava-se “comandante da freguesia” do Meirim, termo de Alagoas do Sul<sup>213</sup>. Em maio de 1781, Francisco da Costa Santos também era provido ao posto de “comandante da freguesia de São Miguel”, no termo da vila de Alagoas do Sul<sup>214</sup>. Assim como José de Oliveira Reis, em 1786, provido ao posto de “comandante do distrito” entre Boasica e Oitiúba no termo de Penedo, graças a demissão que tomou do posto Antonio de Souza Caldas.

Como podemos ver nos três exemplos, atrelava-se ao posto o “comando” de uma comunidade. Nas situações apresentadas, todas as três eram pequenas freguesias ou povoados

---

<sup>212</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 7, fl. 44.

<sup>213</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 2, fl. 59.

<sup>214</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 4, fl. 87.

em que a concentração de pessoas era reduzida, bem como a existência de autoridades coloniais provavelmente era rarefeita. Desse modo, partindo-se do que foi visível até o presente momento da pesquisa, os indícios encontrados nos levam a entender que os “comandantes” faziam “as vezes<sup>215</sup>” de autoridades coloniais como a do capitão-mor, auxiliando na administração governativa dos pequenos espaços que, talvez, passavam anos sem receber a visita de agentes régios.

A circulação pelos espaços da capitania por intermédio de mecanismos de promoção também se tornava algo interessante quando o que estava em jogo era uma progressão que, de uma única vez, proporcionava pular alguns degraus na hierarquia das tropas coloniais.

Foi assim que para Ignácio da Fonseca Neves, em 1784, que saíra da praça de soldado do terço auxiliar de infantaria do Recife, o qual era subordinado ao mestre de campo José Timóteo Pereira Bastos, para ocupar o lugar de capitão-mor dos forasteiros no termo de Porto Calvo. Pelo que percebemos, a decisão de Ignácio Neves, não só o mudaria de distrito, como transferia a sua jurisdição de atuação para outro corpo militar, o de ordenança, uma vez que os forasteiros na região da Comarca estavam sob o comando dos capitães mores locais, na época, comandadas pelo capitão-mor João Lins de Vasconcelos, residente em Porto Calvo<sup>216</sup>.

Neste sentido, vale a pena observar a trajetória de Felix Rocha do Amaral, no qual podemos vislumbrar além de uma promoção vertical, a rotatividade possível dentro do exercício das armas na Comarca de Alagoas. Na investigação, a primeira aparição de Felix Rocha do Amaral se dá em 1778, então capitão ligeiro de granadeiros do terço auxiliar de Penedo, graças à promoção de José Gregório da Cruz a sargento mor – o mesmo que mais tarde, em 1795, seria capitão-mor de Penedo<sup>217</sup>. Já em transição para o posto de “coronel das conquistas” de Penedo, a patente é a primeira constatação da rotatividade de Felix Amaral em meio a sua trajetória, que se mostrou fluida dentro dos corpos militares<sup>218</sup>. Avançava de capitão de companhia para um posto de oficial superior, a mudança acarretava em seu deslocamento para as regiões mais sertanejas dentro do termo da vila. Malgrado a promoção vertiginosa, antes dela ocorrer, a trajetória de Amaral apresentou mais características que atestam a sua rotatividade entre as tropas, pois antes de capitão dos granadeiros, serviu como ajudante do número da ordenança<sup>219</sup>. Após 13 anos como coronel das conquistas, em 1795, voltava para o terço auxiliar provido

---

<sup>215</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais, fl. *Passim*.

<sup>216</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 4, fl. 272v.

<sup>217</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 3, fl. 109.

<sup>218</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 4, fl. 166v.

<sup>219</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 4, fl. 166v.

como “mestre de campo agregado” do mestre de campo António Luiz Dantas de Barros Leite<sup>220</sup>. Entre as idas e vindas nas ordenanças e auxiliares, é possível que este tenha sido o último dos deslocamentos de sua carreira. Apesar das fontes não permitirem proceder com a análise, ainda podemos traçar hipóteses sobre a vida de Amaral.

Sendo a sua última ocupação a de “mestre de campo agregado”, ela parece apontar de fato, para a estagnação das atividades relativas ao exercício das armas, uma vez que a patente adquirida o colocava em segundo plano, em prol do mestre de campo efetivo de Penedo, que em 1795 era Antonio Luiz Dantas de Barros Leite. Desse modo, na “nova função” talvez as obrigações e exigências para um sujeito com mais experiência de vida fossem relativamente menores. Mas também, por que como “agregado” Amaral só poderia atuar “nos impedimentos” de seu companheiro de cargo, em outras palavras, nas situações de “moléstias”, “licenças” ou deslocamentos, “fazendo as vezes” do mestre de campo efetivo<sup>221</sup>.

Desse modo, fica evidente que Felix Amaral passou por todos os corpos militares que existiam no território de Alagoas, sendo oficial do terço auxiliar, na ordenança e retornado no fim de sua carreira para um posto do corpo auxiliar.

A incidência de sobrenomes de oficiais nos recém providos é uma prova convincente de que a elite local buscou nos postos do oficialato militar reproduzir e estender o poder familiar. Mas, até onde a pesquisa nos permitiu avançar, só foi possível identificar que os nomes eram similares, e outros, de fato, afirmavam ser familiares dos oficiais que os promoviam. É importante salientar que a alegação de parentesco entre os sujeitos não se caracterizava como algo ruim, pelo contrário; com a prática se reafirmavam como um “grupo” bem articulado com a *cultura política* da sociedade<sup>222</sup>. Entre outros significados, as nomeações de parentes estavam em consenso com a hierarquia social presente na época, e a existência desse fenômeno em meio às tropas, indica a manutenção de uma posição por parte de uma família / grupo aos postos que lhes permitiam distinção social perante a comunidade. Também cabe destacar que os nomes nem sempre revelam esse tipo de situação, especialmente porque há união de grupos em que suas redes e alianças passaram despercebidos. Como salienta Bicalho, Fragoso e Gouvêa, a formação de “bandos” por meio do casamento / dotes, possuía um papel decisivo para assegurar

---

<sup>220</sup> APEJE, Coleção Patentes Provinciais. vol. 8, fl. 45.

<sup>221</sup> Idem, Ibidem.

<sup>222</sup> Dados recolhidos no âmbito de projeto realizado em 2015, cujo resultado pode ser visto em: SANTOS, Everton Rosendo dos. “Notas sobre os corpos auxiliares e de ordenanças no sul pernambucano: Historiografia, abordagens e a pauta militar na comunicação entre as vilas da Comarca das Alagoas e o Conselho Ultramarino (1680-1807)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Op. cit.*, 2015, pp. 151-179.

o poder político e a manutenção desses grupos aos principais postos da administração colonial<sup>223</sup>.

Esses elementos são um forte indício que reforça a caracterização do perfil da *nobreza da terra*, frequentemente presente nas correspondências do Conselho Ultramarino, solicitando a posse de postos vacantes da administração militar e burocrática da Comarca, e Capitania como um todo.

Acerca dos altos postos das companhias, formado por capitão, alferes, tenente e sargentos, existia uma grande tolerância no tocante à cor dos patenteados e à naturalidade, especialmente tratando-se do século XVIII, quando a postura das autoridades régias se mostrava mais flexível no que se referia à cor, se comparado ao período anterior<sup>224</sup>. Assim, a partir de inícios do século XVIII, os postos de oficiais das companhias eram locais que os “filhos da terra” ocupavam quase que majoritariamente. E a esta dinâmica, acrescenta-se, também, o alto grau de miscigenação na composição dos moradores de Pernambuco, cujos traços de misturas estavam presentes em diferentes níveis da camada social<sup>225</sup>. Além disso, a exiguidade cada vez maior de reinóis para ocuparem aqueles postos de menor relevância das tropas auxiliares e de ordenanças, contribuiu para que gradativamente os nascidos no Brasil monopolizassem os postos de defesa<sup>226</sup>.

No que concerne aos picos nas distribuições de patentes na Comarca, como é visível, eles tendiam a aumentar nas situações em que havia tensões que fatores externos impunham às autoridades régias novas instruções para o sistema defensivo no Ultramar. Por outro lado, a concessão de patentes também crescia nas regiões onde os conflitos eram mais intensos e a situação fronteiriça causava maior atividade das tropas.

O termo de Penedo, com suas regiões de fronteiras e o sertão próximo, era o território onde as nomeações para postos da ordenança e auxiliares ocorriam com maior frequência. Também apresentavam as maiores discrepâncias em relação à Porto Calvo e Alagoas do Sul, que se acentuavam nos momentos em que o reino, através do Conselho Ultramarino, instruía os governadores a organizar as forças não remuneradas, por meio da atualização ou criação de novas tropas.

---

<sup>223</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e governabilidade no Império. In: *Penélope*, nº 23, 2000, *passim*.

<sup>224</sup> OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. Op. Cit., 2010, p. 126

<sup>225</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>226</sup> SILVA, Luiz Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII”. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 169, jul-dez, 2013, pp. 111-144.



Embora a região não tenha sofrido com o desenrolar de batalhas provenientes dos conflitos que se ocorriam na Europa ou no extremo Sul do Brasil durante o século XVIII, a área que formava o termo da vila sentiu permanentemente o peso das ameaças do Sertão colonial. Grupos indígenas hostis e ex-escravizados significavam ameaças reais para um núcleo urbano instalado às margens do rio de São Francisco e a várias léguas do litoral. Esse contexto justifica uma das características mais fortes da vila, dada a alta concentração de mercês enviadas para a localidade entre 1699-1822, majoritariamente cartas patentes. Portanto, foi lá que a concentração de atividades militares se revelou a mais significativa entre as vilas por quase todo o período colonial.

No tocante à localização da vila, tendo em vista a disparidade dos números apresentados no gráfico 6, eles reforçam o impacto que a condição de fronteira da capitania de Pernambuco trazia para confirmar uma possível posição de área defensiva. Ou seja, além de servir de fronteira entre o litoral e o Sertão, Penedo estava nos limites da capitania, isto implicava, teoricamente, que a área deveria apresentar um sistema defensivo considerável de modo que todos os dados recolhidos sobre a localidade para a segunda metade do Setecentos contribuam para essa argumentação.

Para efeitos comparativos com as demais localidades com câmaras municipais, os dados informam uma relativa estabilidade entre a população masculina de Penedo, ao menos a partir de 1775, que esteve sempre maior que Alagoas do Sul, e com uma pequena queda para Porto Calvo, apenas no ano de 1782, quando a vila registrou 2.650 homens, número maior que os 2.420 homens registrados para Penedo (ver o capítulo 1).

Como pontuamos anteriormente, sobre a população masculina recaía a obrigatoriedade do recrutamento militar para alguma das tropas coloniais. Por sua vez, as áreas que melhor ofereceriam as condições de formar terços e regimentos mais robustos eram aquelas cujo contingente masculino fosse mais volumoso. Todavia, para além das conjecturas fornecidas acima, é difícil caracterizar em outros termos porque era em Penedo, e não em Alagoas do Sul, sede da Comarca, que esses contingentes eram maiores, uma vez que não há como negar que a característica bélica imposta pela condição geográfica da vila influenciou decisivamente nos resultados.

### CAPÍTULO 3

## FRAGMENTOS DE PERFIS MILICIANOS: O COTIDIANO, A ORIGEM FAMILIAR (DUVIDOSA) E AS OCUPAÇÕES (MACULADAS)

### 3.1 O cotidiano

Ao estudar as organizações auxiliares na segunda metade do século XVIII e inícios do XIX, outros aspectos práticos de sua atuação na comarca foram verificados. Para além das questões sobre o sistema defensivo – ou seja, todo o aparato existente para a preservação contra o ataque de grupos hostis, ora quilombolas, ora indígenas não aliados, além das potenciais ameaças estrangeiras –, existiam outras competências que eram atribuídas às tropas não remuneradas, por exemplo, fazer o referenciamento de locais para a exploração de matérias-primas (como o salitre, a madeira, etc.), mapear as condições de barras propensas para abrigar um grande fluxo de embarcações, entre outros<sup>227</sup>. No entanto, mesmo que tais atribuições estivessem dentro do que era entendido por “Real Serviço”, as descrições sobre tais práticas são poucas nas fontes, como na produção da historiografia brasileira a respeito. Talvez, pelo primeiro problema apresentado na escassez de manuscritos, embora seja no século XVIII onde as evidências de uma ampla prestação de serviços nas comunidades podem ser encontradas<sup>228</sup>.

Com relação a este aspecto, dois casos específicos servem de exemplo para compreender as atribuições das forças coloniais, ainda que para Alagoas os únicos manuscritos conhecidos que descreveram essas ações sejam do início do século XIX, sobretudo das duas primeiras décadas.

Uma das informações é fornecida pelo sargento-mor Miguel Veloso da Silva Nóbrega, que descrevia de forma detalhada para o governo da Junta Provisional de Alagoas uma espécie de levantamento feito em 1817, acerca da situação física do litoral do Poxim, onde, como indica o relato, a diligência visou procurar condições para a implementação de um ancoradouro para navios de grande porte.

Na vila do Poxim, ao Sul, tem uma barra denominada Pituba [?], de todas quanto tenho revistado, é a de maior fundo; porque na baixa me deu quatro braças e meia ela não é das maiores, e nem também o melhor ancoradouro; mas contudo, é bem sofrível [?], e tem formoso porto, para desembarque, pelo maço [?] da costa: seu porto teve maior braça para fudiadora, podia de curto ali ancorar grandes embarcações. Não dista

<sup>227</sup> GOMES, José Eudes. “As armas e o governo da República” In: \_\_\_\_\_. *As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 228-252.

<sup>228</sup> Cf. Idem, *Ibidem*.

muito da costa a boca da barra, e para defesa bastará uma peça de 22, duas de 12, e uma de 9. Achei uma trincheira feita de madeira muito mal construída, e por esse motivo destruída, apesar de que as madeiras se acham boas, não obstante serem de secopira, que para estas obras não são de maior dura<sup>229</sup>.

O trabalho executado por Nóbrega não se limitou ao relato da situação que avistou naquele litoral, mas fora tão bem detalhado que gerou um mapa da região do Poxim no qual destacou as principais vias de acesso à costa para os navios que chegavam do Atlântico. Entretanto, uma vez que essas ordens eram expedidas pelos governos às autoridades instaladas nas comunidades, é sabido que o trabalho pesado efetuado se dava por parte de seus subordinados, desse modo, não podemos perder de vista os sujeitos que estavam por trás das tarefas realizadas, entre eles soldados em posições inferiores na hierarquia das tropas e de menor prestígio na sociedade. Eram estes, muitas vezes, indivíduos com ofícios especializados, como pedreiros, carpinteiros, pescadores entre tantos outros<sup>230</sup>.

Outro caso ao qual pode ser atribuído a atuação dos corpos locais, ocorreu na vila de Alagoas, quando um capitão de milícias, João Francisco da Costa, participa ao governador de Alagoas em 1820, sobre a insubordinação de um paisano (entenda-se por civis)<sup>231</sup>, após três dias em que negou acatar as suas ordens. Na ocasião, o capitão exigiu que o José Francisco recebesse um ofício que deveria levar ao destino indicado, o qual não cita no documento. Mas mais difícil para o capitão parece ter sido prender o indivíduo do que fazer com que o mesmo o obedecesse entregando a correspondência em seu destino, segundo informou,

“[...] não quisera obedecer e mandando eu segunda vez intimar a ordem [...]. Contudo, não quis estar por ela [...], determinei [que] ficasse a casa do dito em cerco lhe até o dia amanhecer, e abrindo a porta, mandei que conduzissem a cadeia, não só o sobredito como um filho chamado Antonio Dias que fortemente impedia a prisão do pai, e ambos conduzidos a prisão, [...] com o filho fez tamanho motim que foi necessário que eu mandasse o ajudante [...]”<sup>232</sup>.

No mesmo ano outro caso de insubordinação por parte de civis foi exposto pelo capitão miliciano João Francisco da Costa. O capitão escreveu ao governador pedindo informações de como agir no caso que sucedeu com paisanos que desacataram as ordens recebidas, ainda mais

<sup>229</sup> Arquivo Público de Alagoas (APA), Cx. 1438, fl. 1v [Ofícios do Capitão-mor Miguel Veloso da Nóbrega Olinda Vasconcelos, Poxim]. Na capa do ofício, o indivíduo é referenciado como capitão-mor, mas no transcrito dos documentos assina como sargento-mor.

<sup>230</sup> Informações resguardadas nos *Livros de Matrículas* das companhias de milícias. APA, Caixas, 1511, 1742, 3298, 3368.

<sup>231</sup> O termo “paisano” no período em questão era comumente utilizado para fazer referência aos civis, aos homens que não estava no serviço militar.

<sup>232</sup> APA, Cx. 1438, Ofícios de Miguel Vasconcelos, Poxim, 1821, fl. 1-1v.

porque agora envolvia a intromissão de um juiz ordinário, presidente do Senado da vila de Alagoas.

E mandando avisar os paisanos Manoel do Bomfim ou seu filho José de tal, estes repugnaram levar o dito ofício insultando o sargento que os avisava, com palavras atacantes; e para exemplo do grande número de rebeldes que por aqui há, imediatamente os mandei prender pelo mesmo sargento o qual dando a voz de preso ao sobredito Manoel do Bomfim, não quis obedecer, antes sim lutando, afim de escapulir, e o dito sargento lhe intimou a ordem de vossa excelência o qual excelentíssimo senhor he do mesmo número dos rebeldes; pois não há muito tempo que o tive prezo 24 horas por falta de subordinação; agora consta-me [?] que logo que o mandei soltar procurara ele e o dito filho, a casa do juiz ordinário para sentarem praça de quadrilheiros, o que assim o fizera o dito juiz, sem me participar, como sempre foi de costume, dizendo que estava autorizado como presidente do Senado [...] <sup>233</sup>.

Apesar do envolvimento do juiz ordinário nos assuntos do capitão, o caso de Manoel do Bomfim e seu filho, não pode ser caracterizado com a certeza de que se tratou de um conflito de jurisdição entre os oficiais da justiça e militar, mas sim, por alguma relação de amparo entre o juiz ordinário e os indivíduos envolvidos na insubordinação, uma vez que quando Bomfim e seu filho foram presos, em menos de “24 horas” escaparam e “[...] procurara ele e o dito filho, a casa do juiz, sem me participar, como sempre de costume <sup>234</sup>”. Desse modo, apesar de não termos encontrado a resposta do governador sobre o ocorrido, talvez, alguma rede existisse entre o oficial camarário e os paisanos, ou mesmo alguma tensão entre as duas autoridades existisse. Assim, o caso, aparentemente estava muito mais vinculado aos códigos costumeiros do que às atribuições regimentais de cada posto.

Desse modo, vê-se no caso de João Francisco e Manoel do Bomfim como o poder conferido aos oficiais de patente, poderia interferir na vida social local, uma vez que indiscriminadamente o capitão miliciano tentou encarregar paisanos de tarefas que os mesmos se negaram. Assim, é possível afirmar que a prática de encarregar paisanos das atribuições mais diversas estivessem cotidianamente inseridas aos costumes locais, bem como resguardadas nos poderes que eram concedidos aos oficiais das tropas das ordenanças e auxiliares sobre as populações onde detinham suas jurisdições.

Conforme pontuamos, existiam diversas formas pelas quais os homens investidos de patentes participavam da vida cotidiana das comunidades onde estavam inseridos, atuação que poderia ser reconhecidamente ditada por seus regimentos, bem como basear-se nas práticas

<sup>233</sup> APA, Cx. 1438, Ofícios do capitão de milícias e comandante das ordenanças, Alagoas, 1820, fl. 2-2v.

<sup>234</sup> Idem, Ibidem, fl. 2.

costumeiras de governação local<sup>235</sup>. Da mesma forma, ficou exposto que as interações nem sempre eram harmoniosas.

Seja como for, as práticas cotidianas do serviço, atribuíram um conhecimento único do espaço a estes agentes sociais, fazendo com que pudessem ser mediadores entre as diversas regiões que integravam as vilas sob jurisdição do ouvidor da Comarca, assegurando a comunicação dessa região com as outras partes da Capitania. Evidenciado nas diligências em que perseguiram e capturavam “criminosos”, escoltavam ao Recife, promoviam a confecção de levantamentos populacionais, de mapas das tropas, viabilizavam a comunicação entre as freguesias da capitania por meio de um serviço de correio régio – função que muitas vezes era dirigida por membros do oficialato das mesmas –, efetuando tais serviços de acordo com o que “fosse servido mandar” os governadores. Além disso, há relatos da participação em construções e reformas de obras públicas, como fortes, redutos, hospitais, câmaras e cadeias<sup>236</sup>.

No tocante a aspectos práticos dessa atuação, talvez os seus significados se traduzam pela mobilidade que as diligências do “real serviço” sujeitavam esses militares, permitindo que acumulassem um grande conhecimento sobre as regiões da Comarca, quiçá, equiparáveis a extensão da organização administrativa da igreja nas comunidades da América portuguesa, isto é, as áreas de jurisdição dos párocos, também compreendidas como as freguesias<sup>237</sup>. Isso porque as freguesias se constituíam em um espaço reconhecido e valorizado pelos habitantes, especificamente pelo papel central das suas funções religiosas, como aponta Ana Cristina Nogueira<sup>238</sup>.

Em uma consulta do Conselho Ultramarino de agosto de 1759, um vigário da vila de Alagoas do Sul, padre Veríssimo Rodrigues Rangel, informava sobre as mobilidades desses agentes na Comarca. Não obstante as freguesias serem os centros onde ocorria todos os tipos de sacramentos, o exemplo é um entre muitos outros onde é possível evidenciar o cotidiano das locomoções do clero para atender os sacramentos dos seus fregueses.

A Coroa dava incentivos para que os padres locados mais próximos de regiões onde não houvessem paróquias se responsabilizassem dos sacramentos das almas dessas regiões. Isso

---

<sup>235</sup> GOMES, José Eudes. Op. Cit., 2010. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. Op. Cit., 2000.

<sup>236</sup> GOMES, José Eudes. Op. Cit., 2010, p. 237.

<sup>237</sup> SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Op. Cit., 2003, p. 302. SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>238</sup> SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Op. Cit., 2003, p. 302. SANTOS, Gustavo Mendonça dos. **Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII (1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

ocorria por meio de ajuda de custo para que os clérigos percorressem as grandes distâncias com mais facilidade, tendo em vista que pelo caminho muitas vezes atravessavam “matas, montanhas e rios”. Desse modo, era de costume uma ajuda de custo advinda da Fazenda Real no valor de 40 mil réis, repassada aos párocos para que cobrissem as despesas com as grandes distâncias, “como se pratica em todo o Ultramar”<sup>239</sup>.

Mas apesar da solicitude da Coroa católica para com essa prática, o vigário Rangel se queixava de ainda não ter sido contemplado naquele ano com o pretense valor, caso que lhe fez criar comparações com o atendimento dado ao vigário da igreja de Santa Luzia do Norte, sua freguesia vizinha. Rangel afirmou que de acordo com o provedor da Fazenda Real, teria “Vossa Magestade no ano passado feito mercê ao vigário [...] de quarenta mil réis anualmente para a despesa de um cavalo, e canoa com remeiros com que por mar e terra pode-se assistir com a paz espiritual a seus fregueses”. Mas o mais importante em vislumbrar o caso é como ele detalha a experiência desses agentes presentes nas interações sociais locais e as situações peculiares para realizar diligências na vila de Alagoas, que

[...] distava de Olinda sessenta léguas [...], e que tinha essa freguesia [de Alagoas do Sul] doze léguas de [comprimento e largura], situada ao poente de uma grande lagoa, que terá três léguas de comprido, e meia de largo; e que pelas margens da lagoa tinha bastante fregueses; e pela terra muito mais, espalhados por seu grande distrito e para acudir a estes era preciso cavalo, cuja precisão transcendia a quase todas os párocos daquele Bispado [...], para cujo serviço lhe era necessário ter cavalo como tinham, e para acudir aos que habitam nas praias da lagoa lhe era preciso usar canoa [...]<sup>240</sup>

É importante frisar que mesmo que as funções de militares e párocos lhes conferissem conhecimento sobre a comarca advinda das diligências que executavam, o mesmo não pode ser afirmado para outras autoridades e o resto dos colonos que conviviam nessas terras. Fato que pôde ser verificado por meio da literatura e as fontes que consultamos sobre o Setecentos, que apontam para dificuldades daqueles que habitavam e interagiam nos espaços coloniais para caracterizar os locais onde residiam, ou fazer referências a essas regiões com uma maior precisão<sup>241</sup>. A cartografia colonial é um bom exemplo disso (ver figura 2).

Além do clero e dos militares que compunham um quadro mais uniforme na estrutura colonial implementada no litoral, outra categoria que coexistia no cenário colonial eram os

<sup>239</sup> Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. José] sobre o requerimento do vigário da igreja de Alagoas, Bispado de Pernambuco, padre Veríssimo Rodrigues Rangel em que pede se lhe dê pela Fazenda Real quantia anual para poder ter canoa com remadores e um cavalo para poder com prontidão administrar os sacramentos. Lisboa, 11 de agosto de 1759. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 170.

<sup>240</sup> AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 170, fl. 4v.

<sup>241</sup> Cf. IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII: Vitória da Conquista, Edições UESB, 2012.

homens de caminhos, assíduos conhecedores não só dos núcleos urbanos, mas dos sertões das capitanias da América portuguesa.

No entanto, antes de qualquer observação sobre os homens que faziam o comércio entre as capitanias, vale lembrar que nenhuma das três localidades investigadas neste capítulo se formaram à beira mar, pelo contrário, apesar de contempladas por rios que permitiam o escoamento de suas produções e comércio, também servindo de estradas hídras para os habitantes, todas estavam a léguas de distância do mar. Essa característica nos permite conjecturar que personagens como comerciantes eram elementos comuns no cenário das freguesias e vilas, e foram importantes agentes integralizadores entre o litoral e os Sertão.

Embora atualmente seja possível compreender por meio da correspondência administrativa a dinâmica de algumas instituições e organizações como as câmaras municipais, a justiça por meio de seus ouvidores e a atuação do clero na Comarca, parte desse cotidiano administrativo e as formas de mobilidades encontradas para que esses agentes pudessem interagir ainda são, sobremaneira, lacunares. Por isso, cabe compreender em que medida a garantia de mobilidade pelos espaços se constituiu como veículo principal da articulação entre os agentes e a Coroa, ligando as áreas já dinamizadas com o interior da Capitania, por exemplo.

O que dizer das vilas e freguesias da Comarca e a sua influência sob as áreas de seu *interior*? É nesse ponto onde pode-se afirmar que os principais interlocutores entre as partes menos povoadas da América portuguesa foram marcados pela presença de homens do serviço das armas e pelos chamados “homens de caminho”.

Como bem destaca Isnara Pereira Ivo, por meio de rotas, caminhos e estradas, esses sujeitos agiram como os principais mediadores da economia colonial e o mundo Atlântico<sup>242</sup>. Entretanto, apesar de atuarem de formas distintas, ambos contribuíram para desbravar boa parte dos interiores das capitanias, desse modo, “homens de caminho” e “militares” exerceram de diferentes maneiras, papéis importantes no processo de interiorização na Capitania de Pernambuco.

De acordo com Ivo, a atuação dos primeiros foi de fundamental importância e a sua influência sobre a área deve ser compreendida dentro de um contexto de mundialização da economia colonial, onde as atividades de comércio construíram alicerces da integralização entre os interiores coloniais e a economia colonial. E para além das atividades de comércio, segundo

---

<sup>242</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010, *passim*. IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho...** Op. Cit., 2012.

aponta a autora, esses personagens garantiram a imersão do poder colonial e intensificaram os processos de trocas culturais com as áreas exploradas do Império português<sup>243</sup>. Fosse através de caminhos permitidos ou proibidos,

[...] nestas áreas de trânsito circulavam escravos, alimentos e pessoas livres que portavam produtos e culturas de origens distintas. As atividades neste comércio multifacetado eram exercidas por mulheres e homens livres, forros e cativos que circulavam nos sertões conduzindo não só produtos da terra, mas também mercadorias de luxo vindas da Europa e da Ásia que eram consumidas [...]<sup>244</sup>.

Ainda que o papel atribuído aos homens de caminho estivesse de forma preponderante atrelado a como estes souberam administrar os interesses da Coroa, sem esquecer suas próprias motivações, abrindo caminhos especialmente porque estavam envolvidos em atividades de comércio, como também, em certa medida, conduzindo às conexões relacionadas as misturas culturais, não é um erro enquadrar os sujeitos do serviço militar nessa categoria. Afinal, à proporção que eram encaminhados a regiões que distavam dos portos do mar com atribuições militares diversas (guerra justa, descoberta e exploração de minas de salitre e metais preciosos, correio régio, etc.), estes também eram sujeitados a vivência de experiências que permitiram o acúmulo de conhecimento sobre o território, além da convivência alongada nesses espaços que não só propiciava a coabitação com ameríndios e ex-escravizados amocambados em prol de um *acrescentamento* político e material para a metrópole, como também estavam na margem de influência de trocas culturais e circulação de todos os tipos de conhecimentos advindos desses contatos.

Seguir os rastros desse processo, ainda mais quando deslocados para o Sul da Capitania de Pernambuco, impõe uma difícil tarefa da qual não nos objetivamos neste trabalho<sup>245</sup>. Mas atualmente já é possível contar com uma produção historiográfica sobre a temática da interiorização da colonização pela via militar, especialmente porque é um fenômeno vivenciado entre 1650 e 1750 na chamada *Guerra dos Bárbaros*, e que contou com a participação ativa da elite pernambucana e de pessoas de “menor qualidade”, ambos os grupos advindos de diversas

---

<sup>243</sup> IVO, Isnara Pereira. Op. Cit., 2012, p. 166.

<sup>244</sup> Idem, Ibidem, *passim*.

<sup>245</sup> Os trabalhos de IVO e SILVA descrevem como ocorreu esse processo por ambas as vias, e em diferentes regiões da América portuguesa, portanto ver: IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho...** Op. Cit.; SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras...** Op. Cit., 2010.



regiões da capitania, inclusive da que compreendia a Comarca de Alagoas<sup>246</sup>. Desse modo, a interação das tropas coloniais com o meio em que se inseriam, se fez de formas múltiplas.

### 3.2 A origem social

O modelo que organizava não só as forças não remuneradas, mas também as tropas regulares, assim como qualquer outro tipo de arregimentação militar institucionalizada existente na América portuguesa, se estruturava, como de costume, com pequenos recrutadores normalmente nomeados como “cabos de esquadras”, que agiam reunindo certas quantidades de homens (25, segundo as instruções régias) nos locais onde atuavam e logo acima deles na hierarquia, os sargentos das companhias<sup>247</sup> registravam nominalmente as pessoas cooptadas para a tropa. Anotavam em papel não apenas o nome e o posto, mas também outros dados dos recém recrutados.

No topo da companhia estava o capitão, que reunia todas as listas feitas pelos cabos e sargentos e mantinha um *livro de matrícula*, esporadicamente atualizado com as informações que lhe eram dirigidas por seus subordinados. Nesses livros, além do capitão, tenente, alferes, sargentos, furriel e cabos, todos os soldados eram listados. Desse modo, tais livros eram utilizados pelos capitães tanto para manter uma organização interna de suas companhias, como integravam um corpo maior, formado por outras companhias. Cópias desses registros eram enviadas aos oficiais dos terços ou regimentos, onde eram utilizados para compor a *plaina*<sup>248</sup>.

Para se ter uma noção da importância desse trabalho de base realizado nas companhias, segundo instrução de 1780<sup>249</sup>, anualmente listas das tropas deveriam ser encaminhadas ao governador, permitindo que se soubesse o estado dos contingentes da capitania. Estas listas, por sua vez, eram compostas pelos oficiais (serviço que normalmente era de responsabilidade do sargento-mor e seu ajudante<sup>250</sup>), que deveriam utilizar os *livros de matrículas* organizados pelos capitães para confeccionar mapas mais robustos de toda a organização. Assim, conseguiam, em termos numéricos, constituir um quadro amplo de todos

<sup>246</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit., 2010. PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002. MARQUES, Dimas Bezerra. **Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê**: A influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

<sup>247</sup> Posto que provavelmente era ocupado por homens letrados, pois exerciam a função de escrivães das companhias.

<sup>248</sup> Se tratava da estrutura onde todas as companhias reunidas formavam os terços e regimentos.

<sup>249</sup> Cf. Registro de cartas régias, avisos e provisões para o governador e mais entidades da Capitania de Pernambuco, 1756-1780. AHU, cód. 583, fls. 163v-164v; fls. 171-172.

<sup>250</sup> Na falta do sargento mor, o mestre-de-campo/coronel assumia essa função. Ver: APA, Cx. 1511.

os segmentos das tropas. Certamente era importante que na base das tropas se registrasse de tudo o que ocorresse nas companhias: das passagens e licenças às baixas dadas aos seus membros.

Recorrendo a uma fonte tipologicamente recheada com informações diversas sobre as pessoas que ali estavam (nome, filiação, situação matrimonial, idade, naturalidade, residência, etc.), homens na posição de soldados mediante a Coroa, e de elementos produtivos de suas comunidades, poderiam ter seu lugar na história resguardados, diante de análises que recuperassem seu papel atuante nas mais diversas conjunturas coloniais<sup>251</sup>.

Mas apesar de conhecermos o rito por trás da organização militar colonial, a realidade acerca dos manuscritos à disposição da pesquisa histórica para essa temática é bem precária, pouco ficou intacto.

A formulação dos objetivos levava em conta esmiuçar a composição social dos terços e regimentos localmente instaurados. Entretanto, a feliz ideia, como qualquer outra desenvolvida no âmbito de uma pesquisa, passou por empecilhos. O tempo, e muito menos as (des)preservações dos documentos necessários, não foram solidários às hipóteses iniciais. E tivemos essa certeza, assim que nos deparamos com a inexistência de manuscritos como os *Livros de Matrículas* para o século XVIII nos arquivos consultados. Restando o trabalho com os primeiros encontrados, os mesmos que permitiram o tracejo de objetivos específicos.

Os objetivos pautados na literatura e no aporte documental encontrado, sem dúvida foram fragmentados, mas contavam com os seguintes pressupostos. Como consenso entre os historiadores, assim como sugeria a legislação vigente, as fileiras de colonos homens em posições de “inferior” notoriedade e cabedais, estavam distribuídos entre as companhias de ordenanças e dos terços auxiliares. E como espaços de representação social e sociabilidades entre sujeitos em diferentes condições jurídicas, essas organizações quando transplantadas para a colônia, conheceram a estratificação social e os elementos costumeiros no estilo do Antigo Regime identificado nos trópicos<sup>252</sup>. Desse modo, esperava-se encontrar homens em idades hábeis, atuando nas mais diversas atividades econômicas cujos nomes integravam também as companhias. O interesse era antes identificar, mesmo que serialmente, como a massa da população masculina alistada nas companhias auxiliares era composta, do que tecer alguma

---

<sup>251</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vida colonial: Sorocaba, século XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001, p. 161.

<sup>252</sup> IZECKSON, Vitor. “Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**. vol. 3 (c. 1720-c. 1821), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 483-521. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: *almanack brasiliense*, nº 02, novembro, 2005.

narrativa mais densa baseada em dois ou três sujeitos cujas fontes eram mais fáceis de encontrar, devido a própria natureza da correspondência produzida sobre esses últimos: oficiais, normalmente com uma ou duas passagens pelas vereanças locais ou outro cargo da governança, que tendiam a acumular promoções nos corpos de ordenanças e nos auxiliares, utilizando da hierarquia desses espaços como estratégia e complemento para o enriquecimento material e simbólico. Assim, buscavam nas patentes o prestígio e honra que elas traziam em uma sociedade cuja mentalidade era de uma hierarquia excludente, estamental.

Por saber que se a soldadesca, composta pelos próprios moradores dos povoados, freguesias e vilas, geralmente refletia no perfil de seus membros a estrutura social da localidade estudada, que incluíam pequenos agricultores, lavradores, pescadores, músicos, diversos *oficiais mecânicos* entre outros trabalhadores, em variadas idades e condições matrimoniais, sugerimos que se teria, portanto, um fio condutor para conjecturas sobre as camadas de homens menos abastados, ainda que tal pauta não possua muito enfoque pela historiografia.

A partir dos padrões encontrados em meios aos *Livros de Matrículas* das companhias milicianas (os ditos auxiliares até os finais do século XVIII), apresentou-se outro elemento que constituiu o cenário urbano da Comarca – bem como o de outras comunidades inseridas a lógica escravista e estamental colonial – por meio do número de filiações cujos registros demonstram que uma parcela significativa dos homens enfileirados para essa organização em Penedo, tratavam-se de sujeitos com uma origem familiar duvidosa.

O presente questionamento refere-se ao registro utilizado na categoria “filiação” dos livros onde, como de costume, anotava-se o nome do pai dos que ali estavam. Contudo, tem sido visto nos *livros de matrícula* que, além dos matrimônios sancionados pela igreja e os membros que ainda não o tinham adquirido (solteiros), bem como os viúvos, registrava-se a condição de “igreja”.

Do modo que está colocado, há fortes indícios para compreender que naqueles registrados com filiação “religiosa”, estavam sujeitos que na “menor idade” foram desprovidos de parentescos, eventualmente, abandonados à própria sorte, mesmo que no ano em que aparecem nas fontes já estivessem em idade avançada (em média de 16 a 60 anos).

No Brasil colonial, o ato de abandonar recém-nascidos, “nas ruas e lugares ermos, portas de igrejas ou casas, foi uma prática costumeira”, muitas vezes, uma opção ditada pelos parâmetros dominantes vigentes, pela qual, “genitores ou parentes se livravam das crianças

indesejadas”<sup>253</sup>. De acordo com a doutrina cristã, ao fazer do casamento um dos sacramentos mais importantes para os fiéis, cuja função principal era a procriação, “fez dos filhos uma bênção de Deus”, especialmente para aqueles concebidos dentro de uma união sacramentada, que conferia dignidade social e legitimidade à prole, “pois só o casamento cria os laços de parentesco que permitirão ao filho integrar-se na sociedade”<sup>254</sup>. Naturalmente, para aqueles nascidos da fornicção, do adultério ou da concubinação, restava serem vistos como “frutos malditos”, “proibidos”, “pecaminosos”.

De acordo com a literatura, esse pensamento moral e religioso pode ter contribuído para o abandono de crianças, assim como as práticas infanticidas, “uma vez que as mães, para salvaguardar sua honra, deliberavam abandonar o ‘fruto proibido’ ou decidir pela eliminação física da prova de sua ‘fraqueza’, quando não pela simples desobrigação dos pais” para com suas responsabilidades de sustento dos recém-nascidos<sup>255</sup>. Tratavam-se, entretanto, de crianças nascidas das relações mais diversas, segundo Nascimento:

[...] oriundas de uma extensa multiplicidade de contatos fortuitos, por vezes perigosos, proibidos, clandestinos ou tidos como imorais, ou de relações permanentes abençoadas pela Igreja e amparadas pela lei –, que resultam ser legítimas, bastardas ou ilegítimas, inscritas na condição fundamental de livres ou escravas, brancas ou mestiças, ricas ou pobres, todas elas, entretanto, assemelhadas entre si por terem sido enjeitadas ou expostas<sup>256</sup>.

Também é preciso compreender que o abandono a crianças era fortemente motivado pelos ditames culturais ibéricos impostos tanto pelo Estado quanto pela Igreja, que defendiam e impunham o papel que a mulher teria de desempenhar na sociedade. A submissão, obediência e cordadas faziam parte dessa bagagem cultural, nutrindo o discurso das qualidades e do ideal feminino<sup>257</sup>. Por outro lado,

[...] às mulheres que perdiam sua virgindade com promessas vãs, que se envolviam em relações proibidas, perigosas, duvidosas e engravidavam, ou apenas às que viviam em condições materialmente difíceis, enfim, às que não se enquadravam nos papéis e estereótipos chancelados, sem ter como assumir ou sustentar seus rebentos, restava o recurso do abandono dos filhos indesejados, buscando preservar sua ‘honra’, livrar-se da ‘prova’ de sua ‘fraqueza’, ou, com esse ato extremado, aventurar a possibilidade

---

<sup>253</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos Enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2006, p. 54.

<sup>254</sup> Idem, Ibidem, p. 57.

<sup>255</sup> Idem, Ibidem, pp. 57-58.

<sup>256</sup> Idem, Ibidem, p. 45.

<sup>257</sup> Idem, Ibidem, p. 46.

de uma vida melhor para o seu filho, já que só tinham para deixar como legado sua própria penúria<sup>258</sup>

Embora baseado em frágeis indícios, parece que estamos diante de “exposições” de crianças talvez ocorridas no âmbito das irmandades ou mesmo na Santa Casa de Misericórdia de Penedo, que após restituídas à sociedade, acabavam por ingressar nas fileiras da milícia parda. Curiosamente, a Misericórdia da vila foi fundada a partir da irmandade de São Gonçalo Garcia, também gerida por homens pardos.

As informações existentes sobre a Misericórdia e a confraria que se instaurou em Penedo são poucas. A construção do templo em homenagem a São Gonçalo Garcia é atribuída ao capitão Manuel Martins Ramos, irmão e administrador da irmandade, que em 1758 propôs a construção da igreja às suas custas, encerrando a obra no ano seguinte, segundo Ernani Méro<sup>259</sup>. Mas o surgimento da Misericórdia não teve semelhanças com as suas congêneres de Lisboa tampouco com a de Recife, chancelada pela Coroa em 1735.

A Santa Casa de Misericórdia de Penedo, como os casos de Desterro, Cachoeira na Bahia, Santo Amaro e São José, foram exemplos de irmandades leigas de origens mais modestas que, em uma fase de maior permissividade da Coroa, se apropriaram do título de Santa Casa à revelia dos estatutos exclusivistas em torno das Misericórdias<sup>260</sup>.

Com tais dados à disposição, elaboramos a tabela 2, cuja formulação leva a refletir sobre a composição social dos regimentos milicianos. Ainda que arrolados a partir de manuscritos do primeiro e segundo decênio do Oitocentos, não deixam de servir como parâmetro para o estudo da condição social de homens e mulheres contemporâneos, em sua maioria, às décadas de 1780-1790, traduzindo uma polissemia de características da comunidade estudada.

Tabela 2: membros do regimento de milícia com filiação em “Igreja”

Cias.	1ª cia	2ª cia	3ª cia	7ª cia	8ª cia	9ª cia	10ª cia	Total
Igreja	10	14	20	10	13	19	18	104
Nº total	100	98	97	85	98	107	97	682
%	10	14	21	12	13	18	19	15

Fonte: APA, Cx. 1511; Cx. 3298.

<sup>258</sup> Idem, *Ibidem*, p. 46.

<sup>259</sup> MÉRO, Ernani. **Penedo**: templos, ordens e confrarias. Maceió: SERRGASA, 1991, p. 239.

<sup>260</sup> FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga** – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 108.

Observa-se por meio do Tabela 2, os membros matriculados nas milícias de homens pardos da vila de Penedo, cuja filiação é referente a “igreja”. A primeira linha refere-se aos números das companhias, e as seguintes ao número de filiações, o número total, e o percentual baseado no número de membros em relação aos que apresentam na categoria filiação o termo “igreja”. Cabe destacar uma questão, que diz respeito a prática do abandono de crianças e como esse se relaciona com os dados.

Na possibilidade de nosso argumento estar correto, o número de “menores” abandonados não se associa ao universo total de menores deixados nas ruas e lugares ermos de Penedo, tampouco ao total da Comarca de Alagoas. Embora não haja dúvidas de que são números significativos para o estudo de uma intrigada complexidade social, a falta de fontes que demonstrem informações externas ao encontrado na milícia impossibilita uma observação geral do fenômeno, neste caso, a quantidade total de crianças em tal situação comparadas as encontradas nos livros de matrículas. Com essas informações teríamos acesso às taxas de abandono de menores em Penedo. Como não é possível, só em linhas muito gerais podemos tecer avaliações sobre a referida prática. Vejamos como o abandono de menores ocorreu para os membros presentes do regimento de homens pardos.

Na primeira companhia localizada dentro do distrito da própria vila e comandada pelo capitão Manoel José de Santa Anna, dos 100 membros que possuía, 10% deles proviam de alguma entidade que os acolheu na menor idade, na segunda companhia 14% dos 98 membros, na terceira 21% dos 97 membros, na sétima 12% dos 85, na oitava 13% dos 98, na nona 18% dos 107 e na décima companhia 19% do total de 97 tinham a provável origem.

O perfil étnico dos sujeitos é um elemento que pôde contribuir para uma ideia de compaixão vinculada ao passado de egressos do cativo. Segundo Renato Franco, certamente “a ideia de compaixão com africanos e mestiços não estava ausente no imaginário social, fragmentando-se em irmandades étnicas, ações individuais e compassivas”<sup>261</sup>, mas, com base nas localidades onde residiam os milicianos, é possível visualizar que a prática dos cuidados aos “enjeitados” esteve mais aberta ao acolhimento em entidades variadas e não se concentrou apenas na principal vila, onde havia a maior concentração de igrejas, irmandades leigas, além da própria câmara municipal.

No regimento miliciano a concentração daqueles com o passado vinculado ao abandono estava majoritariamente reunida na terceira companhia (21%), localizada no distrito da povoação de Coruripe. A povoação, que somente em meados do século XIX seria elevada à

---

<sup>261</sup> FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga...** Op. Cit., p. 342.

vila, concentrava uma grande quantidade de pardos em sua população, o que tornava-se elemento a refletir na composição das tropas locais. Além de uma vertente do regimento de homens pardos, companhias de ordenança de homens pardos também existiam no lugar<sup>262</sup>.

Como o perfil do grupo analisado envolve a questão étnica, é necessário mais uma observação. Com um rápido exame, visando à comparação, sob a diminuta documentação existente para os milicianos brancos da vila de Alagoas, podemos perceber que a concentração de “enjeitados” recaiu mais à população parda do que a branca. Nas 98 folhas do livro utilizado para o registro da companhia do capitão Manoel Felipe de Omena, não há sequer um vestígio na categoria “filiação” da ausência do pai. Nesta investigação, entendemos que o fenômeno recai sobre os diferentes estratos sociais em que se enquadravam as mulheres na sociedade colonial. A diferença existente entre as companhias etnicamente opostas, pode em partes ser desenhada pela realidade vivenciada nas diferentes condições femininas. Embora não neguemos que entre mulheres brancas mais pobres existiram os atos de abandono de crianças, a constatação da investigação chama a atenção para o vivenciado pelas mulheres pardas e pretas de Penedo.

De acordo com Suely Almeida, um dos grupos possíveis para compreender as mulheres na sociedade colonial, é analisando as que estavam na base da pirâmide social, formada por pobres e escravas. Nesta categoria também compreendemos que estavam as mulheres pardas, cativas, egressas e as livres. Concordamos, portanto, com a autora quando afirma que essas mulheres viviam no limite entre miséria e pobreza, e só são visíveis na documentação quando realizam ações consideradas transgressoras<sup>263</sup>. Desse modo, dentro de uma hierarquia social excludente, as mulheres pardas e pretas certamente estavam mais propensas a acometer o abandono dos recém-nascidos do que as brancas, especialmente pela mazela da escravidão, que as imputava uma *mácula de sangue*.

---

<sup>262</sup> Requerimento de José Carlos Pereira Campos à rainha [D. Maria I] a pedir confirmação da carta patente do posto de Capitão de Infantaria da ordenança da classe dos Pardos da companhia formada na Praia, vila do Penedo, que compreende da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Curuipe, de que é capitão-mor André de Lemos Ribeiro. Vila de Penedo, 8 de julho de 1794. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 243.

<sup>263</sup> ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 56.

### 3.3 O matrimônio

Além da origem dos milicianos, outro aspecto que pode ser abordado por meio da documentação consultada, diz respeito à “condição matrimonial” registrada na fonte como o “estado” em que se encontravam os alistados.

Se tratando de uma sociedade colonial, sobretudo com o ideal da sociedade católica portuguesa, importava para ser “percebido” saber se posicionar perante as camadas sociais que figuravam no cotidiano das freguesias e das vilas de modo a ressaltar as suas “qualidades” e assim, perante a hierarquia social, ser “percebido” por suas distinções. Mas, essa notoriedade não era forjada apenas pelo poder político e econômico, ou pela posição ocupada em uma tropa, como é o caso dos personagens sociais aqui analisados. Também, interessava constituir matrimônio.

Na sociedade e no período estudados, o matrimônio indicava uma posição de estabilidade. Uma vez alcançado um posto de comando, cuja patente recebida carregava como significados a “honra” e o “prestígio”, ato que também conferia o encargo da defesa, não era nessa remuneração por serviços prestados que mecanismos para a promoção e ascensão social se esgotavam. Outro recurso simbólico disponível era tecer relações matrimoniais. Segundo Ana Paula Costa, que realizou um dos poucos estudos a analisar o perfil social das chefias de ordenança, “o casamento era indício de *status* e prestígio social e, além disso, possibilitava o estabelecimento de alianças que se mostram essenciais para a reprodução social dos agentes locais”<sup>264</sup>.

Tabela 3: condição matrimonial dos milicianos

	1ª cia	2ª cia	3ª cia	7ª cia	8ª cia	9ª cia	10ª cia
Casados	39%	41%	54%	56%	73%	49%	64%
Solteiros	60%	59%	46%	44%	27%	50%	36%
Viúvos	1%	0%	0%	0%	0%	1%	0%
%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: APA, Cx. 1511; Cx. 3298.

<sup>264</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, pp. 72-73.



Como podemos observar na tabela 3, o número de homens casados (64%) era superior ao de solteiros (36%), mas não em todos os casos. Em três companhias o número de homens solteiros chegava a ultrapassar os que já efetivaram o matrimônio<sup>265</sup>.

Na primeira companhia onde os solteiros constituíam mais da metade do grupo, os oficiais de patente não entravam para soma. O capitão Manoel José de Santa Anna, o tenente Felix da Rocha Cirqueira (sic) e o alferes Bernardino da Silva Laudario no ano da listagem estavam casados e, respectivamente com 64, 41 e 40 anos<sup>266</sup>. Desse modo, era majoritariamente por parte dos soldados onde a condição de solteiro (60%) mais existiu<sup>267</sup>.

A segunda companhia cujo número de casados atingiu 41% e solteiros 59%, a situação dos oficiais muda, com exceção do tenente Manoel Moreira Sampaio Silva Leite, músico, com 36 anos de idade, capitão e alferes eram casados. O caso também se repete na nona companhia de granadeiros, onde, apesar do posto vago de capitão, o tenente Pantaleão Pereira de Oliveira (lavrador) de 52 anos e o alferes Joaquim Fortunato de Santa Anna (pedreiro) de 31 anos estavam, respectivamente, viúvo e solteiro.

Já a oitava companhia foi a que registrou o maior número de sujeitos dentro de matrimônios. Todos os oficiais estavam casados, bem como parte significativa dos soldados. Coincidentemente, os seus membros foram os que apresentaram os menores números de desvalidos nas filiações junto aos membros da sétima (Tabela 2).

Como sabemos, não deve o historiador se deixar levar por dados seriais, sem redobrar a atenção quando se tem de extrair significados de informações estatísticas. A categoria de casados, pode, de fato, conter uma estimativa aproximada da realidade social estudada, porém, deve-se atentar para a categoria dos “solteiros” com mais atenção.

É viável afirmar que entre os solteiros, podia haver uma quantidade expressiva de sujeitos com relações informais, proibidas pela Igreja por não cumprirem as prescrições sacramentais. Logo, a omissão de concubinato e amancebamentos não é uma surpresa. Portanto, as categorias de análise, tal como a ausências de fontes, obscurecem uma série de práticas (fornicações, adultérios e a coabitação) consideradas ilícitas, possivelmente realizadas por aqueles que ingressavam nas tropas<sup>268</sup>.

<sup>265</sup> APA, Cx. 1511; Cx. 3298, *Passim*.

<sup>266</sup> APA, Cx. 1511, oficiais e propostas do regimento miliciano, fl. 7.

<sup>267</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>268</sup> NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Op. Cit., 2006; ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Op. Cit., 2003. Ver também o trabalho de Gustavo Mendonça, que demonstra uma série de práticas “desviantes” realizadas por párocos no Recife colonial: SANTOS, Gustavo Mendonça dos. **Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII (1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

Ao alcançar a idade pubertária ou adulta, de acordo com Bacellar, “o jovem homem deveria dispor de condições para sustentar a esposa em um domicílio que, rapidamente, viria a se expandir com a chegada dos primeiros rebentos”, desse modo, segundo o autor, se apresentavam as seguintes opções: “abandonar o fogo paterno, estabelecendo moradia própria seja nos roçados do pai, seja em terras alheias ou devolutas, ou permanecer, mesmo que provisoriamente, no lar paterno, cultivando em parceria com a família as mesmas lavouras” ou ofícios<sup>269</sup>. A esse respeito, constatou o autor, que na vida colonial o convívio de duas ou mais famílias sobre o mesmo teto não era uma exceção, mas quase sempre provisório, por parte dos filhos<sup>270</sup>.

Às mulheres, geralmente brancas, era reservada a obrigação de logo cedo conquistar um cônjuge, segundo Almeida, “casavam-se muito cedo, entre os treze e quinze anos, com homens escolhidos por suas famílias, muito mais velhos em idade. Eram casamentos práticos, feitos por interesses das famílias que, nesses contratos, garantiam o aumento do patrimônio”<sup>271</sup>.

### 3.4 As ocupações

Outra forma de compreender o perfil social dos soldados e oficiais milicianos estudados, é relacionando-os as suas ocupações individuais. Como já demonstrado, uma das características dos corpos de ordenança e auxiliares (milícias) era a ausência de uma remuneração para os serviços. Exercendo atividades sem soldo, os membros dessas tropas não largavam suas atividades e não abriam mão de seus ofícios. Dessa maneira, grande parte exercia ocupações distintas no meio colonial.

A partir da tabela 4, observa-se os dados extraídos de cinco companhias da repartição Sul do regimento (são elas a 1ª, 2ª, 3ª, 9ª e a 10ª Cia.), ou seja, aquelas que estavam reunidas para as diligências no termo da vila de Penedo, que englobava as povoações de Coruripe e Piaçabuçu. Mas atuavam, especialmente, para operações na própria vila e na defesa das barras dos rios mais próximas a ela. Assim, estavam distribuídas da seguinte forma: tanto a 1ª e 2ª como a 9ª companhia estavam reunidas no distrito da vila de Penedo, mas a 1ª companhia era concentrada para a defesa da barra do Peba, entretanto a 2ª, estava destinada para a defesa da barra do rio de São Francisco. Já a 3ª e 10ª companhia, estavam em povoações diferentes, a primeira era do distrito da povoação de Coruripe, estando a segunda no distrito de Piaçabuçu.

---

<sup>269</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vida colonial...** Op. Cit., p. 74

<sup>270</sup> Idem, Ibidem, p. 74.

<sup>271</sup> ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Op. Cit., 2003, p. 59.

Tabela 4: Ocupações dos milicianos da repartição Sul do regimento, 1819

<b>Ofícios</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Agência	1	0,2%
Agricultor	0	0,0%
Alfaiate	31	6,4%
Carapina	16	3,3%
Ferreiro	17	3,5%
Jangadeiro	0	0,0%
Lavoura	16	3,3%
Lavrador	325	67,6%
Marceneiro	1	0,2%
Musico	6	1,2%
Negociante	3	0,6%
Oleiro	2	0,4%
Ourives	7	1,5%
Pedreiro	1	0,2%
Pescador	12	2,5%
Pintor	3	0,6%
Sapateiro	30	6,2%
Soldo	6	1,2%
Talhador	1	0,2%
Vaqueiro	2	0,4%
Carpinteiro	2	0,4%
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>100,0%</b>
<b>Estado completo das companhias</b>		<b>503</b>

Fonte 1: APA, Cx. 1511; Cx. 3298.

Em uma análise mais detalhada dos dados, percebe-se que das 20 ocupações distribuídas entre os 481 homens pardos registrados nos *Livros de Matrículas* com ofícios, 67,6% deles se detinham na atividade de lavrador, assim como na ocupação de lavoura, que corresponde ao quinto lugar equiparando-se com os carapinas<sup>272</sup>, com 16%. Se desvinculando do trato com a terra, os ofícios mecânicos<sup>273</sup> de alfaiate (6,4%) e sapateiro (6,2%) se destacam, com a quantidade de 61 homens se dedicando aos dois ofícios. Logo depois, vêm as ocupações de ferreiro (3,5%), pescador (2,5%), ourives (1,5%), músico (1,2%), homens que viviam do

<sup>272</sup> O homem que se detivesse em tal ofício, tomaria como instrumento de trabalho o trato da madeira, se aproximando da prática dos carpinteiros.

<sup>273</sup> Define-se oficial mecânico, como aqueles que estavam ligados ao trabalho manual, físico, para o seu sustento. Na sociedade colonial, bem como no período imperial, a forma de trabalho com as mãos era concebida como impura e degradante, cerne de uma tradição da Idade Média, onde o esforço no trabalho não era um atributo da nobreza.

soldo (1,2%), pintor (0,6%), negociante (0,6%), carpinteiro (0,4%), vaqueiro (0,4%), oleiros (0,4%), agência (0,2%), marceneiro (0,2%), pedreiro (0,2%) e talhador (0,2%).

A partir da observação dos dados, pode-se tirar considerações preliminares. Inicialmente, é importante lembrar as características das milícias pardas na América Portuguesa, onde os principais traços que distinguem o grupo tratado na investigação, são a “cor” e o lugar de ocupação na sociedade enquanto “oficiais mecânicos”.

Na sociedade em questão, a cultura do ócio e da pompa operavam como marcadores sociais, sendo o trabalho manual reservado às pessoas de “menor qualidade”. Com traços estamentais, no Brasil Colonial, o trabalho manual rebaixava os que o executavam, e a marca desse estigma dificultava o acesso a cargos e a outros privilégios<sup>274</sup>. Contudo, esse aspecto não pode ser visto por uma única ótica. De acordo com Roberto Guedes, a cor era uma barreira intransponível à mobilidade social<sup>275</sup>, entretanto, isso não quer dizer que em âmbito local, o trabalho não poderia contribuir para um o gozo de uma estima social e de uma ascensão em termos econômicos dos oficiais mecânicos<sup>276</sup>. Assim, outro ponto a ser destacado, é que as informações disponíveis não indicam as posições ocupadas em suas oficinas, nem seus níveis de profissionalização, não sendo possível distinguir, mesmo que esta questão fuja de nosso interesse no momento, mestres de aprendizes.

As atividades de “lavouras” (3,3%) e “lavrador” (67%) também necessitam de maior explicação. Elas foram separadas, pois, necessariamente, não representam as mesmas ocupações, não obstante estivessem ligadas à terra. Enquanto lavradores poderiam ser os cultivadores de cana que não possuíam seus próprios engenhos, e por isso, participavam do “setor do açúcar” na sociedade fornecendo esse gênero para os engenhos sob alguns acordos comerciais<sup>277</sup>, por exemplo, o grupo da categoria “lavoura”, poderia englobar aqueles que trabalhavam em condições menos favoráveis em contraste dos primeiros. Talvez não cultivassem gêneros, mas fossem trabalhadores especializados no trato com eles.

<sup>274</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>275</sup> Neste caso, Guedes define a *mobilidade social* como a mudança na condição jurídica e o “afastamento do antepassado escravo e não se resume à esfera econômica. Sendo assim, é crucial abordar, para além da esfera econômica, a valoração positiva do trabalho, socialmente compartilhada, e o modo como o trabalho diferenciava agentes sociais”. In: GUEDES, Roberto. “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX)”. In: *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2016, p. 399.

<sup>276</sup> Idem, *Ibidem*, *passim*.

<sup>277</sup> SCHWARTZ, Stuart. “O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina colonial, v. 2. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, p. 363.

A respeito disso, Stuart Schwartz aponta que no plano social, entre os lavradores de cana “[...] encontravam-se homens humildes com dois ou três escravos ou agricultores ricos com vinte ou trinta escravos. Entre os lavradores de cana podiam-se encontrar comerciantes, profissionais urbanos, homens de altas patentes militares ou com pretensões a títulos [...]”<sup>278</sup>.

Todavia, por mais que a citação parafraseada ajude, não podemos esquecer que o número elevado de “lavradores” e de homens nas “lavouras” não está sendo utilizado para reforçar ainda mais uma imagem cristalizada do “mundo do açúcar”, visto acreditarmos que o elevado quantitativo das categorias “lavrador” e “lavoura” não implicam que seus vínculos estavam na produção de um único produto.

Como muitos sujeitos possuíam lavouras de tabaco, mandioca e de cana, e outros fazendas de gado ou cavalos, certamente essas ocupações influenciavam na relação com a dinâmica das tropas. Portanto, não é forçoso acreditar que tais atividades lhes ocupassem tempo. Ou, mesmo que por algumas vezes, motivaram ausências nos períodos de amostras.

Por outro lado, as ocupações em atividades rurais ou urbanas poderia não ser único elemento que provocava a grande dispersão pelas terras, mas sim, as regiões onde o exerciam. No entanto, o uso demasiado nas fontes apenas pelos nomes dos distritos onde um ou outro oficial de companhia comandava, disfarça a real dimensão da região. Algumas áreas poderiam ser densamente populosas, e em teoria apresentarem uma estrutura de melhores estradas, onde não seria difícil existir ligações entre uma e outra freguesia por meio de estradas e outros caminhos. O mesmo não podia acontecer nas áreas mais ruralizadas, conseqüentemente esses tinham uma população mais esparsa, e fazia com que o acesso a essas regiões talvez fosse mais difícil.

---

<sup>278</sup> Idem, *Ibidem*, p. 364.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar as interações sociais entre os sujeitos sociais integrantes das tropas locais com o meio social presente na Comarca de Alagoas, na Capitania de Pernambuco, na segunda metade do século XVIII e inícios do posterior.

Nas três vilas (nomeadamente Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo) onde se concentravam os maiores contingentes de tropas locais, alvos desta investigação, encontramos dinâmicas específicas, distintas da produção de açúcar, capazes de manter aqueles que a elas se dedicavam, e até mesmo propiciar uma sobrevivência confortável, e em alguns casos trazer um enriquecimento a partir delas. Assim, embora dominante, a produção nos engenhos poderia não ser a única a possibilitar um acúmulo, mesmo que tímido, de alguma fortuna. Desse modo, muitos dos sujeitos sociais que identificamos ao longo da pesquisa, antes de soldados ou oficiais, representavam homens produtivos, que se ocupavam com ofícios diversos, fosse a música, a carpintaria, a pesca, a agência ou mesmo a lavoura.

Junto à correspondência das ordenanças e milícias recolhida nos arquivos, reparamos que após alguns anos da realização dos livros de matrículas (1817), o capitão-mor da vila de Alagoas, José Leite da Silva, informava em um levantamento censitário realizado em 1827, parte do perfil dos homens que comandava naquela região. Nesse período, assim como encontramos para os finais do século XVIII e a primeira década do outro século, a situação dos homens naquela região permanecia semelhante. A ocupação nas lavouras continuava sendo a atividade predominante entre os homens recenseados, sendo que apenas 141 deles se dedicavam as lavouras de cana, enquanto 1088 estavam nas lavouras de mandioca<sup>279</sup>.

A resistência dos moradores, normalmente chamados de “paisanos” no vocabulário colonial, quando os chefes das tropas locais lhes atribuíam funções, demonstrou, também, uma das facetas na interação social existente entre os que representavam o Estado português, e aqueles que deviam “obediência” e “fidelidade” os agentes revestidos de patentes, súditos empenhados em garantir o “sossego” e a manutenção da ordem pública nas comunidades das conquistas.

Nas consultas feitas a partir das correspondências, cartas patentes, requerimentos e ofícios, a pesquisa revelou que a política metropolitana baseada no aproveitamento dos próprios moradores para a manutenção da defesa, foi fundamental para viabilizar a governabilidade

---

<sup>279</sup> Arquivo Público de Alagoas, Cx. 1742.

portuguesa nos espaços coloniais. Com a intensificação das políticas destinadas ao setor bélico a partir do século XVIII, cresceu cada vez mais a demanda pelos contingentes de ordenanças e auxiliares. Da mesma forma, vemos em meio a uma intensa comunicação política entre Portugal e suas conquistas, representadas na esfera periférica pela figura do governador e capitão-general, um aumento vertiginoso no número dos terços e regimentos das tropas locais (corpos de ordenanças e de auxiliares).

Por conseguinte, as instruções militares emitidas pela Coroa na época pombalina (1750-1777), impulsionaram a formação de novas companhias de ordenanças e auxiliares sem a distinção de nobres e camadas inferiores em todas as capitanias, impondo um aumento significativo nos ritmos de distribuições de mercês destinados ao setor bélico. A implicação disto foi a multiplicação dos postos existentes na Comarca de Alagoas em todos os níveis da hierarquia militar.

As cartas patentes, além da transferência de poderes militares e privilégios aos sujeitos nomeados, foram utilizadas como formas de ampliar o controle sobre as populações de pardos e pretos (governadores dos prestos, dos canoeiros, dos pescadores entre tantos outros), constantes alvos da “insegurança” a ordem pública por parte das elites e autoridades coloniais. Mas o crescente aumento dessas camadas, junto ao processo de intensificação das diretrizes militares para a colônia, produziu “brechas” para a ascensão de determinados indivíduos e grupos, bem como espaços de sociabilização e a possibilidade de mobilidade social, para a qual, inicialmente, estavam restritos. Este foi caso das companhias compostas por homens pardos e pretos, difundidas por toda a América portuguesa, e que em Pernambuco estavam distribuídas nas mais diversas partes da capitania.

Com o tempo, especialmente a partir da segunda metade do *Setecentos* (1766), essas camadas sociais estavam bem estabelecidas aos espaços das organizações militares, que antes eram reservados as “*principais famílias*”. Se valendo, inclusive, dos mesmos discursos baseados no *pacto político* e nos compromissos de obediência e fidelidade entre os súditos e o rei.

**ANEXOS**



## Anexo 1: Terço das ordenanças de pé da Comarca de Alagoas (1768)

Força	Localidade	Capitães-mores	Sargentos Mores	Ajudantes	Capitães-mores	Tenentes Coronais	Sargentos mores	Ajudantes	Capitães	Tenentes	Alferes	Sargentos	Furriéis	Tambores	Companhias	Total (oficiais e soldados)
3º de Ordenança	Vila de Porto Calvo	Gonçalo da Rocha Vanderlei	João Lins Vanderlei	-	1	-	2	-	16	3	19	30	3	19	19	2.011
3º de Ordenança	Vila de Alagoas	João Marinho Falcão	Caetano de Mello	Manoel Roiz [?]	1	-	1	1	20	3	27	46	3	8	27	2.290
3º de Ordenança	Vila de Penedo	Francisco de Souza Caldas	João de Araújo Silva	[ <i>Ilegível</i> ] Lima	1	-	1	2	21	1	21	42	-	21	21	1.995

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Cód. 2.164.

## Anexo 2 Terço auxiliar do mestre de campo Martinho Pereira Alvares, vila de Penedo (1788)

	Companhias	Mestre de Campo	Sargento-mor	Ajudante	Capelão Mor	Cirurgião Mor	Furriel Mor	Tambor Mor	Oficiais de Patente		Oficiais inferiores					Total	
									Capitães	Alferes	Sargento do Numero	Supras	Porta Bandeiras	Cabos	Tambores		Soldados
	Plaina	1	-	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
1ª	Mestre de Campo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1	41	50
2ª	Granadeiro Manoel José Correia	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
3ª	Capitão Antonio	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
4ª	Capitão Reinaldo Corrêa da Costa	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
5ª	Capitão Francisco da Rocha Barboza	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
6ª	Capitão <i>[Ilegível]</i>	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
7ª	Capitão Antonio José dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
8ª	Capitão Manoel Ferreira de Mello	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
9ª	Capitão Libório Lázaro Leal	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
10ª	Capitão Anselmo Gomes da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
	Estado Efetivo	1	1	1	1	1	1	1	9	10	10	10	10	40	10	401	506
	Falta completar	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Estado Completo	1	1	1	1	1	1	1	9	10	10	10	10	40	10	401	507
	Agregados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Pernambuco Avulsos, Cx. 167, Doc. 11.870.

Anexo 3: Terço auxiliar do mestre de campo Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, vila de Penedo (1788)

	Companhias	Mestre de Campo	Sargento-mor	Ajudante	Capelão Mor	Cirurgião Mor	Furriel Mor	Tambor Mor	Oficiais de Patente		Oficiais inferiores						Total
									Capitães	Alferes	Sargento do Numero	Supras	Porta Bandeiras	Cabos	Tambores	Soldados	
	Plaina	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
1 <sup>a</sup>	Mestre de Campo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1	41	50
2 <sup>a</sup>	Granadeiros	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
3 <sup>a</sup>	Capitão Luiz Si[ <i>Ilegível</i> ] Henriques	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
4 <sup>a</sup>	Capitão José Gomes dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
5 <sup>a</sup>	Capitão Manoel Pudente de Bras [?]	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
6 <sup>a</sup>	Capitão Francisco Gonçalvez Frery	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
7 <sup>a</sup>	Capitão João dos Santos [?] Coelho	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
8 <sup>a</sup>	Capitão Jozé Manoel da [ <i>Ilegível</i> ]	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
9 <sup>a</sup>	Capitão André Barbosa dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
10 <sup>a</sup>	Capitão José Antonio Alvares [ <i>Ilegível</i> ]	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	40	50
	Estado Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	9	10	10	10	10	40	10	401	504
	Falta completar	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	Estado Completo	1	1	1	1	1	1	1	9	10	10	10	10	40	10	401	507
	Agregados	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Pernambuco Avulsos, Cx. 167, Doc. 11.870.

Anexo 4: Terço auxiliar do mestre de campo José Pereira de Castro, vila de Alagoas (1788)

	Companhias	Mestre de Campo	Sargento-mor	Ajudante	Capelão Mor	Cirurgião Mor	Furriel Mor	Tambor Mor	Oficiais de Patente		Oficiais inferiores					Soldados	Total
									Capitães	Alferes	Sargento do Numero	Supras	Porta Bandeiras	Cabos	Tambores		
	Plaina	1	1		1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
1ª	Mestre de Campo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1	31	40
2ª	Granadeiros	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
3ª	Capitão Antonio Justiniano	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
4ª	Capitão M[...] dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
5ª	Capitão Antonio Marinho Falcão	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
6ª	Capitão Inacio Axioly Junior	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
7ª	Capitão Antonio do Rego Felix	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
8ª	Capitão Francisco [...] Silva	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
9ª	Capitão Antonio Alvares Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
10ª	Capitão Jeronimo Cezar Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	4	1	30	40
	Estado Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	9	10	10	10	10	40	10	301	406
	Falta completar	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Estado Completo	1	1	-	1	1	1	1	9	10	10	10	10	40	10	301	407

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Pernambuco Avulsos, Cx. 167, Doc. 11.870.

## APÊNDICE

Apêndice 1: Composição das patentes distribuídas na Comarca de Alagoas (1775-1801)<sup>280</sup>

P.p. 2 (1775-1777)					
Fólio	Ano	Nome	Patente conferida	CP	Vila
8	26/06/1775	Antonio Pereira Henriques	Cap. de Cia. dos Henriques novamente formado	HS	VDP
13v	04/07/1775	João dos Santos Nunes	Alferes	HS	VDP
14v	04/07/1775	Manoel Medeiros Machado	Ajudante das entradas		
24	17/07/1775	João dos Santos Cardozo	Cap. de Campo		VAS
25	18/07/1775	Antonio Luiz da Rocha	Cap. das entradas		VDP
28	21/07/1775	Manoel Mendes dos Prazeres	Alferes	HS	VPC
38v	07/08/1775	Matias da Costa Menezes	Cap. de Ordenança	OR	VPC
41	11/08/1775	João Lins Vanderlei	Cap. de Ordenança	OR	
43	14/08/1775	Antonio Alvares Claves	Cap. de Ordenança	OR	VPC

<sup>280</sup> Utilizamos o *software Excel* para o processamento dessas informações, extraídas de: APEJE, Coleção Patentes Provinciais, 10 vols., 1775-1801.

47v	19/08/1775	José da Maia e Melo	Cap. dos Forasteiros	FR	VAS
48	22/08/1775	José Francisco Leitão	Cap. de Ordenança	OR	VAS
50	23/08/1775	Antonio da Rocha Barboza de Araújo	Cap. de Ordenança		VAS
51	25/08/1775	Gaspar Barboza Lobo	Cap. de Ordenança		VAS
52	26/08/1775	José de Souza Bezerra	Cap. de Ordenança		VAS
53	29/08/1775	Manoel da Silva Fonseca	Cap. de Ordenança		VPC
53	29/08/1775	José Manoel de Araújo	Cap. do Regimento de Cavalaria	RC	CAL
53v	29/08/1775	Felix José Tavares Lima	Cap. de Ordenança		
54	29/08/1775	Francisco da Costa e Santos	Cap. de Ordenança	OR	VAS
58v	11/09/1775	Manoel Bandeira de Melo	Cap. das Marinhas		VPC
59	11/09/1775	Manoel Vicente Ferreira	Cap. de Campo		VDP
59	11/09/1775	Manoel Barreiros da Fonseca	Comandante da Freguesia de Meirim		VAS
60v	15/09/1775	Leandro da Silva e Souza	Cap. das entradas		VDP
62v	15/09/1775	Francisco da Silva Batista	Cap. dos Marítimos e Forasteiros		VAS
63v	19/09/1775	José Ignácio de Lima	Cap. Mor dos Reformados		VPC
68v	16/10/1775	Marcos Correa da Silva	Cap. de Ordenança		VDP
69	16/10/1775	Manoel Ferreira da Costa	Sargento-mor das Entradas		Una
69v	17/10/1775	Joaquim de Oliveira Dias	Cap. de Ordenança	OR	VDP
72v	30/10/1775	Manoel Buarque de Jesus	Cap. de Ordenança	OR	VDP
75	04/11/1775	João Clemente Vieira	Cap. de Ordenança	OR	VAS
76	07/11/1775	Amador de Queiróz Coutinho	Cap. de Infantaria de Ordenanças	OR	VPC
78	14/11/1775	Gabriel Dias Barboza	Cap. das entradas		VDP
84	21/11/1775	José Ribeiro Leal	Sargento-mor das Entradas das Marinhas		
89v	02/12/1775	Francisco Antonio de Souza Caldas	Cap. Comandante	OR	VDP
91	14/12/1775	Julião da Costa Monteiro	Alferes	AR	
92v	18/12/1775	Matias de Albuquerque Câmara	Cap. Mor		VAS
96	11/01/1776	José dos Santos Lessa	Tenente General	OR	
96v	12/01/1776	Ignacio de Barros	Cap. mor das Entradas	EM	VDP
101v	30/01/1776	Ignacio de Oliveira dos Santos	Cap. dos Forasteiros	FRs	
111v	16/02/1776	José Maria de Almeida Junior	Cap. dos Forasteiros	FRs	VAS
116	26/02/1776	Manoel Coelho da Ressureição e Lemos	Cap. de Ordenança	OR	VPC
117v	29/02/1776	Manoel Alvares Cardozo	Cap. de Ordenança	OR	VPC
120	02/03/1776	José de Melo Lima	Cap. de Ordenança	OR	
127	26/03/1776	Antonio José de Lima	Cap. de Ordenança	OR	VPC
128v	30/03/1776	Amaro de Barros Falcão	Cap. de Ordenança	OR	VAS
136v	21/04/1776	Francisco de Barros Pimentel	Cap. de Ordenança	OR	VPC
137	20/04/1776	Joaquim José Lins	Cap. de Ordenança	OR	VPC
137v	20/04/1776	Antonio José Ocioli	Cap. de Ordenança	OR	VPC
146v	07/05/1776	José Francisco dos Santos	Cap. de Ordenança	OR	VPC
148	08/05/1776	Joaquim Bandeira de Melo	Cap. de Ordenança	OR	VPC
149	10/05/1776	João Francisco Damasceno Alvares	Cap. de Ordenança	OR	VPC
176v	19/07/1776	João Baptista Zacarias	Cap.	AR	CAL
182v	31/07/1776	Antonio José da Mata	Cap. mor	OR	VPC
185v	09/08/1776	Antonio da Silva do Couto	Cap. de Ordenança	OR	VPC
186	17/08/1776	Andre Moreira Velho	Cap.	AR	VDP
190v	29/08/1776	José Januário de Freitas	Sargento-mor	AR	VDP
198	16/09/1776	Julião dos Santos Furtado	Sargento do número	PG	PL
198v	18/09/1776	Antonio Geraldo de Fontes	Sargento Supra	PG	PL
206v	02/10/1776	Luiz Alves de Moura	Cap. de Ordenança	OR	VPC
208v	05/10/1776	José Custódio Lopes	Cap. mor das Entradas		VPC
209	05/10/1776	Manoel de Barros Pimentel	Cap. de Ordenança	OR	VPC
213v	17/10/1776	Bartolomeu Fernandes	Cap. Mor de Campo		
226	20/11/1776	Cosme Damião de Barros	Cap. de Ordenança		VPC
239	20/12/1776	João de Barros Correa Junior	Cap. das entradas		VPC
240v	08/01/1777	Raimundo Gomes Nonato	Cap. de Henriques	HS	VDP
253	31/01/1777	Thomas Correa de Araújo	Cap. de Ordenança	OR	VAS
269	24/03/1777	José Francisco Alvares	Cap. de Infantaria de Ordenança	OR	VPC
272	10/04/1777	Roberto de Soares	Furriel Mor	AR	VDP
273v	12/04/1777	Angelo Correa de Mello	Cap. das entradas		VAS
277	25/02/1777	Afonço de Albuquerque e Mello	Comandante da Vila de Alagoas		VAS
277v	26/04/1777	João Carlos Leite de Albuquerque	Cap. de Ordenança	OR	VAS
281v	30/04/1777	Manoel do Rego Telles Barbosa	Cap. dos Forasteiros		VAS
<b>P.p. 3 (1777-1780)</b>					
Fólio	Ano	Nome	Patente Conferida	CP	Vila
5v	27/05/1777	João de Araújo Castro	Cap. das entradas		VDP
6v	30/05/1777	André da Costa Nunes	Cap. dos Homens Forasteiros negociantes	OR	VDP
7v	31/05/1777	Serafim Pacheco Alvarez	Cap. de Infantaria	OR	VAS
15	09/07/1777	Cosme de Souza Lemos	Cap. de Infantaria dos Henriques	OR	VAS
15v	09/07/1777	Manoel Gomes da Paixão	Cap. de Infantaria dos Pardos	OR	VAS
16	11/07/1777	João Ferreira Lima	Cap. das entradas		VAT
21	23/07/1777	Vicente Ferreira Santos	Cap. Reformado	TP	VDP
23	30/07/1777	Antonio Gomes Baptista	Cap. das entradas		VAS
27	19/08/1777	Antonio Fernandes da Silva	Sargento-mor		VDP
32v	06/09/1777	José Luis de Albuquerque	Cap.	AR	VDP
38	06/10/1777	José de Araújo Silva	Alferes de Ordenança	OR	VDP
39v	06/10/1777	Luis de Melo	Cap.	TP	VDP
40	08/10/1777	José Pereira de Castro	Mestre de Campo	TXF	VAS

40v	08/10/1777	Francisco Berenguer de Castro	Sargento-mor	TXF	VAS
41	08/10/1777	José Joaquim de Souza	Cap.	RC	VAS
42	10/10/1777	José da Silva Xares [?]	Cap. dos forasteiros	FRs	VDP
44	15/10/1777	Andre de Lemos Ribeiro	Cap. Mor	OR	VDP
45	16/10/1777	Antonio da Fonseca Barbosa	Cap. das entradas		CAL
67v	10/12/1777	Amaro Alvares Bezerra de Castro	Cap. de Granadeiros	AR	VAS
68	10/12/1777	Manoel Cezar Bezerra	Cap.	AR	VAS
68v	10/12/1777	Antonio Justiniano de Melo	Cap.	AR	VAS
69v	10/12/1777	Carlos Rodrigues Calheiros	Alferes	AR	VAS
80v	27/01/1778	Antonio do Rego Teles	Cap.	AR	VAS
81	30/01/1778	Miguel da Silva Pereira	Cap. das entradas	AR	VAS
82	30/01/1778	Sebastião da Rocha Sirqueira	Alferes	AR	VAS
82	30/01/1778	Antonio Alvares Bezerra	Alferes	AR	VAS
82v	31/01/1778	Rafael Pereira da Rocha	Sargento do Número	AR	VAS
82v	31/01/1778	Francisco da Silva Sirqueira	Alferes	AR	VAS
83	05/02/1778	Antonio de Barros Acioli (Pai?)	Cap.	AR	VAS
83v	05/02/1778	Ignacio Axioli Junior (filho?)	Cap.	AR	VAS
84	05/02/1778	Temoteo Pereira de Araújo	Alferes	AR	VAS
88v	13/02/1778	Antonio Marinho Falcão	Cap.	AR	VAS
89	14/02/1778	Francisco da Cunha de Castro	Sargento Supra	AR	VAS
94	26/02/1778	Manoel Carvalho de Serqueira	Tenente Coronel das Entradas	AR	VAS
96	10/03/1778	José Gregório da Cruz	Sargento-mor	OR	VDP
96v	10/03/1778	Ignacio Xavier Ferreira	Cap.	OR	VDP
97	10/03/1778	Francisco Dantas Serqueira	Cap.	OR	VDP
103	16/03/1778	Arcangelo Martins Milheiros	Sargento Supra	AR	VAS
104	23/03/1778	Silvestre de Jesus Casado	Cabo de Esquadra	AR	VAS
104v	23/03/1778	Joaquim Botelho	Cab de Esquadra	AR	VAS
105	24/03/1778	Agostinho Botelho	Cabo de Esquadra	AR	VAS
105	24/03/1778	Joaquim Caminha de Albuquerque	Cabo de Esquadra	AR	VAS
105v	24/03/1778	Francisco Alvares Camelo	Cabo de Esquadra	AR	VAS
105v	24/03/1778	Manoel Teixeira de Queirós	Cabo de Esquadra	AR	VAS
106v	25/03/1778	Francisco de Tojal da Silva Junior	Tenente	AR	VAS
109	10/04/1778	Felix da Rocha Amaral	Cap. de Granadeiros	AR	VDP
112	07/05/1778	Agostinho Francisco Dias	Cap. de Infantaria	OR	VAS
113	1778	José Antonio Gonçalves	Cap.	AR	VDP
117	25/05/1778	Domingos Mendes de Miranda	Cirurgião Mor	AR	VAS
125v	17/06/1778	José Manoel da Corrente	Sargento Supra	AR	VDP
127v	20/06/1778	Arcangelo Pereira da Silva	Cap. de Infantaria	OR	VDP
130v	18/07/1778	José da S. Brasventura	Cap. dos Homens Forasteiros		VPC
135	12/08/1778	José Manuel da Corrente	Alferes	AR	VDP
136v	28/08/1778	João Paes Barreto de Castro	Cap. de Infantaria	AR	VAS
137	28/08/1778	José da Rocha Lins	Cap. de Infantaria	AR	VAS
137v	28/08/1778	Francisco Alvares Camelo	Alferes	AR	VAS
138	28/08/1778	Jerônimo Cesar Bezerra	Alferes	AR	VAS
138	28/08/1778	Manoel de Moura Rolim	Alferes	AR	VAS
138v	28/08/1778	Antonio da Silva Queiros	Sargento Supra	AR	VAS
138v	28/08/1778	Joaquim da Silva Porto	Cabo de Esquadra	AR	VAS
139	28/08/1778	Antonio Lopes Coelho	Sargento do Número	AR	VAS
139	28/08/1778	Joaquim Peixoto de Arujo	Sargento do Número	AR	VAS
139v	28/08/1778	Feliciano José Nogueira	Cabo de Esquadra	AR	VAS
139v	28/08/1778	Caetano Velloso Barreto	Sargento supra	AR	VAS
140	28/08/1778	Felix de Souza Rabelo	Cabo de Esquadra	AR	VAS
140	28/08/1778	Antonio de Melo	Cabo de Esquadra	AR	VAS
140v	28/08/1778	João Pires de Leão	Cabo de Esquadra	AR	VAS
140v	28/08/1778	Eugenio José de Almeida	Cabo de Esquadra	AR	VAS
141	28/08/1778	Sebastião Correa da Mota	Alferes	AR	VAS
141	28/08/1778	Macario [?] dos Santos	Alferes	AR	VAS
141v	28/08/1778	Francisco Euriques Pereira	Sargento do Número	AR	VAS
141v	28/08/1778	João Correa da Gama	Sargento do Número	AR	VAS
142	28/08/1778	João da Silva Cardoso	Sargento do Número	AR	VAS
142	30/08/1778	Joaquim das Neves da Silva	Furriel Mor	AR	VAS
142v	28/08/1778	José da Silva Correa	Cabo de Esquadra	AR	VAS
142v	28/08/1778	Joaquim Soares de Araújo	Cabo de Esquadra	AR	VAS
143	28/08/1778	Antonio da Silva Cardoso	Cabo de Esquadra	AR	VAS
143	28/08/1778	José Felipe de Santiago	Sargento Supra	AR	VAS
144	31/08/1778	José Maria de Faria	Cabo de Esquadra	AR	VAS
151v	26/09/1778	Manoel Gonçalves Lima	Cap. das entradas		VPC
153	20/10/1778	Antonio de Souza de Almeida	Cap. das entradas		VPC
156	06/11/1778	José Marinho dos Santos	Cabo de Esquadra	AR	VAS
156	06/11/1778	João Franco da Silva	Cabo de Esquadra	AR	VAS
157	12/11/1778	Manoel de Moura Rolim	Cap. de Infantaria	OR	VAS
157v	12/11/1778	Bernardo Ferreira de Araújo	Cap. de infantaria	OR	VAS
158v	16/11/1778	José Ignacio da Silva	Cabo de Esquadra	AR	VAS
158v	17/11/1778	José Dantas Cardoso	Ajudante	OR	VAS
165	23/12/1778	Antonio Nunes dos Santos	Cap. dos Reformados	AR	VDP
176	17/03/1778	Manoel Pinto dos Santos Junior	Sargento-mor	OR	VDP
176v	20/03/1779	Francisco Vieira dos Santos	Cap. de Infantaria	OR	VDP

177	20/03/1779	José Francisco de Mendonça	Ajudante	OR	VDP
186	11/05/1779	Joaquim Silva Ferreira	Cap. de Infantaria	OR	VDP
191v	25/06/1779	Francisco de Moura Lima	Cap. dos Homens Forasteiros	OR	VAS
192v	26/06/1779	Manoel Ferreira de Melo	Cap. de Infantaria	OR	VDP
193	28/05/1779	Caetano José de Souza	Sargento do Número	AR	VDP
193	28/06/1779	Manoel Antonio de Albuquerque	Cabo de Esquadra	AR	VDP
	28/06/1779	José Marcolino	Cabo de Esquadra	AR	VDP
193v	28/05/1779	José Gomes Riberio	Alferes	AR	VDP
196	06/07/1779	Francisco José	Sargento do Número	AR	VDP
196	06/07/1779	José de Siqueira Barbosa	Cabo de Esquadra	AR	VDP
196v	06/07/1779	Antonio Barbosa	Cabo de Esquadra	AR	VDP
	06/07/1779	Domingo Andre	Cabo de Esquadra	AR	VDP
197	06/07/1779	José Rodrigues	Cabo de Esquadra	AR	VDP
197v	12/07/1779	João Gomes do Vale	Sargento do Número	AR	VDP
205v	26/08/1779	Caetano de Sá Pinto	Cap.	AR	VDP
208v	31/08/1779	Vicente Munis Pinto	Cabo de Esquadra	AR	VDP
208v	31/08/1779	Felix da Conceição	Sargento Supra	AR	VDP
209	31/08/1779	Mateus da Fonseca	Cabo de Esquadra	AR	VDP
	31/08/1779	José Eusébio	Cabo de Esquadra	AR	VDP
209v	31/08/1779	Manoel Pereira Monteiro	Cabo de Esquadra	AR	VDP
209v	02/09/1779	Antonio de Seixa	Sargento do Número	AR	VDP
210	02/09/1779	Jose Joaquim de Santa Ana	Sargento Supra	AR	VDP
210	02/09/1779	Antonio Ignacio	Cabo de Esquadra	AR	VDP
216	30/09/1779	Padre Manoel Barbosa Pinto	Cap. Mor	AR	VDP
216v	30/09/1779	Lourenço Manuel de Piza	Cirurgião Mor	AR	VDP
216v	30/09/1779	Antonio de Souza	Tambor Mor	AR	VDP
216v	30/09/1779	Manoel José Tavares	Sargento do Número	AR	VDP
217	30/09/1779	José Luis de Gouvea	Sargento Supra	AR	VDP
217	30/09/1779	Antonio Francisco Cabral	Cabo de Esquadra	AR	VDP
217v	30/09/1779	Antonio Porcopio Galvão	Cabo de Esquadra	AR	VDP
217v	30/09/1779	José Maria de Lima	Cabo de Esquadra	AR	VDP
218	30/09/1779	Bartholomeu Salgueiro	Cabo de Esquadra	AR	VDP
218	30/09/1779	Manoel Pereira Siqueira	Cabo de Esquadra	AR	VDP
218v	30/09/1779	Domingos da Silva Reinão	Sargento do Número	AR	VDP
218v	30/09/1779	José Lopes	Sargento do Número	AR	VDP
219	30/09/1779	Francisco Bezerra Lima	Cabo de Esquadra	AR	VDP
219	30/09/1779	Lourenço de Carvalho	Cabo de Esquadra	AR	VDP
219v	30/09/1779	João Gomes da Silva	Cabo de Esquadra	AR	VDP
219v	30/09/1779	José Vieira de Sandes	Cabo de Esquadra	AR	VDP
220	30/09/1779	Manoel Ferreira Pinto	Cabo de Esquadra	AR	VDP
220	30/09/1779	Manoel Antonio Pinheiro	Sargento do Número	AR	VDP
220v	30/09/1779	Antonio José dos Santos	Sargento Supra	AR	VDP
220v	30/09/1774	Francisco Xavier das Chagas	Cabo de Esquadra	AR	VDP
221	30/09/1774	Manoel Pinheiro Dantas	Cabo de Esquadra	AR	VDP
221	30/09/1774	Claudio José Duarte	Cabo de Esquadra	AR	VDP
221v	30/09/1779	Narciso Nunes da Silva	Cabo de Esquadra	AR	VDP
221v	30/09/1779	Christovão da Rocha Duarte	Cabo de Esquadra	AR	VDP
222	30/09/1779	José Maria	Sargento do Número	AR	VDP
222	30/09/1779	Angelo Justo S. Tiago	Sargento Supra	AR	VDP
222v	30/09/1779	José Gonçalves	Cabo de Esquadra	AR	VDP
222v	30/09/1779	Jacinto Martins Baião	Cabo de Esquadra	AR	VDP
223	30/09/1779	Thome Gonsalves	Cabo de Esquadra	AR	VDP
223	30/09/1774	Manoel Joaquim Teixeira	Cabo de Esquadra	AR	VDP
223v	30/09/1779	Bras Antunes Vieira	Sargento Supra	AR	VDP
223v	30/09/1779	Manoel José Justo	Cabo de Esquadra	AR	VDP
224	30/09/1779	Manoel Ferreira da Silva	Cabo de Esquadra	AR	VDP
224	30/09/1779	Joaquim Dantas Aranha	Cabo de Esquadra	AR	VDP
224v	30/09/1779	André Fernandes Moreira	Cabo de Esquadra	AR	VDP
224v	30/09/1779	Antonio Cardoso Gaya	Sargento do Número	AR	VDP
225	30/09/1779	Caetano José da Cunha	Cabo de Esquadra	AR	VDP
225	30/09/1779	João Baptista	Cabo de Esquadra	AR	VDP
228	05/10/1779	Francisco Barbosa Santos	Cabo de Esquadra	AR	VDP
232v	02/11/1779	Caetano de Melo e Albuquerque	Cap. Mor	OR	VAS
235v	24/11/1779	Manoel Carvalho de Serqueira	Sargento-mor	OR	VAS
238v	02/12/1779	Felipe Antonio Borges	Cap. das entradas		VPC
239	03/12/1779	Domingos Soares de Souza	Cap. de Infantaria		VDP
246	08/01/1780	Paulo Leitão de Verioza	Cap.	OR	VPC
249v	21/01/1780	Antonio José dos Santos	Cap.	AR	VDP
259v	23/02/1780	Joaquim Vieira de Araujo	Cap. das entradas		VAS
262v	28/02/1780	José Maciel de Araujo	Sargento-mor	AR	VAS
264v	07/03/1780	Manoel Dinis Quaresma	Cabo de Esquadra	AR	VDP
265	09/03/1780	Manoel Fernandes	Cabo de Esquadra	AR	VDP
267	29/03/1780	Manoel Caetano de Moraes	Cap.	AR	VAS
268v	07/04/1780	Gonçalo Manoel Vieira	Cabo de Esquadra	AR	VDP
268v	12/04/1780	João da Silva Coelho	Cabo de Esquadra	AR	VDP
269v	17/04/1780	Antonio de Gouve [?] Silva	Cap.	OR	VAS
271	22/04/1780	José Henrique da Silva	Cap. das entradas		VPC



279	22/05/1780	Macario dos Santos Neto	Cap.	AR	VAS
<b>P.p. 4 (1780-1784)</b>					
<b>Fólio</b>	<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Patente Conferida</b>	<b>CP</b>	<b>Vila</b>
7	08/07/1780	Manoel Vitorino Barbosa	Sargento-mor dos Forasteiros	FRs	VDP
7v	08/07/1780	Joaquim José Pereira	Cap. das entradas	EN	VAT
8	10/07/1780	Joé Pereira dos Santos	Cap. das entradas		
17v	14/08/1780	Antonio de Seixas	Alferes	AR	VDP
19v	22/08/1780	Manoel Soares de Souza	Cap. dos Forasteiros		VDP
20	22/08/1780	Ignacio de Barros Leite	Mestre de Campo	AR	VDP
26v	11/09/1780	Antonio José Pinto	Cap. das entradas		VDP
46v	06/11/1780	Manoel Prudente de Barros	Cap.	AR	VDP
52	22/11/1780	Pedro Manoel da Silva Morais	Cap. das entradas		VAS
55v	05/12/1780	Antonio Rodrigues Delgado	Cap.	OR	VDP
57	09/12/1780	José Gonçalves Lima	Sargento-mor	OR	VDP
76	12/02/1781	Manoel da Silva	Cap. Mor dos Forasteiros	OR	VDP
78v	07/03/1781	Leandro José de Barros	Alferes	AR	VDP
78v	08/03/1781	Antonio Simões Salgueiro	Alferes	AR	VDP
79v	09/03/1781	João Carlos de Melo	Cap. Reformado	AR	VDP
81	12/03/1781	Felix Soares de Campos	Cap. dos Forasteiros	OR	VDP
82	15/03/1781	Francisco Bezerra	Cap. dos Forasteiros	OR	VDP
87	11/05/1781	Francisco da Costa Santos	Comandante		VAS
87v	12/05/1781	Manoel José de Barros	Cap.	OR	VAT
89v	19/05/1781	Manoel Joaquim Rodrigues	Cap. Mor das Entradas da Barra	OR	VAS
91v	01/06/1781	Manoel Ferreira de Melo	Cap.	AR	VDP
92v	06/06/1781	Paulo Leite de Verçosa	Comandante	OR	VPC
96v	25/06/1781	Joaquim Manoel	Furriel Mor	AR	VDP
112v	05/10/1781	Joaquim José de castro Sarmiento	Cap. das entradas		AL
114	09/10/1781	Antonio Machado	Sargento-mor		[?]
118-118v	18/10/1781	Ignacio Moreira da Cruz	Tenente	AR	VAS
119	25/10/1781	Manoel do Carmo de Menezes	Cap. Mor das Entradas		VPC
134	21/01/1782	Antonio de Barros de Macedo Leite	Mestre de Campo	AR	VDP
139-139v	18/02/1782	José de Faria Lobo	Tenente Coronel	AR	VAS
142v	06/03/1782	Luiz Pereira de Noronha	Cap.	OR	VDP
159	01/07/1782	Bento Soares Pereira de Menezes	Sargento-mor dos Reformados		VPC
159v	02/07/1782	Manoel Ignácio de Faria	Sargento-mor das entradas		
166v	20/08/1782	Felix da Rocha Amaral	Coronel das conquistas		VDP
168	28/08/1782	José Ignácio de Lima	Cap. Mor	OR	VPC
173	25/09/1782	Ignacio Ferreira de Melo	Alferes	AR	VDP
190v	24/01/1783	Manoel de Oliveira Veloso	Alferes	AR	VAS
197v	05/03/1783	Antonio Francisco de Almeida Neto	Cap. Mor		VAS
206v	24/04/1783	Antonio José de Vasconcelos	Cap.	OR	VDP
221	09/05/1783	Francisco José	Alferes	AR	VDP
220v	21/07/1783	Francisco Gonçalves Freire	Cap.	AR	VDP
223v	06/08/1783	José Antonio dos Santos Couto	Cap. das entradas		VAS
225	16/08/1783	Silvestre Manoel de Araújo	Cap. dos Forasteiros		VAS
227	01/09/1783	João Paes Barreto e Castro	Comandante	AR	VAS
234v	25/09/1783	Jacinto Soares de Souza	Mestre de Campo das conquistas		VDP
235	26/09/1783	Antonio de Moura Castro	Mestre de Campo das conquistas		VAS
238	15/10/1783	Jorge Francisco da Silva	Cap. dos Forasteiros		
244	29/10/1783	José Francisco da Silva	Cap.	OR	VDP
246	12/11/1783	Joaquim José da Rocha	Cap. das entradas		VAS
247v	12/12/1782	Martinho Vieira Rego	Cap. das entradas		VDP
253v	07/01/1784	José Ignácio de Barros	Cap. de Granadeiros	AR	VDP
256v	15/01/1784	Francisco de Oliveira Sales	Alferes		
267	23/03/1784	José Carlos Marinho	Cap. das entradas		VAS
270v	14/04/1784	Manoel Buarque de Jesus	Coronel dos Reformados		VPC
272v	28/04/1784	Ignácio da Fonseca Neves	Cap. Mor dos Forasteiros		VPC
276v	25/05/1784	João da Silva Coelho	Alferes	AR	VDP
<b>P.p. 5 (1784-1788)</b>					
<b>Fólio</b>	<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Patente Conferida</b>	<b>CP</b>	<b>Vila</b>
6v	23/09/1784	José Maria da Conceição	Cap. de Henriques	HS	VDP
7	27/09/1784	Antonio Lopes Coelho	Cap. das Entradas		VDP [?]
15	12/11/1784	Antonio Luiz Dantas de Barros Leite	Mestre de Campo	AR	VDP
15v	15/11/1784	Joze Manoel de Barros	Cap. de Infantaria	OR	VDP
19	25/11/1784	Antonio do Espírito Santo	Alferes	HS	VDP
23	07/01/1785	Antonio Gonçalves Lima	Sargento-mor dos Forasteiros		[?]
26	18/01/1785	Manoel Luis Gonsalves	Sargento-mor de Conquistas		VDP
26v	18/01/1785	José Joaquim Gonçalves Pereira	Cap. de Conquistas		VDP
30v	01/03/1785	Arnaldo de Jezus Santos	Cap.	OR	VPC
40	30/05/1785	Manoel Gonçalves Melo	Sargento-mor dos Forasteiros		VDP
48	09/07/1785	João da Silva Coelho	Cap.	AR	VDP
55v	13/08/1785	José de Barros Lobo	Cap.	OR	VAS
55v	13/08/1785	Felipe da Costa Lima	Cap.	OR	VAS
63v	27/09/1785	Antonio Pedro de Gouveia Mota	Cap.	OR	VPC
83v	14/12/1785	Manoel Antonio de Araújo Silva	Comandante do Curato do Poxim		VDP
87	18/01/1786	Joaquim Manoel	Alferes	AR	VDP
87v	19/01/1786	João Baptista de Lemos	Cap.	OR	VDP

88	19/01/1786	José Joaquim de Santa Anna	Cap.	OR	VDP
88v	19/01/1786	José de Oliveira Reis	Cap.	OR	VDP
89	23/01/1786	Manoel Teixeira Aranha	Cap. de Campo		VAS
92	13/02/1786	Antonio José do Amparo	Cap. das Entradas		VDP
92v	14/02/1786	José Manoel da Corrente	Cap.	AR	VDP
94	18/02/1786	José Arcanjo de Melo	Cap. dos Forasteiros		VAS
103	15/05/1786	Manoel Thomas da Silva	Cap. das Entradas		VDP
106v	04/07/1786	Domingos José da Costa Cardozo	Sargento-mor das Entradas		VAS
110	11/07/1786	José Rodrigues Lisboa	Cap. das Entradas		VAS
111v	17/07/1786	José Felix de Araujo	Cap.	OR	VAS
112v	18/07/1786	Antonio Rebelo Leite	Cap.	OR	VAS
113v	21/07/1786	Ancelmo Gomes da Cunha	Cap. de Infantaria	AR	VDP
114v	27/07/1786	Lourentino Ferreira Chaves	Cap.	AR	VAS
115	27/07/1786	Paulo Barboza dos Santos	Alferes	AR	VDP
115v	29/07/1786	José de Oliveira Reis	Comandante		VDP
123	31/08/1786	Francisco Ignacio Cezar	Alferes	OR	VPC
123v	13/09/1786	Gonçalo Lins do Vale	Tenente Coronel	AR	AL
124v	14/09/1786	Francisco Ferreira do Vale	Tenente	AR	VAS
125	14/09/1786	Manoel da Silva Barbosa	Alferes	AR	VAS
125	16/09/1786	Manoel da Fonseca	Sargento-mor da Marinha		
126v	27/09/1786	Caetano de Sá Pinto	Mestre de Campo	AR	VDP
130v	21/10/1786	Manoel Fernandes Prado	Cap.	OR	VAS
131	25/10/1786	José Pereira da Rocha	Cap.	OR	VAS
131	25/10/1786	João Moreira da Silva	Cap.	OR	AL
132	09/11/1786	Manoel Francisco Leite	Alferes	AR	
140v	19/01/1787	João Francisco Lins	Cap.	AR	VAS
145v	06/01/1787	Felipe Angelo Ribeiro	Coronel das Conquistas		VAS
147	29/03/1787	Domiciano Pereira de Melo	Alferes	OR	VDP
149v	04/04/1787	Bento de Souza Ramos	Alferes	OR	VAS
149v	20/04/1787	Manoel Rodrigues dos Santos	Alferes	AR	VDP
151	10/05/1787	Antonio Rodrigues de Saouza	Cap.	OR	VDP
155	22/06/1787	Antonio José de Lima	Sargento-mor	OR	VPC
155v	25/06/1787	Gregorio Correa da Mota	Cap.	OR	VAS
157	07/07/1787	João de Souza Vieira	Cap. da Marinha		
159v	24/07/1787	O preto Pedro José	Cap. de Campo		VDP
161v	13/08/1787	Libório Lázaro Leal	Cap.	AR	VDP
165	10/09/1787	Manoel José de Oliveira	Cap. das Entradas		VAS
190	03/03/1788	Joaquim Joze de Castro Sarmiento	Cap. das Entradas		VAS
204	26/03/1788	Manoel da Costa Moreira	Cap. das Entradas		
213v	29/03/1788	Felix da Rocha Amaral	Coronel de Conquistas		VDP
223v	07/04/1788	Manoel da Silva Roza	Cap. Mor dos forasteiros		VDP
229	10/04/1788	Andre da Costa Nunes	Cap. dos Forasteiros		VDP
229v	10/04/1788	Manoel Luiz Gonçalves	Sargento-mor das Conquistas		VDP
231v	10/04/1788	João de Barros Correa Junior	Cap. das Entradas		VPC
260v	28/04/1788	Antonio dos Santos de Oliveira	Cap. das Entradas		VDP
260v	28/04/1788	Antonio Pereira dos Santos	Cap. das Entradas		VDP
261v	19/04/1788	Pedro Soares de Melo	Cap.	ORs	VDP
264	30/04/1788	Felipe Antonio Borges	Cap. das Entradas		VPC
274	28/04/1788	Antonio Rodrigues Baranda [sic]	Cap. das Entradas		
<b>P.p. 6 (1788-1789)</b>					
Fólio	Ano	Nome	Patente Conferida	CP	Vila
4	06/05/1788	Manoel Antonio de Araújo Silva	Comandante do curato de Poxim		VDP
28	15/005/1788	João Baptista de Lemos	Cap.	OR	VDP
29	15/05/1788	Manoel Fernandes do Plado [?]	Cap.	OR	VAS
29	15/05/1788	Thomas José de Melo	Sargento-mor		CPE
30	15/05/1788	Gregório Correa da Mota	Cap.	OR	VAS
32v	15/05/1788	Felix da Silva Laudacio	Cap.	AR	VDP
39	15/05/1788	João Carlos de Melo	Cap. Reformado	AR	VDP
39v	15/05/1788	José Francisco dos Santos	Cap.	OR	VPC
40v	15/05/1788	Antonio da Silva do Canto	Cap.	OR	VPC
45	15/05/1788	Antonio Rodrigues Delgado	Cap.	OR	VDP
61v	20/05/1788	Francisco Alvares da Silva Gesteira	Cap. das Entradas		VAS
63	24/05/1788	Manoel Joaquim Rodrigues Lima	Cap. Mor das Entradas		VAS
71v	05/06/1788	Luciano Barbosa Ferreira	Cabo de Esquadra	PG	
74v	17/06/1788	Manoel Fernandes do Plado [?]	Comandante das Ordenanças	OR	VAS
75	19/06/1788	Francisco Correia da Mota	Cap.	OR	VAS
102v	16/10/1788	Ignácio Ferreira de Amorim	Capitao	OR	VAS
114v	04/12/1788	Agostinho Duarte Viana	Alferes	OR	VPC
117	12/12/1788	Paulo Leitão Verçosa	Cap.	OR	VPC
117v	12/12/1788	Paulo Leitão Verçosa	Comandante	OR	VPC
118v	15/12/1788	Antonio José de Lima	Sargento-mor	OR	VPC
119v		José Ignácio de Lima	Cap. Mor	OR	VPC
120		Amaro de Barros Lima	Cap. Reformado		
122v	15/12/1788	José Ignácio de Moura	Cap.	OR	VPC
131v	16/12/1788	Pedro Manoel da Silva Morães	Cap. das Entradas		VAS
144	20/12/1788	Antonio Fernandes da Silva	Sargento-mor das Marinhas	OR	VDP
144	20/12/1788	José Gonçalves Lima	Sargento-mor dos Privilegiados	OR	VDP

167v	14/12/1788	Manoel Pereira Brandão	Ajudante	AR	VDP
173v	08/01/1789	José Francisco da Silva	Cap.	OR	VDP
174	07/01/1789	José Manoel de Barros	Cap.	OR	VDP
174v	08/01/1789	Manoel Ferreira Madeira	Cap.	OR	VDP
174v	08/01/1789	Francisco Dantas Cerqueira	Cap.	OR	VDP
174	09/01/1789	Joaquim da Silva Ferreira	Cap.	OR	VDP
175	10/01/1789	Luís Pereira de Noronha	Cap.	OR	VDP
176	12/01/1789	Martinho Pereira Rego	Cap. das Entradas		VDP
176v	12/01/1789	Francisco Bezerra	Cap. dos Forasteiros		VDP
177	12/01/1789	José da Silva Chaves	Cap. dos Forasteiros		VDP
177v	12/01/1789	O preto Pedro José	Cap. de Campo		VDP
188	23/01/1789	Manoel Carvalho de Cerqueira	Sargento-mor	OR	VDP
<b>P.p. 7 (1791-1794)</b>					
Fólio	Ano	Nome	Patente Conferida	CP	Vila
6	11/04/1791	Silvestre de Jesus Corado	Cap.	AR	VAS
9	09/05/1791	Antonio Rodrigues do Bonfim	Cap.	OR	VAS
24	xx/xx/1791	Manoel José Santa Ana	Alferes	AR	VDP
24	05/07/1791	Antonio Correa de Araújo Furtado	Sargento-mor	OR	VDP
26	18/07/1791	José Bento Francisco	Alferes	AR	VAS
38	15/09/1791	João Veloso de Vasconcelos	Cap.	OR	VPC
43	15/10/1791	José Araújo da Silva	Cap.	OR	VDP
44	17/10/1791	José de Araújo Silva	Comandante		VDP
45	xx/10/1791	Manoel de Sousa Ferraz	Alferes	AR	AL
58	1791 ou 92	José da Silva Chaves	Cap.	OR	VDP
61	xx/xx/1792	Francisco Mareira Lima	Alferes	AR	VDP
67	xx/xx/1792	João Baptista de Oliveira	Furriel Mor	AR	VDP
70	xx/xx/1792	Jeronimo da Costa Guizado	Alferes	OR	VDP
73	16/03/1792	Manoel de Melo e Albuquerque	Cap.	OR	VPC
84	xx/xx/1792	Francisco José de Souza Machado	Cirurgião Mor	AR	VDP
85	xx/xx/1792	José Francisco de Ataíde	Cap.	AR	VDP
97	19/07/1792	Manoel Leitão Figueira	Cap.	OR	VPC
99	xx/xx/1792	Manoel Antonio de Araújo	Alferes	OR	VDP
105	26/09/1792	João Gomes do Vale	Cap.	AR	VDP
111	25/10/1792	Antonio José de Vasconcelos	Comandante	OR	VDP
113	09/11/1792	Manoel Antonio de Araújo	Cap.	OR	VDP
127	26/04/1793	Manoel José do Sacramento	Ajudante	OR	VAS
141	30/07/1793	José Maecelino da Silva	Alferes	AR	VDP
154	23/08/1793	José Gregório de Souza	Alferes	HS	VPC
158	02/09/1793	Mathias dos Prazeres	Alferes	HS	VDP
160	12/09/1793	Jerônimo Gonçalves de Abreu	Sargento do Número	AR	VDP
162	13/09/1793	José Roque da Silva	Sargento Supra	AR	VDP
163	13/09/1793	Vicente Moniz Pinto	Sargento do Número	AR	VDP
163	13/09/1793	Bernardo da Silva Lago	Porta Bandeira	AR	VDP
163	13/09/1793	Manoel José Viana	Porta Bandeira	AR	VDP
164	13/09/1793	Francisco José Borges	Alferes	AR	VDP
164	13/09/1793	Miguel Arcangelo dos Santos	Cap.	AR	VDP
181	11/10/1793	Domingos Franco de Oliveira	Alferes	OR	VPC
194	24/10/1793	Antonio Gurjão	Cap.	HS	VAS
195	24/10/1793	Manoel Francisco Guimarães	Alferes	OR	VDP
196	26/10/1793	Thomaz Peixoto Pereira	Alferes	AR	VDP
196	26/10/1793	Manuel de Assunção	Alferes	AR	VDP
202	06/11/1793	Antonio Francisco da Silva	Sargento do Número	AR	VDP
203	07/11/1793	Alexandre José de Lapenha	Cap.	AR	VDP
206	12/11/1793	Manuel Eugênio das Chagas	Sargento do Número	AR	VDP
214	09/12/1793	Manoel Felix do Carmo da Silva Lisboa	Porta Bandeira	AR	VDP
214	14/12/1793	José Pereira de Castro Bezerra	Alferes	AR	VAS
215	16/12/1793	Antonio Pereira	Cap.	HS	VPC
220	07/01/1794	Antonio da Cunha	Alferes	AR	VDP
221	07/01/1794	Boaventura de Oliveira	Alferes	HS	VAS
230	13/03/1794	Luís Moreira Ramos	Sargento Supra	HS	...
232	27/03/1794	José Correa de Sá	Sargento do Número	HS	
232	04/04/1794	Joaquim Mendes Teixeira	Alferes	AR	VDP
233	05/04/1794	Luís da Silva Gomes de Barros Rego	Cap.	AR	VDP
246	02/05/1794	Manoel de Santiago Pereira	Alferes	OR	VAS
247	05/05/1794	José de Sá Pinto	Sargento Supra	AR	VDP
248	07/05/1794	Jorônimo de Sá Pinto	Cap.	AR	VDP
248	06/05/1794	Joaquim Manoel da Trindade	Cap.	AR	VDP
250	09/05/1794	Manoel da Costa Nunes	Cap. dos Privilegiados		VDP
270	23/07/1794	José Francisco Alves	Coronel de Conquista		VPC
272	06/08/1794	Luís Prestes de Melo	Alferes	AR	VDP
273	09/08/1794	Ângelo Justo Santiago	Alferes	AR	VDP
275	18/08/1794	Paulo Barboza dos Santos	Alferes dos reformados	AR	VDP
276	23/08/1794	Luís dos Santos Lins	Cap.	OR	VPC
281	02/10/1794	Ignácio Cardim de Oliveira	Sargento-mor Forasteiros		VPC
283	17/10/1794	Feliciano Cavalcante de Albuquerque e Melo	Cap.	OR	VPC
<b>P.p. 8 (1794-1797)</b>					
Fólio	Ano	Nome	Patente Conferida	CP	Vila

1v	22/10/1794	Manoel Felipe	Sargento do Número	AR	VAS
1v	22/10/1794	Pedro dos Santos de Alcantara	Porta Bandeira	AR	VAS
2	22/10/1794	Antonio dos Santos Neto	Sargento Supra	AR	VAS
5v	13/10/1794	Antonio Cavalcante de Melo	Sargento-mor dos Forasteiros	OR	VPC
8	06/11/1794	José Antonio dos Santos	Cap.	OR	VDP
15v	28/11/1794	José Ribeiro Guimarães	Tenente Coronel das Conquistas		VAS
16v	28/11/1794	João Pinto Alves Canabarro	Coronel das Conquistas		VPC
17	28/11/1794	Joaquim Pereira da Rosa	Comandante do novo reduto		
18	01/12/1794	Manoel Eugênio das Chagas	Cap. de Campo		VDP
33v	17/01/1795	Agostinho Cesar de Andrade e Melo	Mestre de Campo		VPC
34	17/01/1795	Antonio da Silva Lemos	Ajudante Supra	OR	VDP
34v	19/01/1795	João Alvares de Passos	Auxiliar do Número [?]	AR	VDP
35	20/01/1795	José do Rego Macedo	Cap. Mor	OR	VAS
38	03/02/1795	Agostinho da Silva	Cap. do Mato		VDP
44	28/02/1795	Ignácio Alves de Figueiredo	Alferes	OR	VAS
45	02/03/1795	Felix da Rocha do Amaral	Mestre de Campo Agregado	AR	VDP
49v	12/03/1795	José Ignácio de Gusmão	Cap. Mor dos Reformados		VPC
53	26/03/1795	Felipe de Mendonça Santiago	Cap.	AR	VDP
55v	31/03/1795	João de Souza Botelho	Cirurgião Mor	AR	VDP
56v	10/04/1795	José Gregório da Cruz	Cap. Mor	OR	VDP
78	17/06/1795	Manoel Antonio de Jesus	Alferes	OR	VPC
84v	04/07/1795	Angelo Custódio da Silva	Cap. de Campo		VDP
85	04/07/1795	Manoel José de Souza	Cap.	OR	VDP
85v	04/07/1795	Antonio Pereira da Silva	Cap.	OR	VDP
86v	10/07/1795	João Baptista Lemos	Sargento-mor	OR	VDP
88	13/07/1795	Francisco da Silva Costa	Comandante	OR	VAT
89	29/07/1795	Manoel Francisco Guimarães	Alferes Reformado	OR	VDP
91	04/08/1795	Manoel da Silva Lemos	Cap. das Ordenanças	OR	VDP
92	04/08/1795	Valério José dos Santos	Sargento-mor das Conquistas		VDP
92	05/08/1795	Antonio Joaquim Bezerra	Cap. Mor de Campo		VDP
96	04/09/1795	José Anastacio de Azevedo	Alferes	AR	VDP
96v	04/09/1795	Antonio do Rego Telles	Cap. reformado	AR	VAS
114	20/10/1795	Angelo Ferreira de Souza	Sargento Supra	AR	VDP
114v	22/10/1795	Antonio Barbosa	Sargento Supra		
125	02/12/1795	João Furtado de Mendonça	Alferes	OR	VPC
132	11/01/1796	Luciano Fernandes da Silva	Alferes	OR	VDP
133v	25/01/1796	Domingos Dias Moreira	Alferes	OR	VDP
148	30/04/1796	Gonçalo da Silva	Cap. dos Forasteiros		VDP
154	28/05/1796	Manoel Francisco Coelho	Cap.	OR	VPC
160	08/06/1796	Manoel Gomes Ribeiro	Porta Bandeira	AR	VDP
161	10/06/1796	José Antonio Gonçalves	Cap. reformado	AR	VDP
164	12/07/1796	Manoel da Silva Guimarães	Cap.	OR	VPC
167	20/07/1796	Pedro Correa Vieira	Cap.	OR	VAS
167v	20/07/1796	José Gomes Ribeiro	Cap.	AR	VDP
172v	23/08/1796	Julião dos Santos Furtado	Alferes	PG	PL
175	05/09/1796	Antonio Cavalcante de Melo	Comandante		VPC
179v	22/09/1796	Manoel Eugenio das Chagas	Alferes	AR	VDP
179v	22/09/1796	Manoel Grogório de Almeida	Sargento do Número	PG	VAT
181	23/09/1796	Luiz da Costa Queiroz	Porta Bandeira	HS	VDP
184	22/10/1796	João Patrício	Cap. de Campo	CP	VDP
206	13/12/1796	Sebastião José da Pociuncula	Sargento do Número	AR	VDP
216v	17/01/1797	Antonio Rodrigues de Medeiros	Comandante		VDP
217	19/01/1797	Salvador Rodrigues Salgado	Alferes	OR	VDP
227	01/04/1797	João Vieira de Sandres	Cap.	OR	VDP
228	03/04/1797	Manoel Vitorino da Silva	Alferes	OR	VDP
244	10/05/1797	Pedro Gonçalves de Barros	Cap.	OR	VDP
257	13/05/1797	Angelo da Fonseca	Sargento-mor	AR	VAS
258v	13/05/1797	Antonio Pereira Pinto	Ajudante	AR	VAS
260v	13/05/1797	Lourenço José Luiz Henrique	Sargento-mor	AR	VDP
267	13/05/1797	Luiz Pedro de Melo	Sargento-mor	AR	VDP

## P.p. 9 (1797-1798)

Fólio	Ano	Nome	Patente Conferida	CP	Vila
26	30/03/1797	Miguel Ferreira Less	Sargento do Número	AR	VDP
41v	26/06/1797	Manoel Gomes Ribeiro	Cap.	AR	VDP
44v	31/07/1797	Francisco José Friz	Cap.	OR	VAS
46	04/07/1797	Manoel Antonio de Santa Anna Ferreira	Sargento Supra		VDP
47	04/07/1797	José Antonio da Costa	Sargento-mor Agregado	OR	VDP
47v	04/07/1797	Francisco das Chagas Bezerra	Cap.	OR	VPC
73v	09/08/1797	Antonio Barboza	Sargento do Número	AR	VDP
79	22/08/1797	Ignácio Ferreira de Mello	Cap. Reformado	AR	VDP
88	06/09/1797	Manoel Francisco Malta	Sargento do Número	MI	VDP
88	06/09/1797	Antonio da Silva Maia	Porta Bandeira	MI	VDP
88v	06/09/1797	Felix da Rocha Cerqueira	Porta Bandeira	AR	VDP
107v	11/10/1797	Antonio Justiniano de Mello	Cap. Reformado	MI	VAS
118v	07/11/1797	Domingos gomes da Cunha	Porta Bandeira	HS	VAS
120	11/11/1797	Ignácio André	Alferes	MI	VAS
130	16/11/1797	Gonçalo Francisco de Araújo	Alferes	OR	VPC

132v	18/11/1797	Joaquim José Rodrigues	Alferes	HS	VDP
133	18/11/1797	Joaquim José Correia	Alferes	OR	VAS
133v	20/11/1797	Manoel Antonio Pereira Gomes	Porta Bandeira	HS	...
139v	13/12/1797	José Pereira de Castro Bezerra	Cap.	MI	VAS
148v	29/01/1798	Caetano Fagundes	Sargento do Número	AR	VDP
148v	29/01/1798	Manoel Luís das Chagas	Sargento Supra	AR	VDP
149	30/01/1798	Sebastião José da Porciúncula	Alferes	AR	VDP
149	29/01/1798	Antonio Rodrigues Pereira	Sargento do Número	HS	VDP
150v	30/01/1798	Antonio de Barros de Macedo Leite	Alferes	MI	VDP
152	06/02/1798	Gonçalo Domingos	Sargento Supra	AR	VDP
152v	07/02/1798	João Batista Passos	Cap.	OR	VDP
161	08/03/1798	Manoel Pereira dos Prazeres	Sargento Supra	AR	VDP
162v	14/03/1798	O preto Manoel Bras Rodrigues Noya	Cap. de Campo	CP	VDP
163	20/03/1798	Bartholomeu da Luz Salgueiro	Alferes	OR	VDP
163v	20/03/1798	Antônio Soares da Silva	Sargento do Número	OR	VDP
164	26/03/1798	Geraldo José Cunha	Ajudante	OR	VPC
165v	27/03/1798	Luís Ferreira de Souza	Sargento Supra	MI	VDP
167	31/03/1798	Serafim Pacheco Alves	Comandante	OR	VAS
168	03/04/1798	Francisco Henriques Pereira	Cap.	MI	VAS
173v	28/04/1798	Mathias Gançalves de Almeida	Sargento Supra	OR	VAS
175	02/05/1798	Prudente do Rozário	Sargento Supra	MI	VDP
191v	14/06/1798	Antonio José de Albuquerque	Alferes	OR	VAS
199	02/07/1798	José Joaquim de Santa Ana	Sargento Supra	OR	VDP
200	04/07/1798	Antonio Pinto da Silva Leitão	Alferes	OR	VAS
204	18/07/1798	José Alvares Noreira	Alferes	OR	VAS
204v	18/07/1798	Ignácio Xavier Bezerra	Cap.	OR	VDP
210	---	Francisco de Paula e Melo	Cap.	OR	VPC
221	06/09/1798	Luiz da Costa de Queiroz	Alferes	HS	VDP
221v	06/09/1798	Manoel Francisco da Silva	Cap. Agregado	OR	VDP
227	14/09/1798	Antonio dos Santos Castro	Cap.	OR	VDP
228	24/09/1798	José Antonio da Costa Júnior	Cap. Agregado	OR	VDP
236v	31/10/1798	José Duraens Sampayo	Alferes	OR	VDP
237	31/10/1798	Antonio Bezerra Dantas	Sargento Supra	OR	VDP
<b>P.p. 9a (1799)</b>					
<b>Fólio</b>	<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Patente Conferida</b>	<b>CP</b>	<b>Vila</b>
5v	18/02/1799	Miguel da Costa Nunes	Ajudante	OR	VDP
6v	25/02/1799	José Freitas de Mello	Cap.	OR	VDP
19	29/03/1799	Mathias Ferreira	Sargento do Número	H	...
21v	05/04/1799	Manoel Clemente de Vasconcelos	Comandante de Freguesia	OR	VAS
22v	05/04/1799	José de Sá Peixoto	Alferes	OR	VAS
34	22/04/1799	Manoel Vieira Dantas	Alferes	OR	VDP
34	21/04/1799	Joaquim de Souza Caldas	Sargento Supra	OR	VDP
34v	22/04/1799	Belchior de Barros Gonçalves	Alferes	OR	VDP
35	21/04/1799	Manoel Hipólito de Souza	Alferes	OR	VDP
40v	06/05/1799	Elias José da Silv Dinis	Cap. Comandante	PG	-
41	07/05/1799	Antonio José Pereira	Sargento do Número	OR	VDP
49v	15/05/1799	José de Medeiros de Bitanco	Tenente	MI	VAS
57	01/05/1799	Joaquim Soares de Araújo	Sargento Reformado	MI	VAS
86	15/05/1799	Manoel Alvarez Pereira de Castro	Cap.	MI	VAS
87	15/05/1799	Francisco Pereira de Castro	Cap.	MI	VAS
118v	15/05/1799	Manoel Felix de Eumena	Alferes	MI	VAS
119	15/05/1799	José Bento Francisco	Tenente	MI	VAS
119v	15/05/1799	Antonio Francisco Jorge de Oliveira	Tenente	MI	VAS
140	20/06/1799	Francisco Xavier de Mello	Alferes	OR	VDP
202v	01/08/1799	José da Silva Martins	Alferes	OR	VPC
207	15/05/1799	Francisco José da Cunha	Alferes	MI	VAS
221	15/05/1799	Francisco Bras Rumeiro	Tenente	MI	VAS
222	20/07/1799	Agostinho de Assumpção	Alferes	MI	VAS
222v	15/05/1799	Joaquim dos Santos Silva	Alferes	MI	VAS
224	09/08/1799	Antonio Rebelo Leite	Cap.	OR	VAS
229	16/08/1799	Manoel Antonio de Santana Ferreira	Cap.	MI	VDP
232	17/08/1799	Antonio Cavalcante de Mello	Comandante	OR	VPC
232v	17/08/1799	João Patrício	Cap. de Campo	OR	VDP
233	17/08/1799	Manuel Bezerra Rosa	Cap.	OR	VDP
234	19/08/1799	Antonio Rodrigues de Souza	Cap.	OR	VDP
240	22/08/1799	Manuel Pinto dos Santos	Ajudante	OR	VDP
240	22/08/1799	José de Oliveira Reis	Cap.	OR	VDP
244v	26/08/1799	Antonio José da Nova	Alferes	H	VPC
245v	26/08/1799	Antonio Cavalcante de Albuquerque Barreto	Cap.	OR	VPC
247	02/09/1799	Felipe da Cunha Lima	Cap.	OR	VAS
257v	05/09/1799	Emanuel Teixeira de Moraes	Sargento do Número	H	...
261	05/05/1799	Antonio da Silva do Canto	Cap.	OR	VPC
270v	15/05/1799	José de Mello	Alferes	MI	VAS
271	12/09/1799	Manoel Antonio de Araújo	Cap.	OR	VDP
275	12/09/1799	Luis Antonio de Oliveira	Sargento do Número	MI	VAS
275	12/09/1799	Manoel Ignácio de Mello	Ajudante	OR	VAS
278v	12/09/1799	Preto Manoel Braz Rodrigues Noia	Cap. de Campo	OR	VDP

282	14/09/1799	Francisco de Paula e Mello	Cap.	OR	VPC
157	25/06/1799	Manoel Ferreira de Sá	Alferes	OR	VAS
157v	26/06/1799	Manoel Coelho Lopes	Sargento do Número	OR	VAS
160	02/06/1799	José Martins da Fonseca	Cap.	OR	VAS
162v	02/06/1799	João Vieira de Albuquerque	Alferes	OR	VAS
178	15/05/1799	Joaquim Raimundo Barboza	Alferes	MI	VDP
178	11/07/1799	Manoel Pinto dos Santos	Sargento do Número	OR	VDP
282v	14/09/1799	Feliciano Cavalcante de Albuquerque e Mello	Cap.	OR	VPC
<b>P.p. 10 (1799)</b>					
Fólio	Ano	Nome	Patente Conferida	CP	Vila
1	08/09/1799	Agostinho Francisco Dias	Cap.	OR	VAS
1v	00/09/1799	José Ignácio de Lima	Cap. Mor	OR	VPC
	16/09/1799	Amador de Queiroz Coutinho	Cap.	OR	VPC
	16/09/1799	Manoel Ferreira Madeira	Cap.	OR	VDP
3	07/09/1799	Manoel de Jesus Barboza	Cap.	MI	VDP
3v	07/09/1799	Joaquim Raymundo de Santana	Tenente	MI	VDP
11v	23/09/1799	José Francisco Leitão	Cap.	OR	VAS
12		Teodosio Antonio de Araujo	Cap. de Campo	CP	VDP
16v	25/09/1799	Agostinho da Silva	Cap. do Mato	CP	VDP
21v	01/10/1799	Antonio Pereira da Silva	Cap.	OR	VDP
22v	15/05/1799	Vicente Ferreira da Costa	Tenente	MI	VAS
29v	07/09/1799	Luiz José de Barros Leite	Cap.	MI	VDP
30v	15/05/1799	Domingos Correa de Amorim	Alferes	MI	VAS
31	15/05/1799	Manoel Leandro dos Santos	Alferes	MI	VAS
31	15/05/1799	Afonso de Albuquerque Maranhão	Tenente	MI	VAS
32v	08/10/1799	José Felix de Araújo	Comandante		VAS
35	07/09/1799	Antonio de Sobral Pinto	Alferes	MI	VDP
39v	07/09/1799	Joaquim Mendes Teixeira	Cap.	MI	VDP
42v	13/10/1799	José Fidelis de Albuquerque e Melo	Cap.	OR	VPC
43v	13/10/1799	Manoel da Silva Guimarães	Cap.	OR	VPC
62v	06/11/1799	Manoel Pinheiro Dantas	Alferes	MI	VDP
63	07/11/1799	Antonio da Silva Maia	Quartel Mestre	MI	VDP
63v-64	07/11/1799	Manoel Lourenço de Piza	Tenente	MI	VDP
64v	07/11/1799	Manoel da Silva Valame	Tenente	MI	VDP
65	08/11/1799	Manoel Francisco Malta	Tenente	MI	VDP
65v	08/11/1799	José Marcelino	Cap.	MI	VDP
66	09/11/1799	Manoel da Costa Campos	Furriel	MI	VDP
77	26/11/1799	Antonio Ferreira	Alferes	MI	VDP
77v	27/11/1799	Antonio José de Lima	Sargento-mor	OR	VPC
78v	27/11/1799	José Gregório Martins	Alferes	MI	VDP
85v	03/12/1799	Felipe da Cunha Lima	Comandante	OR	VAS
86	06/12/1799	Antonio de Barros de Macedo Leite	Cap.	MI	VDP
86v	06/12/1799	Jeronimo Craveiro de Barros Leite	Cap.	MI	VDP
87	06/12/1799	Manoel de Jesus Barros Leite	Tenente	MI	VDP
87v	06/12/1799	Antonio José dos Santos	Cap. Reformado	MI	VDP
88	07/12/1799	Ancelmo Laureano	Tenente	MI	VDP
90	09/12/1799	Luiz Prestes de Mello	Tenente	MI	VDP
97v	20/12/1799	José Velozo de Vasconcelos	Cap.	OR	VPC
98v	03/01/1800	Antonio José de Vasconcelos	Cap. Mor	OR	VRP
101v	20/01/1800	João Baaptista de Oliveira	Alferes	MI	VDP
104-104v	31/01/1800	José Anastácio de Azevedo	Tenente	MI	VDP
114v	15/02/1800	Antonio Luis	Tambor Mor	MI	VDP
116v	20/02/1800	José Antonio Chaves	Tambor Mor	MI	VDP
117v	06/12/1799	Manoel Luis das Chagas	Alferes	MI	VDP
117v-118	06/12/1799	João Bezerra Lima	Alferes	MI	VDP
118	26/02/1800	Antonio Victorino da Rocha	Alferes	OR	VDP
118v	27/02/1800	Manoel Rezario da Silva	Porta Bandeira	MI	VDP
119	27/02/1800	Francisco Joaquim Portugal	Porta Bandeira	MI	VDP
120	17/12/1799	Felix da Rocha Cerqueira	Tenente	MI	VDP
121	05/12/1799	Joaquim Antonio de Nascimento	Tenente	MI	VDP
120v	04/03/1800	Luis de França Barboza	1ª Sargento	MI	VDP
120v-121	10/12/1800	Manoel Felix da Cruz da Silva Lisboa	Tenente	MI	VDP
124v	10/03/1800	Francisco José de Lima	Cap.	OR	VPC
129v	14/03/1800	Joaquim Felix de Santana Souza	Sargento Supra	MI	VDP
131	17/03/1800	José Joaquim de Santana	Alferes	MI	VDP
136v	15/01/1800	Manoel José de Santana	Cap.	MI	VDP
137v	16/04/1800	Alexandre José do Nascimento	Tambor Mor	MI	VAS
138	16/04/1800	Dionizio Francisco Borges	Furriel	H	VDP
138v	16/04/1800	Feliciano Martins	Furriel	MI	VDP
139v-140	02/01/1800	Manoel Francisco Xavier	Quartel Mestre	MI	VDP
143v	02/01/1800	Gonçalo Dias de França	Alferes	MI	VDP
143v	02/01/1800	Antonio Soares de Barros	Alferes	MI	VDP
144	04/04/1800	Antonio da Costa de Campos Junior	2º Sargento	MI	VDP
146v-147	03/11/1800	Francisco José Borges	Tenente	MI	VDP
147	05/05/1800	Manoel Rodrigues da Costa	Alferes	MI	VDP
148	07/05/1800	Francisco Lopes de Araújo	Escrivão Ajudante	CM	CAL
148v	09/05/1800	Francisco José de Souza Machado	Cap.	MI	VDP

153	28/05/1800	José Inácio de Santa Ana	Tenente	MI	VDP
156v	10/03/1800	Joaquim José Rodrigues de Caldas	Escrivão	CM	CAL
157	14/06/1800	Manoel Pereira de Azevedo Farjando [?]	Tesoureiro		CAL
158	05/01/1800	João Euzébio da Assumpção	Cap.	MI	VDP
159v	25/06/1800	João Carlos Seixas	Alferes	MI	VDP
162	28/06/1800	José Alves Tajal	Tenente	MI	VDP
163v	30/06/1800	Antonio Martins Baião	2ª Sargento	MI	VDP
163v	30/06/1800	José Gonçalves Pereira	Furriel	MI	VDP
164	30/06/1800	Luis Manoel da Costa	Porta Bandeira		VDP
165v	03/07/1800	Joaquim Furtunado de Santa Ana	Furriel	MI	VDP
167v-168	08/07/1800	Antonio José da Correa	Furriel	MI	VAS
168v	08/07/1800	José Fernandes de Lima	Furriel	MI	VAS
169v-170	15/07/1800	Silvestre Pereira do Bomfim	Furriel	MI	VAS
179	08/08/1800	Manoel Antonio de Araújo	Sargento-mor	OR	VRP
179v	00/08/1800	Jeronimo da Costa Guizado	Cap.	OR	VRP
180	08/08/1800	Antonio Fernandes Simões	Cap.	OR	VRP
181	09/08/1800	Sebastião Correa Mota	Tenente	MI	VAS
180	08/08/1800	Antonio Fernandes Simões	Cap.	OR	VRP
182-182v	14/08/1800	José Filipe Santiago	Alferes	MI	VAS
184v	18/08/1800	Antonio da Silva Lemos	Comandante	OR	VDP
197v-198		Angelo Justo de Santiago	Alferes (reforma)	MI	VDP
200v-201	12/09/1800	João de Vasconcelos	Cap.	OR	VRP
201-201v	04/09/1800	Luciano Fernandes da Silva	Cap.	OR	VRP
214v-216	19/09/1800	José Francisco de Souza	Cap.	OR	VRP
216-216v	18/09/1800	Antonio dos Santos de Oliveira	Cap.	OR	VRP
223	26/09/1800	André da Costa Nunes	Ajudante Supra	OR	VDP
226	02/10/1800	Sebastião de Araújo Passos	Alferes	MI	VDP
226v	03/10/1800	Domingos José da Silva	Furriel	MI	VAS
230v-231	05/02/1800	Joaquim José Gomes Teixeira	Tenente	MI	VDP
232v-233	13/10/1800	Ignácio Achioli de Vasconcelos	Cap.	MI	VAS
235v-236	21/10/1800	Ignácio Xavier Ferreira	Cap.	OR	VDP
240-240v	23/10/1800	Antonio Rodrigues Logueiros [?]	Furriel	MI	VAS
240v-241	23/10/1800	Joaquim da Silva Neves	Quartel Mestre	MI	VAS
244	04/11/1800	Pedro de Alcantara dos Santos	2ª Sargento	MI	VAS
244-244v	04/11/1800	Antonio Francisco Netto	Sargento Supra	MI	VAS
251-251v	17/11/1800	Pantaleão Pereira	Sargento do Número	MI	VDP
254v-255	22/11/1800	Roberto de M. Soares	Tenente	MI	VDP
255v-256	22/11/1800	Joaquim Felix de Santa Ana	Alferes	MI	VDP
256v	22/11/1800	Antonio de Araújo Medeiros	Sargento do Número	MI	VAS
256v-257	22/11/1800	Antonio Bento	Cabo de Esquadra	MI	VDP
257v	24/11/1800	André Moreira da Costa	Tenente	MI	VDP
272-272v	26/01/1801	Manoel de Jesus de Barros Leite	Cap.	MI	VDP
285v	02/03/1801	Agostinho Duarte Viana	Cap.	OR	VPC
287v	04/03/1801	Pedro de Albuquerque Maranhão	Tenente		VAS

## Abreviaturas

AL	-	Alagoas	VDP	-	Vila de Penedo
CAL	-	Comarca de Alagoas	VPC	-	Vila de Porto Calvo
CPE	-	Comarca de Pernambuco	VRP	-	Vila Real de São José do Poxim
PL	-	Palmares	AR	-	Auxiliar
VAS	-	Vila de Alagoas do Sul	C.M.	-	Conservadoria das Matas
VAT	-	Vila de Atalaia	Cap.	-	Capitão
Cia.	-	Companhia	OR	-	Ordenança
CP	-	Homem de Campo	PG	-	Tropa Regular
EM	-	Entradas	RC	-	Regimento de Cavalaria
AR	-	Auxiliar	TP	-	Terço Auxiliar de Homens Pardos
HS	-	Henriques	HS	-	Henriques
MI	-	Milícia			

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

#### Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

“Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reais, augmento que estes tem tido [...]. [...] desde o ano de 1774 emq eu tomou posse do Governo das mesmas Capitancias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes”. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XL, 1918.

“Informação Geral da Capitania de Pernambuco”, 1749. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII.

“Mappa Geral dos Fogos, Filhos, Filhas, Clérigos, Pardos, Forros, Agregados, Escravos, Escravas, Capelas, Almas, Freguesias, Curatos e Vigários; com declaração do que pertence a cada termo, total de cada comarca, e geral de todas as capitancias de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande e Siará; extraído no estado em que se achava no anno de 1762 para 1763; sendo Governador e Capitam General das sobreditas capitancias Luiz Diogo Lobo da Silva”. 8 pranchas, Mss. B.N.R.J. Cod.3.1.38

CAPITANIARUM de Phernambuca, Itamaraca, Paraiba, et Rio Grande noua delineatio. [S.l.: s.n.], [1650?]. 1 mapa, 45 x 56cm em f. 47,6 x 58,7. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart529239/cart529239.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart529239/cart529239.jpg)>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MARTINHO, Nicolao. **Mappa tipografico dos portos, e costa da Bahia de todos os Santos, Olinda e Pernambuco.** [S.l.: s.n.], 1776. 1 mapa ms, col., tinta ferrogálica e nanguim, 51 x 1,59. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart309964/cart309964.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309964/cart309964.pdf)>. Acesso em: 22 de jul. 2017.

SANTANA, Anastácio de. **Guia de caminhantes.** [S.l.: s.n.], Anno 1817. 1 atlas ms. (14 f., 13 mapas), aquarelado, desenho a nanquim preto e vermelho, 53 x 75. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart325616/cart325616.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.pdf)>.

MONTANUS, Arnoldus. **De Nieuwe en Onbekende wereld:** of Beschryvir van America en' t Zuidland, Vervatende d'orsprong der Americanenen en Zuid-landers gedenkwaardige togten derwaerds Gelegendheid der vaste kusten, Eilnaden, staden ... Amsterdam [Holanda]: Jacob Meurs, 1671. 5p.(incl. front.), 585p., 12f., 31f. de estampas, il., ret., 16 mapas (dobrados). Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon275233/icon275233.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon275233/icon275233.pdf)>. Acesso em: 28 de jul. 2017.



### **Arquivo Público de Alagoas (APA)**

Cx. 1511;

Cx. 1742.

Cx. 1438, Ofícios de Miguel Vasconcelos, Poxim, 1821.

Cx. 1438, Ofícios do capitão de milícias e comandante das ordenanças, Alagoas, 1820.

### **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)**

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Livro de Matrícula da 10ª Companhia do Regimento Miliciano. 1779. 100F. Documento 00055, Caixa 2, Pacote 1, Doc. 21.

### **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)**

Coleção Patentes Provinciais, 10 vols., 1773-1801.

### **Biblioteca Nacional do Brasil**

Coleção Documentos Históricos, vol. 85.

### **Arquivo Histórico Ultramarino**

#### **Avulsos/Alagoas**

Carta de Filipe José Stockler a servir de secretário do Conselho Ultramarino ao rei [D. João VI] sobre os requerimentos de José da Silva Lemos, Luís Gonçalves Simões e de Caetano José de Araújo, em que pedem confirmação de carta patente do posto, respectivamente, de alferes da ordenança da vila do Penedo, alferes da 1ª Companhia do

Regimento de Infantaria de Milícias da mesma vila, e alferes da Companhia de Caçadores do Regimento de Infantaria de Milícias da vila de Alagoas. Lisboa, 20 de janeiro de 1822. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 5, Doc. 501.

Carta do capitão-mor da vila do Penedo Leandro Dantas Barbosa ao rei [D. José] sobre a criação da dita vila e colocação nela de capitão-mor face aos invasores estrangeiros, pelo que solicita não ter atendimento a carta do ouvidor-geral de Alagoas António José Pereira Barroso acerca da conveniência em criar o posto de Capitão-mor de Alagoas ficando os outros capitães-mor da comarca a ele sujeitos. Vila de Penedo, 15 de janeiro de 1751. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 136.

Carta do governador e capitão-general de Pernambuco, D. Manuel Rolim de Moura, ao rei [D. João V] em resposta à provisão com ordem para, ouvindo o ouvidor de Alagoas, informar sobre a queixa do capitão-mor dos índios da aldeia de Santo Amaro do termo da vila de Alagoas, Miguel Correia Dantas, contra D. Catarina de Araújo e seu filho o padre António Correia Pais

relativa à posse de meia légua de terra em que está situada a aldeia. 19 de julho de 1726. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Doc. 38.

Carta do Simão Martins e Vasconcelos ao rei [D. José] sobre a guarnição e capela do arraial de Nossa Senhora das Brotas e presídio do Palmar. Arraial de Nossa Senhora das Brotas, 15 de maio de 1755. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 149.

Carta do vigário da igreja matriz da freguesia de Santa Luzia de Alagoa do Norte Jerónimo de Brito Bezerra ao rei [D. José] sobre a necessidade de construção de fortalezas nas enseadas para defesa das barras contra os navios estrangeiros, a falta de bens e endividamento dos moradores e dos senhores de engenhos, e solicita esmola e paramentos para acudir à reedificação da igreja, envio de um navio de mercadorias para trocar pelos efeitos da terra, licença para mandar embarcação a Angola ou Costa da Mina para comprar escravos. 12 de março de 1770. Cx. 3, Doc. 195.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. José] sobre o requerimento do vigário da igreja de Alagoas, Bispado de Pernambuco, padre Veríssimo Rodrigues Rangel em que pede se lhe dê pela Fazenda Real quantia anual para poder ter canoa com remadores e um cavalo para poder com prontidão administrar os sacramentos. Lisboa, 11 de agosto de 1759. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Doc. 170.

Informação do [Conselho Ultramarino] sobre os serviços do capitão Miguel da Cunha Leite em Alagoas, como juiz dos Órfãos, escrivão da câmara, juiz ordinário e capitão da infantaria da ordenança, tendo entrado no Palmar, acudir à fortificação do porto dos franceses e reedificação da igreja matriz da dita vila. Lisboa, 1680. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Doc. 1.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre a distribuição racial da população da Capitania de Pernambuco, prevalecendo o número de pardos e pretos e a desorganização em que se encontram os diversos Regimentos de milícias, precisando de autorização real para compor e reorganizar os ditos regimentos. Recife, 24 de março de 1806. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 259, Doc. 17405.

Ofício do ouvidor-geral de Alagoas bacharel Francisco Manuel de Sousa Costa ao [governador e capitão-general de Pernambuco Manuel da Cunha e Meneses] sobre o exame e devassa que fez acerca da arribada à barra de Coroípe de um navio holandês chamado Princesa do Brasil, de que é proprietário João Manuel da cidade de Amesterdão, capitão o holandês Jacob Blawn, fretado por Domingos Luís da Costa para a Costa da Mina. Barra de Coruripe, 12 de outubro de 1770. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 199.

Ofício do ouvidor-geral de Alagoas Francisco Nunes da Costa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro] sobre a apreensão de caixas de açúcar a Diogo Francisco dos Santos proprietário do navio Novo, feito na Barra Grande, e o contrabando de caixas de açúcar da ilha de São Aleixo e de Una para a Bahia. Porto de Pedras, 28 de abril de 1778. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 220.

Ofício do ouvidor-geral de Alagoas Francisco Nunes da Costa ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro] sobre a visita e apreensão de caixas de açúcar à sumaca invocada Nossa Senhora do Rosário, Flor de São Miguel, mestre José Gonçalves,

proprietário um comerciante da Bahia, entrada no porto da Barra Grande, e a outras duas com despachos da Bahia, fundeadas no porto de Santo António Grande, uma de que é mestre António Dias Santiago, proprietário Jácomo Rumachi D'ella Praça, outra de que é mestre Inácio Vicente Fernandes, proprietário José ou Fulano de Araújo; e o arrombamento e roubo que fizeram da casa do depósito onde se guardavam as caixas e apetrechos apreendidos. Porto de Pedras, 5 de maio de 1779. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 221.

Requerimento de António José Correia ao príncipe regente [D. João] a pedir confirmação da carta patente do posto de Alferes da 10ª Companhia de Caçadores do Regimento de Milícias da vila de Alagoas, de que é coronel José Pereira Castro, que se acha vago por morte de António Francisco Neto. Vila de Alagoas, 20 de fevereiro de 1805. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 4, Doc. 404.

Requerimento de José António Ferreira da Costa à rainha [D. Maria I] a pedir confirmação da carta patente do posto de Mestre de Campo do novo Terço de Infantaria Auxiliar formado na vila do Penedo. 8 de julho de 1778. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 218.

Requerimento de José Carlos Pereira Campos à rainha [D. Maria I] a pedir confirmação da carta patente do posto de Capitão de Infantaria da ordenança da classe dos Pardos da companhia formada na Praia, vila do Penedo, que compreende da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Curuipe, de que é capitão-mor André de Lemos Ribeiro. Vila de Penedo, 8 de julho de 1794. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, Doc. 243.

Requerimento de José Inácio de Santana ao príncipe regente [D. João] a pedir aviso de lapso de tempo para confirmação da carta patente do posto de Tenente da 10ª Companhia de Caçadores do Regimento de Milícias dos Homens Pardos da vila do Penedo, de que é coronel Martinho Pereira Alves. Vila de Penedo, 19 de agosto de 1806. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 6, Doc. 439.

Requerimento de Manuel de Jesus Barbosa ao príncipe regente [D. João] a pedir confirmação da carta patente do posto de Capitão da 10ª Companhia de Caçadores do Regimento de Milícias dos Homens Pardos da vila do Penedo, de que é coronel Martinho Pereira Álvares. Vila de Penedo, 15 de maio de 1802. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 4, Doc. 331.

Requerimento do cabo de esquadra da 6ª Companhia dos Homens Pardos Auxiliares, Manuel Gonçalves Medina, morador na vila de Alagoas, ao príncipe regente [D. João] a pedir ordem para regressar livremente a sua casa e companhia dos pais devido à ordem de prisão dada pelo ouvidor-geral de Alagoas por apreensão de canoa de Inácio da Costa quando acudiu com a sua companhia à entrada de corsário francês na barra de Jaragoá. Vila de Alagoas, 2 de maio de 1800. Cx. 4, Doc. 285.

Requerimento do cabo de esquadra da 6ª Companhia dos Homens Pardos Auxiliares, Manuel Gonçalves Medina, morador na vila de Alagoas, ao príncipe regente [D. João] a pedir ordem para regressar livremente a sua casa e companhia dos pais devido à ordem de prisão dada pelo ouvidor-geral de Alagoas por apreensão de canoa de Inácio da Costa quando acudiu com a sua companhia à entrada de corsário francês na barra de Jaragoá. 2 de maio de 1800. Cx. 4, Doc. 285.

Requerimento do coronel Garcia de Ávila ao rei [D. João V] a pedir ordem ao dr. António Rebelo Leite, nomeado ouvidor-geral de Alagoas, para lhe restituir as terras da ilha do Pambu

e outras adjudicadas às aldeias dos índios, 6 de abril de 1729. AHU, Alagoas Avulsos, AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Doc. 54.

### **Avulsos/Pernambuco**

Carta do [governador da Capitania de Pernambuco, conde dos Arcos], D. Marcos José de Noronha e Brito, ao rei [D. João V], remetendo a relação das Companhias de Ordenanças e de Auxiliares de todos os distritos desta capitania. Recife, 26 de abril de 1746. AHU, Pernambuco Avulso, Cx. 63, Doc. 5.373.

Carta do [governador da Capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], sobre a extinção dos postos de tenente-coronel dos Regimentos de Ordenança e de comissário-geral da Cavalaria. Recife, 17 de maio de 1729. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 38, Doc. 3.428.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, acerca da inutilidade do presídio de Jaguaribe devido ao povoamento da área. Lisboa, 24 de setembro de 1706. Pernambuco Avulsos, Cx. 22, Doc. 2.024.

Informação do [Conselho Ultramarino] sobre os serviços do capitão Miguel da Cunha Leite, desde 1640 até 1674, nas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, 1674. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 10, Doc. 1021.

Mapa geral das tropas, constando o número de Companhias e de praças dos Regimentos de Infantaria Paga, de Artilharia, dos Terços Auxiliares, do Terço de Henriques, dos Corpos das Ordenanças, dos Regimentos de Pé e a Cavalo e do Regimento dos Homens Pardos de Olinda, Recife, Igarapu, Goiana, Itamaracá, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas, Penedo, Barra do Rio de São Francisco do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. 1800. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 222, Doc. 15.070.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa da população, referente ao ano de 1788, e justificando a demora do envio devido as dificuldades do Bispado em repassar as informações, por causa da distância e falta de recursos. 31 de outubro de 1791. Cx. 178, Doc. 12.472.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas e relações referentes à conduta dos oficiais dos Regimentos do Recife, de Olinda, e do Corpo de Artilharia, das Fortalezas, dos oficiais reformados e o estado das tropas pagas. Recife, 4 de abril de 1791. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 176, Doc. 12.342.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, a João de Barros Braga, sobre proposta para o comando do Terço de Auxiliares, criados por ordem real nos portos do mar. Recife, 29 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4.682.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [Secretario de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o número de habitantes da dita capitania e suas anexas, enviando relações incompletas devido à demora em se conseguir juntar as informações de cada capitania. 10 de outubro de 1775. Cx. 120, Doc. 9.193.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando o mapa da enumeração dos povos da Capitania de Pernambuco. 25 de setembro de 1782. Cx. 145, Doc. 10.638.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa das Companhias que guarnecem o arraial de Palmares, as capitanias da Paraíba, do Rio Grande e do Ceará e informando o estado decadente em que se encontra toda aquela tropa devido a falta de capitães e oficiais. Recife, 9 de dezembro de 1775. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 121, Doc. 9.238.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o cumprimento das ordens reais para se preparar o envio dos batalhões de Henriques e Pardos para o Rio de Janeiro, agradecendo pela supressão da referida ordem por ver o povo aflito com a remessa destes recrutas, e por estes não se acharem capazes de cumprir com êxito a finalidade a que se destinavam. Recife, 10 de outubro de 1775. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 120, Doc. 9204.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre se remeter ao Rio de Janeiro um batalhão de Henriques e outro de Pardos com seiscentos homens cada, a serem entregues ao vice-rei e capitão general do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas]. Recife, 20 de julho de 1775. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 120, Doc. 9177.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os batalhões dos Henriques e dos Pardos que iriam ao Rio de Janeiro, mas que, por ordem real, permaneceram na dita capitania para serem utilizados em sua defesa. Recife, 10 de outubro de 1775. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 120, Doc. 9200.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o reaproveitamento dos mantimentos destinados à viagem que os Regimentos de Henriques e Pardos fariam ao Rio de Janeiro. Recife, 6 de março de 1776. AHU, Pernambuco Avulsos. Cx. 122, Doc. 9291.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre o reaproveitamento dos mantimentos destinados a viagem que os Regimentos de Henriques e Pardos fariam ao Rio de Janeiro. Recife, 6 de março de 1776. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 122, Doc. 9301.

Ofício do [governador da Capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo os mapas demonstrativos das forças militares daquela capitania. AHU. Recife, 22 de fevereiro de 1759. Pernambuco Avulsos, Cx. 88, Doc. 7.184.

Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o alistamento dos praças para os Terços Auxiliares dos Homens Pardos e Pretos, dos Brancos e da Cavalaria. Recife, 13 de abril de 1782. AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 144, Doc. 10544.

Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre a distribuição racial da população da capitania de Pernambuco, prevalecendo o número de pardos e pretos e a desorganização em que se encontram os diversos Regimentos de milícias, precisando de autorização real para compor e reorganizar os ditos regimentos. Recife, 24 de março de 1806. AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 259, Doc. 17405.

Portaria do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando que se encarregue ao capitão que foi do Terço dos Moços Solteiros da freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, Manoel Lopes Santiago Correia, uma das Companhias do Terço Novo de Auxiliares do Recife, criado por ordem real nos portos do mar. Recife, 2 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4.666.

Portaria do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando que se encarregue ao capitão de granadeiros reformado da Ordenança do Recife, Domingos Ribeiro de Carvalho, uma das Companhia de Granadeiros do Terço de Auxiliares do Recife, criado por ordem real nos portos do mar. Recife, 2 de agosto de 1739. Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4.668.

Portaria do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando que se encarregue ao capitão que era da Ordenança da Olinda, Jorge Correia de Miranda, uma das Companhias do Terço dos Auxiliares do Recife, criado por ordem real nos portos do mar. Recife, 2 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 54, Doc. 4.671.

Portaria do governador da Capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire [de Andrada], ordenando ao capitão reformado das Ordenanças de Goiana, Jerônimo da Veiga, que se encarregue de uma das Companhias do Terço de Auxiliares de Itamaracá, criada por ordem real nos portos do mar. Recife, 26 de agosto de 1739. AHU, Pernambuco, Cx. 54, Doc. 4.676.

Provisão (cópia) do rei [D. João V] ordenando ao governador da Capitania de Pernambuco, [Henrique Luís Pereira Freire de Andrada], que evite a multiplicidade dos postos militares e determinando a criação de Terço de auxiliares nos postos de mar. Lisboa, 21 de abril de 1738. Pernambuco Avulsos, Cx. 53, Doc. 4.657.

Provisão (minuta) do rei [D. José I] ordenando ao governador da Capitania de Pernambuco, [Luís José Correia de Sá], que se declare o número de oficiais e tropas auxiliares existentes naquele distrito e também os portos de mar que necessitam de assistência. Lisboa, 13 de setembro de 1753. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 75, Doc. 6.262.

## **Cartografia**

Planta e explicação das enseadas de Jaraguá e Pajuçara, [Por] Lemos. 1757. 1 carta ms.: colo., desenho a tinta ferrogálica; 65,7 x 97,8mm. Arquivo Histórico Ultramarino, CARTm, 015, Doc. 0905.

### **Códices**

REGISTO de cartas régias, avisos e provisões para o governador e mais entidades da Capitania de Pernambuco, 1756-1780. AHU, cód. 583, fl. 163v-164v; fls. 171-172.

Mapa dos Regimentos de Infantaria, Corpo de Artilharia, Fortalezas, Regimentos de Auxiliares de Cavalo, Terços de pé e Ordenanças de Pernambuco. 1768. Cód. 2.164, fl. 2.

### **BIBLIOGRAFIA**

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos:** aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto:** normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ANTUNES, Cátia. **Lisboa e Amsterdão, 1640-1705.** Um caso de Globalização na História Moderna. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

AZEVEDO, Anna Elizabeth Lago. **O diretório pombalino em Pernambuco.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

AZEVEDO, José Ferreira de. **Formação sócio-econômica de Alagoas.** O período holandês (1630-1654). São Paulo, 2002 Tese (Doutorado) FFLCH/USP.

BACELLAR, Carlos Almeida. “Para conhecer os súditos d’El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil”. In: *Revista Estudos Amazônicos*, vol. IX, 2013, pp. 32-57.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vida colonial:** Sorocaba, século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca:** a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial Pernambucana (XVIII). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

BICALHO, Maira Fernanda; FRAGOSO, João & GOUVEIA, Maira de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos:** a Dinâmica Imperial Portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. *In: almanack brasiliense*, nº 02, novembro, 2005, pp. 21-34.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português”. *In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 85-105.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>

BOUDON, Raymond (dir.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio sobre Poder e Administração (Séculos XVII-XVIII)**. Maceió: Cepal, 2010.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Das partes sul a Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII)**. Maceió: Viva Editora, 2015.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. “Poder, administração e construções de identidades coloniais em Alagoas (séculos XVII-XVIII)” *In: Revista Ultramares*, nº 2, vol. 1, ago-dez, 2012.

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e análise de textos”. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Hebe. “História Social”. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 45-59.



CAVALCANTI, Alessandra Figueiredo. Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco: séculos XVII e XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

COSTA, Ana Paula Pereira. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. In: *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 42, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 560-581.

COSTA, Ana Paula Pereira. “Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos corpos de ordenanças em Minas colonial”. In: *Revista de História Regional*, 11 (2): 109-162, 2006.

COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COTTA, Francis Albert. **Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

COTTA, Francis Albert. O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa. Trabalho apresentado no Congresso Internacional “O espaço atlântico do antigo regime: poderes e sociedades”, na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2005.

CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. **Além do acidente pardo**: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CRUZ, Ariane Carvalho da. **Militares e militarização no Reino de Angola**: Patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

CRUZ, Miguel Dantas. “A militarização do território no Brasil meridional (c. 1766-1800)”. In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em terras lusas**: conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, pp. 105-136.

CUNHA, Mafalda Soares; FERREIRA, Roberto Guedes. “Guerra e assuntos militares”. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp. 237-267.

CURVELO, Arthur Santos de Carvalho. **O senado da câmara de Alagoas do Sul**: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

DANTAS, Mariana L. R. “Em benefício do bem comum”: esquadras de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Júnia. (orgs.) Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, século XVII-XIX. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 251-272.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. vol. 1. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 241-258.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e governabilidade no Império. In: *Penélope*, nº 23, 2000, pp.67-88.

FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga** – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, José Eudes. **As Milícias d’El Rey**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político, Portugal século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLLINGSWORTH, Thomas H. “Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo”. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo: novos umbrais, 1977, pp. 23-39.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII: Vitória da Conquista, Edições UESB, 2012.

IZECKSON, Vitor. “Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**. vol. 3 (c. 1720-c. 1821), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 483-521.

JESUS, Nauk Maria de. “Com capacidade e suficiência para exercer a dita ocupação”: notas de pesquisa sobre os capitães-do-mato na Capitania de Mato Grosso’. In: Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime Português: séculos XVI-XVIII, Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014, pp. 198-210.

JÚNIOR, José Inaldo Chaves. **As Capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió, a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “A população do Brasil Colonial”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina Colonial. vol. II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 311-338.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “Sistemas demográficos no Brasil do século XIX”. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 193-207.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo: novos umbrais, 1977.

MARQUES, Dimas Bezerra. “Por meus méritos às minhas mercês: Elites locais e a distribuição de cargos (Comarca de Alagoas – século XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Alagoas Colonial**: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. universitária da UFPE, 2012, pp. 87-126.

MARQUES, Dimas Bezerra. **Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê**: A influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

MATOS, Paulo Teodoro de; SILVEIRA e SOUZA, Paulo. “A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820”. In: *Memórias - Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe*, nº. 25, enero-abril, 2015, pp. 72-103, Universidad del Norte Barranquilla, Colombia.

MATOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal e Educação e Cultura, 1978.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “Forças militares no Brasil Colonial”. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e Defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudo de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 105-117.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**. Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: O imaginário da restauração pernambucana. 3 eds. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/ Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MENDES, Laura Peraza. **O serviço de armas nas guerras contra Palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MÉRO, Ernani. **Penedo: templos, ordens e confrarias**. Maceió: SERRGASA, 1991.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Leiden, Leiden (Holanda), 2011.

MIRANDA, Bruno. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da Capitania de Pernambuco – 1654-1701)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MOREIRA, Luiz Guilherme S. **Navegar, Lutar e Pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scadaferri. **Os oficiais superiores e inferiores da tropa paga (ou 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro, 1640-1652: Lógica social, circulação e a governança da terra**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

NOGUEIRA, Shiley Maria Silva. **“A soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. “Cor da pele, distinção e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”. *In: Tempo*, 30, julho, 2010, pp. 115-145.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PEREIRA, Levy. “O Caminho do Conde: Notas e comentários baseados no georreferenciamento do mapa Brasília qua parte de Georg Marcgrave no Google Earth.” [Versão 1.0]. Disponível em: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa.

POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudo de história militar na Idade Moderna.** São Leopoldo: Oikos, 2012.

POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da guerra: a vida na colônia do Sacramento (1715-1735).** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

ROCHA, Rafael Ale. **A elite militar no Estado do Maranhão: Poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português.** São Paulo: Editora Unesp, 2014

RUSSEL-WOOD. A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANTOS, Everton Rosendo dos. “Notas sobre os corpos auxiliares e de ordenanças no Sul pernambucano: Historiografia, abordagens e a pauta militar na comunicação entre as vilas da Comarca das Alagoas e o Conselho Ultramarino (1680-1807)”. *In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Op. cit., 2015, pp. 151-179.*

SANTOS, Gustavo Mendonça dos. **Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII (1750-1800).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart, B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. “Tradição e reforma na organização política-administrativa do espaço, Portugal, finais do século XVIII”. *In: JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Huncitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, pp. 297-318.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel. “O quadro espacial”. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Quarto volume – O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. **Entre a defesa e a ordem**: os corpos militares da paraíba na trama da subordinação à Capitania de Pernambuco (1755-1799). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei. “A plebe do açúcar: a população livre na retomada da jurisdição portuguesa na Capitania de Pernambuco (séc. XVII-XVIII)”. *História*, São Paulo, 28 (1), 2009, pp. 218-220.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**: militarização e marginalização na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII”. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 169, jul-dez, 2013, pp. 111-144.

SMITH, Roberto. “A presença do componente populacional indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII”. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, 2002, pp. 1-35.

SUBTIL, José. “Os poderes do centro”. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). **História de Portugal** vol. 4: o Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 157-193.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA, Wania Alexandrino. **A gente de guerra na Amazônia colonial**. Composição e mobilidade de tropas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.